

FERNANDO
OLIVEIRA
OBRA COMPLETA

VOLUME V

DA AGRICULTURA, de Columela



FERNANDO OLIVEIRA

OBRA COMPLETA

Direção

José Eduardo Franco

VOLUME V

DA AGRICULTURA, de Columela

Edição crítica

Coordenação, estudo introdutório, estabelecimento do texto e anotação

Ana María S. Tarrío



FUNDAÇÃO CALOUSTE GULBENKIAN

Reservados todos os direitos de acordo com a lei
Edição da
FUNDAÇÃO CALOUSTE GULBENKIAN
Avenida de Berna | Lisboa

ÍNDICE

Prólogo.....	7
Agricultura e pátria. Elogio de uma obra inacabada	7
Estudo Introdutório	13
I. As razões do tradutor	13
1. Árvores e navios	13
2. Contra <i>mimosos e ociosos</i> : o público-alvo.....	19
3. Fome no <i>Elysium</i> : outro rosto do século áureo.....	25
II. <i>Columella renascens</i>	37
1. O prazer de sujar as mãos: agricultura e distinção. A tradução portuguesa e a recuperação humanística de Columela	37
2. Columela em âmbito peninsular	44
3. As mãos na terra: <i>magistra experientia</i>	48
4. Columela, a pimenta e a canela: leituras quinhentistas do agrónomo romano	52
III. <i>Columella lusitanus</i> . Singularidades de uma (in)-fidelidade ..	57
1. Os instrumentos do tradutor.....	57
2. O centeio de Lamego e os feriados cristãos. A tradução e a vida rural quinhentista.....	69
3. Clareza e brevidade.....	73
4. A tradução e a construção de uma linguagem técnica da agronomia: os latinismos	80

IV. Um manuscrito em exílio	89
1. Datação e transmissão. Sob a sombra do cardeal Mazarino	89
2. O resgate: patriotas, afrancesados.....	97
3. Columela e a agricultura na tradição liberal portuguesa....	101
V. O autógrafo de um gramático. Critérios de edição.....	105
Edição crítica	113
Glossário de alguns termos técnicos e antigos.....	255
Bibliografia	261
Siglas e Abreviaturas.....	293
Fernando Oliveira, <i>Obra Completa</i> . Plano Geral	297
Fernando Oliveira, <i>Obra Completa</i> . Organigrama Geral	299

PRÓLOGO

AGRICULTURA E PÁTRIA. ELOGIO DE UMA OBRA INACABADA

O verdadeiro duelo entre Apolo
e Mársias
(ouvido absoluto *versus*
escala imensa)
acontece ao fim da tarde
quando já sabemos
que os juízes
concederam a vitória ao Deus...

Z. Herbert, “Apollo and Marsyas”¹.

Inacabada é a tradução do *De Re Rustica* de Lucius Junius Moderatus Columella (Gades, Bética, 4 d.C.-Tarento, c. 70 d.C.), que neste volume se edita e estuda. Bruscamente interrompida em estado de rascunho, no capítulo nove do livro terceiro dos doze livros da obra romana, ficou preservada na Biblioteca Nacional de França, em cópia única de datação incerta (BNF, Fond Portugais, ms. 12). Encontra-se numa miscelânea manuscrita com outras obras por ultimar, papéis derradeiros, reunidos em circunstâncias obscuras, após o desaparecimento do autor, nos anos conturbados que se seguiram à morte de D. Sebastião.

Contraponto da inquieta existência de Fernando Oliveira (1507-1581?), marcada pelas viagens por Espanha (1531-1532), Itália,

¹ Esta tradução parte da versão inglesa do original polaco: Herbert 2007, 165.

França (1541-1543), Inglaterra (1545-1546) e o Norte de África (1552), e pelos processos inquisitoriais (1547-1550; 1555-1557), o Columela lusitano situa o piloto em terra pátria, transformado em diligente *lavrador*, que verifica os campos de centeio de Lamego e discute e compulsa o autor romano com os agricultores conterrâneos, como revelam as singulares anotações apostas à tradução.

Oliveira não se lhe refere na *Arte da Guerra do Mar*, impressa em 1555, no passo em que cita Columela (incorporando já uma micro-tradução), décadas antes das ocorrências columelianas no seu *Livro da Fábrica das Naus*. O tratado de 1555 revela uma atenta e proveitosa leitura do agrônomo antigo, o qual, embora não citado, inspira também Oliveira na questão das madeiras para a construção naval e a respeito da instrução e caracterização do almirante, dos capitães e dos soldados.

Posterior a 1555 terá sido a decisão de traduzir a obra latina. Além disso, a preservação no volume miscelâneo juntamente com outros rascunhos de obras historiográficas, que nos situam no tempo da união dinástica, sugere que a tradução terá sido elaborada e deixada por terminar nas últimas décadas da intensa existência do autor².

O seu regresso à terra pátria terá porventura sido estimulado ou consolidado pela obtenção de uma tença por ordem de D. Sebastião, a 22 de julho de 1564³, graças à qual o polígrafo podia aplicar o novo ascendente da *experientia* sobre a *auctoritas*, um tema axial do humanismo ibérico.

A tradução de Columela terá sido contemporânea dos dias em que Tiziano elaborava também a sua última pintura, deixada igualmente por terminar: o tremendo Mársias (1575-1576), esfolado vivo perante o deus do ouvido absoluto, absorto e impassível – pintura, se imperfeita, tanto mais inesquecível.

² A vida de Oliveira foi objeto de vários apontamentos biográficos, na esteira do contributo de Fonseca 1969, XI-XXXVII. Os mais completos são Domingues/Barker 1991; Domingues 2009, 405-29; cfr. *id.* 2003, 157-72; Ribeiro 2008, IX-XIII; Gaspar 2009, 31-82. Abordamos a datação, a descrição codicológica do manuscrito e o seu vínculo com a matéria naval em capítulos específicos do presente estudo.

³ Domingues/Barker 1991, 13.

A condição inacabada e imperfeita – também no sentido preciso da categoria gramatical dos verbos – parece em diversos graus atingir o conjunto das obras conservadas de Fernando Oliveira, espelho de um saber de largo espectro ou *escala imensa*. Desde a sua *Gramática* de 1536 até à sua obra historiográfica e náutica, o estado de esboço de uma arte nova e urgente surge como traço assumido ou preferido pelo autor nos prólogos respetivos, nos quais os consabidos tópicos proemiais se transformam para acolher o inacabado não apenas como consciência das limitações do trabalho realizado, mas também como posição intelectual, conseqüente com uma movimentada e inquieta biografia.

A vida de Oliveira, e a sorte de boa parte da sua obra maior, e desta tradução em particular, ajusta-se, pois, à essencial e inevitável derrota humana contra Cronos, a derrota do imperfeito e do inacabado perante o absoluto divino no mito de Mársias⁴. Ora, é essa imperfeição do pioneiro que o distingue entre os seus contemporâneos, autores de obras porventura mais redondas ou completas.

A curiosidade erudita, ou o mero afã divulgativo de uma autoridade antiga, não terá sido o motor deste particularmente complexo trabalho de tradução, num sentido tanto técnico como retórico.

O entusiasmo por um saber axial para a *res publica* transmite-se fluidamente do autor romano para o seu devoto tradutor português, situados ambos a uma certa equidistância, no zelo cívico-pedagógico, no momento em que as elites protagonistas da expansão imperial se afastaram, como no tempo de Columela, das suas propriedades agrícolas e do seu cuidado, e as populações padeciam de fomes e epidemias sucessivas, decorrentes da excessiva dependência da importação de cereal estrangeiro.

Fernando Oliveira insere-se na estirpe de tradutores, editores e leitores de Columela que, fascinados pelo seu magnífico Prólogo, repensaram o regresso cíclico dos romanos à restauração simbólica do elo

⁴ A evidente citação do Mársias de Tiziano por Goya, na sua famosa pintura *Saturno Devorando a Sus Hijos*, clarifica o vínculo substancial entre a tragédia do imperfeito músico e a condição humana, em permanente luta, sempre perdida, contra Cronos.

umbilical com a terra, à luz das vicissitudes específicas da agricultura contemporânea de cada reino.

Esta projeção da agricultura marca, aliás, a receção do tratado romano desde o anúncio da sua redescoberta por Poggio Bracciolini, por volta de 1440⁵. Pela sua vontade de estilo e pela abordagem política da matéria agrícola, o autor romano fora resgatado pelos humanistas e elevado a príncipe dos agrónomos, diverso de Paládio, mais sintético e pragmático, o autor preferido pelos manuais tratadísticos medievais sobre agricultura.

As características da tradução do polígrafo português patenteiam já a consciência do importante alcance crítico da obra latina, particularmente visível nos períodos de reformas e revoluções a respeito do domínio, distribuição e controlo da terra, nos momentos mais inquietos da história político-económica europeia.

Se o século XIX é o grande momento da recuperação do agrónomo romano na cultura ocidental, na esteira da Revolução Francesa e das expropriações revolucionárias, já no século XVI o Columela Lusitano de Fernando Oliveira responde a uma visão orgânica e crítica do papel da agricultura no seio da vida económica do reino.

Apesar do silêncio sobre a tradução de Oliveira no relevante estudo de Virginia Brown (1976) sobre a receção de Columela, ela é a primeira conservada no âmbito da Península Ibérica, dois séculos antes da primeira tradução castelhana, incompleta também e entendida pelo seu autor, Cándido María Trigueros (1736-1798), como expressão da sua vontade de ser útil à nação⁶.

Na tradição agrónoma lusitana, esta tradução antecipa a visão dos pensadores, políticos e cientistas portugueses preocupados com a instrução agrícola, após o Século das Luzes, visível nas *Memórias de Agricultura* de Álvares da Silva, publicadas pela Academia das Ciências, na prosa racionalista de António Sérgio, nas sólidas investigações de Orlando Ribeiro, Oliveira Marques ou Magalhães Godinho.

⁵ Bracciolini 1964, I, 394.

⁶ Esta tradução conserva-se na Biblioteca Menéndez Pelayo, *Papeles de Trigueros*, documentos analisados com pormenor por García Armendáriz 1995, 145-157; cfr. Aguilar Piñal 1987.

Foi precisamente o século XIX, como veremos, o século da recuperação da única cópia da tradução, conservada em França e ausente da cultura nacional. O seu resgate só aconteceu em 1819 e dependeu de figuras da cultura política liberal, no tempo das guerras napoleónicas, os exilados em Paris Cândido Xavier Dias da Silva e Francisco de Brito, que editaram a tradução numa revista periódica cuja existência se confunde com este grupo de exilados e com a duração deste exílio⁷.

Reverberação do conteúdo, a história da transmissão manuscrita associava-se assim, também, à visão crítica e política da agricultura, que guiaram tanto o autor romano como o seu tradutor quinhentista.

Desmembrada nos fascículos de uma revista impressa no estrangeiro, não se pode estranhar que o seu impacto tenha sido aparentemente tão modesto na cultura nacional.

No presente volume, o manuscrito vê finalmente a luz em edição crítica e anotada, precedida de um breve estudo que, procurando colocar em perspetiva histórica este singular documento, oferece ao leitor uma introdução mínima a alguns aspetos principais: o seu contexto e sentido, o público-alvo, a sua inserção no *studium* humanístico, a habilidade de Oliveira como latinista e como artífice da língua portuguesa, a sua transmissão manuscrita.

A síntese aqui proposta não esgota todas as possíveis questões e abordagens, nem resolve aspetos mais obscuros, dada a falta de documentação relativa à última parte da vida de Oliveira. Ulteriores estudos monográficos lançarão sem dúvida mais luz sobre assuntos aqui sucintamente aflorados. Além disso, os especialistas em história da Agronomia e em história da língua portuguesa poderão utilizar este primeiro contributo para ponderar mais exaustivamente o valor desta tradução.

Inserido no contexto da *Obra Completa* de Fernando de Oliveira, este volume apresenta ao público o lado porventura menos conhecido

⁷ Considere-se o importante conjunto de ensaios sobre agricultura portuguesa promovidos e publicados pela Academia das Ciências no século XIX, editados por Cardoso 1990-1991; Sérgio 1941, 1974a, 1974b; Godinho 1959; Ribeiro 1941. Em capítulo específico observamos o resgate da tradução quinhentista, enquadrada na revalorização oitocentista da ciência da agricultura.

do poliédrico autor quinhentista, o de latinista e de tradutor. Um pequeno glossário procura auxiliar o leitor em algumas das suas eventuais dificuldades com este singular exemplo de antiga prosa técnica portuguesa.

À revelia da condição de rascunho, da transmissão sincopada e obscura, e até do minúsculo impacto na cultura agrónoma e política nacionais deste manuscrito, importa resgatar do silêncio o seu brilho, incompleto e único.

*

O ensaio que precede esta edição muito deve ao incentivo de Francisco Contente Domingues, que pela primeira vez me colocou a questão da relação entre as madeiras para a construção naval e a tradução do autor romano. A Raul Rosado Fernandes, que generosamente me deu acesso à sua notável biblioteca privada, deixo o meu agradecimento póstumo pela disponibilidade e pelas proveitosas conversas sobre a relevância deste manuscrito para a história da agronomia nacional.

Na análise das características codicológicas do manuscrito parisiense tive o privilégio de contar com a sábia apreciação de Paulo F. Alberto, que viu o manuscrito e me fez notar valiosas considerações, que muito lhe agradeço.

A reflexão sobre os critérios de fixação do texto, várias vezes reconsiderados, pôde beneficiar das ponderadas críticas de José António Souto Cabo e Esperança Cardeira.

O volume beneficiou das valiosas sugestões de João Bastos Ramalho Cosme, Teresa Nobre de Carvalho e Ignacio García, assim como da atenta revisão de Maria Cristina Pimentel, André Simões e Maria Luísa Resende.

A todos agradeço o seu tempo e a sua amizade, o mais valioso dos nossos bens.

ESTUDO INTRODUTÓRIO

I. AS RAZÕES DO TRADUTOR

1. ÁRVORES E NAVIOS

Paradoxalmente, esse vegetal solidamente enraizado também revela ser um auxiliar indispensável para a conquista das águas. O tronco converte-se em piroga, antes de ser engenhosamente cortado para entrar na constituição científica das quilhas dos navios. Aliás, até à utilização de peças metálicas, em meados do século XIX, as árvores condicionarão tecnicamente o comprimento dos navios: as galés romanas comparam-se com as caravelas portuguesas ou com os vasos de guerra de Luís XIV, dado que nenhum podia ultrapassar os setenta metros de comprimento. Por conseguinte, as árvores alimentam o poder dos Estados conquistadores, todos eles proprietários de vastas reservas florestais⁸.

A explícita referência a Columela no *Livro da Fábrica das Naus* induz o historiador da ciência naval⁹ a entender esta tradução no quadro da pesquisa das árvores mais aptas para proporcionar as melhores

⁸ Dumas 2007, 174.

⁹ Domingues 2004, 87. A Francisco Contente Domingues agradeço o desafio inicial a respeito do valor da tradução do ponto de vista da ciência naval, assim como todo o apoio bibliográfico, o saber e a generosidade. Uma primeira abordagem da relação entre a tradução e a obra náutica foi publicada em Tarrío 2008a.

madeiras para a construção de navios, assunto crucial no século da voraz empresa marítima¹⁰:

Da madeira tenra, diz Columela que é mais tenra e fraca do meio do tronco para cima, porque no pé, junto ou perto da terra, goza o tronco da premeira e principal virtude do alimento que toma da terra, o qual alimento passa pelo meio do tronco como de caminho e não deixa aí munta força, e em cima, no alto da árvore, espalha-se pelos ramos e gasta-se em folhas e fruto, e não dá força ao tronco de cima; e, desta maneira, é mais rija a madeira do pé da árvore perto do chão que toda a outra, e quanto mais para cima, tanto mais fraca¹¹.

A *Arte da Guerra do Mar*, de 1555, revela já o impacto da leitura de Columela¹². Este tratado mostra que, nessa altura, Fernando Oliveira conhecia bem o conjunto dos doze livros do *De Re Rustica* e que deles retirou diversas informações pertinentes para a *res nautica*.

O autor romano é explicitamente citado no capítulo “Da equipação dos mantimentos, munições e enxerças”, a propósito da relevância da organização dos materiais a bordo dos navios, por forma a serem encontrados facilmente quando necessários:

Provérbio antigo é, diz Columela, ser mui certa pobreza e míngua não achar as alfaias quando se hão mester. Claro está que, não sabendo onde tendes vossa fazenda, não vos podereis servir dela e, não vos servindo dela, tanto monta como não ser vossa e serdes pobre, pois vos faz míngua o que tendes, por não saberdes onde jaz ou por estar embrulhado de feição que faz detença¹³.

Este parágrafo de 1555 anuncia o futuro tradutor de Columela, pois contém uma versão de um passo do penúltimo livro do *De Re Rustica*,

¹⁰ Veja-se Esteban Piñeiro 2007-2008.

¹¹ Fernando Oliveira, *Obra Completa*, dir. José Eduardo Franco, vol. iv: *Livro da Fábrica das Naus*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian (no prelo).

¹² A *Arte da Guerra do Mar* teve o privilégio de ser impressa (Coimbra: João Alvez, Imprimidor do Rei, 1555). A partir dos dois exemplares conservados (Biblioteca Nacional de Portugal e Biblioteca Central de Marinha de Lisboa) elaboraram-se várias edições modernas (1937, 1969, 1983, 2008).

¹³ Fernando Oliveira, *Obra Completa*, *op. cit.*, vol. ii: *Arte da Guerra do Mar* (no prelo).

dedicado à ordem que se devia seguir para guardar, de maneira organizada e prática, as provisões, instrumentos agrícolas e móveis da quinta agrícola, considerações que o futuro tradutor aplicou no âmbito da organização dos navios¹⁴.

Além disso, nos dois capítulos da *Arte da Guerra do Mar* dedicados à seleção de madeiras para a construção naval, Oliveira sumarizou ideias de Columela, também sem o citar, relativas às mudanças das espécies de acordo com a alteração de climas e solos, ideias sintetizadas pelo autor romano no seu Prólogo e reiteradas *ad hoc* em diversos livros do *De Re Rustica*¹⁵.

Oliveira adaptou também à organização do comando nos navios algumas ideias relativas às qualidades do capataz da quinta e dos seus trabalhadores, explicadas por Columela no Prólogo e mais monograficamente no capítulo primeiro do livro décimo primeiro do *De Re Rustica*.

Além de críticas genéricas à ociosidade e incompetência dos *mimosos*, tema principal do Prólogo columeliano, a dependência de *De Re Rustica* 11.1 é patente em recomendações mais específicas: a idade média ideal, a compleição, as virtudes morais, como a moderação no trato e no castigo dos subordinados, a importância de saber trabalhar para poder mandar, de aprender para saber ensinar...¹⁶.

É óbvio que, se a pesquisa das melhores madeiras para a construção naval terá sido porventura o estímulo inicial, já a decisão de traduzir toda a obra seguramente responde a uma motivação mais complexa¹⁷.

¹⁴ *Ibid.*

¹⁵ *Ibid.*, capítulo VIII, “Da Madeira pera as naus”, e capítulo IX, “De quando se cortará a madeira”.

¹⁶ *Ibid.*, capítulo XIII, “Dos capitães do mar e do seu poder”.

¹⁷ Não há razão para duvidar, com efeito, de que o tradutor tinha a intenção de traduzir toda a obra. Uma das suas notas *explicativas* – perfeitamente discriminadas da tradução do texto latino – introduz um eloquente “Aviso para notar neste segundo livro e nos outros onde for necessario” e refere-se especificamente ao livro sexto, que não chegaria a traduzir: “[...] por que o modio latino era medida tam pequena, que se dava de reção para um dia a um boi ou besta e aas vezes dous por dia, como consta do terceiro capitolo do sexto livro desta obra”, “Aviso para notar neste segundo livro e nos outros onde for necessario”, 3-4 (p. 226).

Na realidade, um leitor de Columela, ávido de notícias sobre madeiras, descobria rapidamente o limitado contributo do *De Re Rustica* neste capítulo. Mais prático e analítico para esta questão seria o livro XVI da *Naturalis Historia* de Plínio, por sinal o autor numericamente mais citado na sua obra náutica¹⁸. Ao contrário de Plínio, Columela não tinha como objetivo a descrição das espécies arbóreas, mas a sistematização da sua *cura*, isto é, em palavras do seu tradutor português, do seu “cultivo e cuidado”.

De resto, se a motivação prioritária do tradutor quinhentista tivesse sido a demanda de informação sobre árvores e madeiras, poderia ter seleccionado as partes relativas à arboricultura no *De Re Rustica*, sob um título análogo ao *De Arboribus*: “Livro sobre as árvores”, tendo em conta que um opúsculo com esse título tinha circulado atribuído a Columela¹⁹.

A decisão de traduzir o conjunto de uma obra retoricamente tão ambiciosa e tematicamente tão polifacetada responde à atracção do humanista português pela programática introdução, uma apologia do trabalho da terra e da sua função cívica, e por um tratado que ultrapassa largamente o âmbito dos cultivos e cuidados das plantas e dos animais, e se ocupa da racionalização dos edifícios agrícolas e da organização do trabalho, do feitor ao escravo.

A compreensão orgânica da *cura rei rusticae* é a grande lição de Columela, que ajudou Oliveira a sistematizar o seu pensamento global sobre a *res nautica*, já desde os tempos de elaboração da *Arte da Guerra do Mar*.

¹⁸ Domingues 2007 oferece um elenco das citações de Plínio no *Livro da Fábrica das Naus*.

¹⁹ Presumivelmente, o *De Arboribus* terá sido uma parte de uma obra escrita por Columela antes do *De Re Rustica*, que se inseriu entre o segundo e o terceiro livros desta última obra na sua transmissão. A edição aldina de 1514, devida a Giovanni Giocondo, restituiu a ordem original do *De Re Rustica*, deslocando o opúsculo para o final, devidamente identificado e separado do conjunto, como se anuncia explicitamente no título da edição de 1548, conservada na Biblioteca Nacional de Portugal (BNP, S.A. 6509 P.), *L. Iunii Moderati Columellae De Re Rustica Libri XII. Eiusdem de Arboribus Liber, Separatus ab Aliis*. Lugduni: apud Seb. Gryphium, 1548.

O *Livro da Fábrica das Naus* confirma o modo de articulação da arte de construir navios nessa abrangente *cura rei rusticae* de matriz antiga:

E porquanto esta madeira é tão acomodada para esta fábrica e necessária nesta terra, e mais não temos outra igual a ela para este mester, devia-se poupar e não permitir que se gastem as soveiras em carvão nem casca de cortidores, nem outra cousa algũa menos necessária que a nossa fábrica naval, como já outra vez escrevi os dias passados, no livro da *Guerra do Mar*²⁰.

A indignação pela perda de um pinhal de el-rei, destinado à construção naval, pela escolha errada das sementes, que eram verdes e apodreceram, ergue-se como exortação contra a ignorância, a negligência, a falta de instrução nas práticas de cultivo da terra características do reino (Oliveira 1991, 30-31). Ora, a adequada seleção das sementes é precisamente um dos eixos principais do livro de Columela.

O leitor do *Livro da Fábrica das Naus* é, logo no início, sensibilizado para a *res rustica*, instruído sobre a importância de saber porque é diferente o carvalho que vem do norte daquele que cresce no sul de Portugal, que parte do tronco é a mais sólida em cada espécie, que variedades alternativas se podem pedir aos agricultores, em que época do ano se podem legitimamente encomendar e qual o tempo de espera pelas madeiras (Oliveira 1991, 34-36, 38-39).

O construtor de barcos idealmente deveria ser, em última instância, um leitor atento de Columela.

Não só a obra do autor gaditano, mas também o conjunto dos autores da *res rustica*, atraiu o polígrafo como material de reflexão, em recíproco diálogo com a *res nautica*. Ao teorizar sobre a seleção da melhor tripulação para a guerra naval, cita e traduz um passo do Prefácio ao *De Agricultura* de Catão: “Diz Catão: ‘De lavradores nacam varões fortíssimos, e soldados mui destros’, diz ele”²¹.

Afigura-se que em Oliveira habitavam duas almas: a do piloto e a do agricultor. O próprio Oliveira se autodefiniu com essa qualidade

²⁰ Fernando Oliveira, *Obra Completa, op. cit.*, vol. IV (no prelo).

²¹ *Ibid.*, vol. II (no prelo).

Cfr. Cato praef. 4: “At ex agricolis et viri fortissimi et milites strenuissimi gignuntur [...]”.

bifronte, na bela metáfora da sua *Ars Nautica*: “Como oliveira fértil dignos frutos venho apresentar aos navegantes”²².

*

A conceção orgânica do espaço rural, própria da *res rustica* antiga, contrariava as lógicas, concorrentes e em conflito, entre o universo dos agricultores e o dos defensores aristocráticos das florestas, contendas que nos reinos cristãos conheceram uma progressiva agudização desde os tempos medievais e que, contemporaneamente, ganhavam nova dimensão no contexto do auge da voraz empresa naval ibérica, no quadro da trágica história de desflorestação da Península Ibérica²³.

Na sua visão orgânica das ciências do mar e da terra, apoiada nos *auctores rei rusticae*, Fernando Oliveira antecede a figura de Duhamel de Monceau, autor do *Traité de la Culture des Terres* (1750-1761) e do monumental *Traité Complet des Bois et des Forêts* (1773). Tal como o tradutor português, no seu tratado *Eléments de l'Architecture Navale* (1752), o célebre erudito francês prestou atenção ao assunto crucial da tipologia dos troncos para melhorar a ensambladura dos cascos dos navios e para seleccionar bem os mastros²⁴.

²² Fernando Oliveira, “Sicut oliva ferax dignos nautae affero fructus”, “Auctoris de patria, parentibus et nominibus suis hexametrus”, *Ars Nautica*, cit. Matos 1960, 240.

²³ A defesa régia e aristocrática da floresta contra a lógica do agricultor é sintetizada por Dumas 2007, 180ss. Cfr. Devèze 1961.

²⁴ Veja-se Monceau 1752. O tratado foi reeditado com emendas do autor em 1758 (Monceau 1578). Cfr. Dumas 2007, 180ss.

2. CONTRA *MIMOSOS E OCIOSOS*: O PÚBLICO-ALVO

Quem não sabe trabalhar não pode mandar.
Fernando Oliveira, *Da Agric.*, Pról. 19.

O “Senhor Silvino”, versão portuguesa do patricio romano Publius Silvinus, interlocutor de Columela no tratado latino, emblematiza o proprietário de uma quinta agrícola, com a capacidade, vontade e tempo para ler, ou bem assim para ouvir um livro, e, simultaneamente, com a competência de manejar a pá nos terrões, para verificar a qualidade das sementes ou a eficácia dos seus trabalhadores.

Oliveira traduz como escreve, preocupado com a adequação da sua linguagem a um auditório concreto, preceptiva clássica que fez verdadeiramente sua, como fica patente no Prólogo à sua *Arte da Guerra do Mar*:

[...] Grande parte da discrição é que nos conformemos com os costumes e afeições das pessoas com que falamos. Assim o diz Quintiliano, quasi per estas palavras. “Quero”, diz elle, “se for possível, que os oradores entendam as condições daqueles que hão de julgar seus dizeres [...]”²⁵.

A tradução não apenas procura servir os *lavradores* diligentes do seu tempo. Quer atingir os proprietários agrícolas ociosos, os “mimosos d’agora” que aborrecem “a vida varonil dos passados”. A fraseologia da tradução é sintomaticamente próxima dos parágrafos da *Arte da Guerra do Mar*, críticos da incompetência da aristocracia, criada na ociosidade e na languidez do luxo estéril:

Mas como aturarão o trabalho das armas, nem serão autos par’elas, os filhos de suas mães criados em casa de seus pais? Mimosos, delicados, briosos

²⁵ Fernando Oliveira, *Obra Completa, op. cit.*, vol. II (no prelo).

como damas, lançados pelos estrados e camilhas. Dizem que nisto consiste sua fidalguia: em ser adorados e lijonjados dos escravos de seus pais, e dalguns panfarrões que andam per suas casas calaceando, porque isto quer dizer “panfarrão”: parasito que forra pão às custas de neícios, os quais, se algum homem de bem lhe não fala à vontade, dizem que é forte e lançam-no fora de casa. Como serão suficientes defensores da terra estes? Comerão eles e perderão as nobrezas que seus avós ganharam, e não com tais manhas [...]”²⁶.

Tal como os erros táticos e até os naufrágios das expedições navais remetiam em boa medida para a ignorância arrogante dos nobres que as comandavam, *briosos como damas*, as más colheitas derivavam principalmente do “descuido e negligencia dos homens d’agora, que se desprezão de ser lavradores, e não tratão a lavoura per si como fazião os antigos, mas entregam-na aos que nem podem nem sabem usar dela” (*Da Agric.*, Pról. 18).

O agricultor, que será o melhor dos soldados, como proclama a *Arte da Guerra do Mar*, seguindo a opinião de Catão, configura um modelo cívico avesso a certos contemporâneos, *inhavos, mimosos e afanchnados*²⁷.

O *lavrador/leitor* do Columela lusitano ficava sobretudo imediatamente prestigiado pelo contacto com o tratado latino: “De lavradores fazião os antigos capitães e emperadores. Do arado para ser dictador foi chamado Quintio Cincinnato [...]” (*Da Agric.*, Pról. 22).

Tratava-se de um prestígio que não se ficava pela retórica, mas comportava um mérito alicerçado no trabalho real:

Por tanto o lavrador atente bem se fica lavrada a terra como é necessario, e não se contente de ver coa vista, que muntas vezes se engana, e não vee os bancos da terra crua que ficão escondidos debaixo da terra que o arado virou, mas apalpe coa aguilhada, metendo-a pelas porcas, a ver se acha terra dura e mande-a cavar. Quando os criados que lavrão virem que seu amo faz este exame muntas vezes farão por lavar bem e não deixarão bancos na lavoura.

Fernando Oliveira, *Da Agric.*, 2.4.4-5.

²⁶ *Ibid.*

²⁷ Cfr. Domingues 2004, 55.

Os benefícios agrícolas apresentam-se no tratado como resultado do controlo direto da exploração agrícola pelo proprietário, que garante pessoalmente a seleção de sementes, os melhores regos e arados, o bom estado dos instrumentos agrícolas, dos animais, o estado de ânimo dos seus trabalhadores, o seu conforto habitacional, o equilíbrio entre lavoura e descanso...:

Quanto mais, que eu tenho tão bo cuidado e diligencia em os criar e fazer bos, que os vinhateiros por sua vontade me dão seiscentos numos sextercios por cada milheiro. Mas pode ser que não faraa toda pessoa a diligencia que eu nisso faço, nem me crerão a munta abundancia de vinho que dão aquelas poucas de vinhas que tenho, como vos, senhor Silvino, sabeis.

Fernando Oliveira, *Da Agric.*, 3.3.31-32.

O domínio não meramente nominal, fundamentado na supervisão atenta, exigia, segundo Columela, a redução da extensão das propriedades, cujo limite ideal coincidiria justamente com a possibilidade de controlo efetivo por parte do seu proprietário. Ele devia adquirir propriedades relativamente próximas dos seus lugares habituais de residência, para permitir deslocações frequentes²⁸.

O tamanho das propriedades, o assunto espinhoso da distribuição da posse da terra, tinha-se tornado, durante o século XVI, a questão mais candente da centralização monárquica portuguesa, com os seus mecanismos de recompensa e castigo, com não poucos episódios de interesses nobiliárquicos lesados a favor de “benefícios” concedidos a súbditos pelos seus serviços, como parece ter sido, por sinal, o caso do próprio tradutor.

No contexto da Lusitânia *nova Roma*, a lição de Columela detinha um alcance histórico mais específico: no descuido da agricultura começaria a degradação do império.

O manual romano, que tantas vezes insiste na importância da variação climatérica e geográfica, fruto da mobilidade interprovincial do

²⁸ O vínculo do patriciado romano com a terra é questão sensível da cultura latina, como deixam ver as considerações de Catão, Varrão, Plínio e Columela. Veja-se Grimal 1969; Wallace-Hadrill 1998, 1-12; Beard 1998, 23-32.

seu autor, é antes de tudo um manual para agricultores habitantes de um império.

À luz do assumido e programático alvo ultramarino da sua *Gramática* de 1536, que aspira ensinar não apenas os portugueses peninsulares, mas também os da Guiné e do Brasil, cabe pensar que, na *persona* literária do Senhor Silvino, Fernando Oliveira não teria excluído os rostos de agricultores nos territórios do *Mundus Nouus*: ambas as gramáticas poderiam de facto atravessar oceanos e ser de utilidade.

Agricultura e pátria: a legitimidade do domínio

Ao abordar tão eloquentemente a questão da instrução técnica dos proprietários agrícolas, a tradução responde a uma questão fundamental da preceptiva quinhentista: a qualificação do poder, um assunto particularmente caro ao tradutor, como evidencia essa “arte de mandar” que é a obra *Arte da Guerra do Mar*.

A tradução de Oliveira enquadra-se na requalificação da agricultura como um dos signos de distinção da “aristocracia do espírito”, que, como veremos, havia acompanhado a recuperação humanística do tratado romano desde o século xv.

Contemplado no conjunto da sua obra, o seu Columela português responde também, em modo prático, à preceptiva teórica relativa à legitimidade do domínio, discussão fundamental na obra de autores contemporâneos, como Jerónimo Osório, Jorge Buchanan ou a escola jesuítica (Luís da Cruz). O denominador comum de todas as tendências era a necessidade de dar sentido moral ao domínio, sem se contentar com o argumento da linhagem ou da sujeição ao expediente divino. Os *espeelhos de príncipes* insistiam na competência e justiça inerentes ao poder, e abriam espaço ao princípio de resistência ou crítica ao poder arbitrário, quando não sujeito à moral ou à razão²⁹.

²⁹ Veja-se Albuquerque 1968, 1972a, 1972b, 1974b, 1978; Calafate 2002. Cfr. Ullmann 1980.

Pelo conjunto das obras de Fernando Oliveira perpassa a ideia de merecer a terra natal, trabalhando-a, ou, antes, cultivando-a, no duplo sentido metafórico (*cultura animi* e *cultura agri*), que consagrou a prosa ciceroniana.

Sem dúvida, Oliveira foi um leitor particularmente inquieto nesse século de leitores de “Cícero, luz da Europa”, de acordo com a expressão do cronista oficial de Carlos V, António de Guevara – no Prólogo do seu *Relox de Príncipes*, dedicado ao imperador (Valladolid, 1529). Evidenciando o interesse da corte portuguesa pela doutrina política desta obra, D. João III mandava imprimir em Lisboa, em 1529, no mesmo ano da *editio princeps* castelhana, a obra deste autor castelhano que, de resto, gozou de notável fortuna no reino de Portugal³⁰.

Nas obras do Arpinate, o saber erige-se em constituinte do poder, no quadro do *ciuis* ao serviço da *Respublica*, conceito devidamente acomodado às coordenadas do “humanismo monárquico” (Delle Donne 2015). Não por casualidade, Duarte de Resende traduziu para português várias obras ciceronianas: *Tratado da Amizade, Paradoxos e Sonho de Cipião*. Na sua viagem ao Oriente, Resende tinha levado um exemplar deste autor romano, que terá traduzido, entre 1520 e 1530, nas ilhas Molucas, onde foi administrador da Coroa portuguesa. No seu regresso do Oriente, em 1531, publicou esta tradução, nos prelos de Coimbra³¹.

A compreensão cívica da instrução agrícola ajusta-se a um autor que, particularmente na sua obra historiográfica, se vincula à vertente identitária e patriótica do humanismo europeu, aquela que reuniu os materiais ulteriormente reformulados pela nação moderna³².

³⁰ A fortuna desta obra em Portugal foi abordada por Buescu 2009, 80ss; Cfr. Buescu 1996, 181-190.

³¹ A obra foi objeto de edição por Buescu 1982. Uma breve introdução a esta tradução, com bibliografia principal, em Tarrío 2015, 57-60.

³² A obra de Oliveira permite, assim, contribuir para essa necessária genealogia das nações modernas, proposta por Smith 2004, 43-52. Os humanistas constituem antecedentes fundamentais na arqueologia do intelectual europeu clássico: Riemen 2007. A sua adscrição aos “ideógrafos da proto-nacionalidade portuguesa” (Franco 2009) não poderá contudo entender-se num sentido linear, pois a história da transmissão manuscrita da sua obra historiográfica aponta para a sua ausência na cultura patrió-

Frente ao mais célebre expediente mítico ou étnico-simbólico, explorado por André de Resende na sua figuração pátria de Viriato ou Luso, Oliveira singulariza-se pela fundamentação da nacionalidade com o recurso à historiografia heroica (*História de Portugal*) e por propostas pragmáticas de qualificação do seu reino mediante a formação técnica dos seus dirigentes: no cultivo da terra, na arte da guerra, na arte da navegação³³.

*

Antes das lógicas do nacionalismo oitocentista, Oliveira parece exortar os seus contemporâneos, como o *Fausto* de Goethe, a que: “aquilo que de teus pais herdaste / merece-o para que seja teu” (“Was du ererbt von deinen Vatern hast / Erwirb es um es zu besitzen”)³⁴.

tica portuguesa até aos alvares do século XXI (a primeira edição, elaborada por José Eduardo Franco, data de 2000).

³³ Não abundam estudos que explorem ponderadamente as raízes humanísticas do repertório identitário do nacionalismo português moderno: Albuquerque 1974a; Leal 1999. Sobre os autores humanísticos, veja-se Fernandes 2006d, 295-315, e Serrão 1991, 65-67. Relativamente a Oliveira, veja-se Franco 2000, 55ss.; 2005, 2009.

³⁴ *Faust*, Teil I. Nacht, 682-683.

3. FOME NO *ELYSIUM*: OUTRO ROSTO DO SÉCULO ÁUREO

E a cousa principal
 que a Deos peçais
 qu'esta fome tam jeral
 que anda em Portugal
 nam dure mais.
 Que se eu sam mal provida
 quando a terra é abastada
 que farei quando a cevada
 a quarenta é vendida?

Anrique da Mota, *Cancioneiro Geral*³⁵.

[...] va en siete años
 que no cojo pan ni nada
 en mis heredades
 con los inviernos tamaños
 que todo asuela la helada
 y tempestades.

Gil Vicente, *Devisa de Coimbra*³⁶.

A crise agrícola descrita pelo *Lavrador* na *Devisa de Coimbra* de Gil Vicente, representada para D. João III em 1527, em Coimbra, ecoa

³⁵ Vejam-se as “Trovas d’Anrique da Mota a ùa mula muito magra e velha, que vio estar no Bombarral, à porta de Dom Diogo, filho do Marquês, e era de Dom Anrique, seu irmão, que ia em romaria a Nossa Senhora de Nazarete e levava nela um seu amo”, na edição de Morán Cabanas 2003, vv. 194-207, 163.

³⁶ Vicente 2002, I, vv. 205-210, 457.

as numerosas e diversas fontes contemporâneas que registaram durante todo o século XVI fomes sucessivas, falta de pão, epidemias e deslocamentos maciços de turbas para as cidades num período caracterizado pelo aumento da população (Cosme 2012).

O tradutor português de Columela deparou, logo no Prólogo, com uma apologia da agricultura, configurada com os contornos míticos da Idade de Ouro perdida, tempo de abundância associado ao reino de Saturno – que por sinal dera o seu nome a Itália (*Saturnia*).

Traduziu – sem dúvida com os olhos postos no Portugal dos seus dias – o lamento columeliano pela decadência da agricultura e a crítica da dependência por parte dos romanos dos cereais das províncias:

E por tanto nesta terra latina, que por outro nome chamão Saturnia, onde os deoses ensinarão semear, e ouve grande fartura, agora nos desbaratamos por que nos tragão mantimentos d'aalem do mar, por não perecemos aa fome.

Fernando Oliveira, *Da Agric.*, Pról. 36.

Este passo teve que ser lido com particular atenção à luz dos sucessivos episódios de fomes e pestes no reino de Portugal, provocados pela importação de cereal oriundo do Norte da Europa, frequentemente frustrada por condições adversas à circulação marítima, ainda sujeita à pirataria. Processos bem conhecidos pelo autor de três tratados relativos à navegação (*Arte da Guerra do Mar*, *Livro da Fábrica das Naus*, *Ars Nautica*).

O século da tradução de Columela abriu-se com a promulgação manuelina de leis mais permissivas para a importação de cereais, processo em absoluto desconhecido na Idade Média, mas refreado e até castigado pela Coroa³⁷.

Avançando o século, a importação de grão oriundo das planuras bálticas, da Alemanha, França e Inglaterra, com a frequente mediação da Flandres, tinha-se intensificado como solução oficial fácil para as

³⁷ Marques 1968, 23ss., 150-171, assinala o clima irregular, agreste, a escassa fertilidade do solo, só inteiramente satisfatório em poucas regiões do país e francamente desfavorável para a cultura do trigo. Uma primeira abordagem do enquadramento da tradução nas crises agrárias do século XVI em Tarrío 2009b.

sucessivas carestias, em detrimento de métodos endógenos, frequentes na Idade Média, como legislações para incentivar o cultivo de territórios baldios, proibir o abandono dos campos e penalizar o crescente desleixo dos proprietários³⁸. A documentação quinhentista abunda em provas do peso da importação, em datas próximas da tradução³⁹.

O tratado latino permitia, portanto, focar e redimensionar um problema económico e político do século XVI: o abandono da agricultura em benefício da marinha e a pobreza interna que encerrava o fausto enganador do lucro da Expansão⁴⁰.

Abordado em prosa e em verso, nos mais diversos géneros da escrita, o tema desta *fome paradoxal* tornou-se motivo transversal da literatura do Século Áureo, em contradição flagrante com a restauração humanística do motivo do *Elysium* ocidental, de matriz greco-latina.

Este tema quinhentista, que pode considerar-se um legado privilegiado pela crítica portuguesa posterior, particularmente a partir do século XIX, articula a reflexão indignada de António Sérgio a propósito do estado lamentável da República no alvorecer do século XX, no prólogo do *Manual de Instrução Agrícola* de Castilho (1916). Citando as crónicas antigas, juntamente com títulos mais recentes (da *Memória* de Rebelo da Silva de 1868 aos ensaios de teor comparativo Portugal-Flandres de Joaquim de Vasconcelos), a sua crítica da contemporanei-

³⁸ “Em 1502, o Portugal agrícola cede definitivamente o passo ao Portugal comerciante: por carta datada de 30 de Junho desse ano, D. Manuel decreta a abolição de toda a dízima sobre o trigo, cevada e biscoito que fossem importados do estrangeiro pelas cidades de Lisboa e Setúbal, durante a sua vida” (Marques 1968, 281; cfr. Oliveira 1882-1885, 392). Considerem-se as leis e cartas régias, assim como as denúncias de terras mortas nas Cortes, durante os séculos XIV e XV: Marques 1968, 50-60. Damião de Góis, em carta de 1546 a D. João III, refere a necessária racionalização desta importação e controlo dos preços: Fernandes 2006a, 284-85.

³⁹ Considerem-se os assentos de Montemor-o-Novo, de 17 outubro de 1569, e de Évora, de 14 de novembro do mesmo ano e de 28 de março de 1570, sobre a defesa dos mares e portos de Portugal. Um panorama conjunto das importações em Marques 1959. Veja-se Santarém 1863, código 940, “Suplemento”, 55.

⁴⁰ Neste sentido, cabe contemplar Oliveira, mesmo como tradutor, no grupo dos pensadores económicos do século XVI (Mauro 1984; Fernandes 2006a, 268-269).

dade fundamenta-se na retrospectiva historiográfica, identifica problemas endémicos, enraizados no tempo da Expansão.

Um paraíso lusitano

A associação do esplendor agrícola romano com o mito da Idade de Ouro, que abre o Prólogo de Columela, podia facilmente ler-se em chave patriótica, no tempo do tradutor português. O *Elysium* greco-romano tinha sido progressivamente transformado num paraíso mais ocidental e autóctone na transmissão medieval portuguesa, em textos tão diversos como a lei das *Sesmarias* de 1375 ou a *Crónica da Tomada de Ceuta* de Gomes Eanes de Zurara (1915, 20), até ao ponto de, no século xv, essa imagem se infiltrar no olhar sobre o reino de Portugal de dois estrangeiros, Georg von Ehingen⁴¹ e Lanckman von Valckenstein⁴².

O motivo da mítica e prodigiosa fertilidade das terras da Hispânia, onde já algumas fontes antigas situaram o “Jardim das Hespérides”, estava a ser reformulado pelos humanistas portugueses, preocupados em fornecer um rosto identitário prestigiante para Portugal, de acordo com os códigos dessa forma de alta diplomacia cultural europeia que foi a *Respublica Litterarum* humanística.

Damião de Góis invocou essa fertilidade mítica na sua apologia da Hispânia (*Pro Hispania Aduersus Munsterum Defensio*), contra a visão nada idílica fornecida por Sebastião Münster⁴³, e que Duarte Nunes de

⁴¹ “Darin wachsen die aller besten sussesten Frucht, von Wein, Korn, Oel, Zucher, Honig, Weinbeer, und hat vil Saltz” (“aí [Portugal] crescem os melhores e mais doces de todos os frutos, como vinho, trigo, azeite, açúcar, mel, uvas, e tem muito sal”). Retiro a transcrição do passo e a tradução de Marques 1968, n. 19, 26.

⁴² “[...] ibi est abundantia panis, uinis, et olei boni et multi fructus arborum [...]”, Lanckman von Valckenstein, *Diario da Viagem e Jornada da Infanta Leonor, Emperatriz de Alemanha* (1451), in Sousa 1949, 347.

⁴³ A réplica de Góis a Münster anexou-se ao seu opúsculo *Hispania*, publicado em Lovaina em 1542 e reeditado na edição dos *Opuscula* de Lovaina (1544) com o título *Pro Hispania Aduersus Munsterum Defensio*. Veja-se a tradução portuguesa de Dias de Carvalho in Góis 1945, 111-120.

Leão não esquece na sua *Descrição do Reino de Portugal* (Leão 2002, cap. 34, 203-208).

O *Elysium* português – agora especificamente transmontano e minhoto – abre o Prólogo da *Geographia de Entre Douro e Minho e Tralasmontes* do Dr. João de Barros (1919, 13), dedicada a D. João III:

[...] considerando o estado e frescura daquela terra, e me apliquei a iuntar e fazer de todo este breve Sumario [...] facilmente pode conieiturar que esta parte he como hua flor de todas as outras de Espanha e coasi hum Elisio campo ou paraíso das dilisias.

A localização do *Elysium* no ocidente peninsular conflui com a génese lendária da fundação de Lisboa, *Elisponia* ou *Olissipo*, lugar escolhido pelo herói homérico Ulisses pelas qualidades superiores desta terra, como já regista a *General Estoria* de Afonso X e recuperará no século XVI André de Resende⁴⁴.

O mito antigo do Paraíso Ocidental, reformulado pelo humanismo patriótico lusitano, tanto como o seu tema antagonista no século XVI, a falta de pão, parece ter chegado ao século XX, assumindo as feições de um dos eixos do programa salazarista do “Jardim à beira-mar plantado”⁴⁵.

⁴⁴ Sousa 1949; Martins 1983, 85-94; Nascimento 2006b, 17, 23; Fernandes 2006b, 421-443.

⁴⁵ “L’agriculture, cependant, était affectée non seulement par le climat, la pauvreté du sol et l’insuffisance de terres arables, mais surtout par l’indifférence de la classe dirigeante qui, pendant des siècles, avec l’exception de l’action de l’ordre de cister au Moyen Âge, ne l’a jamais considérée comme un secteur essentiel”, Fernandes 2006c, 321; Cfr. Marques 1968, 12. Uma análise mais recente, duma perspectiva quantitativo-estatística, em Pereira 2003, 319-345.

Fome no Elysium

O “Lavrador” vicentino⁴⁶, longe de exaltar a sua terra como paraíso de fertilidade e abundância, insiste na denúncia da destruição sistemática das suas colheitas, por causa de um clima adverso:

Estoy de hijos cargado
Lloran por mantenimiento
empós de mí.
La nieve mató el ganado
La fruta llevóla el viento
Por ahí.
Las yerbas secó el frío
Las legumbres no nacieron
Mal pecado
Ni llieva peces el río
Hasta las aves se fueron
Del montado⁴⁷.

Um anti-paraíso agrícola descreve também João Mortinheira, personagem da *Romagem dos Agravados*, representada perante o mesmo rei D. João III em 1533, em Évora:

Que chove quando não quero
e faz hum sol das estrelas
quando chuva algũa espero.
Ora alaga o semeado
Ora seca quant’i há,
Ora venta sem recado,
Ora neva e mata o gado
E ele tanto se lhe dá⁴⁸.

⁴⁶ “Yo soy hombre generoso / de noble sangre nacido / y por huir / del estado peligroso / mudé por no ser perdido / mi vivir/ escogiendo por mejor / para el ánima salvar / de afrenta / la vida del labrador / que no tiene de que dar / tanta cuenta”, Gil Vicente, *Devisa de Coimbra* (2002, vv. 169-180, 456).

⁴⁷ Gil Vicente, *Devisa de Coimbra* (2002, vv. 211-222, 457).

⁴⁸ Gil Vicente, *Romagem de Agravados* (2002, II, vv. 78-85, 122). Veja-se a leitura historiográfica dos lamentos de João Mortinheira, ou Murtinheira, assim como de outros “lavradores” de Gil Vicente, no contexto da análise da produção agrícola quincentista, que se encontra em Magalhães 1993, 243ss.

Francisco de Andrada, na sua *Crónica de D. João III*, noticiava “anos estéreis e dificultosos e muito diferentes do que antes eram principalmente o ano de 1521, no qual por falta de água e secura do tempo se danaram as produções [...]”, informações reiteradas por outros autores contemporâneos como Fr. Luís de Sousa, Rui Fernandes ou Cristóvão Rodrigues Acinheiro⁴⁹.

Nem Garcia de Resende deixou de referir na poesia áulica e celebrativa da sua *Miscellânea* as graves esterilidades agrícolas, os campos ermos, a carestia de bens e os altos preços dos mantimentos. Especifica que, em Évora, o moio de pão costumava valer “quinze e vinte mil reaes” e que agora subia a “setenta mil e mais”. Recorda um ano não especificado em que se comprava o alqueire de pão por “oito reaes” e que posteriormente se viu “que não se achava por um cruzado”⁵⁰.

Terríveis – e próximas da elaboração da tradução de Fernando Oliveira – tinham sido as crises cerealíferas de 1567 e 1568, agravadas pela peste bubónica⁵¹.

⁴⁹ Andrada 1976, 28-31; Fernandes 1926, 573. Também Cristovam Rodrigues Acinheiro (1926, 340ss.) indica 1535 como um ano espantoso de fomes. À fome de 1542 e às suas causas refere-se igualmente Sousa 1951-1954, II, 273; uma relação de fontes quinhentistas das oscilações climáticas e as suas consequências em Oliveira 2006, 107-140. Este copioso elenco textual contrasta com o aumento populacional e a relativa contenção da mortalidade até aos anos 60 do século (Cosme 2012).

⁵⁰ “Viimos esterilidades [...], e viimos ja lavradores / pagar seus dizimos bem, / pagar bem a seus senhores / darlhe Deus anos melhores / dos que lhes agora veem / trigo, ceuada, centeo / furtam quasi de permeo / e deitam terra no pam”; [...] “Vii grandes perdas no mar / maas novidades na terra / muitas mudanças no aar...?” [...] “Vii muytos matos romper / grandes paules abertos / muitas herdades fazer / em terras, matos desertos / veemos ho pam mais valer / veemos tudo levantar”; [...] “Vijmos em Evora valer / hos moyos de pam yguaes / quinze vijnte mil reaes / agora ho veemos vender / a septenta mil e maes / anno vij tam abastado / que a octo reaes comprado / foy o alqueire do pam / outro vijmos em que nam / se achava por huo cruzado”, Garcia de Resende 1994, estrofes 209, 211, 214, 232, 233, 575-576, 579-580.

⁵¹ Veja-se a síntese da “carência frumentária” quinhentista oferecida por Magalhães 1993, 250-251. Os tratados médicos portugueses do tempo de Oliveira, como o *Diálogo da Perfeição e Partes Que São Necessarias ao Bom Medico* (1562) ou o *Retrato do Perfeito Medico* (1595) de Jorge Henriques, insistem na equação agricultura/alimentação/doença (Oliveira 2006, 109).

A estilizada poesia bucólica de Diogo Bernardes não deixou de incorporar nos seus versos esta realidade. Na *Égloga XII*, “Deploratória ao Senhor Dom Duarte, no tempo do mal”, aponta como principal problema, como raiz da doença espalhada, a fome:

Não ves que tal fogo entre nós arde [...]

Derramando-se foi por cada malha

e ora aqui, ora acolá se atea.

Se quem tudo governa não atalha [...]

Tem dó de quantos fica consumindo

não digo esta peçonha, a fome digo

que della muito mais estão caindo⁵².

Após a Grande Peste de 1559-1560, seguida de maciça deslocação de populações, seguiram-se novas crises de mantimentos em 1574-1580, acompanhadas de chuvas e destruições⁵³.

Em torno dos anos de 1578 e 1580, um autor italiano anónimo escrevia uma descrição de Portugal na qual relatava importantes faltas de pão, aludindo à pobreza da produção agrícola e descrevendo uma terra seca, arenosa, inculta e pobre, de maneira que “não tem o reino colheita própria com que possa sobreviver um mês”⁵⁴.

Outros estrangeiros corroboraram a impiedosa descrição deste autor anónimo, se bem que dum ponto de vista bem mais ponderado, como Sebastião Münster. Muito embora o autor anónimo italiano descrevesse

⁵² Diogo Bernardes, “Deploratoria ao Senhor Dom Duarte, no tempo do mal”, 1946, II, vv. 7, 11-13, 20-21, 86. Cfr. o comentário de Oliveira 2006, 124-125. O poeta evidencia a consciência desta rutura dos limites canónicos da poesia palaciana: “Quem isto vendo está, Alpino amigo / como queres que cante, e viva lédo?”, Diogo Bernardes, “Égloga X. Sylvio. Alcido”, 1946, vv. 22-23, 86. Ainda no género elegíaco encontramos o tema das secas e fomes também na “Égloga de Jano” de Bernardim Ribeiro.

⁵³ Estas deslocações de população, abandonando “os lares, derreados pela fome, fraqueza e doenças, a caminho dos centros urbanos”, repetiram-se nos últimos anos do século XVI (Oliveira 2006, 127-128).

⁵⁴ A crise cerealífera desses anos motivou proibições de venda de cereais ao estrangeiro: Marques 1985, 112, 114, 115, n. 126, 118.

sobretudo o território sul do país, âmbito principal de localização da corte na altura, a comparação de Portugal com a Gália resulta na superioridade agrícola desta última, devido à mais favorável regularidade pluviométrica desta região e à maior quantidade e qualidade dos solos aráveis⁵⁵.

Batalha contra ventura. Clima e instrução agrícola

Na referida peça *Romagem dos Agravados*, a violência destruidora da Natureza lamentada por João Mortinheira encontra-se entre os imponderáveis da fortuna que Fr. Paço aconselha a esquecer: “Agravos que nam tem cura / procurai de os esquecer / que impossível é vencer / batalha contra ventura / quem ventura nam tiver” (Vicente 2002, II, vv. 1046-1050, 150).

Os agricultores vicentinos, abatidos pela desolação, limitam-se ao lamento contra Deus e a Natureza, e a expor o seu trabalho inútil: “Vedes vós eu padre digo / que tempere a invernada / e leixe criar o trigo. / Mas ele de tençoeiro / sem ganhar nisso ceitil / vai dar chuvas em Janeiro / e geadas em Abril / e calmas em Fevereiro. / E névoas no mês de Maio / e meado Julho pedra. / Eu trabalho atás que caio / pardeos ele que é meu aio / cada vez mais me desmedra”⁵⁶.

João Mortinheira, como o nobre “Lavrador” da *Devisa de Coimbra*, desespera já da oração, o remédio proposto por Fr. Paço e pelo Ermitão, roçando as suas recriminações os limites do desacato sacrílego: “qu’eu sam pobre coma cão, / e cada dia lho digo /, e folga se vem à mão. / Não me presta nemigalha / oferta nem oração / ora dá palha sem grão, / ora não dá grão nem palha, / senão enfinda opressão”⁵⁷.

O diagnóstico das causas das sucessivas carestias agrícolas reiterado nas fontes quinhentistas – as adversidades climatéricas e as terras

⁵⁵ Münster 1540, fol. aa 3, 160ss.; Fernandes 2006a, 263ss.

⁵⁶ Vicente 2002, vv. 103-115, 122-123.

⁵⁷ *Ibid.*, vv. 143-150, 123.

pouco férteis – foi confirmado pela investigação historiográfica (Marques 1968; Feio 1991).

A estas causas “naturais” somava-se outra causa: o abandono dos campos em prol das atividades comerciais e militares derivadas da Expansão Ultramarina (Marques 1985, 28), tese já magnificamente sintetizada por Francisco de Sá de Miranda nos célebres versos da carta a António Pereira: “Mas temo-me de Lisboa / que ao cheiro desta canela / o Reyno no[s] despovoa” (Sá de Miranda 1994, 42).

A absorvente empresa ultramarina como causa do abandono da agricultura convivia melhor com o tópico da prodigiosa fertilidade natural da terra pátria na referida *Pro Hispania Aduersus Munsterum Defensio* de Damião de Góis.

Na realidade, a falta de mão de obra derivada da Expansão constituiu, segundo Oliveira Marques, apenas um dos ingredientes da crise cerealífera quinhentista determinada em grande medida pelo incremento da população. Poderia ter compensado este abandono dos campos a entrada de notáveis contingentes de escravos procedentes das conquistas, população registada abundantemente em fontes contemporâneas (Marques 1985; Caldas 1998, 127-184; Cosme 2012).

O humanista flamengo Clenardo refere a importância do trabalho escravo numa carta em que sublinha precisamente o desprezo da nação portuguesa pela agricultura, inserido numa característica preguiça perante todo o trabalho manual, deixado a escravos e estrangeiros⁵⁸.

A carestia de mão de obra regista-se na verdade como um problema anterior ao século áureo, que se teria acentuado a partir do século XIV⁵⁹.

⁵⁸ Damião de Góis, “Carta a Látomo”, in Cerejeira 1947, 251-254. Veja-se a análise desta carta por Fernandes 2006a, 287-288, no contexto da polémica de Góis com Münster. Cfr. Hirsch 1967, 130-139.

⁵⁹ Um momento de crise de mão de obra derivou da peste negra de 1348, que afetou toda a Europa e diminuiu 50% da população em Portugal: Marques 1968, 33, 53, 150 e especialmente as conclusões: 283-285. Cfr. Oliveira 2006, 107-140. Segundo Marques 1968, 239-262, estas crises de subsistência seriam uma das motivações que impulsionaram as expedições na Costa Africana desde o século XV, ainda que, avançado o século XVI, se revelassem antes parasitárias das reservas metropolitanas. Esta tese, avançada por Sérgio 1974, foi matizada e completada por Godinho 1947.

Noutra ordem de ideias, a entrega do trabalho agrícola a escravos seguramente comportou importantes desvantagens para a produtividade, pelo menos na primeira geração, pelo deficiente conhecimento técnico deste tipo de trabalhadores, habituados a culturas notoriamente diversas. Neste quadro, a tradução de Columela acudia a uma questão fulcral: a intervenção formativa por parte de proprietários conscientes dos problemas concretos seria ainda mais decisiva.

A obra de Columela enfrentava a imperiosa verdade dos climas adversos e dos solos pobres, tão amargamente exposta pelas personagens de Gil Vicente, de um ponto de vista diverso: o principal problema não é a terra ou o clima, mas a ignorância dos seus cultores.

A atitude do autor romano, obviamente cara a Oliveira, era, portanto, não a queixa, mas a autorresponsabilização, a procura de mais técnica e instrução agrícola.



II. COLUMELLA RENASCENS

1. O PRAZER DE SUJAR AS MÃOS: AGRICULTURA E DISTINÇÃO. A TRADUÇÃO PORTUGUESA E A RECUPERAÇÃO HUMANÍSTICA DE COLUMELA

A tradução portuguesa do agrônomo romano foi possível graças ao trabalho de edição e comentário de Columela nos *studia* humanísticos italianos⁶⁰. A eles deviam os leitores europeus a sua revalorização como manual técnico, porque escrito sob o signo da experiência real da agricultura e concebido como instrumento pragmático para o agricultor, e ainda elaborado com um exímio cuidado formal e elegância retórica⁶¹.

Desde o momento em que Poggio Bracciolini teve nas mãos uma cópia manuscrita do conjunto dos doze livros, multiplicaram-se as cópias manuscritas *recentiores* (designadas como grupo R) até superar o

⁶⁰ Elaborámos um enquadramento da tradução no *studium* humanístico em Tarrío 2011. Neste capítulo e no seguinte oferecemos uma síntese atualizada das principais considerações apresentadas neste estudo.

⁶¹ Reeve 1986, 146-47; Coupe 1971, 99; Buisseret 2004, 29-47, 39-41. Oliveira podia consultar a obra de Rutilius Taurus Palladius em edição independente, como as que se conservam na BNP: *De Re Rustica Libri Quattuordecim*. Lugduni: Seb. Gryphium, 1549, S.A. 6506 P.; *id.*, 1541, S.A. 17179//2 P.; ou em coletâneas de *Scriptores Rei Rusticae*, como a edição de Bolonha, por Benedetto Faelli, 19 de setembro 1994, BNP, INC. 82; ou *id.*, Reggio Emilia, Dionisio Bertocchi, 18 de setembro 1496, Academia das Ciências de Lisboa, RES. 7.9.

número de quarenta⁶². À *editio princeps* de 1472 (Veneza) sucederam-se mais de vinte edições até à de Lyon, de 1557⁶³.

O Columela luso, impossível sem a prévia constituição no reino de ambientes letrados e de bibliotecas de perfil humanístico, insere-se no movimento de irradiação extra-italica da leitura de Columela desde finais do século xv, que impulsionou a sua tradução para diversas línguas europeias durante o século xvi: duas francesas (Louis Maigret e Claude Coterau), uma italiana (Pietro Lauro) e uma alemã (Michel Herr)⁶⁴.

Em Portugal, o momento seminal da irradiação deste autor romano remete para a corte de D. João II e a sua política de subsídio a cortesãos, estudantes em Itália, que com o seu regresso transformaram a educação palaciana portuguesa.

Columela foi um dos autores explicados nos *studia* de Florença e Bolonha, onde confluíram, juntamente com os súbditos de D. João II, estudantes oriundos de diversos reinos da Europa.

Poliziano ocupou-se de Columela antes de explicar a *Naturalis Historia* de Plínio a um grupo de estudantes portugueses e ingleses, em 1490, como clarifica a *subscriptio* de um exemplar impresso pliniano, hoje conservado na Bodleian Library de Oxford⁶⁵. Em 1482, o humanista italiano colacionou o seu exemplar da *editio princeps* de Columela com um *uetustissimum volumen*, hoje perdido, ainda manuseado por Petrus Victorius em 1541⁶⁶.

Sintomaticamente, o trabalho de Beroaldo sobre Columela publicou-se em 1504 precedido de uma dedicatória a um dos seus alunos

⁶² Segundo Reeve 1986, 146-147, um manuscrito apógrafo perdido (designado por R na transmissão), atribuído a Niccolò Niccoli, deu lugar à principal tradição, de aproximadamente quarenta manuscritos. R foi copiado parcialmente a partir de A, manuscrito do segundo quartel do século ix (Milão Ambros. L. 85, provavelmente copiado em Fulda). Segundo Brown 1976, 175, os *recentiores* resultam da convergência de A com outra tradição manuscrita que terá circulado em Itália ao mesmo tempo que A.

⁶³ Veja-se o elenco de edições e comentário de Maestre Maestre 1997, 267ss.; cfr. García Armendáriz 1995, 72-73.

⁶⁴ Veja-se o capítulo “Os instrumentos do tradutor”.

⁶⁵ Fera 2015; Tarrío 2007, 2015.

⁶⁶ Este exemplar anotado por Policiano contém variantes manuscritas significativas. Conserva-se em Paris, BNF, Res. S. 439.

ingleses, Robert Fisher, na qual explica que o livro publicado resulta das suas aulas a um grupo de estudantes ingleses, na década anterior.

O regresso desses estudantes às suas respetivas pátrias afigura-se crucial: em Portugal foi consequência eloquente a publicação, em Coimbra, do *Commentum Plinii* de Martim de Figueiredo (1529), um dos referidos estudantes, posteriormente secretário de D. João III. Este monarca estudou latim com esta obra pliniana, precisamente com outro aluno de Poliziano, Luís Teixeira.

De igual modo, Thomas Linacre, um dos estudantes ingleses que partilharam com os portugueses as aulas de Poliziano, no seu regresso a Inglaterra, fundou o Royal College of Physicians of London (1498) e enviou uma tradução de Proclo a Aldo Manúcio, efetivamente publicada por este na antologia *Scriptores Astronomici Ueteres* de 1499⁶⁷.

Agricultura e distinção

Se Oliveira beneficiou da *lectio* ou fixação do texto latino de Columela pelos *studia* humanísticos, igualmente pôde absorver um dos principais temas da sua *enarratio* ou comentário: o seu valor como signo de *distinção* para príncipes e principais, no quadro do célebre arquétipo da “nobreza de espírito”.

A mera posse territorial senhorial, tanto como a pura linhagem de sangue, não era já suficiente: devia associar-se ao seu domínio intelectual e, neste exercício, a obra de Columela era exemplar, pois exortava à racionalização da posse da terra, pelo conhecimento e pela ação direta, técnica e qualificada, sobre a propriedade.

No excêntrico livro x do *De Re Rustica*, o leitor encontrava até uma emulação em hexâmetros das *Geórgicas* de Vergílio. Esse mesmo livro décimo havia inspirado também Pontano, cuja influente obra *De Hortis Hesperidum siue de Cultu Citriorum*, dedicada a Francesco Gonzaga em 1499, indicava aos seus distintos leitores, em primorosos versos, remédios para evitar que as suas árvores se queimassem com as geadas e outros conselhos práticos parecidos⁶⁸.

⁶⁷ Weiss 1957; Branca 1968, 185; Cotton 1937, 394-399.

⁶⁸ Pontano 1948, I, 229-261.

O êxito de Columela no Renascimento prendeu-se, pois, com a restauração da figura elegante do *uir romanus bonus agricola*, como deixam claro as palavras de Jorge Mérula, na dedicatória da sua edição de Columela:

Antes de todos estes [médicos, botânicos e veterinários] pensemos nesse varão conhecido pela sua entrega ao cultivo do campo, ao cuidado do gado, à colheita dos frutos e à elaboração de conservas, regressando com frequência às suas terras, sempre atento à ciência agrícola, à experiência e à prática⁶⁹.

Mérula foi professor de Baltasar Castiglione, autor do famoso manual de comportamento curial, *O Cortesão*, por sinal dedicado a um ilustre cardeal português, D. Miguel da Silva, cujo valor como figura de irradiação da cultura humanística em Portugal foi há décadas brilhantemente definido por Deswarte (1988, 1989).

Filippo Beroaldo, na carta dedicatória das suas anotações ao texto de Columela, incidia nesta virtualidade exemplar e crítica para as elites contemporâneas: “Para os antigos entender de agricultura era um dever próprio de príncipes e principais”⁷⁰.

Neste ponto, pela sua lógica de qualificação do domínio agrícola mediante a instrução dos possuidores, a tradução situa-nos na esteira da cultura dos príncipes de Avis: não sabemos que tipo de obras latinas ou vernáculas seriam as obras de “agricultura” que figuram no catálogo dos livros que possuía el-rei D. Duarte, no catálogo conservado na Biblioteca Nacional de Portugal. Entre as obras latinas figura uma “Agricultura que foi de João Pereira” e, entre as portuguesas, uma “Agricultura que foi d’el-Rei D. João”⁷¹.

⁶⁹ J. Mérula: “Sed ante omnes eum adeat uirum, quem diutius ruri uersatum colendo agro, tuendo pecori, fructibus condendis, salgamisque faciendis egregie operam dedisse nouerint, quando res disciplinaeque rustica potissimum usu et experientia docente habeatur”, Merula, fol. 1 v.º.

⁷⁰ “De agricolatione praecipere apud priscos regium ac principale munus fuit”, Beroaldus, fol. a i v.º/fol. 1 v.º. O exemplar da Biblioteca Nacional, que aqui citamos, com a obra de Columela anotada por Beroaldo e precedida de uma carta de J. Mérula, contém, na primeira folha do título, a marca de posse “Ad Hieronymum Monasterium pertinet”.

⁷¹ Ms. 3.390, fol. 163 v.º; cfr. Sá 1960, 563, 565. As obras sobre agricultura referenciadas neste catálogo poderiam ser cópias manuscritas de algum dos autores rústicos

Em todo o caso, estas ocorrências revelam a consciência, nas primeiras décadas do século xv, da importância de um saber técnico de agricultura na esfera laica, por parte dos quadros dirigentes, embora beneficiando do tradicional saber cisterciense neste âmbito⁷², no quadro de uma cultura palaciana na qual se destacam as traduções e paráfrases de Cícero e Séneca, por sinal reveladoras já do contacto com o humanismo italiano (Nascimento 1997).

O prazer de sujar as mãos

Ao elogiar o vínculo entre a matéria rústica e as mais altas responsabilidades cívicas⁷³, Beroaldo explica o prazer que este exercício proporciona, um prazer aparentemente livre das nefastas consequências e contrastes anímicos próprios dos restantes deleites, de acordo com a ética estoica exposta por Cícero ou Vergílio⁷⁴.

Nas não muito numerosas amplificações que se podem ler na tradução portuguesa do tratado ciceroniano *De Senectute*, elaborada por Damião de Góis, destaca-se a glossa às “deleitações dos lavradores”, a partir da expressão ciceroniana *uoluptates agricolarum* (*De Senectute*, 15.51). Góis, seguindo também a teoria estoica reformulada pelos humanistas, está a recordar ao leitor que esta forma de *uoluptas* não

latinos ou bem assim obras medievais sobre agricultura (em grande medida, por seu lado, baseadas nos primeiros), como a obra de Pietro de Crescenzi (Petrus de Crescentiis), *Ruralium Commodorum Libri XII*, que se serve de Catão, Varrão e Paládio, mas não de Columela.

⁷² Duby 1977, 248-249; 1979, 97ss; 1988, 127-128; Barbosa 1992, 103; García Armendáriz 1995, 39-67.

⁷³ F. Beroaldo, “Philippi Beroaldi epistola”, in *Opera Agricolationum Columellae* [...], BNP, INC. 82, fol. 1 v.º. O mesmo encontramos em outra carta de Mérula publicada na mesma edição: “Georgius Alexandrinus Bernardo Iustiniano equiti et senatori facundissimo salutem”, *ibid.*, fol. 15-15 v.º.

⁷⁴ Beroaldo emendou também as *Geórgicas*. Veja-se a eloquente *Oratio de Felicitate Habita in Enarratione Georgicon Virgilii et Columellae* (Beroaldo 1507).

teria como consequência a dor, ao contrário de outras voluptuosidades mais eufóricas, dos prazeres sensoriais ao lucro mercantil⁷⁵.

A literatura agrônoma romana permitia aos nobres não corar com a imagem das suas mãos a sujarem-se na terra, antes os convidava a deleitarem-se com tal imagem, agora prestigiante, mais deliciosa naturalmente por ser de natureza fundamentalmente livresca. Tais leitores podiam confirmar o prestígio do agricultor columeliano noutras fontes antigas: a imagem de César em Córdoba plantando com as suas próprias mãos um plátano, ou a de Quinto Hortênsio Hórtalo, o senador que regava as suas árvores a uma hora determinada como hábito pessoal e intransferível e que chegou a pedir uma alteração de horário no Senado para não faltar à sua rotina, são evocadas com admiração por João Rodrigues de Sá de Meneses, no seu tratado *De Platano* (1527-1537)⁷⁶.

Ora, já na Antiguidade, o trabalho agrícola abria exceção no geral repúdio pelo trabalho das mãos, que tradicionalmente suportava a distinção entre “artes liberais” e “servis ou mecânicas” (como ilustra a matricial definição ciceroniana de “arte liberal” no *De Oratore Libri Tres*, I. 16.72), distinção que articulou o sistema escolar medieval e renascentista, apesar da recente revalorização da *uita activa*⁷⁷.

Esse estatuto de exceção da agricultura havia sido reformulado pelos autores cristãos, no âmbito da cultura monástica, em contraste com o geral desprezo social pela figura do lavrador. Em Portugal, desde a sua implantação no século XII, com a proteção régia e aristocrática, a ordem cisterciense havia valorizado a agricultura, com importantes inovações técnicas⁷⁸.

⁷⁵ Cic., *De Senec.*, 15.51ss.; Osório 1985-1986, 248, 265. Sobre Cícero e o seu papel no humanismo cívico português, veja-se Nascimento 2006a.

⁷⁶ Mart. ep. 9.61.5-8; Macr. sat. 3.13; cfr. Plin. nat. 12.6; veja-se Tarrío 2009a, 77-80.

⁷⁷ A desconsideração pelas artes manuais, na sua dimensão social e artística, foi exemplarmente elucidada pelos historiadores da arte renascentista: veja-se Gombrich 1985 e Chastel 1991, 171.

⁷⁸ Duby 1977, 248-249; 1979, 97ss.; Barbosa 1992, 99-115; García Armendáriz 1994, 39-67; Mota 2006.

Os argumentos de tal exceção naturalmente mudaram: para Ramón Llull a agricultura era a mais nobre das artes porque era o melhor espelho da justiça, misericórdia e poder de Deus⁷⁹.

Ainda que formado no *laudare, benedicere, praedicare* dominicano, Fernando Oliveira leu e aproveitou Columela com o espírito cívico e humanístico, como é visível já na *Arte da Guerra do Mar*. Com este mesmo espírito, sem dúvida elaborou a sua tradução, embora “sem ofensa de Deus”:

Não soamente é necessaria para sustentar a vida, mas também é acomodada para com bom titulo conservar e accrecentar a fazenda sem ofensa de Deus. De muitas artes vivem os homens necessariamente que se não podem exercitar sem escrupolo da consciencia, como são a mercancia e a guerra, a qual se não pode fazer sem crueldade e roubos e damno de muntos. Também são escrupulosas as mecanicas se não tratão verdade e algumas outras desnecessarias. Outras ainda que necessarias são todavia perigosas, como é a navegação, sogeita ao furor do mar e impeto dos ventos e mesturada com peregrinações. Outras não soamente combatem a consciencia e vida, mas tambem a honra.

Da Agric., Pról. 8-10.

⁷⁹ Costa 2006; Llinarès 1987.

2. COLUMELA EM ÂMBITO PENINSULAR

Se, no caso da matéria naval, Fernando Oliveira entendeu que a navegação oceânica contemporânea exigia nova reflexão e novos manuais, inexistentes na Antiguidade e raros no panorama ibérico, já no campo da agricultura, não se promoveu a autor de novas sínteses. Apresentou-se antes com a veste aparentemente mais humilde de tradutor de Columela.

Manuais modernos de agricultura existiam já, muito célebres e de produção hispânica, como a *Obra de Agricultura* de Alonso de Herrera.

Impressa pela primeira vez em Alcalá de Henares, em 1513, a instâncias do próprio cardeal Cisneros (Alonso de Herrera 1970, 33), esta obra conhecera numerosas reimpressões, com adições e emendas, até ao final do século XVI, e ainda uma tradução italiana, impressa em Veneza⁸⁰. Aliás, é a difusão e prestígio internacionais desta obra que explicariam, segundo García Armendáriz, a ausência de traduções de Columela para castelhano, até à época do Iluminismo. Uma ausência surpreendente tendo em conta a origem bética de Columela e as sucessivas traduções para várias línguas europeias no século XVI⁸¹.

É evidente a proximidade de abordagem da matéria agrícola entre o autor castelhano e o tradutor português:

⁸⁰ Toledo (1520), Alcalá de Henares (1524), Toledo (1524), Logroño (1528), Alcalá de Henares (1539), de novo Toledo (1551), Valladolid (1563), Medina del Campo (1569, 1582, 1584). Em 1557, em Veneza, imprimiu-se uma tradução desta obra para o italiano (reimpressa em Veneza, 1568, 1577, 1583).

⁸¹ García Armendáriz 1995, 100; Brown 1976, 177; Andrade 2013. Consideramos estas traduções à luz da portuguesa no capítulo específico “Os instrumentos do tradutor”.

Esto digo porque aún hay otros que dicen que ni los preceptos de agricultura se pueden traer a arte y que no aprovecha cosa alguna quanto dello se escribe, en fin de sus calumnias y reprehensiones dando por conclusión que para qué se escribe, pues los labradores, a quien esto más pertenece, no saben leer, echando la culpa ajena al libro; cuyas frívolas razones ni me espantan ni a ellas quiero responder⁸².

A anotação de Oliveira sobre o centeio (“Adição do trasladador”) teve em conta possivelmente, como veremos, o capítulo que dedica a este cereal a obra de Alonso de Herrera (capítulo XIV, “Del centeno”).

No seu século, viram a luz da imprensa outros manuais sintéticos de objetivo pragmático, escritos não em latim mas em línguas vulgares, para serem entendidos por público mais vasto, tanto em âmbito hispânico como europeu. Assim, os *Diálogos de la Fertilidad y Abundancia de España y la Razón por que se Ha Ido Encareciendo, con el Remedio para que Vuelva todo a los Precios Pasados y la Verdadera Manera de Cavar y Arar la Tierra* (Madrid, 1578), ou, da autoria de Charles Estienne e Jean Liébaut, *L’Agriculture et Maison Rustique* (Paris, 1564), obras com ampla dívida para com Columela⁸³.

Preferiu o autor português traduzir o autor latino mais completo, o mais bem escrito, o que melhor direcionava o saber técnico em benefício global da *res publica*. Escolhia ainda um autor romano celebrado como hispânico no motivo das *laudes Hispaniae*, pelo seu nascimento em Gades, na antiga Bética, cidade igualmente sujeita a um processo de apropriação identitária de cunho humanístico. Não falta, por exemplo, na obra de Alfonso García Matamoros *De Adserenda Hispaniorum Eruditione* (Alcalá, 1553), na qual se proclama com orgulho a sua origem bética, na *nobilissima Gades, uetus Phoenicum colonia*⁸⁴.

O nome de Columela dava assim o seu contributo para o processo de construção propagandística da época dos Descobrimentos como *restauratio* do esplendor da Hispânia romana, esplendor perdido com a

⁸² Alonso de Herrera 1970, 6; cfr. Col. 1. praef. 20; García Armendáriz 1995, 103.

⁸³ García Armendáriz 1995, 106-107.

⁸⁴ García Matamoros 1943, 23. Para uma útil síntese da reinvenção de Cádiz nas obras historiográficas do século XVI, veja-se Fernández Camacho 2016.

invasão goda e sarracena, e que se deve entender no quadro do motivo mais vasto da *translatio imperii* para o extremo ocidental da Europa⁸⁵.

Essa funcionalidade do autor romano é visível na obra de Damião de Góis, na sua defesa de Hispânia contra Münster, na qual não omitiu o prestigiante antepassado⁸⁶, porque “não pode, todavia, chamar-se mesquinha a nação que produziu tais valores, nem se deve ter por esgotada a fonte pelo facto de os não produzir algum tempo”⁸⁷.

Nomes ilustres da cultura peninsular foram leitores de Columela: Diego Hurtado de Mendoza, Jerónimo Zurita, D. Fernando de Aragón (duque de Calábria) e Hernando Colón possuíram cópias elaboradas no século xv, próximas das *recentiores* italianas⁸⁸.

Hernán Núñez de Guzmán, el Pinciano, numa carta datada de dezembro de 1543 (carta 35), solicita a Zurita que lhe empreste os anti-quíssimos exemplares de Columela e Salústio que sabe que estão na sua posse⁸⁹. Efetivamente, entre os códices de Zurita recolhidos no

⁸⁵ Damião de Góis, *Hispânia*, trad. Carvalho (Góis 1945, 106).

⁸⁶ Góis 1945, 105-107.

⁸⁷ *Ibid.*, 107.

⁸⁸ O texto columeliano de Diego Hurtado de Mendoza consiste em *excerpta* copiados por Francisco Filelfo, El Escorial. Bibl. del monasterio a.IV.26. A cópia de Jerónimo Zurita (El Escorial. Bibl. del monasterio R.I.7, ms. e na edição Lundstrom-Josephson-Hedberg) contém o texto completo de Columela, juntamente com Varrão e Catão. A cópia manuscrita de Don Fernando de Aragón, duque de Calábria (ç para os editores suecos), é um precioso códice ornamentado, hoje na Biblioteca Universitária de Valência, ms. 54. Finalmente, o códice columeliano do bibliófilo Hernando Colón, adquirido em Pádua em 1512 (Biblioteca Capitulare y Colombina, ms. 2-3-23), contém apenas o livro x. A estes, todos cópias do século xv, há que adicionar o ms. Barcelona, Bibl. de Catalunya 626, que contém Columela, Varrão e Catão, siglado como ó por García Armendáriz 1995, 88-90, cfr. *ibid.*, 85-96.

⁸⁹ Domínguez Malvadí 2010, 12-13. Noutra carta de 1540 (n.º 16), indica: “ha venido, aunque extra humanitatem un libro De agricultura en latín llamado Crescentino que aunque es moderno y bárbaro es provechoso para en lo que habla. Cuatro reales cuesta, vuestra merced vea si manda que se envíe”. Noutra missiva de 1539, informava Zurita (residente em Valladolid como secretário da Inquisição) acerca de uma lista de livros conservados em Salamanca, entre eles “el Constantino de Agricultura”, que Arantxa Malvadí identifica com a obra *De Agricultura Omnibusque Plantarum et Animalium Generibus Libri XII* de Petrus de Crescentiis. Basilea: Henricus Petrus, 1538.

inventário da biblioteca do conde duque de Olivares, consta um *Columellae, Varronis, Catonis et Palladii de Re Rustica*, hoje na Biblioteca de El Escorial R.I.7⁹⁰.

No tempo de Fernando Oliveira, em Portugal não faltavam, sem dúvida, exemplares deste autor romano. Um exemplar da obra de Columela consta no inventário da biblioteca de D. Teodósio, duque de Bragança⁹¹.

Ora, no que se refere a traduções para línguas peninsulares, como já foi dito, a portuguesa destaca-se num panorama lacunar, tanto mais surpreendente se considerarmos essa apropriação patriótica de Columela como varão hispânico ilustre, juntamente com Marcial ou Trajano⁹².

A escolha de Oliveira, além de responder ao prestígio de um autor preferido pelo gosto humanístico, europeu e peninsular, respondia também a uma afinidade eletiva individual, como revela o belo jogo etimológico com o seu apelido que se lê na *Ars Nautica*:

Sicut oliva ferax dignos nautae affero fructus⁹³.

Algumas décadas após a morte de Fernando Oliveira, Luís Mendes de Vasconcelos, nos seus *Diálogos sobre o Sítio de Lisboa* (1608), usa a mesma árvore num sentido também emblemático e individual: “[...] e será ditoso o que tiver um pé de oliveira a que se abraçar”⁹⁴.

⁹⁰ Domínguez Malvadí 2010, Apéndice II, n.º 10, 141. Sobre os códices antigos de Zurita, veja-se *ibid.*, 53.

⁹¹ N.º 3996 “Columela de re rustica e Palalsus”, veja-se Buescu 2016, 176, nota 745. Uma proposta de reconstituição da biblioteca de João Rodrigues de Sá de Meneses em Tarrío 2005. Abordagem mais global dos leitores e das bibliotecas no período manuelino em Tarrío 2015.

⁹² Maestre Maestre 1997, 310.

⁹³ Fernando Oliveira, “Sicut oliva ferax dignos nautae affero fructus”, “Auctoris de patria, parentibus et nominibus suis hexametrus”, *Ars Nautica*, cit. Matos 1960, 240.

⁹⁴ Luís Mendes de Vasconcelos, *Diálogos sobre o Sítio de Lisboa*, 1608, ed. Sérgio 1974, 80.

3. AS MÃOS NA TERRA: *MAGISTRA EXPERIENTIA*

A coerência entre os princípios e conselhos do autor romano e a experiência vivida é ideia central na *Vita* de Columela elaborada pelo humanista italiano Filippo Beroaldo (1453-1505), na realidade composta por notícias retiradas do próprio tratado romano. Esta sucinta notícia biográfica, inicialmente publicada na sua obra *In Libros XIII Columellae Annotationes*, circulava na maior parte das edições do autor romano disponíveis no tempo do tradutor português⁹⁵.

Oriundo de Gades, Columela conhecia várias províncias do império romano (*Rust.* 2.15.4; 7.2.3; 8.16.9; 10.185), o que lhe permitiu constatar as consequências para a agricultura da variação de geografias e climas, um tema fundamental da sua abordagem da matéria rústica⁹⁶.

O próprio tratado apresenta-se como resultado do contraste crítico da bibliografia especializada à disposição de Columela (que não poucas vezes cita autores gregos e, sobretudo, romanos que não chegaram até nós) com a experiência direta da agricultura, na qualidade de proprietário agrícola na Itália e na Bética, província da Hispânia (*Rust.* 2.3.3; 3.9.2).

⁹⁵ Veja-se, por exemplo, a “Columellae uita, ex ipso opere collecta”, in *L. Iunii Moderati Columellae De Re Rustica Libri XII. Eiusdem de Arboribus Liber, Separatus ab Aliis*. Paris, 1543, BNP, S.A. 6507//1 P., fol. aa 1 v.º. Cfr. Heffner 1960, p. XIII, nota 2; Reeve 1986, 147.

⁹⁶ Considere-se, por exemplo, *Da Agricultura* 2.2.7: “He necessario attentar pellas diferenças das terras, por que humas convem para humas sementes e outras para outras”.

A primazia da experiência sobre o conhecimento livresco é característica principal no *De Re Rustica*. A tradução francesa de Columela preparada por Meigret, embora reduzida às notícias sobre viticultura e impressa em 1542, insistia no seu prólogo num princípio transversal do conjunto da obra latina: a hegemonia da “*experience la maïtresse*” sobre o conhecimento livresco. Com este espírito, dedicava a tradução aos viticultores franceses, aos “*messieurs les Français, quoique l’experience du labour et des façons des vignes vous soit en main*”⁹⁷.

O ascendente da experiência sobre a erudição, juntamente com a feição apologético-cívica e a modulação eminentemente pedagógica explicam a evidente sedução do tradutor português pela obra traduzida. As três características confluem, aliás, no próprio Fernando Oliveira como autor⁹⁸.

Na ponderação do “*experencialismo*” na obra de Oliveira não se poderá enfim descurar o papel da leitura dos autores romanos da *res rustica*⁹⁹. As significativas ocorrências do termo “*experiência*” nas obras de Oliveira remetem para o sentido do vocábulo *experientia* que surge em Columela: “*percepção directa da realidade física*”¹⁰⁰.

No cultivo das couves e dos vinhedos, um erro de teoria ou princípio numa fonte livresca podia detetar-se e corrigir-se com uma rapidez e modéstia exemplares para outras áreas do saber. A *auctoritas* livresca detinha aqui menor ascendência perante a “*experiência*” de falta de trigo e, portanto, de pão. As palavras do autor romano, na versão portuguesa de Oliveira, são eloquentes:

Porem não cuideis que as suas escrituras abastão para vos fazerem consumado lavrador, por que a lição de livros nem doutrina de boca não fazem mais

⁹⁷ “*Loys Meigret aux Francoys*”, Meigret, 1542, fol. a iii. Uma comparação entre Oliveira e Meigret em Andrade 2013, 616. Cfr. Hausmann 1980, 250-251, 245-278.

⁹⁸ Domingues 2004, 35-106, 100-101; cfr. *id.*, 1985. Sobre o experencialismo como traço caracterizador de toda a obra de Oliveira, cfr. Barreto 1989, 33, e Franco 2000, 41-42.

⁹⁹ Considere-se, por exemplo, Oliveira 2008, 16.

¹⁰⁰ Domingues 2004, 102-103.

que amoestar, e o uso faz oficial. Por que em todas as artes a experiencia e uso tem dominio, e exercitando se os homens aprendem mais em pouco tempo que lendo nem ouvindo em munto. E no exercicio errando aprendem, por que errando são reprimidos e conhecem sua falta que sem isso não conhecereião. Polo que vos aviso que vos não contenteis com ler soamente estes meus livros nem vos pareça que eles vos podem dar acabada sciencia, mas todavia vos ajudarão se teverdes vontade e possibilidade pera fazer o que eles ensinão.

Fernando Oliveira, *Da Agric.*, 1.1.26-28.

Na obra de Columela, os autores agrónomos precedentes não se invocam com a intensa aura da *auctoritas* que rodeia os autores antigos no Renascimento. Essa carga afigura-se antes uma consequência da transmissão medieval dos *auctores*, que chega ao Renascimento tomando a forma de um combate ou dialética entre os livros antigos e a percepção direta da realidade.

Oliveira, escrevendo nas condições específicas dos reinos ibéricos, não deixou de partilhar dessa compreensão polémica do binómio *auctoritates/experientia*: no capítulo terceiro do *Livro da Fábrica das Naus*, anota: “Em Guiné e no Brasil nunca ouviram nomear gregos, e sem eles navegam a seu modo, qualquer que seja, que lhes a natureza ensina”¹⁰¹.

Ora, esta feição combativa entre os autores antigos e a experiência afigura-se uma invenção do olhar renascentista. Na realidade, o acesso direto às obras gregas e romanas como a de Columela permitia a libertação das cadeias da *auctoritas*: o leitor de Columela uma e outra vez depara com a exaltação da supremacia da experiência sobre a teoria livresca. Neste sentido, a tradução responde ao clima propício do estudo dos novos espaços naturais ultramarinos, nas obras de António Galvão, Pedro Magalhães Gândavo e, sobretudo, Garcia de Orta (Carvalho 2015).

Em todo o caso, Fernando Oliveira como tradutor revela-se devoto desse alto ascendente da experiência: se realmente chegou a usufruir

¹⁰¹ Fernando Oliveira, *Obra Completa, op. cit.*, vol. II (no prelo); cfr. Domingues 2004, 105.

da referida tença outorgada por D. Sebastião, terá aderido à mobilidade aconselhada por Columela, que praticava o princípio de frequentes deslocções da metrópole para a propriedade rural, alternância compatível com as pesquisas relativas à sua obra naval e historiográfica¹⁰².

¹⁰² Essa propriedade tem sido interpretada antinomicamente como retiro de final de vida. Veja-se Franco 2000, 36, seguindo Mendonça 1898, 76.

4. COLUMELA, A PIMENTA E A CANELA:
LEITURAS QUINHENTISTAS DO AGRÓNOMO ROMANO

Os prudentes dos Romanos
antes que o tino perdessem
donde cuidaes que escolhessem
Cincinatos e Serranos
que ante si em campo possessem?¹⁰³

Sá de Miranda 1994, 47.

Na sua célebre carta-manifesto a António Pereira Marramaque, Francisco de Sá de Miranda inclui uma glorificação da rusticidade de signo columeliano (*gloria rusticationis*), evocando o patricio romano Quíncio Cincinato, que, no Prólogo do *De Re Rustica*, saltava do arado para o foro ao serviço da *Respublica* (“ab aratro uocatus ad dictaturam”, Colum. rus. praef. 15).

O primo e amigo de Sá de Miranda, João Rodrigues de Sá de Meneses, citou também Columela, num tratado em que evoca a memória do seu bisavô, a plantar uma árvore com as suas próprias mãos, e recorda o idealizado retrato pliniano de Catão do *uir romanus*: excelente cidadão, militar e orador, e, sobretudo, bom agricultor¹⁰⁴.

Claro que, ao contrário de Fernando Oliveira, tanto Francisco de Sá de Miranda como Sá de Meneses não podiam deixar de ler as apologias

¹⁰³ “A Antonio Pereyra, senhor do Basto, quando se partio para a Corte coa casa toda”.

¹⁰⁴ Sá de Meneses, *De Platano* 2.37, ed. Tarrío 2009a, 259-261. Cfr. Plin. nat. 7.100; 14.44; 18.11. Wallace-Hadrill 1998, 2-4; Beard 1998, 23-32, 26. Para Plínio, o Moço, o campo é lugar de estudo e prazer, contrariamente à cidade, o espaço da perda de tempo (Ep. 1.12); cfr. Grimal 1969, 85.

agrícolas de Columela e de Plínio à luz da defesa do seu universo aristocrático, alicerçado na posse hereditária da terra, face à nova “nobreza de toga” que crescia proporcionalmente à centralização da burocracia régia¹⁰⁵.

A nostalgia do mundo que se sente em extinção ou em perigo com a nova realidade comercial do Ultramar é um dos temas recorrentes da poesia de Sá de Miranda suficientemente analisado¹⁰⁶.

A poesia mirandina pode, ainda, compreender-se como manifestação lusitana de um gesto literário que se repete desde a literatura helenística até aos nossos dias: a recuperação simbólico-estética da Natureza por parte da civilização urbana, na realidade afastada do cultivo real da terra (Williams, 1990).

Essa vertente da aproximação da agricultura, por assim dizer conservadora, não obsta ao reconhecimento da base crítica de Sá de Miranda relativamente aos males do reino: o problema da desertificação e abandono dos campos, por exemplo, prende-se na sua obra com a crítica da excessiva centralização da vida económica do reino na metrópole comercial, em detrimento das atividades económicas internas:

Ao Reino cumpre e todo elle
Ter a quem o seu mal doa,
Não passar tudo a Lisboa,
Que é muito o peso e com elle
Metete o barco n'agua a proa.

Sá de Miranda 1994, 48.

Ora o mesmo Prólogo columeliano, que foi lido com atenção e proveito por ambos os fidalgos, permitia criticar a ociosidade e inaptidão de seus pares, os grandes proprietários rurais contemporâneos, isto é, os *senhorios* (*os mimosos d'agora*) que delegavam o controlo das terras

¹⁰⁵ Sousa e Magalhães, em Mattoso 1993, vol. 3, 441-476 e 62-63; Sá 1983, 162; Aubin 1984.

¹⁰⁶ Veja-se a síntese, com a bibliografia principal, de Earle 1980.

em administradores incapazes e sobretudo sem empenho. Na tradução de Fernando Oliveira:

Por que o rendeiro pretende seu proveito, posto que seja com perda das terras e o jornaleiro não se doe do que não é seu. Mas agora os senhorios são tam honrados que se desdenhão de cultivar suas fazendas per si. E não soo isso, mas entregam-nas a taes abegões que ou não sabem como as ham de concertar ou não poodem, por que são daqueles que jaa não poodem servir em casa.

Fernando Oliveira, *Da Agric.*, Pról. 16-17.

Cincinato abandonando as honras cidadinas após as vitórias militares para voltar às suas “quatro geiras de terra”, os heróis republicanos Gaio Fabrício e Cúrio Dentato trabalhando com as suas próprias mãos sete “geiras”, argumentavam a favor do “bom costume de cultivar os senhorios suas herdades por si mesmos”, ideia reiterada por Columela em diferentes contextos¹⁰⁷.

A apologia da agricultura presente no Prólogo de Columela incluía o contraste com outras atividades mais inseguras e belicosas e moralmente mais suspeitas, como a navegação e o comércio. Tais ofícios tornaram-se ainda mais melindrosos do ponto de vista da moral cristã, a qual nitidamente se infiltra na tradução:

Não soamente é necessaria para sustentar a vida, mas também é accomodada para com bom titolo conservar e accrecentar a fazenda sem ofensa de Deus. De muitas artes vivem os homens necessariamente que se não podem exercitar sem escrupolo da consciencia, como são a mercancia e a guerra, a qual se não poode fazer sem crueldade e roubos e damno de muntos. Também são escrupulosas as mecanicas se não tratão verdade e algumas outras desnecessarias. Outras ainda que necessarias são todavia perigosas, como é a navegação, sogeita ao furor do mar e impeto dos ventos e mesturada com peregrinações. Outras não soamente combatem a consciencia e vida, mas tambem a honra.

Fernando Oliveira, *Da Agric.*, Pról. 8-10.

¹⁰⁷ Além de constituir argumento central do seu Prólogo, Columela regressa a esta ideia em III 21.4; IV 18.1, reformulando a posição de Catão, *Agr.* 4. O princípio é também defendido por Paládio (1.6.1) e Plínio (nat. 18.31.35).

O pejo moral do comércio ecoava também nos versos de Sá de Miranda:

Que não fara? Quem trocar
 Nos fez a paz pella guerra?
 Faz huns a outros matar,
 Passou da vivenda ao mar
 Homens naturais da terra.
 Escravos mais que os escravos
 Por razam e por justiça
 Deixai-vos de vossos gavos
 que vos vendeo a cobiça
 A mar bravo e a ventos bravos¹⁰⁸.

Como em Columela, o regresso à terra não se configura nestes versos apenas como um canto de cisne, antes apela a uma forma de racionalidade crítica de práticas contemporâneas.

Não será descabido presumir o impacto da leitura deste autor romano noutros versos do poeta do Neiva: “Deixais esta madre antiga, / isvos buscar a madrastra” (1994, 48), ou até na estilizada poesia bucólica de Diogo Bernardes:

Perio, os campos do Tejo bem nacido,
 se tu os não cultivas, nem grangeas,
 vejo o trigo em avea convertido¹⁰⁹.

¹⁰⁸ Francisco de Sá de Miranda, “Carta a Pero Carvalho” (1994, 31-32). Na “Carta ao seu irmão Mem de Sá”, repete, em versão mais franciscana ou ascética, a apologia da pobreza sossegada: “estes medos á pobreza, vedes como a natureza / veste ricamente as flores”, *ibid.*, 53. Veja-se também o tema da corte corrupta e o sossego do campo na referida carta a António Pereira, *ibid.*, 41-49.

¹⁰⁹ “Egloga X. Sylvio. Alcido”, 1946, 73. Cfr. Diogo Bernardes, “Carta XXVI. Ao mesmo Rui Gomes da Gram, depois de partido para a Índia”, “A Dom Gonçalo Coutinho, estando em uma sua quinta que chama dos Vaqueiros”, 1946, 287-300, 301-309. Vejam-se mais ocorrências e mais amplo comentário em Tarrío 2009a.



III. *COLUMELLA LUSITANUS*. SINGULARIDADES DE UMA (IN)-FIDELIDADE

1. OS INSTRUMENTOS DO TRADUTOR

A primeira pergunta que se impõe é que tipo de texto columeliano terá utilizado o tradutor português.

Como a sua versão segue a ordenação correta dos livros da obra de Columela, só estabelecida na edição de *Scriptores Rei Rusticae* por Aldo Manúcio em 1514, o seu texto latino teve de ser posterior.

Com efeito, as cópias manuscritas *recentiores* e as primeiras edições ofereciam erradamente como livro terceiro o livro *De Arboribus*, como ilustra o incunábulo hoje conservado na Biblioteca Nacional de Portugal, onde ainda se pode ver o erro, emendado na edição aldina de 1514¹¹⁰.

Por outro lado, já as suas referências a Nebrija e a Budé nas “Anotações” à tradução indiciam o acesso a um texto columeliano expurgado e

¹¹⁰ *Opera Agricolationum Columellae Varronis Catonisque nec non Palladii, cum Excriptionibus D. Philippi Beroaldi et Commentariis quae in Aliis Impressionibus non Extant*. Bolonha, 1494, BNP, INC. 82, Hain 14568. Modernamente encadernado, apresenta duas marcas de posse: Ordem dos Jerónimos e Companhia de Jesus. Já o impresso conservado na Academia das Ciências de Lisboa, oriundo da coleção Pina Martins, afigura-se incorretamente datado: *Rei Rusticae Scriptores. Marcus Portius Cato Lib. I, Marcus Terentius Varro Lib. III Lib. 3, Lucius Junius Moderatus Columella, Lib. XIII, Palladius Rutilius Taurus Aemilianus Lib. VII*, Editio halica, circa annum 1472, apud Dionysium de Bertochis, Academia de Ciências de Lisboa, 7.9. Carece de folha de título, substituída por uma identificação posterior que julgamos errada, pois o exemplar apresenta a ordem correta de livros.

explicado por autores humanísticos. Além disso, certos passos da sua tradução remetem para variantes textuais patentes nas *editiones* humanísticas e diversas das privilegiadas na tradição manuscrita mais antiga¹¹¹.

Oliveira como tradutor beneficiou da ampla circulação europeia dessas edições, que incluíam as emendas e anotações de Baptista Pío, Jorge Mérula e Beroaldo, às quais se acrescentaram as leituras de Erasmo e Petrus Victorius¹¹².

Vários exemplares conservados hoje na BNP aproximam-nos do tipo de texto columeliano de que se pôde servir Fernando Oliveira: a reedição da aldina (Veneza, 1533)¹¹³, a de Paris preparada por Robert Estienne (1543)¹¹⁴ ou a de Lyon (1548)¹¹⁵, que pertenceu ao erudito espanhol D. Luis Salazar y Castro¹¹⁶.

¹¹¹ Considerem-se aqui apenas dois exemplos: a tradução “destemperança” (fol. 277), que implica a lição *intemperantia* oferecida por R e a maior parte das edições, perante a variante *uiolentia* em S e A (a oferecida também por Lunstrom, o mais eminente editor columeliano ainda hoje). Outro exemplo é a tradução “semear”, que aponta para a variante *cultus* oferecida por R, perante a lição *fructus*. Veja-se também a tradução: “a ùa a que os lavradores das Galias chamão amaraco”, que corresponde a *emarcum* no original. A partir deste resultado, pode-se deduzir que Oliveira encontrou a variante *emarcum*, representada nos manuscritos *recentiores* e nas edições, e não *marcum*, representada por S e aceite pelos editores modernos: Ash, 246.

¹¹² A edição de Paris de 1533 clarifica esta lógica cumulativa, típica das edições humanísticas: “Pomponii Moderati in Hortum Columellae commentarii cum annotationibus Baptistae Pii, Beroaldi aliorumque aliquot illustrium uirorum”, in *Scriptores Rei Rusticae*. Paris, 1533, fols. 304-330. Cfr. *Explanationes in Catonem, Varronem, Collumellam Castigationum*. Lugduni: apud Seb. Gryphium, 1542.

¹¹³ *Libri de Re Rustica M. Catonis Lib. I. M. Terentii Varronis Lib. III. L. Iunii Moderati Colvmellae Lib. XIII. Palladii Lib. XIII*. Venetiis: in Aedibus Haeredum Aldi et Andreae Soceri, 1533, BNP, RES. 3759 V.

¹¹⁴ BNP, S.A. 6507//1 P.: *L. Iunii Moderati Columellae De Re Rustica Libri XII. Eiusdem de Arboribus Liber, Separatus ab Aliis*. Parisiis: ex Officina Roberti Stephani (rasurado) Typographi Regii, xi Cal. Septembris 1543, inclui um “Index omnium fere in hisce Columellae libris scitu digna reperiuntur” (fols. i ii- k ii), “Locis aliquot Columellae ad uetustorum exemplarium collationem emendati” e um “Index eorum quae habentur in Palladii de re rustica libris” (fols. k ii v.º-k iii). Cfr. Brown 1976, 188.

¹¹⁵ BNP, S.A. 6509 P. *L. Iunii Moderati Columellae De Re Rustica Libri XII. Eiusdem de Arboribus Liber, Separatus ab Aliis*. Lugduni: apud Seb. Gryphium, 1548.

¹¹⁶ Na folha de título pode ler-se claramente “Del mº Salazar”. Os catalogadores da Biblioteca da Real Academia de Historia de Madrid, onde se conserva o espólio do

Particularmente a edição de Lyon de 1548 (conservada em BNP, S.A. 6509 P.) afigura-se uma boa aproximação ao texto utilizado na versão portuguesa¹¹⁷.

Ora, o tradutor poderá ter trabalhado tanto a partir de um exemplar impresso análogo aos mencionados, como a partir de uma cópia manuscrita de edições humanísticas, como era prática corrente na época¹¹⁸. Aliás, no mesmo códice miscelâneo de Paris onde se conserva a tradução figura uma cópia manuscrita da *Gramatica* de Nebrija realizada a partir de uma edição impressa, com interpolações autógrafas do próprio Oliveira¹¹⁹.

As edições do seu tempo concediam protagonismo aos *uulnera* ou variantes problemáticas, e este tipo de explicações aparecia à mistura com notícias de natureza lexical e outras anotações, de maneira que cada leitor ou tradutor não podia escapar à consciência da instabilidade e problematicidade do texto fixado.

Se Oliveira tivesse terminado a tradução e elaborado a inevitável carta dedicatória a uma personalidade destacada ou bem assim aos seus leitores potenciais, não deixaria de notar os problemas do texto latino, como fez Jean Thierry de Beauvois, revisor da tradução francesa de Claude Cotereau (publicada postumamente em 1555). Na sua carta ao

bibliófilo espanhol, não acusam a existência do exemplar lisboeta *Catonis ac Varronis De Re Rustica Libri, per Petrum Victorium, ad Ueterum Exemplarium Fidem, Suae Integritati Restituti* (Lugduni: apud Seb. Gryphium, 1549). Este exemplar contém um *Index in Catonem et Varronem*, fols. p 2-p 7 v.º. Exemplar infelizmente limpo de toda a classe de intervenção em forma de notas, é mais completo do que a outra edição parisiense de 1543. Na parte relativa ao cultivo das vinhas aparecem desenhos ilustrativos da *ciconia* e *ciconiae organum compositum* (fol. 112). A posse do exemplar condiz com o perfil do bibliógrafo oferecido em Espinosa, que alude justamente ao seu interesse pela agricultura: Montero de Espinosa 1973, 35.

¹¹⁷ *L. Iunii Moderati Columnellae de Re Rustica Libri XII. Eiusdem de Arboribus Liber Separatus ab Aliis*. Lugduni: apud Seb. Gryphium, 1548.

¹¹⁸ O manuscrito Laurentianus Plut. 53.19 é cópia da edição impressa em Reggio Emilia em 1482; Nápoles V A 5 foi copiado por Gianrainaldo Mennio em 1488, também a partir de um impresso: Brown 1976, 176.

¹¹⁹ A “Arte de gramatica de lengua castellana por el doctissimo maestro Antonio de Nebrisa compuesta”, BNF, Fond Portugais, ms. 12, fols. 273-327 v.º.

“ami lecteur” explica a necessidade de emendar o texto latino, origem de alguns erros de tradução de Coterau¹²⁰.

Textos intermédios: traduções

A análise da tradução à luz do texto columeliano revela que Oliveira trabalhou a partir do original latino, sem prejuízo do conhecimento e manuseio de traduções para línguas vernáculas existentes. Provavelmente, conheceu a versão francesa de Claude Maigret, impressa em 1542, embora limitada às notícias de viticultura dos livros III e IV.

Oliveira e Maigret apresentam flagrantes afinidades: o autor francês foi o responsável pela primeira gramática de língua francesa, *Le Tretté de la Grammere Françoese* (Paris, 1550), precedida de um plano de atualização ortográfica que procurava aproximar a escrita da realidade linguística contemporânea: *Traité Touchant le Commun Usage* (1542, 1545). Neste campo, o francês poderá ter-se inspirado na audácia da *Gramática* de Oliveira, impressa em 1536. Ainda no mesmo ano em que vê a luz em Coimbra a *Arte da Guerra do Mar* de Oliveira, Maigret deu à estampa uma versão francesa (Paris, 1555) do famoso tratado latino sobre a arte militar (*De Re Militari*) do italiano Roberto Valturio (1405-1475)¹²¹.

¹²⁰ J. Thierry Beauvois, “Ami lecteur [...] hay faict certaines Annotations, en partie pour restituer en leur entier plusieurs lieux qui sont corrompus es Columelles latins, en partie pour monsther conbien estoit necessaire d’emender la susdicte translation de Cotereau”, “Jean Thierry de Beauvoisis au Lecteur, Salut”, in Coterau; Beauvais, fol. a i v.º. Neste exemplar, figura uma nutrida lista de “Lieux du Columelle Latin examinés” (fols. 11, 13, 27, 70, 98, 106, 109, 122, 127, 149, 153, 159, 163, 169, 174, 204, 238, 250, 263, 276, 297, 302, 305, 315, 334, 349, 359, 379, 476, 479, 496, 521, 525, 528, 537, 549, 551, 565, 5729) e outra lista de “Lieux du Columelle Latin exposés” (fols. 149, 157, 173, 286, 476, 523), índices sem dúvida de grande ajuda para todos os estudiosos e tradutores de Columela da época. No reverso da última folha é visível o selo da “Livreria de D. Francisco Manuel”.

¹²¹ Além de Valturio e de Durer, Maigret traduziu Plínio, o Velho, Aristóteles, Políbio, Isócrates, Salústio, Cícero e Luciano. Na tradução de *Le Menteur ou l’Incredule* de Luciano (1548), já aplicou os princípios de reforma ortográfica do seu *Traité* de 1542/1545. Veja-se Haussmann 1980, 77-129, 245-278.

O tradutor português pôde ter igualmente conhecido ou manuseado a versão francesa integral de Claude Coterau (publicada em 1555, com uma revisão de Jean Thierry de Beauvois), sendo em todo o caso segura a sua independência de critério e o trabalho a partir do texto latino¹²².

A sua estadia em França terá favorecido o conhecimento destas traduções. Em navios deste reino serviu o tradutor português, primeiro como cativo e depois como piloto (1541-1543; 1545-1546), até ter sido aprisionado por um navio inglês e chegado à corte de Henrique VIII¹²³.

Igualmente provável é o seu conhecimento da tradução de Pietro Lauro, impressa em 1544. Lauro (1510-1568?), prolífico tradutor que priorizou as matérias médico-naturalísticas, foi como Oliveira um heterodoxo dominicano, objeto de denúncias inquisitoriais pelas suas perigosas amizades com erasmistas e luteranos¹²⁴.

António de Nebrija: o modius

No “Aviso para notar neste segundo livro e nos outros onde for necessario”, o tradutor justifica a sua tradução do termo latino *modius* pelo “almude castelhano”.

Oliveira explica ao seu leitor que traduzir *modius* (termo de capacidade que correspondia a 8-9 litros) por *moio* seria incorrer nas armadilhas do que hoje se denominaria um “falso amigo”, porque, embora derivado etimologicamente de *modius*, o moio da sua época tinha uma capacidade de 780 a 840 litros. O tradutor apresenta como tradução plausível de *modius* o almude castelhano, que tinha a capacidade de 4 a 5 litros,

¹²² A tradução “cincoenta geyras” presume no original o termo *quinguinta* (Colum. 1.3.11), a mais representada nos manuscritos (Ash, 50), embora problemática, porque Columela se refere imediatamente a Gaius Licinius Stolo, autor da lei que limitava a propriedade da terra a *quinguinta iugera*, lei aprovada em 367 a.C., de acordo com Varrão (rust. 1.2.9) e Plínio (nat. 18.17). Beauvois escolheu a variante *quinguinta* (Beauvois, fol. d ii), recordando ainda Tito Lívio 1.7, Valério Máximo 8.6, Aulo Gélio 7.3. Sobre a lei dos 500 *iugera* (equivalente a 300 hectares ou 150 acres) na história romana posterior, em particular na reforma dos Gracos, veja-se a síntese de Dillon/Garland 2005, 412, 419ss; cfr. Roselaar 2009, 24.

¹²³ Mendonça 1898, 13-22; Barker 1992, 16; Andrade 2013, 615.

¹²⁴ *Dizionario Biografico degli Italiani* 64 (2004), s.u.; Menchi 1987, 344-46 *passim*.

e que, portanto, também não traduzia com demasiada exatidão o *modium* latino¹²⁵.

A bibliografia citada nesta “Anotação” é Antonio de Nebrija, modelo do autor no campo gramatical, como revela a sua *Gramática da Língua Portuguesa* (Coimbra, 1536). Com efeito, o humanista castelhano havia proferido um discurso sobre os termos de medição romanos na Universidade de Salamanca (*Repetitio Sexta de Mensuris*. Salamanca: Juan de Porras, 1510).

Nebrija era, aliás, autor de consulta para um tradutor de Columela. O humanista havia explicado termos de Columela no seu trabalho sobre terminologia médico-botânica latina, visível num pequeno *lexicon*, publicado postumamente como complemento ao *Dictionarium Latinum Latino-Hispanicum* (Lovaina, 1545). Esse glossário chegou a publicar-se graças ao médico português Luís Nunes, que o emendou, dedicando os seus esforços a Diego de Murça, por sinal reitor da Universidade de Coimbra, uma década antes da passagem de Fernando Oliveira por esta universidade¹²⁶.

A especificação dada por Oliveira sobre o carácter castelhano do termo “almude” é errónea, pois se trata de um termo de origem árabe, importado pelas populações cristãs peninsulares, e perfeitamente assimilado em Portugal desde os tempos de Afonso Henriques.

¹²⁵ A diferença entre o vocábulo latino e o português surge já bem patente na documentação portuguesa medieval mais antiga, latina e romance. À oscilação diacrónica do seu valor desde os tempos de Afonso Henriques até aos de Fernando Oliveira somava-se a variação regional, patente na documentação quinhentista. Do tempo do Condado Portucalense até ao de D. Afonso Henriques, o valor do moio tinha passado dos 52/56 litros aos 560 litros. Apesar dos esforços de uniformização dos sucessivos monarcas, o valor do moio continuou a crescer e a variar de região para região (embora em menor escala do que na Idade Média), de acordo com o valor do alqueire. Veja-se Marques 215; Lopes 2003, 2005. À variação de valor soma-se a instabilidade do preço. Garcia de Resende, *Miscellanea*, estrofe 233, refere-se aos “moyos de pam” que “valiam quince, vinte mil reaes” e que passaram a valer “setenta mil e mais”. Cfr. Trigo 1815a, 336-411.

¹²⁶ “Carta a Diogo de Murça”, Nunes 1985, 162-163. Cfr. Carrera de la Red 2000, 9.

Mas a distinção ganha sentido se a compreendermos como uma forma de prevenção dirigida ao leitor português, considerando que o almude português tinha um valor sensivelmente superior ao castelhano na sua época (entre os 16 e os 17 litros, aproximadamente) e, portanto, já demasiado afastado do valor do *modius* latino.

A proposta de Oliveira, inexata e discutível aos olhos contemporâneos, ratifica, no entanto, o princípio orientador da sua tradução: pesa mais do que tudo a vontade de se aproximar do agricultor contemporâneo, utilizando a sua nomenclatura.

A escolha afigura-se menos inaceitável do ponto de vista do leitor português do século XVI, habituado a formas de medição aproximativas e ao constante índice de inexatidão e variação cronológica e regional¹²⁷, parâmetros bem distantes do rigor das nossas medições atuais.

Em todo o caso, na anotação sente-se a hesitação, a prudência de quem sabe que, excluída a transliteração do termo antigo, toda a tentativa de equivalência seria insatisfatória.

Para a transliteração parece inclinar-se a explicação do *modius* por parte de outro humanista português, Aires Barbosa, também professor em Salamanca como Nebrija. No seu *Comentário a Arator* (Salamanca, 1516) explica este termo latino, embora no seu sentido monetário¹²⁸.

Guilherme Budeu e as moedas romanas

A aplicação do critério usado para a tradução do *modius* no caso das denominações romanas das moedas resultaria em impossível fidelidade ao original e em maior confusão para o leitor, de acordo com a “Declaração d’algumas palavras deste capítulo terceiro do terceiro livro”.

¹²⁷ Aproximada é também a proposta de Oliveira Marques, que considerava plausível traduzir o termo latino por “alqueire”, seguindo a hipótese de Teixeira Girão, Mendo Trigo e Viterbo (Marques 1968, 215).

¹²⁸ “sub modio, id est, sub parua mensura [...] est enim modius mensurae genus duo et xx sestertia continens: sub modio, ou seja, uma pequena medida [...] o módio é, com efeito, uma espécie de medida onde cabem vinte e dois sestércios”, Aires Barbosa, comentário a *Arator: parua mensura*, ed. Manso 2011, 135.

As denominações de moedas portuguesas correntes na época do tradutor dificilmente poderiam servir para traduzir o texto latino, como se observa nas equivalências do ducado e do marco português, fixadas pelas *Ordenações Manuelinas* (I, tit. xxxi, livro III, tit. LXXVII), em textos contemporâneos da tradução¹²⁹.

Esta explicação revela a prudência de Fernando Oliveira, a sua consciência da complexidade de qualquer proposta de equivalência em moedas vernáculas. Para defender esta opção conservadora, Oliveira ampara-se na autoridade do principal tratado humanístico sobre a matéria: a obra de Guillaume Budé, *Libri V de Asse et Partibus Eius*, publicado inicialmente em 1514, incorporando as notícias coligidas por Ermolao Barbaro¹³⁰.

A obra do humanista francês, bibliotecário régio entre 1521 e 1540, já havia sido invocada por Oliveira na *Arte da Guerra do Mar*, de 1555, a propósito dos tamanhos dos navios da Antiguidade¹³¹.

Um exemplar desta obra do humanista francês fazia parte da biblioteca do duque de Bragança, D. Teodósio, de acordo com o inventário conservado¹³². O célebre tratado estava aliás disponível em língua portuguesa, numa versão dedicada ao próprio D. João III, e elaborada, em 1535, em Évora, por Pêro de Moyna Angeli, italiano ao serviço da corte portuguesa¹³³.

¹²⁹ Como a descrição anónima publicada por Marques 1985, 109-110. Veja-se Serrão 1971 s.u.

¹³⁰ Não cita neste caso as opiniões de Nebrija na sua obra dicionarística: Nebrija, *Dictionarium Latino-Hispanicum [...] ad haec Dictionarium Propriorum Numinum*. Antuerpiae: Aedibus Viduea & Haeredum Joannis Steelsil, 1570, BNP, F. 2312 e L. 4255 V.

¹³¹ Cfr. Knecht 2008, 206.

¹³² Com o n.º 4229. Veja-se Buescu 2016, 150, nota 633.

¹³³ Desta tradução conservam-se hoje dois manuscritos, ambos cópias de um original quinhentista, um na Biblioteca Pública de Évora (ms. CV-1-35d), “Sumário e epitoma que por mandado del-rei de França o Doctor Guilhemo Budeo, do seu conselho e seu desembargador do Paço, tirou em lingoagem françes do livro que fez *De Asse*, tornado em português por Pero de Moyna Angeli”, cópia do original que existia na Biblioteca da Cartuxa de Évora. O outro exemplar, hoje conservado na Academia das Ciências de Lisboa, Série Vermelha 691, é igualmente cópia do original, realizada

Da seguramente ampla circulação e uso deste tratado em Portugal, em latim ou em tradução portuguesa¹³⁴, dá conta o opúsculo *De Monetis tam Graecis quam Latinis* do seu contemporâneo Jerónimo Cardoso, impresso em Coimbra, em 1561, nos prelos de João Álvares, e posteriormente incluído no seu *Dictionarium Latino-Lusitanicum*¹³⁵.

Oliveira e Cardoso, que partilharam não apenas a obra de Budé mas também os mesmos prelos conimbricenses (a oficina conimbricense de João Álvares havia publicado a *Arte da Guerra do Mar* em 1555), parecem ter sido próximos, a julgar pela carta latina de Jerónimo Cardoso, na qual exprime a sua amizade e devoção por Oliveira¹³⁶.

Na realidade as notícias recolhidas por Budé podiam ler-se em compêndios posteriores mais completos, embora menos afamados, como a a síntese de Georgius Agricola, *De Mensuris et Ponderibus Romanorum atque Graecorum*¹³⁷, ou a de Robert Cerneau e Robert Estienne, *De Liquidorum Leguminumque Mensuris*¹³⁸.

em 1800 por Fr. Vicente Salgado. Veja-se Matos 1976, 17, nota 27; Almeida 1987; Buescu 2016, 150, nota 633.

¹³⁴ Considerem-se os exemplares (datados entre 1516 e 1556): G. Budé, *De Asse et Partibus Eius Libri V*. [Parisiis:] Chalcographia Ascensiana, 1514, BNP, N. 160 A.; [Paris,] 1516, BNP, RES. 4188 V.; *De Asse et Partibus Ejus post Duas Parisienses Impressiones ab Eodem ipso Budaco Castigati*. Venetiis: in aedibus Aldi et Andreae Asulani, 1522, BNP, N. 34 P.; Paris: Chalcographia Ascensiana, 1524, BNP, N. 160 A.; Coloniae: Opera et Impensa Ioannis Soteris, 1528, BNP, N. 72 P.; [Paris:] in Aedibus Ascensiani, 1532, BNP, N. 161 A.; Universidade de Coimbra-Biblioteca Geral, S.P.-E-7-20; Lugduni: apud Seb. Gryphium, 1542, BNP, N. 32 P.; Parisiis: Imprimebat Michael Vascosanus sibi Roberto Stephano ac Johanni Roigny affinitibus suis, 1542, BNP, N. 158 A.; Lugduni: apud Seb. Gryphium, 1550, BNP, N. 33 P.; Basileae: apud Nic. Episcopium Junioem, 1556, BNP, N. 159 A.

¹³⁵ Cardoso ed. Reis 2009, 82-105. Cfr. Almeida 1965, 7.

¹³⁶ “Hieron. Cardosus Ferdinando Oliuerio suo S. P. D.”, in Cardoso ed. Reis 2009, 178-181.

¹³⁷ Agricola 1550.

¹³⁸ Estienne 1532.

Outros compêndios igualmente disponíveis em forma impressa no tempo da tradução inseriam também as informações da obra de Budé invocadas por Oliveira, adicionando outros autores e notícias¹³⁹.

Na mesma “Declaração d’algumas palavras deste capítulo terceiro do terceiro livro”, ao referir-se à interpretação e tradução do termo *semmissis*, e às práticas de *usura* em Roma, Oliveira resume as opiniões de Budé e de Ermolao Barbaro, assim como a de indiferenciados *iurisconsulti*.

Ora, tanto as suas notícias como a sua sequenciação apresentam flagrante semelhança com o parágrafo correspondente do opúsculo de E. Betsburg sobre a usura em Roma, cujo título é eloquente: *Opusculum de Usura Centesima, Triente Semisse, Aliisque id Genus Adversus Jurisconsultos quosdam ab Hermolao Barbaro Dissidentibus*¹⁴⁰.

Usura aqui significa o foro que se pagava pelas terras em que fazião as vinhas e *semmissis* é também como adjectivo que declara a quantidade de usura, por que havia muntas maneiras de usura, ãa de meas, outra de terço, outra de quarto, e doutras maneiras como agora ha, de quinto e de seisto e outras, e esta *semmissis* dizem os legistas que era a de meas, mas Hermolao Barbaro diz que era de seis por cento, e para provar seu parecer alega co este passo de Columela, no qual a quantidade da usura responde a seis por cento do preço da sorte principal.

Fernando Oliveira, *Da Agric.*, “Declaração d’algumas palavras deste capítulo terceiro do terceiro livro”, 11-13.

¹³⁹ A síntese elaborada por Marinus Mersennus tinha o atrativo particular de juntar a estas informações outras medições úteis para a matéria náutica e matemático-hidráulica: *Cogitata Physico-Mathematica: in Quibus tam Naturae quam Artis Efectus Admirandi certissimis Demonstrationibus Explicantur. De Mensuris, Ponderibus et Nummis Hebraicis, Graecis et Romanis, ad Gallica Redactis. De Hydraulicis-Pneumaticis Phaenomenis. De Arte Nautica, Seu Histiódromia, et Hydrostatica*. Um exemplar desta obra, de local e datação incertos (155-), conserva-se em BNP, S.A. 1152 A.

¹⁴⁰ Lutecie, Conradus Reschus, 1524. Aegidius, fol. iii v.º. Sobre este humanista, cfr. Troje 1993.

A omissão do nome deste autor, menos célebre do que Ermolao Barbaro e Budé, corresponde à estratégia de associar o seu trabalho aos campeões da filologia humanística. Não deixavam de ser estes autores, de resto, os que haviam assentado as bases principais da discussão terminológica.

É claro que os autores humanísticos que invoca podiam ser adquiridos e compulsados em Portugal¹⁴¹, embora Oliveira tivesse oportunidade de adquirir no estrangeiro algumas obras, pois passou por cidades chave para o comércio livreiro identificadas pelo bibliófilo Hernando Colón, que constituiu em Sevilha, antes da sua morte em 1539, uma das bibliotecas privadas mais notáveis do século XVI¹⁴².

*

Todas estas anotações respondem, em última instância, à sensibilidade de Fernando Oliveira a respeito de uma *quaestio* humanística crucial: o problema da mutação das coisas, que exige a mudança dos termos técnicos, uma questão que havia sido equacionada por Nebrija de maneira incisiva no prefácio do seu *Dictionarium Latinum-Hispanicum*:

[...] pois se existe tanta mudança nos vocábulos de realidades que são por natureza constantes, o que há-de acontecer com aquelas que todos os dias a necessidade humana descobre ou a luxúria inventa ou concebe o ócio? Deste género são as vestimentas, as armas, os alimentos, os recipientes, os navios, os instrumentos musicais, as coisas rústicas e todos aqueles artificios que observamos em qualquer cidade muito opulenta¹⁴³.

O desajuste entre os consagrados termos técnicos antigos e as realidades contemporâneas colocava-se tanto nas denominações da

¹⁴¹ A biblioteca de fidalgos como João Rodrigues de Sá de Meneses (Tarrío 2005) é eloquente a este respeito.

¹⁴² “[...] syempre los librereros acuden a una de seys cibdades que son Roma, Venecia, Nuremberg, Anveres, París, León en Francia”, cit. Wagner 1992, 308.

¹⁴³ Avanço aqui uma tradução a partir do texto latino: Nebrija *Praefatio*, fols. a iii v.º-a iiii.

geografia peninsular, como no caso das moedas, pesos e medidas, assim como no dos dias feriados¹⁴⁴.

A questão era relevante não apenas para a tradução do latim, mas também para a escrita neolatina, como pôde verificar Oliveira na sua qualidade de autor da *Ars Nautica*. Nesta última tarefa, o abundante e polivalente acervo vocabular de Columela era muito útil. Na sua obra *De Tradendis Disciplinis*, Luís Vives, seguindo Erasmo, explicou a virtualidade da *copia uerborum* columeliana (“ad res plurimas appellandas nominum purissimorum atque aptissimorum copia”) destacando, na esteira dos seus múltiplos admiradores humanísticos, a sua elegância e fluidez (*Columella elegantior et tersior*). Por méritos tão altos o nome de Columela fora sucessivamente incorporado nas listas de autores latinos mais adequados para dominar a escrita¹⁴⁵.

Naturalmente as disquisições neolatinas, assim como o titânico esforço das versões romances de tratados técnicos antigos, eram relevantes para humanistas que, como Oliveira, estavam ainda preocupados com a construção de uma linguagem técnica em vernáculo.

¹⁴⁴ Da atenta leitura e utilização do Prólogo de Nebrija em Portugal dá conta já o tratado neolatino, escrito em Portugal entre 1527 e 1537, *De Platano*, escrito por João Rodrigues de Sá de Meneses: *De Plat.* I.3, ed. Tarrío 2009a, 233.

¹⁴⁵ Como a de Juan Lorenzo Palmireno: cfr. Maestre Maestre 1997, 316-317.

2. O CENTEIO DE LAMEGO E OS FERIADOS CRISTÃOS. A TRADUÇÃO E A VIDA RURAL QUINHENTISTA

O manuscrito contém espaços (“Aviso para notar neste segundo livro e nos outros onde for necessario”, “Adição do trasladador”) em que o tradutor passa a pena ao autor: neles penetra a vida quotidiana do universo rural quinhentista e a opinião dos agricultores do século XVI.

Segundo a “Adição do trasladador”, foram “lavradores da nossa terra, homens entendidos e de experiencia”, que informaram o tradutor a propósito do centeio, cereal ausente do tratado romano, mas essencial para a dieta da população do seu reino.

O tradutor invoca o centeio específico dos campos de Lamego, que brotava já nas primeiras semanas de agosto:

Eu o vi jaa nacido em oito dias por andar d’agosto, na Serra do Touro, perto de Lamego.

Fernando Oliveira, *Da Agric.*, “Outra adição do trasladador”, 7.

O centeio precoce de Lamego foi igualmente referido pelo seu contemporâneo Rui Fernandes, na *Descrição do Terreno em roda da Cidade de Lamego Duas Leguas* (Fernandes 1926, 552ss.).

Este cereal surgia já identificado como o sustento principal na região das Beiras, na *Arte da Guerra do Mar* de 1555, na disquisição sobre as farinhas para a elaboração dos biscoitos, alimento principal para a tripulação dos navios:

Nem o centeio, que é bem vezinho do trigo, não cria tanta força, o que se conhece bem nos lavradores da Beira, os quais, porque comem pão de centeio,

não são tão esforçados e comem mais, porque o ruim mantimento todo se converte em fezes e vai no esterco¹⁴⁶.

Oliveira refere a sua procura de informação relativa ao centeio noutros autores, que não identifica:

Por quanto Columela neste segundo livro em que trata da sementeira do pão e legumes, não faz menção de centeio, o qual em Portugal é munto acostumado, por não deixar os nossos lavradores sem a doutrina nesta parte necessaria, busquei outros autores [...].

Fernando Oliveira, *Da Agric.*, “Outra adição do trasladador”, 1-2.

Entre esses autores não nomeados, poderá contar-se Alonso de Herrera, que dedicou integralmente a este cereal o capítulo xiv (“Del centeno”) do livro primeiro da sua *Obra de Agricultura*, impressa pela primeira vez em Alcalá de Henares, em 1513, a instâncias do próprio cardeal Cisneros (Alonso de Herrera 1970, 33).

Esta adição de Oliveira evidencia, novamente e sobretudo, a finalidade pragmática da tradução, pois colmata o autor latino numa omissão que, tendo em conta a vida camponesa do tempo do tradutor, se afigurava uma lacuna relevante.

Do ponto de vista dos seus potenciais leitores, o centeio era realmente o cereal hegemónico, em solos com condições desfavoráveis ao cultivo do trigo, principalmente em Trás-os-Montes e na Beira Alta. Era também fundamental na característica produção conjunta que se regista por todo o país: trigo, milho, centeio e cevada (Marques 1968, 24, 63-69ss.).

O cereal mais estimado, o trigo, “o pão dos ricos”, parece ter sido semeado por todo o território lusitano, apesar de não se obterem produções particularmente boas deste cereal, porque escassos eram os solos portugueses de condições particularmente favoráveis para o seu cultivo, com a exceção dos campos do Alentejo, de acordo com Romero Magalhães (Magalhães 1993, 256-258). Na úbere região da Beira Litoral,

¹⁴⁶ Fernando Oliveira, *Obra Completa*, *op. cit.*, vol. II (no prelo).

registava-se a seguinte ordem decrescente no cultivo de cereais: aveia, milho¹⁴⁷ e trigo¹⁴⁸.

Oliveira indica a designação latina correspondente para o centeio: *seccale*. Nos textos latinos medievais, o centeio é referido com a palavra latina *messis* ou o termo *messe*, vocábulos que designavam inespecificamente qualquer seara, embora na documentação mais arcaica do espaço português se encontrem os termos *segelines/sigilinis/sigilinus*¹⁴⁹.

O “Aviso para notar neste segundo livro e nos outros onde for necessário” contém uma forma de atualização da obra latina, a respeito dos dias feriados pagãos. O tradutor entendeu que seria conveniente indicar os dias em que a atividade agrícola estava vedada, os “dias defesos à lavoura”, também do ponto de vista da percepção cristã contemporânea.

Para elaborar estas indicações, o tradutor contava com o auxílio dos manuais práticos para uso de confesores. Em Coimbra fora publicado, pouco antes de Fernando Oliveira ali ter exercido funções de corretor da imprensa da Universidade, a revisão de Martín de Azpilcueta do *Manual de Confesores e Penitentes*¹⁵⁰.

¹⁴⁷ Antes da entrada em Portugal do “milho-mais”, ou maçaroca, conheciam-se em Portugal espécies de milho como o milho-alvo ou painço, todas elas espécies de verão. As espécies de inverno eram o trigo, o centeio e a cevada. A expansão da espécie nova, o “milho grosso”, acelerada pelas sucessivas crises de mantimentos do século XVI, concretiza-se na sementeira de milho no Norte e no Ribatejo. Veja-se Oliveira 2006, 125. Cfr. Godinho 1963.

¹⁴⁸ A documentação portuguesa regista, como a tradução de Oliveira, a distinção romana entre o *triticum uulgare hibernum* (trigo-galego, trigo-temporão, trigo-barão) e o *triticum turgidum* (trigo-tremês, trigo-mourisco). Cfr. Barros 1944, 34-35; Marques 1968, 46-81.

¹⁴⁹ Assim no *Livro da Fundação do Mosteiro de Salzedas*, Reis 1934, 78, nota 1; Marques 1968, 83; cfr. Castilho 1947.

¹⁵⁰ Materiais cabalmente invocados e comentados a propósito da tradução de Oliveira por Andrade/Morais 2009, 323. Sobre as sucessivas adaptações, traduções e edições deste manual (verificáveis nas impressões de Coimbra em 1549, 1552, 1560), nomeadamente as da autoria de Martín Azpilcueta Navarro, veja-se Silva 1975 e Fernandes 1995.

Além de constituir uma possível forma de prevenção perante os rigores inquisitoriais, esta adição, contemplada à luz do conjunto da tradução e das restantes adições e declarações, confirma sobretudo a finalidade pragmática de Oliveira, a sua vontade de que a tradução servisse de facto como manual prático para os agricultores do seu tempo.

3. CLAREZA E BREVIDADE

Porque queria ser lido, entendido e utilizado pelos agricultores do seu tempo, Fernando Oliveira procurou fazer falar Columela num português técnico mas não obscuro, enérgico, expressivo e parco em latinismos.

O princípio orientador, a legibilidade como tratado técnico suscetível de uso como manual, constitui a característica principal desta versão, cuja análise deve sempre contar com a importante ressalva de se tratar de um trabalho em estado de rascunho.

Duas qualidades a singularizam, a brevidade e a clareza, em coerência com os princípios expostos na *Arte da Guerra do Mar*:

O estilo será breve e claro, e conforme aos entendimentos dos cavaleiros determinados e acelerados, que não esperam longos preâmbulos; e na linguagem vulgar desta nossa terra pera que se possam dele aproveitar os nossos homens da guerra, dos quais os menos entendem língua latina, na qual me diziam algũas pessoas que o escrevesse, mas não no fiz polo dito respeito¹⁵¹.

O resultado, fiel ao sentido técnico principal da obra latina, assim como ao seu tom apologético e ao seu nervo didático, responde tendencialmente a esses princípios ideais de brevidade e clareza.

A procura de uma exposição mais nítida das ideias comporta por vezes formas de infidelidade ao original¹⁵²: quando depara com expansões

¹⁵¹ Fernando Oliveira, *Obra Completa, op. cit.*, vol. II (no prelo).

¹⁵² Considere-se, por exemplo, a partir de “causas procul a ueritate abesse certum habeo” a versão “tenho por incertas (as quaes causas)”; ou a partir de “quod neque fas est existimare humi naturam quam primus ille mundi genitor perpetua foecunditate donauit quasi quodam morbo sterilitate affectam neque prudentis est credere tellurem

ou dilatações vocabulares que não comportam informação, delas retira os conceitos claros, com redução notável do volume vocabular original. Com efeito, Oliveira alterna nesses casos a tradução *pari passu* com trechos de tradução paráfrastica¹⁵³.

Fernando Oliveira como tradutor não se prende com a exuberância retórica do original, atento sobretudo aos conceitos de que nascem as palavras, porque, como apontou na sua *Gramática*: “E esses sabem falar, os que entendem as cousas, porque das cousas nacam as palavras e não das palavras as cousas” (Oliveira 2012, 51)¹⁵⁴.

Mas a tendência clarificadora e sintética supõe passos com flagrante redução do original, que por vezes não passa apenas pela dimensão retórica, mas também pelo conteúdo, muito embora não se trate de omissões de ideias principais, mas de aspetos comparativos ou outros dados de natureza tangencial. Assim, por exemplo no passo:

Não me esquece que algũs dizem que a tulha para o pão ha de ser d’abobeda per cima e per baixo d’argamassa, desta feição: premeiro o chão cavado, e

qua diuinam et aeternam iuentam fortita communis omnium parens dicta sit, uelut hominem consenuisse” o resultado “porque não devemos cuidar que a terra envelhece como os homens, a qual Deus dotou de perpetua fertilidade para sempre como universal mãi manter a todos, assi os derradeiros como os premeiros, nem é licito desconfiar da providencia divina, a qual pois a criou para manter a todos, que a não dotasse de perpetua virtude para isso” (*Da Agric.*, Pról. 2).

¹⁵³ Esta maneira de trabalhar evidencia-se exemplarmente no Prólogo, uma conseguida peça retórica. Oliveira corta na sua tradução a expansão enumerativa columeliana, referente aos diversos officios, reduzindo o amplo parágrafo à ideia substancial “como os homens em todas as outras artes buscão os milhores officiaes para se servirem deles [...]” (*Da Agric.*, Pról. 5).

¹⁵⁴ Fernando Oliveira, *Obra Completa, op. cit.*, vol. I: *Gramática da Linguagem Portuguesa*, 2020, p. 141. Sempre de acordo com o princípio geral da funcionalidade prática como manual da tradução, Oliveira reenvia o leitor para outras partes do livro onde se trata a mesma matéria, optando nesses casos pela síntese de informação repetida: “soamente e para alimpar ciranda ou joeira, como acima dixee” (*Da Agric.*, 2.21.14). “Como dixee” não consta no original. Mas efetivamente, neste passo, Columela reitera notícias que já tinha apontado no primeiro livro (1.6.24). O tradutor oferece uma tradução sintética deste passo reiterativo e desta maneira avisa o leitor, remetendo para informação já recolhida.

bem molhado com aogo ruça e não salgada e depois de quasi enxuto, bem pisado com pisões a modo de argamassa.

Fernando Oliveira, *Da Agric.*, 1.6.24.

Esta versão omite a comparação patente no original *uelut signinum opus*, na qual Columela explica que esse tipo de construção derivava o seu nome de Signia, cidade do Lácio. O autor latino introduziu um tipo de informação de certeza útil ou inteligível para os agricultores romanos do seu tempo, mas dificilmente relevante para os “lavradores” que constituíam o público-alvo do tradutor.

O objetivo didático justifica os recursos ocasionais a explicações de termos menos claros do original em forma de glossa. Considere-se, por exemplo, o caso da expansão de *nonis diebus*: “Isto era aos nove dias do mes e por isso chamão aquele dia o dia das nonas, ainda que depois se ordenou que nam fosse sempre aos nove dias. Tambem naqueles dias se fazião os ajuntamentos dos nobres e honrados que naquele tempo vivião nas quintas como dixemos” (*Da Agric.*, Pról. 33).

Esta glossa funciona na verdade como uma nota moderna, como a que figura na edição de Ash, que oferece uma explicação substancialmente análoga à fornecida por Oliveira aos seus leitores (Colum. rus. 1.18, Ash, 17).

Na verdade, a distinção entre os conteúdos do texto original e as intervenções do tradutor constitui apanágio do trabalho de Oliveira (como se verifica nas interpolações ou comentários da sua autoria perfeitamente discriminados na sua tradução).

Em alguns casos, a versão revela momentos de menor perspicácia na interpretação do texto latino da parte de Oliveira, casos que na edição crítica assinalamos em nota.

Sirva aqui como exemplo o seguinte parágrafo:

E por que não pareça que com enveja queremos abarcar munto por estorvar aos outros o que podem gozar, como fazem os avarentos poderosos, que possuem termos tam grandes que nem a cavallo os podem andar e os tem como presos sem os deixar aproveitar mais que para as bestas do monte.

Fernando Oliveira, *Da Agric.*, 1.3.25.

A expressão “os tem como presos” comporta uma incompreensão do original: (*derelinquunt*) *ocupatos nexu ciuium* significa “(mantém os campos) ocupados por cidadãos escravizados por causa de dívidas”. De acordo com a lei romana, quem pedia empréstimo submetia-se a si mesmo, em caso de falta de pagamento, a trabalhar para o credor, com um vínculo de “quase escravo” (*nexus*)¹⁵⁵. O passo de Columela critica os proprietários que gulosamente acumulavam propriedades e trabalhadores, procedentes de expropriações por dívidas, propriedades ingentes, mas estéreis, por permanecerem privadas de apropriada exploração agrícola sob a supervisão de um possuidor competente.

Inexata é igualmente a sua tradução do segmento latino *putre solum* no seguinte passo:

Porem tudo quer terra solta e quebrada e não erva nem apertada senão podre e meuda. O que o nosso Vergílio diz falando dos louvores da boa terra: “Boa e fertil terra é aquela – diz ele – que tem a face podre, por que isso imitamos lavrando”.

Fernando Oliveira, *Da Agric.*, 2.2.9.

A expressão latina *putre solum* (terra que se esfarela) é equivalente a *solubilis*¹⁵⁶ e não comporta o sentido de putrefação. Na sua edição emendada da tradução francesa de Coterau, Beauvois explicou o sentido correto, com abundante exemplificação, numa anotação que corrigia precisamente a tradução imediata do termo, por parte do seu compatriota, tal como o tradutor português¹⁵⁷.

Oliveira omitiu algumas das relativamente frequentes citações de poetas introduzidas por Columela no seu tratado, como a de Vergílio, o que surpreende tendo em conta que Columela foi explícito: *ut ait Vergilius*¹⁵⁸.

¹⁵⁵ Veja-se o passo de Varrão que clarifica os termos em causa: Varro, rust. 7.105.

¹⁵⁶ Veja-se a correta tradução do mesmo termo no passo vergiliano (georg. 2.204) por Mayer 1948, 73 (“terras que se esfarelam”).

¹⁵⁷ Beauvois, fol. h iii.

¹⁵⁸ Cfr. *Da Agric.*, 2.2.41, onde está ausente Verg. georg. 2.250 ([picis in morem] “ad digitos lentescit habendo”). Remetemos o leitor para as notas, onde encontrará outras ocorrências.

Resolveu indicar genericamente (“segundo dizem os poetas gregos”) o que na realidade era uma citação de Homero, em forma de alusão (Od. 12.342), a qual sem dúvida era mais evidente para os leitores de Columela, e não tanto para os contemporâneos leitores da tradução, assim como, aparentemente, para o seu tradutor:

Por que as terras doentias geerão doenças e morte e este genero de terras geera fome e pobreza, que são tristes companheiras da morte e de mais trabalho que a morte, segundo dizem os poetas gregos.

Fernando Oliveira, *Da Agric.*, 2.2.16.

A sua versão, no entanto, revela um tradutor que conhece e compulsa outras autoridades naturalísticas a propósito dos temas abordados por Columela:

Porem, atentem que não lavrem quando a terra estaa em lama, nem quando estaa borrifada soomente de pouca chuiva, a que os rusticos chamão terra varia ou carunchosa.

Fernando Oliveira, *Da Agric.*, 1.4.9.

O termo “carunchosa”, que corresponde ao original *cariosa* (areada), muito provavelmente tem em conta o passo de Plínio (nat. 17.34-35), na qual este compara a *terra cariosa* com a podridão ou caruncho da madeira.

Outros passos semelhantes, que o leitor encontrará indicados nas notas à tradução, são reveladores quanto à maneira de traduzir de Fernando Oliveira, que se serviu das ocorrências dos mesmos termos em outras autoridades para afinar a sua tradução.

Oliveira é um tradutor sensível e atento aos “falsos amigos” da terminologia latina, entretanto preenchida com sentidos cristãos: assim, traduz a expressão latina *communis omnium parens* como “mai universal”, e o termo *uitio* por “descuido e negligencia”.

A fidelidade ao original tempera-se sempre com a vontade de legibilidade para com o seu auditório. O princípio de legibilidade e utilidade aos ouvidos contemporâneos explica acertadas escolhas de

tradução, como a versão “sete estrelas” para o original *non ante quam occiderint Vergiliae*:

O parecer do nosso poeta he, que se não semee escandia nem trigo, atee que se esconda o sete-estrela, o qual se esconde aos trinta e dous dias depois do equinocio outonal.

Fernando Oliveira, *Da Agric.*, 2.8.1.

O tradutor torna assim mais inteligível o texto columeliano: as *Vergiliae* eram as Plêiades, as sete filhas de Atlas, na constelação de Touro, isto é, o “sete estrelas”.

A tradução proporciona ao leitor a identificação no calendário agrícola contemporâneo e fá-lo em forma de breve explicação (recurso que hoje se resolveria com o expediente de uma nota)¹⁵⁹.

A explicação deste tipo de nomenclatura antiga, menos inteligível para o seu leitor potencial, é recurso característico da tradução:

Geralmente, em todos os prados, se deve ter cuidado, que no mes de fevereiro, ventando os ventos do mar, a que chamão favoraveis maridos das prantas [...].

Fernando Oliveira, *Da Agric.*, 2.18.18.

O passo expande o original *secundum Favonii exortum*, “com a chegada do Favónio”, o suave vento do Oeste também chamado Zéfiro, que anunciava a chegada da primavera. A ingeniosa e moderada *amplificatio* (“[a que chamam] maridos das prantas”) incorpora a interpretação etimológica da denominação latina *Favonius*, vento que favorece ou fomenta o crescimento das plantas, vento, portanto, fecundador¹⁶⁰.

A legibilidade, em sentido doutrinário, explica formas de prudente desvio da cultura pagã, como a expeditiva e direta tradução de *deus* para “primus ille mundi genitor”, ou, para *crimine*, o mais explícito “ofensa de deus”, soluções que se afiguram, de resto, mais convenientes

¹⁵⁹ Novamente remetemos para as notas ao texto, onde o leitor encontrará mais exemplificação deste tipo de procedimentos a favor da legibilidade de Columela.

¹⁶⁰ Explicação consagrada a partir de Isidoro de Sevilha: Isid. orig. 13.11.8: “Favonius nuncupatus eo quod foveat fruges ac flores. Hic Graece Zephyrus, quia plerumque vere flat; unde est illud (Verg. georg. 1.44)”.

num tradutor doutrinariamente suspeito, nesse tempo de radicalização doutrinária que foi o seu e no qual foi perseguido e condenado.

Oliveira é, antes de tudo, um tradutor principalmente preocupado com a exatidão terminológica, por sinal evidente nas suas “Declarações” e “Anotações”. À exceção do anexo relativo aos dias feriados, de acordo com o calendário religioso do seu tempo, e da adição referente ao centeio, todas elas se referem às dificuldades de tradução exata de termos especializados.

A tradução introduz algumas vezes uma precisão técnica que não se encontra no original, como é o caso de *baculus* (2.21.10), que em latim tem o sentido genérico de “vara” ou “maça”, e Oliveira traduz por “mangual”, instrumento agrícola específico para a debulha do cereal.

Claro que nem sempre no seu vernáculo a exatidão latina transparece, como quando traduz o termo latino *pruinae* (i.e., “geadas”) por “neves e frios” (*Da Agric.*, 2.8.4).

Particularmente sintomáticas são algumas escolhas vocabulares como a versão “eu por experiência”, a partir do plural majestático do original *expertum praecepimus*. Oliveira opta pela primeira pessoa do singular e, sobretudo, por uma tradução que desdobra analiticamente o original para destacar o substantivo “experiência”, termo relevante na cultura humanística portuguesa, determinada pelos Descobrimentos.

É reiterada a significativa predileção de Oliveira pelo substantivo “experiência”, recorrendo inclusivamente a uma versão perifrástica: o resultado “por que achamos por experiência” corresponde ao verbo original *comperimus* e está habilmente inspirada pelo significado primário do radical do verbo original (*Da Agric.*, 2.15.3).

Em suma, a sua tradução prima pela fidelidade geral ao sentido técnico, pragmático e didático do original, simplificando, no entanto, não poucas vezes a sua compleição retórica e incorrendo algumas vezes em omissões. É uma tradução que distingue a intervenção do tradutor do conteúdo original, que se informa sobre o sentido dos termos técnicos com outros autores antigos e com a principal bibliografia contemporânea, e que procura sempre a clareza, a brevidade e a inteligibilidade, a utilidade como tratado prático para uso dos agricultores contemporâneos.

4. A TRADUÇÃO E A CONSTRUÇÃO DE UMA LINGUAGEM TÉCNICA DA AGRONOMIA: OS LATINISMOS

Como esta tradução permaneceu praticamente desconhecida da cultura agrônoma nacional, o seu valor será relativo na discussão sobre o papel da produção vernácula renascentista na constituição do português científico ou técnico¹⁶¹, âmbito no qual se destacam as obras médico-botânicas e matemáticas¹⁶².

Os estudos de história da lexicografia especializada têm-se concentrado logicamente na análise de dicionários, glossários e obras enciclopédicas¹⁶³. No entanto, as traduções de obras técnicas, seja de maneira direta (no caso da existência de apêndices com *tabulae*, índices de termos-chave ou paratextos com explicações de determinados termos)¹⁶⁴, seja de maneira indireta (pela necessária ativação neste tipo de traduções de um trabalho imprescindível sobre o

¹⁶¹ Teyssier 1984, 103ss.; Albuquerque/Metzeltin 1970, 108-127. Veja-se a reflexão sobre a integração da tradução no processo mais vasto de nobilitação do romance em López 2003, 51-85, 58. Uma síntese do alcance e do valor da divulgação do trabalho humanístico sobre a *Naturalis Historia* em Portugal em Tarrío 2009a, 89-117.

¹⁶² Sobre o léxico luso-português no Dioscórides de Amato Lusitano, veja-se Nieto Jiménez/Alvar Ezquerro 2003 e Salas Quesada 2007. Uma perspectiva genérica sobre a formação do discurso científico em Almeida 1995 e 2008, 37-40; cfr. *id.*, 1994.

¹⁶³ Uma proposta de classificação dos repertórios quinhentistas especializados, das chamadas “nomenclaturas” aos glossários bilingues ou plurilingues, com bibliografia principal, em García Aranda 2002, 69-76. Cfr. Mancho Duque 2001 e 2004.

¹⁶⁴ O estreito vínculo entre a tradução do latim e a construção de léxico especializado verifica-se igualmente na tradução de Vitruvius de Miguel de Urrea. Veja-se Herraéz Cubino 2000, 95-102.

léxico especializado), contém uma considerável informação lexicográfica¹⁶⁵.

A informação lexical presente nas traduções afigura-se aliás relevante à luz das reconhecidas limitações dos repertórios lexicográficos bilingues e plurilingues *stricto sensu*, especialmente no campo específico de léxico especializado¹⁶⁶. Na verdade, não poucas vezes é uma tradução o ponto de partida de um acervo lexical¹⁶⁷.

O campo lexicográfico específico da agronomia não escapa às tendências gerais da história das terminologias técnicas em português, assunto que não recebeu atenção específica até à época da fundação da Academia das Ciências, no século XVIII, com projetos lexicográficos ambiciosos, mas bastante inconclusivos¹⁶⁸.

A elaboração de um vocabulário românico especializado de ciências agrícolas constituía, ainda nos anos 70 do século XX, um dos objetivos da lexicografia portuguesa, no quadro do Fundo Internacional para as Terminologias Romanas (F.I.T.R.O), que, liderado pela França, procurava defender o acervo lexical romanista contra a hegemonia anglófona¹⁶⁹.

¹⁶⁵ Osório 1985-1986, 250; Teyssier 1984, 103ss.

¹⁶⁶ Considerem-se as conclusões de García Aranda 2002, 74-75. Cfr. Martín Mingo-rance 2000, 203-22; Nieto Jiménez 2001, 155-180.

¹⁶⁷ Hamesse/Jacquart 2001, 113-121. Tradução e constituição de glossário estão associadas com elevada frequência nas traduções de obras naturalísticas: um caso significativo é o da tradução castelhana de Duhamel du Monceau por Casimiro Gómez Ortega, por sinal também tradutor columeliano: Pinilla Martínez 2000, 131-139; na mesma linha, a tradução por Esteban de Terreros y Pando da obra de Noël Pluche *El Espectáculo de la Naturaleza* foi a origem do seu *Diccionario Castellano de las Voces de Ciencias y Artes*. Cfr. Santamaría Pérez 2000, 173, nota 1.

¹⁶⁸ Veja-se Cardoso 1990-1991. Uma reflexão específica, com mais bibliografia, sobre a tradução do ponto de vista da construção de uma linguagem técnica da agronomia em romance encontra-se em Tarrío 2010a.

¹⁶⁹ Boléo 1972-1974, 7-8; o autor queixava-se, nos anos 60, da inexistência em Portugal de uma comissão de supervisão de termos técnicos, apontando esta falta à própria Academia das Ciências. Cfr. Hassler 1998, 82. Uma boa orientação bibliográfica sobre este tema em *ibid.*, 85-87.

Neste quadro, a reflexão lexical que comporta a tradução de Fernando Oliveira oferece um relevante material. Trata-se de um autor que já havia deixado constância da sua preocupação pelos léxicos “particulares” na sua *Gramática* de 1536:

os cavaleiros que têm uns vocábulos, e os lavradores outros, e os cortesãos outros, e os religiosos outros, e os mecânicos outros, e os mercadores outros¹⁷⁰.

O tema da necessidade de repertórios técnicos em língua vernácula afigura-se assunto transversal na polifacetada obra do humanista português, nos campos gramatical, historiográfico, naval e agrícola¹⁷¹.

O uso da língua materna em tratados técnicos manifestava em Oliveira um sentido patriótico e funcional: a instrução específica dos responsáveis dos diversos ofícios, como clarifica tanto a *Gramática* como o Prólogo da sua *Arte da Guerra do Mar*¹⁷².

Numa lógica complementar, igualmente funcional, e não menos patriótica, o uso da língua latina permitia atingir o maior número possível de leitores especializados do seu tempo, principalmente não

¹⁷⁰ Fernando Oliveira, *Obra Completa, op. cit.*, vol. I, p. 194.

¹⁷¹ Na área da historiografia náutica, encontramos os contributos mais clarificadores no momento de valorizar as capacidades deste polígrafo no que diz respeito ao léxico técnico. Trata-se, no entanto, de estudos que não pretendem uma abordagem sistemática do ponto de vista da lexicografia especializada: Alves *et al.* 2000, 227-256; encontramos igualmente valiosos contributos relativos a termos técnicos concretos na obra de Oliveira em Domingues 2004, 35-106 e 100-101. Cfr. Martins 1996. Não se ocupa da questão da construção de uma linguagem técnica a abordagem geral da obra gramatical de Oliveira de Buescu 1975.

¹⁷² Este uso da língua materna, explicado em forma apologética e concorrencial com o poderoso ascendente do latim humanístico, está presente noutros autores do mesmo século: surge claramente em João de Barros, na expressão “para que a todos se comunique”, Barros 1919, “Introdução da obra”, 9. Como se sabe, a lexicografia moderna ainda batalha para incluir os tecnicismos das distintas especialidades no dicionário como parte importante da linguagem culta. Cfr. as considerações a propósito do léxico da marinha no *Diccionario Castellano* de Terreros y Pando em Santamaría Pérez 2000, 183.

portugueses, para divulgar o prestígio do seu reino e de si próprio. Por esta razão redigiu em latim a *Ars Nautica*, com os olhos postos na comunidade total da *Respublica litterarum* europeia, procurando contrariar as desvantagens da diversificação linguística¹⁷³ e contribuindo assim para essa *lingua europaea universalis et durabilis ad posteritatem*, na definição da língua latina de Leibniz, estatuto que iria conservar de facto até ao século XIX¹⁷⁴.

A terceira via, a tradução, situa-nos num outro ângulo do trabalho humanístico, o da constituição, a partir do latim, de uma prosa romance especializada ou técnica¹⁷⁵. Dado o vínculo entre terra e pátria, a versão de Columela comportava um forte valor simbólico que aproxima a tradução da obra gramatical de Fernando Oliveira¹⁷⁶. A tradução vai ao encontro do contemporâneo esforço de acomodação da língua portuguesa para a designação e estudo dos espaços naturais por parte de médicos, missionários e agentes destacados nas Índias.

O principal dilema do tradutor no âmbito lexical foi sem dúvida o controlo de latinismos. Expressão da sua vontade de ser lido e usado pelos agricultores contemporâneos é a tendencial fuga do latinismo, como ilustra a reiterada rejeição do latinismo *rústico*:

rusticam (rem)	lavoura
rusticam	do campo
rem rusticam	agricultura
rem rusticam	lavouras
curam rusticationis	obra de lavradores

¹⁷³ Considerem-se os vocabulários multilingues de Franciscus Garonus, *Quinque Linguarum Utilissimus Uocabulista Latine. Tusche. Galliche. Hyspane. & Alemanice [...]*, Veneza, 1526, e Hadrianus Junius, *Nomenclator Omnium Rerum [...]*, Antwerpiae, 1567: Hassler 1998, 67-87, 78-80.

¹⁷⁴ Porksen 1998, 55.

¹⁷⁵ Porksen 1998, 52-53.

¹⁷⁶ García-Badell 1963, 41. Este autor partilha a tradicional apropriação hispânica do renome do autor romano: “De los geopónicos romanos el que más destaca, el que nos deja la herencia de cultura de mayor importancia, el que en ella tiene la supremacía, el gran maestro agrónomo es Columela. Y Columela era español [...]”, *ibid.*, 168.

Oliveira não deixou entrar na sua versão o termo “agricultor” para *agricolam*, utilizando sistematicamente “lavrador”, ainda que tenha utilizado o substantivo “agricultura”.

Outros exemplos de fuga do cultismo, que revelam a riqueza vocabular patrimonial perante o latim, são os seguintes:

defatigatum (solum)	cansada (terra)
fascibus	insignias e honra de emperador
foecunditatem	fertilidade
infoecunditatem	esterilidade
intemperiem	destemperança
magnitudinem	grandeza
possessoribus (agrorum)	senhorios (das terras)
uastitatem	multidão
ubertatem	fructificação

Registam-se na tradução, em contrapartida, casos que revelam a limitação do romance perante a diversidade vocabular latina (a *egestas sermonis patrii*):

agrorum	terras
solum	terra
humi	terra

Na adjetivação, via privilegiada para a introdução de latinismos, revela-se igualmente a resistência do tradutor perante a tentação do cultismo:

agrestibus	do campo
campestris (positio)	campos e ueygas
densa, glutinosa (terra)	maçapez (terra)
ignarus	(non) esperto
memorabiles	singulares
sagacissimus	que entenda bem
transmarinis (prouinciis)	desde o mar
urbanae	das cidades

Na tradução de termos de carácter evidentemente técnico, Oliveira não deixou de dar prioridade à familiaridade vernácula, pensando sem dúvida no seu leitor potencial, o *lavrador* contemporâneo:

plagae	região, comarca e tempo
habitus (soli)	condições (de cada chão)
cultus (ager)	lavradio
silvester (ager)	maninho
declinationum (mundi)	deferença das partes (do mundo)

Oliveira incorporou, porém, alguns latinismos, considerando que não obscureciam a sua tradução, como *eloquentia*, *providentia*, *inabil*, *mente-capto*, *quasi*. Outros cultismos que resultam da tradução direta são:

consulis	cônsul
exercitus	exercito
genera	géneros
industrie	(com tanta) industria
perpetua	perpetua
praecepta	preceptos e arte
providentia	providentia
respublicas	respublicas
detrimento	detrimento

Também incorporou cultismos gráficos e semicultismos (somno, escriptores, escriptas, dictos, supradictos, aptos, delicto, distinctos, que alterna com distintos, uariedade, supitamente), bem como latinismos semânticos (como “parado”, que, correspondente ao latim *paratum*, tem o sentido de pronto ou preparado). Observam-se igualmente cultismos decalcados (*uirilem/* varonil, *effoeminatorum/* efeminados, *sonantes* [vozes] soantes, *lentescat/* lentegar (isto é, “macerar ou abrandar o cereal”).

Em certos casos, a dificuldade em aceitar o latinismo exprime-se pela sua incorporação juntando imediatamente um sinónimo, como ilustram as correspondências: *agricolatione/* lavrança e agricultura, e *praecepta/* preceptos e arte.

Outro tipo de termos exigiu uma perífrase explicativa, em casos que hoje resolveríamos com uma nota de pé de página, como o caso já referido da sua tradução de *nonis diebus*: “isto era aos nove dias do mês, e por isso chamão aquele dia o dia das *nonas*, ainda que depois se ordenou que nam fosse sempre aos nove dias” (*Da Agric.*, Pról. 33).

Dentro desta moderação tendencial relativamente ao cultismo, as incorporações tornam-se mais significativas, como é o caso do resultado *scientia/sciencia*, referido à arte da “lavoura”. No entanto, Oliveira traduziu sintomaticamente *scientia* por “saber”, quando no original latino este vocábulo se referia a saber em geral. A incorporação calculada do termo *sciencia* visava claramente elevar a matéria rústica ao estatuto de ciência, no sentido de saber constituído por regras transmissíveis.

Oliveira não aplicava o termo *sciencia* no sentido usado pelo seu contemporâneo e antagonista Pedro Nunes, que o entende num sentido mais restrito, com uma funcionalidade diversa e com diferente público-alvo. Os dois homens falavam certamente linguagens diferentes, apesar de usarem porventura alguns termos comuns (Leitão 2006). O tradutor de Columela perseguia uma “sciencia” com aplicabilidade prática evidente, que servisse para os problemas práticos do dia a dia dos marinheiros, dos combatentes, dos agricultores. É sintomática neste sentido a preferência recorrente, visível nos títulos das suas obras conservadas, pelo termo “ars”/“arte”, que etimologicamente se ajustava mais ao seu conceito de produção técnica.

Outros exemplos de tradução, que revelam a mesma vontade de dotar a *res rustica* do estatuto de *scientia*, com a referidas salvaguardas, são a incorporação dos seguintes cultismos, todos eles em contextos textuais relativos ao saber de agricultura: “generos”, a partir de *genera*; “(com tanta) industria”, a partir de *industrie*, e “preceptos e arte”, para o latim *praecepta*¹⁷⁷.

¹⁷⁷ A tradução do latim pode implicar formas de reajuste semântico nos termos romances, sem passar pela importação direta de latinismos. Num passo sobre as diversas características meteorológicas das quatro estações do ano, a escolha do cultismo “estio” para referir-se ao “verão” implica paralelamente a tradução do termo latino referido à primavera (*uer*) por “verão”, ainda que o termo “verão” – derivado do latim

A defesa da vernaculidade, que se veria perturbada ou comprometida por uma excessiva inovação terminológica, constituía uma posição de prudência, própria do teórico gramatical que foi Fernando Oliveira. Essa posição, partilhada por João de Barros, estava longe de ser incomum: a tendencial rejeição do latinismo caracteriza os resultados de outros tradutores quinhentistas em prosa e em verso, como Duarte de Resende (Cícero, *De Amicitia*), Sá de Meneses e Rodrigues de Lucena (Ovídio, *Heroides*)¹⁷⁸.

Ora, essa posição de prudência afigura-se mais difícil de manter numa tradução eminentemente técnica como esta. No entanto, Oliveira trabalhou no sentido de alcançar o resultado menos obscuro possível, dotando a sua prosa especializada de particular energia e eficácia, de evidente legibilidade em meios não exclusivamente ou não propriamente letrados.

ueranum (tempus) – esteja documentado desde o século XIII como estação do ano que se segue à primavera e antecede o outono. Veja-se Nascentes 1966, s.u.

¹⁷⁸ Barros 1959, 80ss.; cfr. Tarrío 2001, 157-170; 2002, 371-384.



IV. UM MANUSCRITO EM EXÍLIO

1. DATAÇÃO E TRANSMISSÃO. SOB A SOMBRA DO CARDEAL MAZARINO

A forma como, no fólio 272 do manuscrito BNF, Fond Portugais, ms. 12, a pena se levantou bruscamente do papel, deixando truncada a cópia autógrafa da tradução, no meio de uma frase, sugere um trabalho interrompido por imperativos categóricos.

Para uma datação nos últimos anos de vida do autor apontam as características codicológicas desta cópia, semelhantes às que apresentam a *Hestorea de Portugal* e o *Livro da Antiguidade Nobreza Liberdade e Immunidade do Reyno de Portugal*, obras também autógrafas e em estado de rascunho, escritas no calor da crise sucessória que se seguiu à morte de D. Sebastião¹⁷⁹.

O papel é do mesmo tamanho (29 cm x 19,5 cm), de muito escassa qualidade, e a tinta é ostensivamente uniforme no conjunto¹⁸⁰. Constitui

¹⁷⁹ Cfr. Teyssier 1959, 360-362; Morel-Fatio 1892, fols. 177-272; Baudon 1892, fol. xxv; Silva 1858-1923, II, 290.

¹⁸⁰ O códice de 339 fólhos, de papel (300 mm x 212 mm), com encadernação moderna, reuniu documentos independentes, como demonstra a dupla numeração. A ordem dos documentos no códice é a seguinte: fols. 1-152 “Começa a hestorea de Portugal, recolhida de escriptores antigos e cronicas aprovadas pello licenciado Fernam d’Oliveyra, capellão dos Reys de Portugal de seu tempo”; quatro fólhos em branco; fol. 157 “[...] Capitulo oyttauo, no qual se prova que os portugueses não perderão sua liberdade, e reyno com os leoneses”; fol. 176 “Acabouse a premeyra parte do livro da Antiguidade, nobreza, liberdade e immunidade do reyno de Portugal”; 177-272 (254 folha em branco); fol. 273 “Arte de gramatica de lengua castellana por el doctissimo

exceção a cópia da *Gramática* de Nebrija, interpolada com considerações do próprio Oliveira, na qual a letra deste último alterna com a mão de pelo menos outro copista¹⁸¹.

A cópia da tradução exhibe a letra cursiva, muito clara, de Fernando Oliveira, com poucas abreviaturas. Singulariza-se dos restantes elementos do códice miscelâneo por refletir um maior cuidado¹⁸² e pela presença de rubricas nas margens superiores, com indicação do número do livro do original latino nos fôlios versos e, nos retos, o nome do autor latino “De Lucio Columella”. O tradutor parece ter imitado a clareza característica das edições impressas do texto latino, que verosimilmente utilizou.

O generoso espaçamento entre linhas confirma a natureza do documento, pensado de início como rascunho, potencialmente sujeito – como foi o caso – a ulteriores intervenções e correções. Os muito numerosos termos riscados e correções supralineares e marginais, devidas à mesma mão que copia a tradução, são muito legíveis praticamente na

maestro Antonio de Nebrisa compuesta”; fols. 277-295 v.º. No fol. 327 v.º. Em toda a miscelânea, encontramos vários fôlios em branco com traços verticais, seguramente devido ao facto de a tinta trespassar o papel e impedir uma escrita clara.

¹⁸¹ Em contraste com a relativa uniformidade de cor negra do conjunto, a cópia de Nebrija apresenta diferentes tintas, em algumas partes muito deterioradas. Além de significativas oscilações do tamanho da letra, é visível outra mão, particularmente nos fols. 277 a 295 v.º, onde a grafia é sensivelmente diversa da do resto do documento. Ainda, nesta cópia, uma outra mão, diferente da dos copistas, sentiu a necessidade de clarificar a autoria da *Gramática*: a indicação “de Fernando Oliveira” surge rasurada e foi inserida a anotação: “Arte da Gramatica Castelhana de Antonio de Nebrissa. Imperfeita”; fol. 337 branco.

¹⁸² Apresenta maior respeito à caixa de texto (22,5 cm x 14 cm) e ao número de linhas por página (25/26) do que o restante grupo de documentos, como a cópia da “Hestoria de Portugal”, na qual as margens dos primeiros fôlios, análogas às da tradução, rápida e frequentemente se descuidam, oferecendo uma caixa muito irregular, que aproveita muito mais o papel do que a cópia da tradução. O mesmo se verifica no “Livro da antiguidade, nobreza, liberdade e immuidade do reyno de Portugal”, imediatamente contígua. Contrasta também com a cópia de Nebrija, que se caracteriza pelo máximo aproveitamento do papel: a caixa do texto é sempre maior (17/18 cm x 26 cm), com bastante irregularidade, e o número de linhas por página pode chegar a 29.

sua totalidade, análogas às que se leem na cópia da “Hestoria de Portugal”, mas em número e diversidade superiores.

A datação presumivelmente tardia desta tradução não contradiz o facto de ela ter sido preparada durante décadas, desde o tempo da *Arte da Guerra do Mar* (1555).

Na citação de Columela na *Arte da Guerra do Mar*, que supõe já uma forma de microtradução, não consta nenhuma referência à tradução do autor romano:

Provérbio antigo é, diz Columela, ser mui certa pobreza e míngua não achar as alfaias quando se hão mester. Claro está que, não sabendo onde tendes vossa fazenda, não vos podereis servir dela, e não vos servindo dela, tanto monta como não ser vossa e serdes pobre, pois vos faz míngua o que tendes por não saberdes onde jaz, ou por estar embrulhado, de feição que faz detença¹⁸³.

Não se afigura verosímil que o autor omitisse, nesta ocasião propícia, o seu trabalho de tradução de Columela; por isso, este passo de 1555 poderá considerar-se uma data *post quem*.

As adições e explicações que Oliveira anexou à tradução propriamente dita desenham um tradutor mergulhado nas práticas agrícolas contemporâneas, um latinista *lavrador* que faz questão em insistir na sua experiência testemunhal, descrevendo os campos de centeio de Lamego e compulsando as notícias do agrónomo romano com os agricultores conterrâneos. Essa qualidade de trabalho e de escrita não condiz, em princípio, com o período agitado da sua vida em sucessivas viagens por Espanha (1531-1532), Itália, França (1541-1543), Inglaterra (1545-1546) e Norte de África (1552), e conturbado pelos processos inquisitoriais (1547-1550; 1555-1557).

Essa espécie de autorretrato como tradutor, que Oliveira inseriu na sua versão, condiz mais com o tempo em que D. Sebastião lhe concedeu uma tença, na qualidade de “Clérigo de Missa que lera casos de consciência no convento de Palmela”, em 1564.

¹⁸³ Fernando Oliveira, *Obra Completa, op. cit.*, vol. II (no prelo).

É, portanto, verosímil que a tradução se iniciasse por volta da década de 70 e ficasse sem terminar pela morte de Fernando Oliveira, em data incerta, após 1581.

Em todo o caso, a sorte desta tradução foi seguramente determinada pela sua associação com os outros rascunhos bem mais incendiários, os seus livros historiográficos, na realidade verdadeiros libelos subversivos contra Filipe II e contra os seus apoiantes entre as elites portuguesas.

Não sabemos as condições em que se juntaram os seus escritos inacabados ou imperfeitos com a cópia autógrafa da *Gramática* de Nebrija. Esse momento partilha das trevas que envolveram os últimos anos do seu autor, sob a suspeição permanente da Santa Inquisição, que o tinha acochado, condenado e aprisionado.

Tivesse ou não o seu autor chegado a fugir do país nas circunstâncias adversas da crise sucessória, os seus últimos escritos viajaram para a França em tempo não muito afastado da sua morte¹⁸⁴.

O seu itinerário francês foi muito diverso do de outras célebres obras portuguesas, também conservadas no mesmo espólio, como a cópia única do *Leal Conselheiro* (BNF, Fond Portugais 5)¹⁸⁵.

O códice surge no elenco dos manuscritos da biblioteca do cardeal Mazarino que, por ordem de Colbert, se incorporaram na Biblioteca Real em 1668, como documentam os antigos inventários conservados¹⁸⁶. A miscelânea manuscrita deve, portanto, ter viajado entre as últimas décadas do século XVI e 1661, data da morte de Mazarino.

Entende-se, por razões óbvias de natureza geopolítica, a incorporação deste subversivo códice português, antifilipino, no espólio de Mazarino. Este cardeal, antigo oficial da armada vaticana e núncio papal em Paris (1635-1636), permaneceu nesta cidade ao serviço do cardeal Richelieu, ao qual sucedeu como primeiro ministro da rainha regente

¹⁸⁴ Em Tarrío 2008b, reuni as primeiras reflexões sobre a transmissão manuscrita da tradução.

¹⁸⁵ A sua transmissão foi objeto da análise de Castro 1998, XVIII; cfr. Dionísio 2000, 123ss.

¹⁸⁶ Entrada 473 do Catálogo de Omont 1908, I. IV, 300. Cfr. Mendonça 1897, 79.

Ana de Áustria. Estratega do ataque ao monopólio comercial e marítimo da monarquia espanhola, conseguiu arbitrar a paz dos Pirenéus contra os interesses espanhóis.

O Senhor C.

Obscuros se apresentam, em termos documentais, os caminhos do códice, das mãos de Fernando Oliveira às do cardeal Mazarino. O volume, cujas características se ajustam à reunião apressada de rascunhos e de obras diversas em curso, terá provavelmente chegado a França como um conjunto e aí foi posteriormente encadernado.

A sua passagem para Paris é menos clara do que a de outras obras portuguesas também reativas ao domínio espanhol e conservadas no mesmo Fond Portugais da Biblioteca Nacional de França: o exemplar do *Theatrum Lusitaniae litterarum*, de João Soares de Brito, foi enviado para ser impresso em Paris; uma cópia de doze volumes dos *Sermões* de António Vieira seguiu na bagagem de Jean d'Estrées, embaixador francês em Lisboa, o qual, como anteriormente Jean Nicot, foi responsável pela conservação em França de várias obras portuguesas¹⁸⁷.

Ora, o caminho francês dos últimos documentos de Fernando Oliveira afigura-se de alguma maneira traçado décadas antes: foi ao serviço da Coroa francesa que Francesco d'Albarno solicitou os serviços de Oliveira como piloto, episódio que suscitou a intervenção alarmada do embaixador de Espanha em Lisboa, Hernando Carrillo de Mendonza, de acordo com a documentação epistolar conservada, datada do ano de 1567¹⁸⁸.

O alarme do embaixador espanhol afigura-se justificado à luz do protagonismo dos irmãos D'Albarno, durante a década de 70, na exploração da *Terra Australis Incognita*. No momento em que a vida de Oliveira mais se obscurece em termos documentais, a Coroa francesa,

¹⁸⁷ Coimbra Martins 1983, 215-218.

¹⁸⁸ Veja-se a carta de “Francisco d'Albarno a Fernando Oliveira” (La Rochelle, 24 de junho de 1567) e as de Hernando Carrillo de Mendoza a Filipe II e a Gabriel Zayas, publicadas por Bourdon 1951, 450-53.

como a inglesa, sob o pretexto de viagens comerciais, intensificou expedições inquietantes do ponto de vista do domínio ibérico na América (Andrews 1984, 137).

D'Albaigno partiu para França, levando consigo mapas e outros objetos de navegação, como o quadrante aludido na mesma missiva, que lhe teriam proporcionado Fernando Oliveira e Fr. Bartolomeu Velho. Este último saiu mesmo de Portugal para servir o rei francês, mas faleceu no caminho, em Nantes, a 28 de fevereiro de 1567¹⁸⁹.

Oliveira terá, pelo contrário, recusado a proposta francesa, embora estando longe de ser benquisto no seu reino, e terá informado o cardeal D. Henrique do perigo que estes movimentos comportavam¹⁹⁰. Se, em 1567, o *amor patriae* havia porventura impedido a sua colaboração com os interesses navais franceses, já no contexto da perda da independência, o tradutor de Columela poderá ter procurado auxílio na França, na sua qualidade de inimiga de Espanha, para a sua própria pessoa ou bem assim para os seus papéis.

Nos últimos anos da vida de Oliveira, a corte francesa de Carlos IX apoiava a causa de D. António, Prior do Crato. Nesta corte ainda pontificava a rainha-mãe Catarina de Médicis, após arquitetar o frustrado casamento entre D. Sebastião e a infanta Margarida (Tessier 1877, 39).

Nada impede a conjectura de os rascunhos terem partido de Portugal já nos últimos anos do século XVI, no contexto agitado da união dinástica, quando a fama de Oliveira estaria mais viva na memória dos agentes franceses, por cuja mediação teriam chegado às mãos do cardeal Richelieu e às do seu sucessor, o cardeal Mazarino.

D'Albaigno refere, na sua carta a Fernando Oliveira, que contava com um agente em Lisboa ao serviço da Coroa francesa, o “Senhor C”. No tempo em que Oliveira escrevia os seus indignados libelos contra a anexação dinástica, o cardeal Richelieu alimentava e apoiava o descontentamento contra Filipe II em Portugal, com a ajuda de espões franceses

¹⁸⁹ Foncin 1960, 40-45; cfr. “Francisco d’Albaigno a Fernando Oliveira”, in Bourdon 1951, 450.

¹⁹⁰ “Hernando Carrillo de Mendonça sobre Fernando Oliveira”, Lisboa, 19 de setembro de 1557, in Bourdon 1951, 453.

em Lisboa, como o padre franciscano Carré, que aí atuava já por volta de 1536. Outros célebres agentes secretos franceses foram o “cordelier françois travesti” que se introduziu na casa da duquesa de Mântua para sondar os movimentos anticastelhanos em 1638 (Tessier 1877, 6-7).

Outro mediador possível, em tempo mais próximo do inventário de 1668, é o Chevalier de Jant, “el colleccionador y bibliófilo más que diplomático” que trabalhou em Lisboa às ordens do cardeal Mazarino em 1655. No seu regresso a França, ofereceu ao cardeal várias “raretez des Indes” adquiridas em Lisboa e, entre as suas próprias obras, figura um panfleto patriótico furiosamente anticastelhano, a *Méduse, Bouclier de Pallas* (Tessier 1877, 34ss.).

Em todo o caso, parece claro que terá sido nesse caminho clandestino antiespanhol que os manuscritos de Oliveira chegaram à biblioteca de Mazarino. O perfil do seu autor e de boa parte dos fôlios deste códice condizem com a natureza de um importante conjunto de documentos conservado no mesmo espólio francês, diretamente relacionados com o apoio francês à resistência portuguesa contra Filipe II e com o papel que Portugal poderia jogar na luta contra a hegemonia espanhola na Europa¹⁹¹.

Como foi adiantado, o volume miscelâneo com a tradução terá viajado de Portugal para França no período que compreende o ano de 1581, ano aproximado do falecimento de Fernando Oliveira, e o ano de 1661, data do referido inventário da biblioteca do cardeal Mazarino onde aparece notícia do códice. Nesse período data-se a instrução de Henrique IV (30 de setembro de 1592) dirigida ao seu enviado em Constantinopla, na qual trata da “usurpação” do rei castelhano e exige a devolução do reino ao “espoliado” D. António¹⁹², assim como a convenção entre Henrique IV e o Sultão Mahomet (Constantinopla, 1597), na qual se permite aos portugueses navegar sob a bandeira francesa nos portos otomanos¹⁹³.

¹⁹¹ Santarém 1863, códices 9749-9751, 42-46, códice 10254, pp. 110-112; ainda o códice 940 do “Supplemento”, *ibid.*, 54-63.

¹⁹² *Ibid.*, códices 8962, 8965, 26-27.

¹⁹³ *Ibid.*, códice 10.344, 47.

Eloquentes são igualmente os documentos que revelam o apoio de Luís XIII aos rebeldes contra o monarca espanhol (portugueses, catalães e holandeses)¹⁹⁴. O ofício do cardeal Mazarino (8 de abril de 1647), relativo aos interesses de Portugal¹⁹⁵, assim como a sua argumentação na Assembleia de Munique de 1642¹⁹⁶, deixam claro que os libelos não só estavam muito bem protegidos no espólio francês, mas tinham utilidade.

Cabe considerar aqui uma figura que provavelmente teve nas suas mãos o códice de Oliveira: o bibliotecário de Mazarino, Gabriel Naudé, por seu lado criador da sua própria biblioteca privada, a qual foi incorporada, após a sua morte em 1653, na biblioteca mazarina¹⁹⁷.

Entre as obras de Naudé, que também trabalhou em Roma ao serviço dos cardeais Bagni e Barberini, figuram títulos ostensivamente afins aos interesses de Fernando Oliveira: a historiografia (*Addition à l'Histoire de Louis XI*, publicada em 1630), a história militar (*Bibliographia Militaris* publicada em 1683) e a filosofia política (*Science des Princes, ou Considerations Politiques sur les Coups d'État [...]*, obra só publicada em 1752)¹⁹⁸.

O caminho para França estava, enfim, certamente traçado.

¹⁹⁴ *Ibid.*, códices 9346, 9347, 28-29.

¹⁹⁵ *Ibid.*, códice 9352, 30.

¹⁹⁶ Significativa é a instrução dada ao cardeal Mazarino para a Assembleia de Munique: *Ibid.*, códice 9791, 46.

¹⁹⁷ Não figura o nosso códice no inventário de Naudé, elaborado antes de fevereiro de 1631: Boueuf 1998. Cfr. Delatour 2007.

¹⁹⁸ Veja-se Naudé 1999.

2. O RESGATE: PATRIOTAS, AFRANCESADOS

E afora estes, outros muitos singulares capitães romanos florecerão juntamente nestas duas cousas, que são guerra e lavrança.

Fernando Oliveira, *Da Agric.*, Pról. 25.

Em 1819, o exilado político Cândido José Xavier Dias da Silva (1769-1833), alguns anos antes sargento-mor do exército português submetido a Napoleão, retirou a tradução de Columela das trevas em que sumira, desde os dias da anexação dinástica, ao publicar e prefaciar uma transcrição nos *Annaes das Sciencias das Artes e das Letras*, dirigidos por J. D. Mascarenhas e impressos em Paris, onde a versão foi sucessivamente publicada, do tomo IV ao XII, entre 1819 e 1821.

O exemplar parisiense, que conservava o único testemunho conhecido desta tradução, voltava a ver a luz pela mão de alguém dotado de uma compreensão cívica do património nacional de matriz liberal.

Na nota introdutória, com a retórica exaltada do dever para com a Nação e o seu “crédito literário”, Cândido Xavier D. da Silva censurou a lamentável e ingente perda de obras e autores desse “bom século da literatura portuguesa” (Silva 1820, 3).

É patente a alta carga simbólica e compensatória, bem como o conteúdo político doutrinário, deste resgate bibliófilo por parte de quem havia sido integrado no exército napoleónico por Junot desde 1808 e combatera na Legião de Tropas Ligeiras em Wagram e em Moscovo, onde quase perdera a vida.

A sua prosa apologética, literário-patriótica, revela a idiosincrasia de uma eminente figura da política liberal portuguesa que havia iniciado a sua carreira como professor de retórica em Santarém e que na

altura escrevia em Paris, como exilado político, condenado à morte em 1810 (só regressaria a Portugal em 1820). A então Biblioteca Real de Paris havia felizmente preservado o manuscrito de Fernando Oliveira, circunstância que Cândido Xavier celebra, e oportunamente contrasta com a irresponsabilidade dos possuidores de livrarias particulares em Portugal que impediam a publicação dos seus cimélios.

A redescoberta da tradução de Oliveira prende-se, pois, com as curiosas vicissitudes do imperialismo napoleónico: dependeu do infeliz destino destes militares portugueses, entretanto acusados de alta traição pela monarquia e retidos em Paris para não serem decapitados em Lisboa. Dependeu também e sobretudo da educação dessas elites militares sensíveis ao património cultural português ligado ao prestigiante ascendente greco-latino.

Cândido Xavier agiu como um académico patrioticamente incentivado, nas mesmas circunstâncias em que o Visconde de Santarém trazia para a luz outros manuscritos portugueses igualmente conservados em bibliotecas parisienses (Santarém 1827).

O resgate do Columela lusitano respondia, porém, a um espírito coletivo, o do grupo de exilados políticos que elaboraram a revista trimestral, da qual saíram 16 tomos, entre 1818 e 1822, com especial atenção não apenas à tradução de autores antigos para português, mas sobretudo à instrução técnica relativa à agricultura e à economia. Eram estes os temas privilegiados nas colaborações que assinou o fundador do periódico, José Diogo de Mascarenhas Neto, datadas entre 1821 e 1822¹⁹⁹. Cândido Xavier, que assinou outros artigos nos *Annaes*, publicou uma recensão às *Geórgicas Portuguesas* de Luís Mousinho, recentemente publicadas em Paris (1820)²⁰⁰, tradução sintomaticamente dedicada à sua mulher, por sinal filha do fundador do periódico, José Mascarenhas.

¹⁹⁹ Os redatores foram Francisco Solano Constâncio, José Diogo de Mascarenhas Neto, Cândido José Xavier da Silva e Luís da Silva Mouzinho de Albuquerque. Cfr. Nunes 1987, 661-682.

²⁰⁰ Silva 1820, 3-25.

A nota introdutória à transcrição antecipa o protagonismo de Cândida Xavier na vida política e cultural de Portugal, após a sua amnistia e regresso à pátria (ministro de Guerra, da Marinha, dos Assuntos Estrangeiros, diretor do Colégio Militar). Um novo exílio para a Inglaterra e depois para Paris saldou-se com o cargo de conselheiro do rei D. João VI e com o de secretário particular de D. Pedro IV, de quem também seria ministro²⁰¹.

O futuro ministro de guerra e sócio da Academia Real das Ciências soube rentabilizar politicamente “em benefício da glória da Nação” e da sua própria visibilidade o esforço do copista de BNF, ms. 12, Francisco José Maria de Brito, então “enviado extraordinário da S. Majestade Fidellissima junto d’el Rei dos Paizes Baixos”²⁰².

Francisco de Brito havia terminado, em 1813, uma transcrição relativamente fiel às características linguísticas do original, mas pela qual perpassa não poucas vezes a língua do século de Oitocentos (correspondente nesta edição à sigla B). O seu principal demérito é a omissão – Brito não deu conta ao leitor de um traço principal do manuscrito: a sua condição de rascunho, povoado de termos riscados, em geral perfeitamente visíveis, e substituídos por outros em anotações supralineares e marginais.

²⁰¹ São significativos os títulos das suas intervenções nos *Annales* de Paris: “Do ensino mutuo, chamado de Lancaster”, t. II, pt. I, 1-40; “Sobre as cartas portuguesas de D. Jerónimo Osório”, t. IV, pt. I, 139-160; “Sobre a tradução em português dos livros de ‘Re Rustica’ de Colmella, por Fernão de Oliveira”, t. IV, pt. II, 3-13; “Acerca do ‘Ensaio Histórico sobre a Origem e Progressos das Matemáticas em Portugal por F. de B. Garção Stockler’”, t. V, pt. I, 138-156; “Dos progressos do ensino mutuo em 1818 nos países das diferentes partes do mundo, e das novas escolas do ensino mutuo em Portugal”, t. VI, pt. I, 53-79; t. X, pt. I, 89-105; “Ácerca do ‘Leal Conselheiro de El Rei D. Duarte’, e do ‘Livro da Ensinança de bem Cavalgar’”, t. VIII, pt. I, 3-35, t. IX, 92-127; “Sobre as ‘Geórgicas Portuguesas’ de Luiz da Silva Mousinho e Albuquerque”, t. IX, pt. I, 3-25; “Reflexões acerca da obra que tem por titulo ‘Coup d’Oeil sur Lisbonne et Madrido, Escripta por Mr. d’Montefort [...]’”, t. X, pt. I, 3-32; “Considerações sobre a estatística”, t. X, pt. I, 134-172.

²⁰² Veja-se a correspondência de Brito com Fr. Manuel do Cenáculo em Brito 1976.

Essa parte do documento, que nesta edição é recolhida em aparato, permite ao leitor aproximar-se da atividade tradutora de Fernando Oliveira, do seu *labor limae*, da sua inquietação e insatisfação como artífice.

Apesar das justificações de Cândido Xavier, a estratégia editorial de desmembrar a tradução e a imprimir em vários volumes sucessivos da publicação periódica parisiense não estava chamada a colmatar inteiramente a vontade de resgate para a nação do trabalho de Fernando Oliveira. No contexto mais propício das *Obras Completas* de Oliveira, o Columela lusitano encontra finalmente um espaço mais adequado.

3. COLUMELA E A AGRICULTURA NA TRADIÇÃO LIBERAL PORTUGUESA

O espírito patriótico que anima claramente a recuperação do velho cartapácio quinhentista truncado responde a um momento particularmente propício para a obra de Columela. Em âmbito ibérico, pode-se afirmar que o século XIX foi o grande século da receção do autor romano, como patenteia o *Dictamen de la Academia Nacional Greco-Latina acerca de la Obra De Re Rustica de Lucio Junio Moderato Columela* (Madrid, 1840). Este *dictamen* proclama a utilidade da obra romana para o desenvolvimento da ciência agrícola espanhola contemporânea, assim como a sua elegância e fluidez retóricas, com recurso a uma listagem de admiradores célebres deste autor, de Isidoro e Cassiodoro a Luís Vives e os irmãos Mohedano, seus intérpretes para castelhano, e com a consequente recomendação da inclusão deste autor no cânone escolar.

Em Portugal, é não menos eloquente o *Projecto de Estabelecimento de Escolas de Agricultura Prática* (1815) de Sebastião Francisco Mendo Trigo, e a *Memória Histórica sobre a Agricultura Portuguesa* de Álvares da Silva (1815), trabalhos publicados nas Memórias da Academia das Ciências. Trigo lamenta a inexistência em Portugal dos exímios “proprietários-cultivadores” da Inglaterra, com o desenvolvimento económico que essas elites instruídas comportam para a nação.

Flagrante é a concomitância entre as ideias mestras do Prólogo de Columela e a prosa patriótico-liberal de Mendo Trigo. Assim, a denúncia columeliana do desleixo no ofício agrícola, em contraste com os outros ofícios, é muito semelhante à denúncia, no projeto oitocentista, da grave falta de instrução em matéria agrícola, em contraste com os restantes ofícios “mechanicos”: “[...] um homem que nunca viu o campo é muitas vezes posto à testa da administração de um grande

prédio [agrícola] de que nunca teve as mais ligeiras noções [...]” (Trigo-so 1815b, I, 58ss.).

Recuperava-se o zelo pedagógico da obra romana e do seu tradutor quinhentista, num século no qual surgiam reformas escolares em que o saber agrícola ocupava uma posição cimeira.

O nome de Columela é invocado como exemplo da relevância e nobreza da instrução agrícola no quadro da expansão imperial, juntamente com Catão, Vergílio, Varrão e Paládio, nas páginas iniciais da *Memória sobre a População e a Agricultura em Portugal desde a Fundação da Monarquia até 1865*, publicada, em 1868, por Luís Augusto Rebelo da Silva (1822-1971).

O Columela exemplar de Rebelo da Silva situa-se no tempo em que a redistribuição da terra e das propriedades nobiliárquicas e eclesiásticas se havia tornado assunto político principal, na esteira das reformas de cunho iluminista empreendidas no século anterior no espaço ibérico. Neste ponto, importa recordar que o ministro e escritor *ilustrado* Gaspar Melchor de Jovellanos havia reclamado uma tradução para castelhano da obra de Columela com o tom apologético das urgências da pátria.

Embora na evocação de Columela da *Memória* de 1868 esteja ausente o nome do seu tradutor quinhentista, a ambiciosa obra de Rebelo da Silva partilha do ambiente intelectual de resgate cívico do legado pátrio, que determina a recuperação do manuscrito parisiense. A *Memória* muito devia ao privilegiado acesso à Biblioteca da Ajuda proporcionado pelo amigo Alexandre Herculano e respondia ao objetivo didático-patriótico do seu autor, membro do Conselho Superior de Instrução Pública e um dos primeiros professores do Curso Superior de Letras, impulsionado por D. Pedro V (na disciplina de História), além de prolífico autor romântico, celebrizado no círculo de Almeida Garrett.

O zelo pedagógico oitocentista na instrução agrícola iria culminar nas coleções de instrução da Primeira República. Entre elas, o *Manual de Instrução Agrícola na Escola Primária* de Artur Castilho (Porto, 1916), um dos volumes da coleção dirigida por António Sérgio, a “Biblioteca da Educação”. O *Manual Agrícola* de Castilho imprimia-se prefaciado por uma fulminante “Advertência” do diretor da coleção,

sumário ou repertório histórico em modo de exemplar denúncia da crónica deficiência de instrução técnica nas elites portuguesas, em particular do conhecimento agrícola.

António Sérgio evoca, a um século de distância, a denúncia de Mendo Trigoso de 1815: as lacunas em instrução técnica, particularmente na agricultura, constituem a causa principal do atraso de Portugal, “estroi-na arruinado sob a garra dos agiotas” (1916, 33).

Sérgio apresenta o estado da nação dos seus dias como consequência de um problema secular, cuja génese assenta no Portugal de Fernando Oliveira: o verdadeiro rosto do século XVI, sob o mascarado de esplendor e riqueza exóticas do rinoceronte e das esmeraldas, sob o seu cenário, vistoso mas infestado pelo caruncho, era a fome por carestia de pão (1916, 33ss.). O perfil da nobreza *absenteísta* do século áureo, que abandonava as propriedades rurais deslocando-se para a inação da corte (1916, 41), apontava para um problema já denunciado pelo tradutor de Columela.

Ora, Sérgio, que trabalha não apenas a partir de fontes secundárias, mas também de crónicas da época, e naturalmente dos célebres libelos de Francisco de Sá de Miranda, parece não conhecer o manuscrito parisiense com a tradução, resgatado no século anterior, confirmando o reduzido impacto da tradução na cultura nacional.

O *Manual de Instrução Agrícola na Escola Primária* de Castilho contempla, na sua parte IV, uma articulação da agricultura no quadro global da educação, na qual se inclui uma “Correlação com a história pátria”. Ao insistir em que se devem destacar perante os alunos as figuras pátrias que exaltaram a agricultura, como D. Dinis, o Marquês de Pombal e Mouzinho (Castilho 1916, 166), o pedagogo desconhece ou omite, tal como António Sérgio, o trabalho de Fernando Oliveira. A sua inclusão seria pertinente, muito embora o público-alvo da tradução tenha sido os proprietários agrícolas e, no caso do *Manual*, os alunos de instrução primária (signo da mudança de paradigma nos conceitos de civismo, de nação e de educação).

A agricultura, na lógica da Renascença Portuguesa, surge como pedra angular da “pedagogia do trabalho” contra a “educação parasitária”,

o *bacharelismo*, o *burocratismo*, males congénitos mais nocivos do que o mito da Companhia de Jesus e que teriam a sua raiz principal no luxo aparente do século de Oliveira. Essa *sciencia* constitui artéria principal da instrução republicana, como ilustra, na década de 20, a coleção “Livraria do Lavrador”. Ora, a presença de Columela na obra de José Maria Grande, António Xavier Pereira Coutinho ou do marquês de Ficalho carece de uma necessária investigação monográfica que aqui só podemos estimular.

V. O AUTÓGRAFO DE UM GRAMÁTICO. CRITÉRIOS DE EDIÇÃO

Além de proporcionar outras notícias específicas, próprias das traduções do latim nesta fase da literatura portuguesa – entre as quais se destacam as versões de Damião de Góis²⁰³ – o manuscrito é testemunho privilegiado das decisões gráficas do responsável pela primeira codificação gramatical da língua portuguesa, juntamente com João de Barros.

Entre 1536, data da edição da sua *Gramática*, e o tempo da tradução de Columela passaram presumivelmente várias décadas, de maneira que o autógrafo oferece um material relevante para o estudo da evolução de Fernando Oliveira.

É notável a constância de determinadas soluções gráficas da cópia manuscrita, algumas delas coerentes com princípios defendidos na *Gramática* de 1536, cuja edição impressa se apresenta comparativamente muito mais incongruente em termos gráficos. De facto, o manuscrito de Paris permite ponderar mais adequadamente as incongruências, observáveis na edição quinhentista da *Gramática*, entre os preceitos do autor e as práticas gráficas do impresso. Tais discordâncias, contempladas isoladamente, sem as informações que fornece o manuscrito autógrafo de Paris, têm sido abordadas como “frequentíssima e desconcertante

²⁰³ Vejam-se os critérios da opção conservadora da edição do *Eclesiastes* devida a Thomas Earle (Góis 2002, 47-53). Uma discussão sobre os critérios de edição do *Eclesiastes* de Damião de Góis em Osório 1986. A edição do *Catão Maior ou da Velhice* do mesmo Damião de Góis preparada por Alves Dias (Góis 2003) apresenta a opção também útil da edição fac-símile, acompanhada de uma versão atualizada.

transgressão [...] se acaso não devemos numa quota parte culpar disso os impressores/livreiros”²⁰⁴.

Efetivamente, o manuscrito permite ultrapassar a formulação hipotética a respeito da intervenção dos impressores.

Preserva esta edição os seguintes traços significativamente constantes do manuscrito, coerentes com preceitos explicitamente abordados pelo autor na sua *Gramática*, e com valor para o nosso conhecimento da língua quinhentista:

- Duplicação da grafia vocálica para assinalar como longas as vogais *a, e, o*. No manuscrito da tradução Oliveira seguiu o preceito proposto na sua *Gramática*: “O remédio que eu a isto posso dar é este: que nas vogais grandes dobre as letras, mas de tal feição que o dobrar delas se faça em um mesmo lugar e figura”²⁰⁵. A cópia manuscrita proporciona exemplos preciosos da preocupação de Oliveira com a identificação das vogais “grandes” e “pequenas” da língua portuguesa e por esta razão a duplicação vocálica será conservada na presente edição²⁰⁶.
- A oscilação na representação gráfica do plural. O exemplar permite observar até que ponto Oliveira seguiu o critério da sua *Gramática*, na qual defende a grafia em *-is*, “porque as minhas orelhas assi o julgam”. O tradutor-gramático parece não ter escapado, no entanto, à habitual resistência à inovação gráfica no caso das palavras denominadas gramaticais, considerando a persistente representação gráfica de *quaes* no manuscrito (não se

²⁰⁴ Torres/Assunção 2000, 69.

²⁰⁵ Fernando Oliveira, *Obra Completa, op. cit.*, vol. I, pp. 154-155. Sobre a importância da sua adequada identificação do sistema vocálico português no quadro da história da linguística românica, veja-se Coseriu 2000, 36. No manuscrito observa-se a duplicação nos moldes propostos, sem recorrer ao uso de signos gregos, apontado como possibilidade gráfica no mesmo passo da sua *Gramática* (α , ϵ , ω): Fernando Oliveira, *Obra Completa, op. cit.*

²⁰⁶ Veja-se o capítulo dedicado à quantidade da sílaba (cap. xxvii): ao gramático interessa distinguir o sistema vocálico português do latino, apontando que “as vogais antr’eles não têm diferença como antre nós e os gregos”, Fernando Oliveira, *Obra Completa, op. cit.*, vol. I, p. 174.

registra *quais*). Regista-se ainda esta oscilação noutros exemplos (*jornaes, animaes*). Pela sua relevância para o estudo da língua quinhentista, esta edição preserva tais oscilações²⁰⁷.

- A grafia de *i, u* como *e, o* em palavras como *memorea, continoar* para refletir o facto de que em posição átona, antes de vogal, se neutraliza a oposição *e/i, o/u*. Trata-se de uma proposta de grafia explícita na *Gramática*, aspeto que Coseriu aponta como particularmente revelador do enfoque “funcional” de Oliveira²⁰⁸.
- A representação gráfica da contração, muito frequente no manuscrito (como *antr’elles*), em coerência com a explícita consagração deste procedimento na *Gramática* de 1536, outro exemplo da sua característica tendência fonética ou funcional²⁰⁹.

No manuscrito é constante o grafema específico *y* para representar a semivogal [j] em palavras como *meyo* ou *moyo*, cuja utilização foi defendida por Oliveira explicitamente na sua *Gramática*, na esteira de Antonio de Nebrija²¹⁰, e que tem sido assinalada como prova da plena acomodação deste tipo de semivogal no português pré-clássico (Cardeira 2005, 103). Esta forma de representação gráfica da semivogal ocorre também nos ditongos, sendo claramente maioritárias no manuscrito as formas em *-ey* e *-ay* (*premeyro, mãy*). Pela sua irrelevância fonética, no entanto, a presente edição opta por uniformizar estas oscilações em *i* (*meio, moio, maior, premeiro, mãi...*).

²⁰⁷ Cardeira 2005, 246. Cfr. *ibid.*, 220-246.

²⁰⁸ Coseriu 2000, 44. Oliveira propõe explicitamente as grafias *memorea, neçessareo, continoar* na sua *Gramática*: “E em lugar de *i* pequeno serve *e* pequeno, como *memorea, hostea, neçessareo, reverencea*, nas penúltimas, das quais partes e outras semelhantes eu nunca escreveria *i* senão *e*, porque eu tenho que a penúltima pura, ou última qualquer que se escreve com *i*, sempre tem o acento da dição, como *Maria, ouvir*. E as que não têm esse acento da dição escrevem-se com *e* pequeno e não com *i*, como já dissemos” (Fernando Oliveira, *Obra Completa, op. cit.*, vol. 1, p. 174).

²⁰⁹ Oliveira 2012, 169. Cfr. Paiva 1985, 375-397; Torres/Assunção 2000, 69.

²¹⁰ Sobre a acuidade linguística de Oliveira neste ponto, veja-se Coseriu 2000, 40. A defesa da grafia *y* em vocábulos como *meyo* encontra-se em Oliveira 2012, 101. Neste aspeto, a presente edição difere do recurso habitual à uniformização de *v* e *j* em *i* e *u*, mesmo em edições marcadamente conservadoras, como a de Earle da obra de Góis 2002, 50.

No texto fixado conservaram-se outras características gráficas do manuscrito:

- O til de nasalidade com valor fónico em formas como *ũa/algũa*²¹¹.
- A oscilação na representação das sequências nasalizadas em contexto final, vacilação gráfica também mais frequente em palavras gramaticais (como *não/nam, tão/tam*). Tal oscilação revela-se sintomática pelo seu valor como variável de caracterização do português pré-clássico (Cardeira 2005, 113-174).
- As terminações verbais em *-ão* para as formas de pretérito, pelo significativo grau de constância e coerência no manuscrito, testemunho que confirma a consumação no final do século xv da convergência em *-ão* das sequências nasalizadas em contexto final²¹².
- As oscilações *pera/para, pell-/poll-*, que documentam a persistência das formas arcaicas na escrita de Oliveira.
- A oscilação *munt-/muyt-*: o manuscrito regista a significativa ocorrência das formas “populares” em *munt-*²¹³.
- As hesitações do pronome reflexo (*si/sim*)²¹⁴.
- As oscilações nos grupos consonânticos (como *esperiencia/experiencia, distinto/distincto*), maioritariamente reflexo da instabilidade deste tipo de cultismos gráficos na escrita do autor.

A uniformização ortográfica concentrou-se em certas formas e oscilações sem valor fonético, permitindo assim um texto mais claro para o leitor:

- A oscilação *he/e*, terceira pessoa do verbo *ser*, que no manuscrito se apresenta com consistente predomínio de *he* – residual é de facto a ocorrência de *e*. Este significativo predomínio da forma

²¹¹ Cfr. Torres/Assunção, “A nossa edição”, in Oliveira 2000, 69.

²¹² Critério neste ponto divergente da intervenção atualizadora dos editores da *Gramática* Torres/Assunção 2000, 70, mas em consonância com a opção de Earle, 2002, 52.

²¹³ As formas em “*munt-*” datam do século xv, segundo o *Dicionário Houaiss*, s.u. Sobre estas formas e o seu carácter popular, veja-se Williams 1994, 94, § 7. A; 99, § 2. A.

²¹⁴ Esta oscilação, muito frequente e prolongada no tempo (Morais, s.u.), é também conservada na edição de Earle da obra de Góis 2002, 50, o qual apela ao seu registo como variante dialetal (por influência de *mim*) em Williams 1994, 149, § 2.

não etimológica, apoiada na tradição gráfica medieval, permitia uma distinção diacrítica em relação à conjunção copulativa, dada a ausência generalizada de til. Por se tratar apenas de uma alomorfia gráfica, nesta edição as formas serão uniformizadas em *é*.

O uso diacrítico do *h*, relacionado com a ausência de til, observa-se também nos poucos casos em que as *vogais grandes* são distinguidas graficamente com recurso a *h* e não à duplicação da vogal, como é o caso dos monossílabos que representam artigos contractos: *ho* (ao) *has* (às) – noutras ocorrências grafados *oo*, *aas* – e que na presente edição foram uniformizados de acordo com o uso atual (*ao*, *às*).

- É constante no manuscrito o uso do *h*- nos artigos indefinidos *hum/hũa*, formas que foram uniformizada segundo o uso moderno (*um/ũa*).
- Foram uniformizadas as oscilações gráficas sem valor fonético da vogal *i/y* (como *assi/assy*, *refery/referi*), assim como formas grafadas sempre com *y* (como *ygreja*, *yigual*). O manuscrito oferece invariavelmente as formas *dahi/dahy*, *ha hi/ha hy*, que foram uniformizadas em *dai* e *ha i*.
- A oscilação gráfica de *iu/ju* (como em *iunto/junto*) foi uniformizada de acordo com o uso atual (*junto*).
- A oscilação na representação gráfica dos plurais nasais: é característica a coerência do manuscrito na representação gráfica de determinados vocábulos como é o caso de *homês e hûs*. Na presente edição estes casos foram uniformizados em *homens* e *uns*.
- A reduplicação consonântica foi simplificada (pela coexistência no manuscrito de alomorfias simplificadas e pela inconsistência das ocorrências).

As intervenções editoriais de maior vulto concentraram-se em formas de clarificação da leitura do texto que não comprometem o princípio axial do respeito às singularidades relevantes do original:

- Desenvolvimento de abreviaturas.
- Pontuação, que foi alterada nos casos em que tornava difícil a compreensão do pensamento do autor. Considerando a condição

específica de rascunho do nosso manuscrito, só nos casos em que era possível e conveniente foi conservado o “uso retórico” dos dois pontos, isto é, o uso da pontuação para orientar retoricamente o leitor/orador²¹⁵.

- Uniformização das maiúsculas.
- Introdução de apóstrofo nos numerosos casos de contração (como *co'eles*), traço característico das referidas tendências “fonéticas” ou funcionais observadas no autor da *Gramática* de 1536.
- Introdução de hífen entre as formas verbais e os pronomes enclíticos.

Além do signo de nasalidade, o documento não contém nenhuma outra representação acentual gráfica: esta ausência é preservada nesta edição, onde as restantes formas acentuadas são fruto de intervenção editorial e correspondem aos referidos usos diacríticos pontuais (*é, às*).

Em suma, o conjunto de critérios procura favorecer a inteligibilidade do texto quinhentista, visando preservar as opções gráficas representativas do estado da língua portuguesa no tempo do autor²¹⁶.

Em benefício dessa inteligibilidade, o leitor encontrará em anexo um breve glossário de alguns termos antigos e técnicos, concebido sem pretensões de exaustividade, como instrumento auxiliar de leitura do texto e que, porventura, poderá constituir material de estudo de alguma maneira pertinente para a história da língua portuguesa, assim como para a história da agronomia em Portugal.

Relativamente ao duplo aparato, importa explicar que a tradução de Oliveira revela, em vários passos, a consulta de outras autoridades antigas que trataram os mesmos assuntos abordados por Columela,

²¹⁵ Veja-se Earle, a propósito da pontuação no impresso da tradução de Góis 2002, 52-53.

²¹⁶ Na ponderação dos princípios editoriais mais adequados, contei com o generoso conselho de Esperança Cardeira. Deixo aqui também público testemunho da generosidade e amizade de José António Souto, cujas úteis críticas e considerações em muito melhoraram o resultado final.

principalmente a *Naturalis Historia* de Plínio. Foi introduzido, em consequência, um aparato de fontes latinas, no qual o leitor poderá localizar as mais importantes concordâncias temáticas entre o texto de Columela e os outros autores da Antiguidade. Complementarmente, a edição proporciona notas explicativas dos casos em que claramente a tradução comporta essa curiosa forma de *contaminatio* entre o original traduzido e outros textos da mesma órbita agrônoma.

Oferecem-se na segunda secção do aparato as muito numerosas correções e aditamentos interlineares introduzidas pela mesma mão que escreveu a tradução, pelo próprio tradutor. Trata-se de uma parte extremamente valiosa do manuscrito, que permite entrever as dúvidas, autoemendas, os critérios ponderados deste exigente artífice da língua portuguesa.

Assim, o leitor pode ver opções rejeitadas (*nos abrigamos, nos acolhemos*) antes da solução finalmente escolhida (*nos metemos*) (*Da Agric.*, Pról. 27), a primeira opção escolhida *mas*, finalmente substituída por *porem* (1.5.3)

Pode-se igualmente observar como o tradutor regressa sobre os seus passos, verifica que se repete o vocábulo *peçonha* em posição demasiado próxima e, em consequência, substitui a segunda ocorrência por um sinónimo, *corrução* (1.5.6).

São evidenciadas igualmente as hesitações no uso latino da primeira e da segunda pessoas, como se observa na alteração do *afirmamos* inicial para o mais latino *afirmo* (1.5.7), entre outras muitas oscilações que ficam registadas nesta parte do aparato.

O magro grupo das variantes considera, além do manuscrito de Paris (P), a transcrição oitocentista (B). Muito discreta é a sugestão de emenda de evidentes gralhas ou lapsos da cópia quinhentista. Em vários casos, a edição regista desvios significativos do original oferecidos pela edição oitocentista, sem incluir, porém, as divergências ortográficas desta cópia, a qual, apesar da tendencial fidelidade à grafia original, em não poucos casos é espelho do estádio da grafia portuguesa no século XIX.

O sistema de siglas e abreviaturas utilizadas no aparato e nas notas ajusta-se, para os autores latinos, à convenção consagrada pelo *The-saurus Linguae Latinae*. No aparato crítico seguem-se as comumente utilizadas no *Corpus Christianorum*. Outras siglas e abreviaturas específicas estão desenvolvidas na Bibliografia.

DA AGRICULTURA, DE COLUMELA

EDIÇÃO CRÍTICA



PRÓLOGO DE LUCIO IUNIO MODERATO COLUMELA
 NOS LIVROS DA RE RUSTICA, DIRIGIDO A PUBLIO SILVINO

1 Muntas vezes ouço queixar os principes da nossa cidade contra a lavoura e agricultura, dizendo que não responde como soia. E a causa disso uns dizem que é a esterelidade das terras, e outros a destemperança do ar, que pelo espaço dos tempos se muda. **2** Outros querendo com alguma rezão moderar estes queixumes, dizem que a terra cansada e esvaecida pela munta fructificação que fez antigamente, não pode jaa manter os homens como d'antes fazia.

3 As quaes causas Publio Silvino, eu tenho por incertas, porque não devemos cuidar que a terra envelhece como os homens, a qual Deus dotou de perpetua fertilidade para sempre como universal mãi manter a todos, assi os derradeiros como os premeiros, nem é licito desconfiar da providencia divina, a qual pois a criou para manter a todos, que a não dotasse de perpetua virtude para isso.

4 Pois que a falta das novidades e fruitos da terra venha soamente da mudança do ar e tempos não é assi, mas vem juntamente co isso pelo descuido e negligencia dos homens d'agora, que se desprezão de ser lavradores, e não tratão a lavoura per si como fazião os antigos, mas entregam-na aos que nem podem nem sabem usar dela.

5 Eu me espanto por certo de como os homens em todas as outras artes buscão os milhores officiaes para se servirem deles e nesta que mais releva, os piores. E de todas as outras ainda que sejam vãs, inutiles, viciosas e apartadas do bo saber e virtude, ha i mestres que as ensinem e discipolos que as aprendão.

6 Soo da agricultura não ha mestres nem discipolos, sendo ela mui conforme e favorável aa boa sabedoria, e sendo sem a qual se não podem manter as respublicas nem conservar a vida humana. As outras artes ou ajudão, ou ornão a vida dos homens, e esta mais que todas a sustenta.

Praef. 1 muitas] muntas *P B* || **2** muita] munta *P B* || **4** e não] *sup. l.* || **6** artes] boas *in ras. P*

7 Poodem viver os homens sem vestir nem calçar, mas não poodem viver sem comer, o qual comer esta arte o administra e é dele fundamento, sem a qual os homens o nam poderião haver. Polo que parece monstruoso esquecimento de cegos entendimentos esquecerem-se os homens da arte da agricultura, que lhe tanto é necessaria e despreza-la neicia soberba.

8 Não poode ser maior neicidade que desprezar o principal remedio da vida. Não soamente é necessaria para sustentar a vida, mas também é accomodada para com bom titolo conservar e accrecentar a fazenda sem ofensa de Deus.

9 De muitas artes vivem os homens necessariamente que se não podem exercitar sem escrupolo da consciencia, como são a mercancia e a guerra, a qual se não poode fazer sem crueldade e roubos e damno de muntos. Também são escrupulosas as mecanicas se não tratão verdade e algumas outras desnecessarias.

10 Outras ainda que necessarias são todavia perigosas, como é a navegação, sogeita ao furor do mar e impeto dos ventos e mesturada com peregrinações. Outras não soamente combatem a consciencia e vida, mas tambem a honra.

11 Deixemos as que manifestamente são vis e baixas, como são as dos magarefes, mariolos, chacorreiros e outros semelhantes. Venhamos a um genero de vida com que muntos se enganão, o qual eu tenho pelo mais baixo de todos: **12** este é servir senhores e ricos, posto que digão que nisso ganhão honra, por que abasta a obra de servir ser de seu natural tão baixa que a pessoa que serve não poode ser alta nem honrada por que em servir perde a liberdade que é a principal parte da honra.

13 Pois proveito mui poucos o levão, de cento um, por que não se acostuma dar galardão a bom serviço, mas dasse ao que mais contenta e pela maior parte contenta mais o mentiroso e lejuugeiro. Finalmente o genero de vida que sem os dictos inconvenientes se pode exercitar é a lavrança e agricultura.

14 Porem para viver per agricultura, é necessario que saibamos os preceptos da arte dela, os quaes se os tevessemos per homens esprementados nela, ainda que não de muita erudição, fariam todavia algum proveito, em especial se fossem formados pelos proprios senhorios das terras, **15** os quaes é de crer que falarão mais desengandamente a proveito delas e de maneira que se lhe não de tanto trabalho que as canse, o que não faraa o rendeiro nem o jornaleiro tam fielmente.

Praef. **7** o nam poderião haver] *sup. l. P* não terião que comer *in ras. P* || **9** muitas] *abrev. P* muitas *B* || **13**] lejuugeiro *P B* || **14** muita] muita *P* muita *B* || erudição] erudição *sup. l. P* primor *in ras. P* || fariam] fariam *sup. l. P* fizeram *in ras. P* || **15** delas] delas *sup. l. P* das terras *in ras.*

16 Por que o rendeiro pretende seu proveito, posto que seja com perda das terras e o jornaleiro não se doe do que não é seu. Mas agora os senhorios são tam honrados que se desdenhão de cultivar suas fazendas per si. **17** E não soo isso, mas entregam-nas a taes abegões que ou não sabem como as ham de concertar ou não poodem, por que são daqueles que jaa não poodem servir em casa.

18 Mandão estar nas quintas e fazendas escravos velhos, cansados, que nem podem madrugar nem andar cos trabalhadores e eles não tendo quem os mande ou se descuidão ou nam sabem o que hão de fazer, e perdesse a obra.

19 E mais quem não sabe trabalhar não pode mandar, por que provoca muito os trabalhadores, quando vem que o seu abegão anda antr'eles e trabalha como cada um deles. Por que é condição da gente vulgar inclinar-se de ser mandados por outros milhores ou diferentes deles. **20** E com este descuido dos senhorios hei medo que venha a vida dos agricultores em tanto deprezo que se desonrem os homens dela e ela padeça tanto detrimento que faça mingoa aos que a desprezão.

21 A qual deu sempre de comer abastadamente a nossos passados por que tambem elas tnhão co ela munta conta e honravão os lavradores. De lavradores fazião os antigos capitães e emperadores. **22** Do arado para ser dictador foi chamado Quintio Cincinnato, o qual com munto saber e animo livrou de seus imigos um consul com seu exercito que estava cercado, **23** e logo deixou as insignias e honra de emperador e se tornou para a sua criação e pequena herdade, tam pequena que não era mais que de quatro geiras de terra.

24 Pois Caio Fabricio e Curio Dentato dos quaes um lançou de Italia a Pyrrho e outro venceo os sabinos, cada um suas septe geiras lavrava com tanta industria como com esforço sabia fazer a guerra. **25** E afora estes, outros muitos singulares capitães romanos florecerão juntamente nestas duas cousas, que são guerra e lavrança, e tanto se prezavão de ser bos lavradores como cavaleiros, e tanto de lavar e cultivar a terra como de a ganhar e defender per armas.

26 Mas o que entendo de nossos tempos é que avorrece aos mimosos d'agora a vida varonil dos passados e a causa disso é o muito viço que logram. **27** Polo que Marco Varrão diz que, deixado o arado e fouce, nos metemos dentro dos muros e nos acupamos em jogos e autos mais que nas vinhas e sementeiras, pasmados de como os chacorreiros contrafazem os gestos efeminados que lhes a natureza não deu.

21 muita] munta *P* muita *B* || **22** muito] munto *P* muito *B* || **23** deixou as insignias] tornou os deixar *in ras.* *P* || **24** Pois] e *in ras.* *P* || **24** Dentato] Donato *in ras.* *P* || **24** dos quaes] um deles *in ras.* *P* || **27** nos metemos] nos metemos *sup. l.* *P* nos abrigamos, nos acolhemos *in ras.* *P* || acupamos] occupamos *B*

28 E daí pouco a pouco nos imos chegando aas tavernas e bordeis, gastando as noites em bebedices e torpezas, e os dias em somno ou taularia. E nos havemos por bem afortunados por que nam vemos o sol quando nace nem quando se põe.

29 Esta vida assi desordenada sempre vem acompanhada de doenças e maas desposições, por que os corpos floxos e deleixados são pouco menos de mortos, nem tem a morte munto neles que mudar. **30** Ao contrairo a verdadeira geração de Romulo, exercitada em continuas caças e obras do campo, prevaleceo em força e corpos bem dispostos, e assi caleiada com os exercicios da paz, facilmente sustentaria os trabalhos da guerra quando a necessidade o requeria, **31** e sempre estimou mais o povo e gente do campo que o das cidades para as armas. Por que assi como aqueles que nas quintas ou abiguarias trabalhão fora no campo são mais habiles que os outros que trabalhão dentro em casa, assi todos os do campo geralmente o são mais que os das cidade. **32** Sofrem mais o sol e chuiva, frio e calma, e outros trabalhos a que sam acostumados. E por que os homens do campo não viessem muitas vezes aa cidade e se não fizessem calaceiros, foi ordenado que viessem soamente um dia no mes a vender os fruitos da sua lavoura e mercar o que lhe era necessario.

33 Isto era aos nove dias do mes e por isso chamão aquele dia o dia das nonas, ainda que depois se ordenou que nam fosse sempre aos nove dias. Tambem naqueles dias se fazião os ajuntamentos dos nobres e honrados que naquele tempo vivião nas quintas como dixemos.

34 Nos quaes ajuntamentos consultavão e ordenavão o que compria para a boa governança da terra. Os porteiros pelos quaes erão chamados os nobres para estes conselhos se chamavão caminheiros. **35** Em quanto durou este bo costume de cultivar os senhorios suas herdades per si mesmos, o qual muito guardarão os antigos sabinos, querites, e romanos nossos avoos, posto que polas muitas guerras que então havia as sementeiras fossem muntas vezes queimadas e destruidas, toda via colhião mais fruto do que agora colhemos tendo paz e maiores lavouras do que eles tinhão.

36 E por tanto nesta terra latina, que por outro nome chamão Saturnia, onde os deoses ensinarão semear, e ouve grande fartura, agora nos desbaratamos por que nos tragão mantimentos d'aalem do mar, por não perecemos aa fome. **37** E da Grecia, Hespanha e França recolhemos o vinho. Porem não é muito ser assi, pois a agricultura veo em tanto desprezo antre nos que é havida pelo mais baixo e vil officio de todos e tanto que parece aos homens que não tem necessidade de ser aprendida.

29 de mortos] de menos *in ras.* P || **30** caleiada] dura *in ras.* caleiada *sup. l.* P alejada B || **31** as] aas *in ras.* P as *sup. l.* P || **32** um *in ras.* P hum || **35** muito a guardarão] muito a guardarão *sup. l.* P sempre se guardou *in ras.* P || **35** lavouras] lavouras *sup. l.* P lavoras *in ras.* P

38 Mas eu quando olho a grandeza de toda ela e a multidão de suas particularidades, arreeço que me falte a vida para poder todo compreender ou ao menos entender. **39** Por que quem quiser ser perfectó nesta sciencia convem que entenda bem a natureza das cousas e seja esperto na deferença das partes do mundo para que saiba o que requer cada região e cada comarca e cada tempo e tenha na memoria o curso das estrelas para que saiba quando nacam e quando se poem as que fazem mudar os tempos e não perca seu trabalho começando as obras fora de tempo.

40 Olhe os sinais do ceo, e atente o discurso do anno que corre, por que não são todolos annos d'ũa feição. Não é sempre o estio muito quente, nem o inverno muito frio, nem o verão chuivoso, nem o outono humido.

41 Não são as qualidades appropriadas aos tempos per regras tam certas que obriguem a serem sempre d'ũa feição. Por tanto é necessario ao lavrador conhecer as mudanças dos tempos, as quaes não podera alcançar qualquer entendimento, se não for primeiro instruto nas sciencias que para isto se requerem, e depois com diligente curiosidade espremetado no particular delas.

42 E o mesmo se requiere para conhecer as variedades das terras, e as condições de cada chão, que mui poucos lavradores alcanção geralmente. Por que não abasta ser a terra preta nem vermelha, nem barro nem area, por que as cores e feição das terras enganão mudandonos d'ũa região para outra. **43** Em Campania é melhor a terra preta, em outras partes responde melhor a vermelha. Em Africa e Numidia as areas podres são mais fertiles, que qualquer outro chão por grosso que seja, e na Asia e Misia¹ a terra maçapez é melhor que as outras. **44** Tambem é necessario ao lavrador conhecer o que requerem as terras altas e montanhosas, e o que requerem os campos e veigas, que ha mester o lavradio e que o maninho, que o humido e que o seco. Tambem ha de saber o que cumpre aos pomares e vinhas e outras prantas de que ha muntos generos, como se hão de prantar, enxertar, podar e curar. **45** Por que ha muntas maneiras de cada cousa destas. Ha hi muitas maneiras de prantar e semear, ha muntas mais de enxertar e tambem muntas de podar e alimpar e curar os pomares, ortas e vinhas e as frutas delas sabelas conservar, secar e guardar e as flores estilar, por que de tudo se tira proveito.

46 Pois fazer prados, criar canas, vimes, salgueiros, giesta e outras cousas semelhantes, que são necessarias e fazem proveito ou para cas ou para vender, posto que não requireirão muita industria, todavia o lavrador ha de ter cuidado delas e sabelas criar.

39 entenda] seja *in ras.* *P* entenda *sup. l. P* || **41** conhecer] saber *in ras.* *P* conhecer *sup. l. P* || **42** terra preta] preta *add. sup. l. P* || **44** pomares] arvores *in ras.* *P* pomares *sup. l. P*

¹ Região da Ásia Menor, na atual Turquia.

47 E assi ha de saber criar gado grosso e meudo, e ha de entender a deferença que ha de um a outro, por que não soamente ha deferença de boi a cavallo, e de cabra a porco, mas tambem os porcos d'ũa casta hão mester um modo de criação e os outros outro, e as cabras mouchas queremse criadas d'ũa feição e as cornudas doutra, assi como as ovelhas meirinhas d'ũa e as bordalengas d'outra.

48 E tudo isto ha de saber o bo lavrador. Tambem ha de saber criar colmeas, que são ãa boa parte da criação do monte. E em casa criar galinhas, pombas, pavões e outras aves e alimarias caseiras, como são coelhos e peixes tambem, por que tudo faz proveito para comer e vender.

49 Porem, dirão os achacosos, que e muito o que mando saber aos lavradores, e que eles desconfiados de poder alcançar tudo não aprenderão nada. **50** Aos quaes respondo o que Marco Tulio diz do orador, que os escriptores que escrevem as boas artes, são obrigados a escrever tudo o que nelas e necessario, e os que aprendem tambem trabalhem por saber tudo, e se não tomem o que poderem e o mais aprendão sempre, e nunca deixem d'aprender, porque sempre é tempo d'aprender e em toda idade.

51 E se não poderemos chegar ao cume mais alto, abastaraa sobir ao sobrado, ou ao menos entrar na casa do saber, e onde cada um poder chegar ahi mereceraa louvor. Por que as musas, ainda que todos os poetas não forão tam acabados como Acio² e Vergilio, não deixão por isso [de] dar louvor aos outros menores. **52** Nem os resplandcentes raios da oratoria de Cicero espantarão a Bruto e Caelio e Polio e Messala e Catulo para que não trabalhassem de se acupar na mesma faculdade na qual tambem forão singulares homens.

53 E o mesmo Cicero, se vendo a grande eloquentia de Demosthenes e de Platão desconfiara poder igualarse co eles, não viera ser quem foi . Nem os officiaes menores deixarão de esprementar se podião imitar a perfeição d'aqueles antigos Protogenes, Apeles, e Parrhasio³. **54** Nem a fermosura de Jupiter Olimpico ou de Minerva Phidiaca espantou a Bryaxis ou Lysippo ou Praxiteles ou Polycleto⁴ em tanta maneira, que nam esprementassem o que podião fazer e atee quanto chegava sua habilidade.

55 Por que em todo genero de saber ha i bos e milhores e posto que aos milhores damos mais honra, nem por isso tiramos aos bos seu devido louvor.

50 Cfr. Cic. orat. 1-2 || **52** Cfr. Cic. ad fam. 9.21.1

53 menores] maos *in ras*. *P* menores *sup. l. P*

² Poeta trágico do século II a.C., elogiado por Quintiliano (10.1.97), conservado apenas fragmentariamente.

³ Três célebres pintores gregos do séc. IV a.C.

⁴ Escultores gregos do século IV a.C., à exceção de Policleto, do séc. V a.C.

Da mesma maneira o lavrador, que nos queríamos que fosse munto perfeito em sua arte, se o não for, **56** nem souber tanta philosophia como Democrito ou Pythagoras nem nos movimentos das estrelas e ventos não tiver tanta providentia como Meton ou Eudoxo⁵ e da criação do gado não souber tanto como Chiron⁶ e Melampo⁷ e na cultura das terras não for tão prudente como Triptolemo⁸ e Aristeu⁹, todavia munto aproveitaraa se imitar os nossos Tremelios, Sasernas ou Stolones¹⁰.

57 Por que bem se pode sofrer o lavrador, ainda que não seja mui sutil com tanto que não seja de todo maçorral, por que ser tal não o consentimos per nenhum modo que seja. **58** Abasta o que ateequi temos dicto da agricultura em geral, por que d'aqui por diante havemos de tratar das partes dela em particular, despois que dixeremos algumas cousas que pertencem a todas elas.

58 pertencem a todas elas] a todas pertencem em geeral *in ras*. *P* pertencem a todas elas *sup. l. P*

⁵ Astrónomos gregos dos séculos IV e V a.C., respetivamente.

⁶ Centauro, metade homem, metade cavalo, sábio versado em diversas artes e tutor de vários heróis mitológicos.

⁷ Célebre vidente e médico da mitologia grega.

⁸ Fundador mítico da agricultura e inventor do arado.

⁹ Filho de Apolo e da ninfa Cirene, célebre por ter ensinado à humanidade a apicultura, a pecuária e o cultivo da oliveira.

¹⁰ Autores romanos que escreveram sobre agricultura, citados recorrentemente por Varrão e Columela.

COMEÇA O PREEIRO LIVRO DA AGRICULTURA DE LUCIO IUNIO MODERATO
COLUMELA, TRASLADADO DE LATIM EM PORTUGUES PELO LICENCIADO
FERNANDO OLIVEIRA

CAPITULO PREEIRO

DAS COUSAS QUE HÃO DE TER OS QUE QUISEREM VIVER PELA AGRICULTURA
COM UM EPILOGO DOS AUTORES DELA

1 Aquele que se quiser dar aa lavoura e cultura do campo he-lhe necessario que tenha tres cousas, que todos os que desta arte escreverão desd'os mais antigos sempre dixerão ser necessarias. **2** Estas são: saber, poder e querer darse a ela. Por que aquele, diz Tremelio, faraa boa lavoura que tiver estas tres cousas todas que não a quem faltar alguma delas. Quem tiver saber e vontade para lavrar, se não tiver com que faça as despesas necessarias, não faraa cousa alguma. **3** E quem tiver vontade e possibilidade, não tendo saber, lançaraa tudo a perder, por que em todalas cousas que os homens hão de fazer principalmente na agricultura, o principal fundamento é entender o que se ha de fazer, e por não saber perdem muitas vezes os senhores das fazendas tudo quanto gastam nelas.

4 Por tanto o senhorio que quiser haver proveito de sua fazenda deve consultar o que ha de fazer com lavradores seus vezinhos, aqueles que ele vir que melhor entendem as condições daquela terra em que vive e tambem deve ler os livros que os antigos escreveram desta arte, trabalhando de entender o que cada um dela sentio e ensinou.

5 Em especial ha d'atentar quando ler os autores passados se o que eles escreverão convem para as terras e tempo em que ele vive. Por que tenho entendido que muitos autores singulares teverão para si que o ceo per espaço de tempos muda seu estado e muda as qualidades do ar e tambem faz mudança nos sitios da terra. **6** E não soamente entendião o ceo poder fazer mudança no ar e na terra mas tambem dizia Hiparco¹¹, um dos milhores astrologos que então ouve, que havia de vir tempo em que os polos do mundo se moverião de seu lugar.

Tit. 1. Iunio Moderato] Iunio Moderato *supra.scr. P* Columela *in ras. P* || **Tit. 2** cousas] preceptos *in ras. P* cousas *sup. l. P* || ter] ter *supra.scr. P* seguir *in ras. P* || **3** agricultura *supra.scr. P* lavoura *in ras. P* || tever] tever *sup. l. P* || **6** poder fazer] poder fazer *supra.scr. P* haver de *in ras. P*

¹¹ Célebre astrónomo e matemático grego, inventor da trigonometria, do século II a.C.

7 A isto da muito credito Saserna, um bo autor desta arte em um livro que escreveo dela e diz que ele tem colegido que o estado do ceo é mudado **8** por que as regioens que antes pola força e continuação do frio não criavão olivaeas nem vinhas nem conservavão as que lhe d'outras partes punhão agora dão exuberantes çafras e vindimas e o frio é melhor mais temperado que o ar quente.

9 Porém, se a rezão que eles para isto dão é verdadeira ou falsa os astrologos o determinem. Os lavradores governem-se pelas regras da agricultura, da qual os escriptores da Africa escreverão muitas cousas que os nossos não approvão todas, em especial Tremelio. **10** O qual todavia escusa esta falta dizendo que as terras e o ar da Italia não são conformes com os da Africa e por tanto as regras dos lavradores africanos não servem para os da Italia.

11 Mas nem por isso devem deixar de leer essas e estoutras, por que em todas se acha boa doutrina e proveitosa para em toda parte. Despois dos africanos tambem escreverão da agricultura muntos gregos, dos quaes o premeiro foi Hesiodo poeta mui celebrado. **12** E despois dele proseguirão com mais sabedoria Democrito, Xenophon-te e Archita, e Aristoteles com Theophrasto¹². **13** A cidade soo de Athenas lançou de si muita copia de escriptores dos quaes os mais approvados são Chereas, Aristandro, Amphiloco, Euphron, Chresto filho de Euphron e não o Amphipolita, como alguns cuidão, posto que tambem este foi bo lavrador, mas não foi natural de Athenas.

14 Algumas ilhas tambem celebrarão esta arte, em especial Cezilia, na qual escreverão dela Hieron, Ephicarmo, Philometor, e Attalo. E na ilha de Rhodes Epigenes, na de Chio Agathodes, na de Thaso Evagon e Anaxipolis.

11 Cfr. PLIN. nat. 18.201

8 criavão] criavão *supra.scr.* P davão *in ras.* P criarão B || frio] frio *sup.* l. P ar *in ras.* P

¹² Sobre os autores gregos referidos em toda esta parte da introdução, veja-se Lunstrom 1915.

15 Também Menandro e Diodoro compatriotas daquele nomeado Bias um dos sete sabedores de Grecia¹³ aquirirão muito louvor na prudencia da agricultura. Porem não lhe dão a estes vantagem os de Mileto Bachio, Mnasseas, Antigono, Cymeus, Appolonio, Dion, Hegesias. **16** Diophanes natural de Bithynia abreviou em seis compendios todo Dionysio Uticense interprete de Magon Africano, que andava espalhado em muitos volumes.

17 Outros autores não tam nomeados como estes, cuias terras não sei, escreverão também desta nossa arte, como são Androtion, Aeschrion, Aristomenes, Athenagoras, Crates, Dadis, Dionysio Periphyton, Euphorion. **18** E outros que assi com'estes também ajudarão como poderão, que são Lysimacho, Cleobolo, Menestrato, Pleutiphanes, Persis, Theophilo.

19 Ateequi foi esta arte grega, por que todos os autores sobredictos forão gregos. Daqui por diante a façamos romana: e digamos quaes forão os romanos que dela escreverão. **20** Dos quaes o premeiro que a fez falar latim foi aquele grande Marco Catão Censorino. Depois de Catão os dous Sasernas, pai e filho¹⁴ a ensinarão com mais diligencia e erudição. **21** E depois Scrofa Tremelio¹⁵ a fez eloquente. Marco Terentio Varrão a tirou a limpo. Vergilio a enfeitou com seus versos e a fez ser conhecida ante as musas. **22** As quaes dela tomão grande parte de seu recolhimento, de sua quietação, de sua castidade, também de sua amenidade, graça e gosto. Julio Iginio podemos dizer que foi seu aio da agricultura, por que o pai foi Mago Carthagines. **23** O qual escreveo dela vintoi to volumes, tam singulares, que per mandado pubrico do Senado forão trasladados em latim para se os latinos aproveitarem da singular doutrina que neles havia.

16 Cfr. VARRO rust. 1.1.10

20 fez falar] fez falar *supra.scr.* P ensinou *in ras.* P

¹³ Os Sete Sábios, datados de 620 a 550 a.C., conhecem alguma variação nos nomes; são comumente: Cleóbulo, Periandro, Pítaco, Bias, Tales, Quílon e Sólon.

¹⁴ De acordo com Plínio (nat. 17.199), além de Catão, os dois Sasernas eram os mais distintos agricultores romanos antigos.

¹⁵ Contemporâneo de Varrão e um dos interlocutores do seu tratado agrônomo.

24 Não merecem menos louvor nesta arte alguns homens do nosso tempo que também dela escreverão. Estes são: Cornelio Celso¹⁶, Julio Attico¹⁷. Dos quaes Cornelio escreveo cinco volumes, em que compreendeo toda a disciplina agricolar e soo da parte que toca ao adubio das vinhas escreveo todo um livro. **25** Cuio quasi discipulo Julio Grecino¹⁸ deixou escritos dous livros da mesma materea das vinhas e cultura delas. A estes autores, Publio Silvino, e a outros semelhantes deveis ler e tomar seu conselho e doutrina, quando quiserdes tratar da agricultura. **26** Porem não cuideis que as suas escrituras abastão para vos fazerem consumado lavrador, por que a lição de livros nem doutrina de boca não fazem mais que amoestar, e o uso faz oficial.

27 Por que em todas as artes a esperiencia e uso tem dominio, e exercitando se os homens aprendem mais em pouco tempo que lendo nem ouvindo em munto. E no exercicio errando aprendem, por que errando são reprimidos e conhecem sua falta que sem isso não conhecerião.

28 Polo que vos aviso que vos não contenteis com ler soamente estes meus livros nem vos pareça que eles vos podem dar acabada sciencia, mas todavia vos ajudarão se teverdes vontade e possibilidade pera fazer o que eles ensinão.

26 escrituras] escripturas *B*

¹⁶ Autor enciclopédico, contemporâneo de Augusto ou Tibério e denominado o Hipócrates romano. Da sua obra apenas se conservaram oito livros sobre medicina. Na obra de Columela, neste e noutros passos, é invocado a respeito da secção perdida relativa à agricultura.

¹⁷ Contemporâneo de Columela e apenas conhecido por este passo da sua obra.

¹⁸ Pai de Agrícola, sogro de Tácito.

29 E o exercicio nesta arte da vossa parte ha de ser: visitar vossa fazenda muntas vezes, por que val mais ãa visita do senhor que muntos brados do abegão¹⁹. **30** E assi como na guerra é necessaria a presença do capitão e sem ela os outros officiaes são remissos, assi na agricultura sem a vista do senhor todos se fazem ronceiros.

31 Isto pretende encomendar Mago Africano, quando no principio dos seus livros diz: quem busca herdade, venda casa, deixe a cidade, e more no monte, e quem não pode deixar a cidade não compre herdade. **32** O qual precepto eu não mudaria se fosse possível guardar-se. Mas por que a ambição dos homens d'agora os faz continuar as cidades, o meu conselho seria que esses que as não podem deixar, não comprassem fazendas longe delas, mas que as comprassem onde as podessem visitar a meude.

33 Por que não nas visitando, fação conta que as comprão para seus criados e escravos mais que para si. Os quaes escravos vendo o descuido de seus senhores, ou deixão perder as fazendas ou se fazem ladrões, que é pior, e perdem-se eles co elas.

29 Cfr. CATO agr. 4; PLIN. nat. 18.31; PALAD. 1.6.1 || PLIN. nat. 18.7

¹⁹ Com o termo “abegão”, Oliveira traduz de uma maneira genérica o *uillicus* latino, termo conveniente dadas as diferenças entre as formas de delegação da administração da propriedade agrícola no mundo romano e no Portugal contemporâneo. Já na *Descrição do Reino de Portugal* do século XVI, Duarte Nunes de Leão (p. 149), num passo em que, como no texto de Columela, critica os problemas da total delegação da administração da própria fazenda num administrador, refere-se mais explicitamente aos *colonos emphyteutas*: “e nam fazem nelles os colonos emphyteutas os beneficios e cultura que fariam em bens que fossem próprios seus, porque cuidam que trabalham em bens alheos”. A enfiteuse estabeleceu-se a partir do século XII em Portugal com o intuito de “prender ao cultivo da terra os bons lavradores, aliciados por negócios vitalícios”. Aparece também a designação genérica de “prazos”, que se tornaram frequentes no século XIII, superando as cartas de doação, venda e encomendação e concorrendo com as cartas de foro ou de povoação concedidas a coletividades (Costa 1957, 73, 82). Oliveira Marques defende que o modelo alternativo à enfiteuse seria não tanto a propriedade alodial (com reduzida representatividade na terra portuguesa da altura), mas a situação do foreiro ou rendeiro vitalício e hereditário, a quem se concede o cultivo de uma terra por uma quota-parte da produção: Marques, 101.

CAPITULO SEGUNDO
DO SITIO E PASTURA DAS HERDADES

1 Conforme ao que acima fica dicto, a premeira condição do sitio da herdade seja, que estee perto donde vive o senhor dela, para que a possa visitar muntas vezes, ou seja tal que possa ele viver nela, que seraa melhor.

2 E não vivendo nela, não soamente a veja muntas vezes mas tambem diga que a ha de ir ver mais vezes, ainda que o não faça. E quando for, não vaa sempre a um tempo, mas mude as horas, e tome-os de sobresalto, por que se não descuidem assi o abegão como os trabalhadores. **3** E quando poder e tener espaço, não se contente com ver o geral não mais e de caminho, como dizem, mas detenha-se e visite de vagar todas as partes pelo meudo, assi as casas e alfaias, como as terras e peças delas.

4 Considere os fruitos, hervas e folhas, se vem a tempos devidos em sua perfeição ou se são murchos, e engelhadados e vem fora de tempo, por que per estes sinaes conheceraa a virtude da terra e o que pode fazer nela se jaa é sua. **5** E se a quer comprar entenderaa o que compra. E faça este exame per si mesmo, não per outrem nem crea o que lhe dixerem. Por que dicto é antigo e é de Marco Catão, que coi tada é a herdade, onde seu dono não sabe, o que se deve fazer nela. **6** Achando na herdade os sinaes que desejamos, seja tambem o ar saadio e a terra de bo torrão, dela campos e dela outeiros não muito alevantados, postos, se for possivel, contra o nascente ou meodia.

7 E as terras não sejam todas lavradas, por que aja pasto e lenha. Estem perto do mar, ou d'algum rio, que se possa navegar, para mais facilmente levar rendas da herdade e trazer a ela as cousas necessarias. **8** Os prados e cortinhaes de pomares e ortas, canaveaes, soazeiros e todolos passaes estem nos campos perto das casas, assi para frescura como para gasalhado, e para serem melhor guardadas as cousas que se podem mais asinha furtar ou danificar.

9 Para os prados e ortas e cousas sobredictas deve ter a herdade aogua corrente de rio ou fonte.

5 Cfr. CATO agr. 2.5.2; PLIN. nat. 18.36

7 estem perto] estem perto *sup. l. P* perto *in ras. P* || **8** estem nos campos] estem nos campos *sup. l. P* estem *in ras. P*

10 As terras mais altas e descubertas sem arvores sam milhores para semear que para estoutras cousas, porem milhores são tambem para semear as veigas não munto humedas nem secas, se forem de terra grossa e não area nem sibro. **11** Porque nas veigas e campos chãos se dão melhor as sementeiras que nas barrosas e terras pen-duradas, por que estas não conservão nem detem em si o humor das chuivas e mais correm coas enxurradas.

12 Por tanto os outeiros para semear hão de ser em cima chãos, semelhantes a campos ou ladeiras munto ingremes. Os outros outeiros mais asperos são bos para olivae e vinhas, e para matas de lenha e madeira, e tambem para pedreiras, quando for necessaria pedra para edificar. **13** E são bos pera pasto dos gados que pacem mato, como são cabras e bois. Mas por que poucas vezes acontece achar-se herdade que tenha todas as cousas e condições que dissemos que lhe são necessarias para ser boa, quando as não tiver todas, sejam as mais delas ou ao menos algumas, as mais neces-sarias, que são boas terras e bo sitio, boa aogua, e bos ares.

10 CATO agr. 1.2-3; cfr. VARRO rust. 1.2.8

11 barrosas] barrosas *sup. l. P* rochas *in ras. P* || **12** outeiros] outeiros *sup. l. P* terras *in ras. P* || **13** E são bos pera] E são bos pera] *sup. l. P* E pa *in ras. P*

CAPITULO TERCEIRO
 DAS COUSAS QUE PRINCIPALMENTE SE HÃO DE NOTAR NA HERDADE
 QUE QUISEREMOS COMPRAR

1 Porcio Catão dizia que na herdade que ouvessemos de comprar, olhassemos principalmente duas cousas: convem a saber a qualidade do ar e da terra, que sejam o ar saadio e a terra fertil e grossa. **2** E faltando qualquer destas não empregassemos nosso dinheiro nela, por que o homem que em tal terra empregar seu dinheiro, em especial para viver nela, deve ser mentecapto e merece que lhe dem curador²⁰. **3** Por que não ha homem sesudo que gaste sua fazenda e trabalho em terra sem proveito, nem menos doentia a aventura de não chegar a colher os fruitos dela. Por que onde os homens continoadamente entendem com as doenças e receo da morte, é duvidosa a vida e é mais certo o morrer que gozar dos fruitos. **4** E logo despois destas duas cousas principaes tambem dizia que havia outras tres muito importantes, que são caminho, aogua e vezinho.

5 Por que releva munto para o serviço da herdade ter bo caminho por onde se sirva, assi por que o senhorio folgue de visitar muntas vezes sua fazenda, sem receo do mau caminho, como tambem pelo gasto dos carretos que custão menos sendo ele bo. **6** E crece o preço dos fruitos que se vendem, por que os regatões e mercadores frequentam mais as herdades que tem bo caminho, e folgão de comprar ahi antes por dez que nas outras por nove.

7 Da bondade da aogua ser necessaria, não ha que falar, por que a todos é claro não poder ninguem viver sem ela, e quanto é mais necessaria tanto cumpre mais ser boa, assi para conservar a saude dos saos como para os mal despostos convalecerem.

8 Do bem e mal dos vezinhos não é tam aprovada a rezão, por que não é perpetua, por que se poode mudar per muntas vias, ou per morte, por que morrem uns e nadem outros, ou por alguma outra mudança. E por tanto alguns regeitão o parecer de Catão.

2 em especial] em especial *sup. l. P* para viver nela *in ras. P* || **5** menos] menos *sup. l. P* mais *in ras. P* || sendo ele bo] *sup. l. P* || **6** crece] crece *sup. l. P* acrescenta *in ras. P* || **8** o parecer] o parecer *sup. l. P* a sentença *in ras. P*

²⁰ No original, *eum ad agnatos et gentiles deducendum*, expressão jurídica: “deve ser entregue ao seu tutor legal”. Cfr. Varro rus. 1.2.8. De acordo com as Doze Tábuas, em caso de loucura, o sujeito devia ser entregue aos *agnati* (parentes da parte do pai) e ou aos *gentiles* (membros da mesma *gens*). Cfr. Cic. inu. 2.50.

9 Os quaes a mi me parece que errão, e não pouco, por que assi como é de sabedor sofrer com animo os casos, que per acontecimento lhe soccedem contra seu gosto, assi tambem é de neicio comprar inconvenientes por seu dinheiro. **10** E isto faz aquele que compra fazenda junto de maos vezinhos. O qual se é de boa gente e nobre, desde o berço deve ter ouvido aquele dicto de Hesiodo, que diz assi: “nem boi solto, nem vezinho mão junto de ti”.

11 O qual não se diz soamente do boi, mas tambem se pode dizer de todas as outras cousas bravas e dos homens em respeito da vizinhença, pelo que muntos escolherão por melhor deixar as suas terras naturaes e habitações que sofrer as semreções de maos vezinhos **12** e forão morar em terras estranhas, não soamente pessoas particulares mas tambem companhias de povo junto em grande numero, como forão os Achaios, Hiberos, Albanos, Siculos, Pelasgos, Aborigenes e Archadas, os quaes deixarão suas terras e forão buscar outras por não padecerem maas vezinhenças.

13 Tambem a memoria faz mençam d’alguns maos vezinhos particulares, que forão perjudiciaes aos que vivião junto deles, como foi em Grecia Autolico²¹, o qual não tinha vezinho que o podesse sofrer, e no monte Aventino Caco²², que aos palatinos nunca deu contentamento. **14** Trago aa memoria os passados por não nomear um mao vezinho que tenho, o qual me não deixa crecer arvore, que não corte, nem sementeira que não pise, nem vinha empada que não desempe, nem gado que não mate. **15** Pelo que a meu juizo com munta razão amoesta Marco Catão aos lavradores, que fujão dos maos vezinhos como da peste, que não os busquem por sua vontade.

16 Alem dos sobredictos preceptos ou avisos eu digo que tambem é necessario outro, que um dos sete sabedores ensinava a todos em geeral. E é que guardemos em todas as cousas regra e medida, em especial no tamanho das terras que havemos de grangear, que não excedão as forças de nossa possibilidade.

10 HESIOD. 348 || **13** Cfr. VERG. aen. 8.193-267

11 bravas] bravas *sup. l. P* familiares *in ras. P* || as suas terras] as suas terras *sup. l. P*
as terras suas *in ras. P* || sendo ele bo] *sup. l. P*

²¹ Filho de Hermes/Mercúrio e avô materno de Ulisses, possuía o dom de se tornar invisível, bem como à propriedade que roubava.

²² Filho de Hefesto, metade homem e metade sátiro, que roubou a Hércules os bois de Gérion e morreu estrangulado pelo semideus.

17 Por que se poderem mais que nos, derribar-nos-hão e se pesarem tanto que as nam possamos soster, esmagarnos hão. Pelo que dizem os africanos que são gente aguda e discreta que a lavoura não ha de poder mais que o lavrador. **18** E o nosso poeta diz: “Louvai as grandes terras e lavrai as pequenas”. E não ha duvida senão que o grande campo mal lavrado não daa tanto fruto como o pequeno bem concertado. Assi como o exercito grande desconcertado não faz tanto, como pequeno bem ordenado.

19 Por tanto aquelas sete geiras de terra que depois de lançados os reis de Roma Caio Licinio mandou dividir por cada homem rendião mais do que agora rendem os grandes barbeitos mal labrados. **20** Os quaes Curio Dentato, que pouco ha referimos, engeitou oferecendo-lhe o povo cincoenta geiras de terra em galardão da sua grande virtude pela victoria ganhada e ele os engeitou, como digo, por que lhe pareceo que tanta fazenda era mais do que convinha ao estado de consul triumphante, como ele era. **21** Era dos maiores que em Roma havia e engeitando o dicto presente das cincoenta geiras de terra que lhe o povo dava, contentouse com a medida plebeia, que erão sete geiras, como fica dicto acima.

22 Esta moderação durou assi em quanto os romanos forão pobres, e não senho-rearão muitas terras, mas depois que pelas muitas victorias que ouverão e mortes de seus imigos vierão a ter mais, creceo tambem o modo da distribuição **23** e chegarão a ter cada hum cincoenta geiras e porem não mais, mas antes tinhão isto por muito, em tanto que nem aos senadores era licito possuir mais. E Caio Licinio²³ por que passou disto foi condenado pela lei que ele mesmo sendo tribuno publicou pola aver quebrantado.

18 VERG. georg. 2.412-413; cfr. PALAD. 1.6.8; VARRO rust. 1.10.12; rust. 1.2.9; PLIN. nat. 18.7; LIV. 5.30

17 não ha de poder mais] não ha de poder mais *sup. l. P* ha de ser mais fraco *in ras. P* ||
20 referimos] referimus *P* || como ele era] como ele era *sup. l. P* como era *in ras. P* ||
21 e era dos maiores] e era dos maiores *sup. l. P* o qual era o maior *in ras. P* ||
22 modo] modo *sup. l. P* numero *in ras. P* || **23** nem aos] nem aos *sup. l. P* Caio Licinio *in ras. P*

²³ As 50 jeiras respondem ao *quingenta* do original, a leitura mais representada nos manuscritos (Ash, nota a, p. 50). No entanto, Columela refere-se imediatamente a Gaius Licinius Stolo, autor da lei que limitava a propriedade da terra a 500 *iugera*, aprovada em 367 a.C., de acordo com Varro rust. 1.2.9; Plin. nat. 18.17. Beauvois, fol. d ii, nas suas anotações à tradução francesa de Cotereau, recordando ainda Tito Lívio 1.7, Valério Máximo 8.6, Aulo Gélio 7.3, conclui que o passo é corrupto e emenda *quingenta*.

24 E não tanto por parecer cobiça e soberba querer possuir mais do acostumado, como por tomar as terras que os imigos fogindo deixarão. Finalmente é necessario haver modo e regra em todas as cousas, em especial nas terras que compramos para grangear, por que não compremos carrega mais que proveito.

25 E por que não pareça que com enveja queremos abarcar munto por estorvar aos outros o que podem gozar, como fazem os avarentos poderosos, que possuem termos tam grandes que nem a cavalo os podem andar e os tem como presos²⁴ sem os deixar aproveitar mais que para as bestas do monte.

26 A regra que se nisto deve ter é a vontade moderada de cada um, conforme a sua possibilidade por que jaa dissemos que não é siso querer possuir o que não podemos governar.

24 compramos] compramos *sup. l. P* compraremos *in ras. P*

²⁴ Neste caso, a elíptica tradução de Oliveira não transmite a ideia do original com fidelidade e clareza: (*derelinquunt*) *ocupatos nexu civium*: “(mantém os campos) ocupados por cidadãos escravizados por causa de dívida”. Com efeito, de acordo com a lei romana, quem pedia empréstimo submetia-se a trabalhar para o credor na qualidade de um quase escravo (*nexus*), em caso de falta de pagamento. Cfr. Varro rust. 7.105.

CAPITULO QUARTO
QUE A REGIÃO ONDE COMPRAREMOS A HERDADE SEIA SAADIA

1 Pera saberemos se é saadia a herdade que queremos comprar, cumpre que usemos do precepto cesoniano, de que usa Catão, convem a saber, que antes de comprar, visitemos muntas vezes o que nos vendem, e não sejamos acelerados, por que na premeira vista não se podem conhecer todas as qualidades da terra e do ar, nem se pode saber, se é saadia a região ou doentia.

2 Um certo sinal que temos pera conhecer a saude da terra são as cores, e figura e desposição da gente dela, se é bem coorada, se vive sãa communmente, se tem bos corpos, de boas feições, de boas carnes, inteiras e enxutas e boas forças.

3 E tambem se são as gentes de bo entendimento e juizo, por que para isso é munta parte a qualidade do ar e da terra, de que o espirito comunica e se ajuda. 4 Se são alegres ou tristes, se são enclinadas a virtudes ou vicios. Se são espertas e diligentes, ou ao contrairo, se são priguiçosas e descuidadas.

5 Por que todas estas cousas são sinaes da desposição da terra e saude dela. Tambem é bo sinal disto o aspeito e vista da região, se é alegre e os chãos se são criadores de boas ervas e arvores. 6 Dos quaes chãos e dos generos das terras diremos despois em seu lugar.

7 O que agora quero testificar e preegar a todos é o que dizia o ilustrissimo e famoso capitão na premeira guerra punica Marco Attilio Regulo, convem a saber, que assi como não deve ninguem comprar herdade esteril e sem fruto, ainda que seja muito saadia, assi tambem não deve comprar a doentia, ainda que seja munto fructifera.

8 Amoestava isto Attilio aos lavradores do seu tempo, como homem esprementado, por que dizem que morava em ùa terra mui esteril e doentia chamada Popinia²⁵. **9** E porem, assi como do sabedor é não comprar terra doentia nem esteril, assi é tambem boa industria emendar estas faltas se co elas a herdou ou a ouve per qualquer outro titulo.

10 Por que para tudo ha remedios. Os quaes poderemos alcançar se entendermos bem estas palavras do poeta que diz: “Tem cuidado de entender os ventos e o desvairado curso do ceo, e o modo que se usa em cada terra e o natural de cada lugar e quaes fruitos se dão em cada comarca e quaes se não querem dar”. **11** Todavia não nos contentemos com leer ssomente as autoridades dos passados nem que sejam dos presentes lavradores esprementados, mas nos tambem per nos provemos algumas experiencias, atee comprender o que requiere cada terra.

12 Por que ainda que no xprementar pareça que se perde alguma cousa, todavia sempre redunde em proveito, por que por derradeiro acertamos o que ha mester cada terra, e não se perdem de todo as maas e as boas fazem-se milhores, e mais esprementado-as sempre dão alguma cousa, sempre pagão o trabalho e despesa que se nelas faz.

13 Por tanto, quando não responderem tam bem como nos queremos, não deixemos de fazer outras experiencias doutra maneira, atee que acertemos. **14** Se não é a terra para trigo, semeemos-lhe cevada, ou centeo ou milho ou qualquer outra semente, e se não é para vinha, ponhamos nela olival ou pinhal ou qualquer outra pranta.

15 Em especial se é terra grossa, se não daa ùa cousa daa outra e nunca se nela perde o trabalho. Tambem esprementado qual é o sitio mais saadio, saberemos onde melhor podemos assentar as casas para morar. **16** As quaes não soomente devem ser accomodadas para a saude da gente, mas tambem para a conservação dos fruitos que se nelas hão de recolher. No que muntos errão, assi no sitio como no tamanho.

10 VERG. georg. 1.51-53

11 passados] passados *sup. l. P* || **15** melhor podemos] melhor podemos *sup. l. P* assentaremos *in ras. P*

²⁵ Região do Lácio, perto de Túsculo. Cfr. Varro rust. 1.9.5.

17 No qual errarão dous singulares homens: Lucio Luculo²⁶ e Quinto Scevola²⁷, um por munto e outro por pouco. Um fez na sua quinta maiores casas do que requeria a fazenda e outro as fez mais pequenas.

18 As maiores fazem despesa demasiada e mais para se morarem hão mester mais gente do que tendes, e se não estão se perdendo. E nas mais pequenas não se podem bem recolher os frutos, e perdem-se assi as cousas humedas como as secas, se não estão cada ãa em seu lugar devido.

19 Pois tambem o apouento do senhor da fazenda deve ser o melhor que poder ser, conforme aa mesma fazenda e deve ser tal que folgue seu dono continoar nele e seja tam aprazivel que não soamente o senhor mas tambem sua molher folgue de vir muntas vezes acompanhar seu marido, para que ele com gosto acotie e continoe de boa mente na fazenda.

20 E para isso, por que as molheres são mais mimosas, aja nas quintas casas e jardins alegres onde se elas possão desenfadar. Porem de tal maneira seião moderados os edificios do campo que se não tornem de quintas em paços nem os lavradores se fação edificadores.

21 Seião situados na mais saadia parte da fazenda, fora dos lugares vaporosos e de maos ares, que causão muntas doenças nos homens e nas alimarias. Estem em lugares nem munto frios nem munto quentes.

22 Ha lugares que no estio não são muito quentes porem no inverno são tam frios que se não poodem sofrer, como dizem quera Thebas de Beotia. E ha outros que no inverno são temperados mas no verão ardem em fogo, como afirmão ser Chalcis, cidade de Euboa.

19 que] que *sup. l. P* de to *in ras. P* || seu] seu *sup. l. P* ele *in ras. P* || acotie] acotie *sup. l. P* continoe *in ras. P* || **20** elas] elas *sup. l. P* as molheres *in ras. P*

²⁶ Lucius Lucullus, côsul em 74 a.C. Enriquecido nas campanhas contra Mitridates, tornou-se famoso pela sua luxúria e extravagância. Terá introduzido em Itália a cereja, oriunda de Cerasus, no Ponto.

²⁷ Lucius Scaevola, famoso jurista, contemporâneo de Lucullus. Cfr. Plin. nat. 18.32.

23 Busque-se lugar que tenha o ar temperado nem muito frio nem muito quente, como dixe, e como são pela maior parte as ladeiras dos montes não munto altas nem munto baixas. **24** Por que os vales baixos e sombrios no inverno não tem sol e de contino estaa neles o caramelo coalhado e a geada nunca se derrete e no verão ardem neles os vapores quentes sem refresco de ventos.

25 E nos montes muito altos, ou ha pouco vento no estio ou munta chuiva e bravas tempestades no inverno. De maneira que o melhor sitio para as casas do campo é em meia ladeira, com tanto que seja em algum teso e não no baixo por onde corre a enxurrada dos altos, por que não leve as casas ou faça outro damno algum.

23 como dixe e como são pela] como dixe e como são pela *sup. l. P* ordinariamente ha *in ras. P*

CAPITULO QUINTO
DA AOGOA QUE DEVE HAVER NAS QUINTAS

1 Nas casas das quintas ou fazendas do campo deve haver aogoa perennal, nacida dentro ou trazida de fora. E assi deve haver perto lenha e pasto. Se não ouver aogoa corrente, busque-se tambem perto poço não munto alto de aogoa doce, que se pode beber.

2 E não se podendo descobrir poço, fação-se grandes cisternas para a gente e balsas ou poças para o gado e bestas, onde se recolha em abastança aogoa da chuiva, **3** a qual é mais saadia que todas as outras aogoas, em especial se for recohida per canos de barro cozido e muito melhor se as mesmas cisternas forem do dicto barro cozido. Porem estas não poderão ser grandes, mas sejão muntas.

4 A segunda especie d'aogoa que logo despois da chovediça é melhor é a que nace em serras e corre per antre pedras limpas, como é a de Guarcono, terra de Campania. **5** A terceira é a dos poços ou a dos outeiros ou qualquer fonte que não naça em vale baixo. A pior de todas é a de paul pouco corrente, e se não corre nada é pestenencial.

6 E todavia ainda que esta seja tam damnosa como digo, no tempo do inverno abranda sua peçonha com a que chove. Donde consta a chovediça ser muito saadia, pois alimpa e cura a corrução daquela podre e peçonhenta.

7 E assi afirmo ser esta a melhor de todas para beber: a chovediça digo. Porem para frescura e temperança das calmas e serviço mais facil e sem trabalho é melhor aogoa corrente de rio ou ribeiro d'aogoa doce, que corre junto das casas se for possivel e senão seja trazido per açeca ou levada a elas.

8 E quando o rio ficar munto longe dos outeiros se perto dele ouver lugar saadio, alevantado e sem vapores, ahí se faça o assento das casas de tal maneira porem que fique o rio nas costas delas não diante por amor dos vapores.

Tit.] ou fazendas e do pasto e lenha e o assento delas *in ras.* *P* || **1** nacida] ou [nacida] *in ras.* *P* || **3** porem] porem *sup. l.* *P* mas *in ras.* *P* || **6** corrução] corrução *sup. l.* *P* peçonha *in ras.* *P* || **7** afirmo] afirmo *sup. l.* *P* afirmamos *in ras.* *P* || **8** tal maneira] tal maneira *sup. l.* *P* maneira *in ras.* *P*

9 E nem ahí nem em outra parte tenham portas nem janelas contra os ventos doentios, mas si de frente dos saadios que alimpão o ar e vapores. Por que em algumas regiões huns ventos são mais saadios que outros e outros mais doentios. **10** E assi também ha rios que no verão sempre estão cubertos de nevoas grossas e no inverno frias, as quaes se entrão nas casas ou não ha vento que as leve causão muntas doenças na gente e no gado.

11 Um acertado aviso é que nos lugares saadios estem as casas defronte do nascente do Sol ou do meodia e nos doentios defronte do norte, por que nas terras da Europa o norte é vento saadio, delgado e limpo e alimpa o ar dos vapores ruis e doentios.

12 Porem não fique o rio nem os lugares vaporosos da parte do vento saadio e mais corrente na terra, por que não caião as nevoas e vapores corrutos sobre as casas. **13** Onde ouver mar, tenham as casas as portas e janelas para o mar, por que o ar do mar é bo e saadio e a vista alegre e espaçosa, mas não estem muito perto da praia, por que é humeda e cheira mal.

14 Nem estem junto de paul, por que os pauis no verão lanção de si bafo ruim e peçonhento e na lama podre que neles fica quando se vão secando se geerão bichos perjudiciaes, como são cobras e sapos e outros semelhantes, de cujo bafo e pudridão se corrompe o ar e se geerão doenças ocultas, cujas causas nem remedios os medicos não comprehendem.

15 Geerão-se também nos pauis uns certos animaes voantes de pernas compridas e vozes soantes com bicos agudos e mui penetrantes, com que nos ferem e bebem o sangue, dormir nos não deixão e são enfadonhos.

16 A humidade e vapores ruins dos pauis alem do damno que fazem nos corpos vivos também damnificão os edificios e nas hervas e prantas crião mangra e nos metaes ferrugem, na madeira caruncho, nas alfaias bolor, no celeiro gurgulho, na adega mofo e corrução.

17 Nem estem as casas perto de estrada munto corrente, por escusar hospedes que dão torvação e despesa. E se for possivel nem a herdade deve estar junto do tal caminho, por que sempre os caminhantes pisão ou furtão o que estaa perto e não lhe pode seu dono valer.

9 o] *sup. l. P* || **10** frias] frias *sup. l. P* fras *in ras. P* || **11** aviso] aviso *sup. l. P* assento *in ras. P* || **16** dos pauis alem] dos pauis alem *sup. l. P* vapores ruis *in ras. P*

18 Finalmente por evitar os inconvenientes que dixee, as casas e habitação da herdade devem estar apartadas longe do caminho e dos lugares doentios, em sitio alevantado, defronte do oriente equinocial. Por que o tal sitio fica partindo o mundo igualmente como balança direita e fica participando dos ventos do verão e do inverno temperadamente. **19** Por que nem fica de todo sogeito ao frio nem aa calma, antes gozara[a] do bo d'ambal as partes e [e]vitaraa o mao, por que no verão poderaa gozar da frescura do norte, e no inverno as tempestades e chuivas não lhe farão munto nojo, **20** por que descorrem ao longo e a geada de pola menhãa não faraa tanto regelo, mas antes a quentura do premeiro sol derreteraa mais asinha o orvalho coalhado da noite passada.

21 Os lugares escondidos ao sol, onde não toca o raio e ar quente, não tem boa vivenda, por que não tem a natureza outra virtude como a do sol, para derreter, secar, e alimpar a geada, orvalho e mofo, que fica da noite e da chuiva e do inverno, que fazem encolher os homens e gado e não deixão crescer as prantas nem fruitos delas mas antes causão neles corrução e imperfeição.

22 Os edificios fundados de novo, se os fundarem em ladeira comecem debaixo para cima e levem logo do começo bos fundamentos, por que se depois quiserem acrecentar sobre aqueles outros possão sustentar o que lhe mais acrecentarem conforme ao acrecentamento da herdade ou possibilidade de seu dono.

23 Não soamente serão fundamento e alicerce dos que fezerem sobr' eles, mas também farão fincapee aos que edificarem mais a cima, os quaes fazendo assento ajuntar-se-ão com os debaixo, o que não farão se começando de cima forem acrecentando da parte de baixo, **24** por que assentando per força hão de carregar pera baixo e apartarse dos de cima, e farão mao edeficio, gretado e aberto e pouco seguro, por que o novo que for assentando da parte de baixo chamaraa consigo o de cima e cairão ambos.

25 Por tanto tenham aviso os que edificarem casas nas suas herdades, se as edificarem em ladeiras, como lhe dissemos atras, que as não comecem de cima para baixo, polas rezões sobredictas.

20 antes] antes *sup. l. P* com *in ras. P* || mais asinha] mais asinha *sup. l. P* logo *in ras. P* || sol] *sup. l. P* || **22** acrecentamento] acrecentamento *sup. l. P* tamanho *in ras. P*

CAPITULO SEXTO

DA ORDEM E CONCERTO QUE DEVEM TER AS CASAS DAS QUINTAS E DO CAMPO

1 Todas as casas de qualquer quinta ou fazenda do campo estem juntas e não espalhadas. Estem dentro em um patrio ou curral, que se sirva por ùa soo porta. E sejam repartidas em tres partes, convem a saber: apouento do senhor da fazenda, e apouento da gente de trabalho e recolhimento dos fruitos, que por outros nomes se chamão cidadã, rustica e frutuaria.

2 O apouento cidadão, em que ha de pousar o senhor da fazenda, teraa casas de verão e casas de inverno. As camaras do inverno estarão de frente do nacente do inverno, que é na região do sueste, e as salas de frente do occidente equinoctial.

3 As camaras do verão defronte do meodia equinoctial e as salas do mesmo tempo defronte do nacente do inverno. Os banhos defronte do occidente do estio, que é o noroeste, por que estem claros desd' o meodia atee noite, que é o tempo do lavar.

4 As varandas sogeitas ao meridiano equinoctial para que no inverno tomem munto sol e no verão pouco. A parte rustica onde se hão de agasalhar os trabalhadores teraa ùa cozinha grande, onde se possão agasalhar todos em todo o tempo do ano, a qual tambem seraa alta, **5** por que se não acenda o fogo na madeira do telhado, por que no tempo do frio é necessario que aja nela fogo que baste para aqueantar todos os que nela se recolhem, que são todos os trabalhadores, e gente de serviço do campo. **6** Os quaes para dormir terão junto da dicta cozinha celas ou pousadas pequenas de dous em dous ou de tres en tres, segundo parecer bem ao senhorio ou abegão que deles tener carrego.

7 O melhor sitio para estas pousadas da gente é defronte do meodia. E para os presos quando alguns ouverem mester castigados, aja algum aljube ou mazmorra debaixo do chão, em lugar enxuto e saadio, com frestas estreitas e altas, que lhe não possão chegar coas mãos.

8 Os curraes para o gado sejão de tal maneira situados, que lhe não faça mal o frio nem a calma. Pera o gado grosso manso dous curraes: um de verão, outro de inverno.

9 Per o gado meudo que ouver de ser agasalhado dentro na quinta, sejão os curraes de verão e d' inverno e sejão cercados de paredes altas por onde não possão entrar lobos nem outros bichos do monte.

1-7 Cfr. VITR. 6.6; VARRO rust. 1.11-13

2 as camaras do inverno] inverno *sup. l. P* verão *in ras. P* || **4** sogeitas] sogeitas *sup. l. P* ao meo *in ras. P*

10 E sejam ordenados estes curraes de tal feição que de fora não entre neles algum enxurro e a aogua que chover dentro ou qualquer outro humor que se neles gerar tenha por onde coar para fora, **11** de feição que sejam enxutos, sem lama, assi por bem do gado e sua saude e por que lhe não apodreção as unhas, como tambem por que não amoleção os alicece das paredes e caião.

12 Os curraes dos bois devem ser largos dez pees ou nove pelo menos, assi para o gado ter espaço para se lançar, como para o carreiro poder entrar largo a jungir os bois quando for necessario. **13** As manjadouras não sejam mais altas do que se requiere para os bois ou quaesquer outras bestas poderem comer em pee aa sua vontade.

14 A pousada do abegão estee junto da porta principal da quinta, por que veja os que entrão e sãem. E a do feitor sobre a mesma porta, pelas mesmas rezões, e mais por que veja o que faz o mesmo abegão, se faz bem seu officio. **15** Junto d’ambos haveraa ùa taracena, onde se recolhão todos os instrumentos da lavoura, como são carros, arados, grades, charruas e outros semelhantes. **16** E dentro desta taracena haveraa ùa casa enxuta em que se recolha a ferramenta e cousas que se não querem molhadas, a qual estaraa fechada, por que se não furtem as peças meudas.

17 As pousadas dos vaqueiros e pastores esteem junto dos curraes do seu gado, por que quando for necessario lhe possão acudir, e saber quando é necessario. **18** E todos, assi estes como os outros da familia rustica pousem perto uns dos outros, por que estando espalhados não poderaa o abegão olhar bem por todos e mais estando juntos recear se ão uns dos outros e farão melhor o que devem.

19 A parte do recolhimento dos fruitos se repartiraa em: celeiro de pão²⁸ premeiro, depois em adega de vinho, e outra d’azeite, e casa de lagares, dous palheiros, um de palha, outro de feno, nas terras onde se acostuma recolher feno.

13 as manjadouras] as manjadouras *sup. l. P* os pesebres *in ras. P* || **18** da familia rustica] da familia rustica *sup. l. P* servidores *in ras. P* || recearseão] *sup. l. P* || por que ... outros *om. B* || **19** dous palheiros] dous palheiros *sup. l. P* palheiros *in ras. P*

²⁸ “Pão” significa aqui cereais panificáveis, não pão cozido; tal sentido regista-se na documentação portuguesa desde as inquirições e forais da Idade Média. O sentido atual do vocábulo “pão” exprime-se, na documentação portuguesa medieval e coeva, com a expressão “pão cozido”. Registam-se igualmente as expressões “pão meado” (metade trigo e metade milho ou centeio), “pão terçado” (um terço de trigo, outro de centeio e outro de milho) e “pão quartado” (um quarto de trigo, outro de centeio, outro de milho e outro de cevada). Veja-se Marques, 85.

20 Haveraa tambem casa para recolher as frutas de guarda e conserva, como são os figos, passas, nozes, castanhas, azeitonas e outras semelhantes, de que falaremos em seus lugares. **21** Para as quaes cousas haveraa boticas e tulhas deferentes segundo as qualidades das cousas: para as humedas como vinho e azeite em baixo no chão, e para as secas em sobrados alevantados, nos quaes tambem se recolherão os figos, passas, peros, maçãs, e outras frutas que podem apodrecer.

22 O celeiro do pão e legumes principalmente seja enxuto e frio e para isso tenha frestas contra o norte, ou nordeste, que são ventos frios, enxutos e limpos. As quaes qualidades fazem durar mais e conservão os frutos.

23 E as mesmas se requerem para a adega do vinho, a qual deve estar longe dos banhos e do forno, e do monturo e esterqueira e quaesquer outros lugares çujos e de mau cheiro e tambem dos humedos onde nace ou corre aogoa e das cisternas dos quaes o humor que sae delas corrompe o vinho.

24 Não me esquece que algũs dizem que a tulha para o pão ha de ser d'abobeda per cima e per baixo d'argamassa, desta feição: premeiro o chão cavado, e bem molhado com aogoa ruça e não salgada e despois de quasi enxuto, bem pisado com pisões a modo de argamassa²⁹.

25 Sobre este fundamento, lançaõ ùa codea de boa argamassa, feita de testo moido e cal e area amassada com aogoa ruça, estendida e bem pisada com força e acafalada, de maneira que não faça gretas.

26 As juntas das paredes com o chão seião bem liadas e se for necessario cubertas com relevos da dicta argamassa, por que as não esburaquem os ratos ou carouchas ou alguns outros bichos da terra, que pelas tais partes acostumão romper as casas.

27 Seja dividido o celeiro em diversas tulhas com paredes baixas que possão andar por cima delas e possão recolher nas tulhas diversos legumes separados, cada um por si. As paredes das tulhas serão barradas com barro, amassado com aogoa ruça e em lugar de palha lancem-lhe folhas de zambugeiro secas.

25 ùa codea] ùa codea *sup. l. P* outro sobresolo *in ras. P* || **26** relevos] relevos *sup. l. P* almofadas *in ras. P* || alguns] *sup. l. P* quas *in ras. P* || **27** serão barradas com barro, ama-] *sup. l. P*

²⁹ O tradutor omitiu o original *uelut signinum opus*, comparação de Columela com um tipo de construção que derivava o seu nome de Signia, cidade do Lácio.

28 E não havendo zambugeiro, sejão de oliveira. E finalmente depois de seca esta obra, tornem a molhar as paredes e chão com aogo ruça e depois de tudo seco lancem-lhe os legumes.

29 Desta maneira, fazendo os celeiros como dixese conservarão neles os legumes, e não criarão gorgulho, nem outros semelhantes bichos, que os comem como vemos, se não olhamos por isso com diligencia e os não recolhemos em lugar conveniente, convem a saber enxuto.

30 Por que ainda que façamos os celeiros e tulhas com todas as cerimonia acima escriptas, se o lugar onde o celeiro estaa não for enxuto, não aproveitara nada. E sendo enxuto, sem mais nada, ainda que seja debaixo do chão se conservarão.

31 Digo debaixo do chão, por que fora da Italia em muntas partes se guarda o trigo e outros legumes em covas, a que chamão siros³⁰. Mas na Italia por que é terra humeda, não se acostumão as dictas covas. **32** Antes ao contraio, fazem os celeiros altos³¹, e assi guarnecidos como dixemos os avemos por milhores para defender o trigo do gorgulho, e outras pragas semelhantes.

33 As quaes algumas pessoas cuidão que as podem matar padejando o trigo e revolvendo o comido com o são, mas enganão-se e fazem damno por que o gorgulho não morre debaixo do trigo nem dos outros legumes, antes dentro neles se mantem e vive, **34** e revolvendo-os entra mais pelos montes deles do que faria não bolindo com eles, por que estando quedos, o mais que entra é atee um palmo e não mais, e é melhor perder-se aquele palmo soo que corromper todo o monte. E quando for necessario tirar trigo podem arredar o furado e tirar o são debaixo.

35 Toquei isto aqui não fora de proposito, posto que fora de seu lugar, que seraa onde ensinarei guardar os legumes, mas aqui tambem tratei do lugar e tulhas em que se hão de guardar. **36** Os lagares e adegas d'azeite devem ser quentes, por que todo liquor com a quentura se adelgaça e crece e ao contraio com o frio aperta e mingua, em especial o azeite, o qual alem disso quando se coalha cria munta borra.

³⁰ A utilização de *sirus* na Capadócia e na Trácia está referida em Varro rust. 1.57.2; Plin. nat. 18.306. O termo estará na origem dos modernos “silos”.

³¹ O termo “celeiros” traduz o latim *puti*.

37 Porem assi como é necessaria quentura natural para isto, a qual provem do sitio das adegas, e inclinação do ceo, tambem se deve evitar a quentura do fogo material por que o fumo e ferrugem damnão o sabor do azeite.

38 Polo que os lagares devem ser claros por não ser necessario fazer neles fogo, nem acender candeia quando se moee a azeitona ou faz o azeite.

39 Deve tambem aver na quinta fornalha com sua caldeira para fazer arrobe e vinho cozido em lugar claro e espaçoso, para que se veja e concerte a tempera do cozimento. Aja tambem um fumeiro em que se possa secar depressa a madeira e lenha verde quando ouver pressa, se for necessario.

40 Este fumeiro poode estar junto dos banhos, os quaes deve aver nas quintas, pera se a gente lavar. Mas não se lavem os homens de trabalho muntas vexes, por que é perjudicial pera as forças lavar a meude. **41** Sobre os banhos e casas quentes bem se poodem por as adegas do vinho, por que com a quentura coze mais asinha e envelhece o vinho e assegura. **42** Mas todavia ha mester outro lugar pera onde o trasfeguem mais fresco, por que não reserva com munta quentura no tempo quente.

43 Quanto ao que toca aas casas da quintam abasta o que fica dicto delas e das suas partes. Mas ainda fora delas é necessario aver um forno de pão perto e atafona, se não ouver aogua pera moinho ou azenha, **44** dous tanques ou poças d'aogua chovediça, ãa pera beber o gado e bestas de casa e pera se criarem patas e adens, a outra pera lançar de molho vimes e vergas e cortir tramoços e pera outros serviços semelhantes.

37 Cfr. VITR. 6.6.3 || **38** PALAD. 1.20 || **44** Cfr. VARRO RUS. 1.13.3; PALAD. 1.31

37 a quentura] a quentura do fogo material *sup. l. P* o fogo artificial ou material *in ras. P* || **39** quinta] quintam *P B* || **41** envelhece o vinho e assegura *sup. l. P* assegura o vinho e envelhece *in ras. P* || **43** quinta] quintam *P B*

45 Também são necessarias duas esterqueiras, ùa velha, outra nova, cada ùa pera seu anno³². Na nova lançarão o esterco dos currais e estrebarias do anno presente e não tirarão dela esterco atee o cabo do anno, porque se curta e apodreça, e da velha depois do seu anno esterçarão as terras. **46** Estarão postas em terra baixa e calçada de pedra se a ouver, ou de dura e calçada ao pisão, de maneira que não embeba em si o humor que escorre do esterco.

47 Por que assi é necessario pera conservar suas forças o esterco, que se não seeque de todo o çumo que traz dos currais, mas antes é bo que lhe lancem por cima algum humor que faça apodrecer as espinhas e ervas cruas se ainda não forem bem podres e tambem algum estrume se for necessario estrumar de novo as esterqueiras pera fazer mais esterco.

48 E os lavradores curiosos pera que se as esterqueiras não sequem, acostumão armar per cima delas caniços de vergas ou ramadas que as guardem do sol e do vento.

49 A eira tambem ha de estar fora das casas, mas não estee longe, se for possivel, antes estea onde a possa ver do seu aposento o senhor da quintam ou o abegão dela. **50** E pera boa deve ser calçada com lascas de pedra dura, por que assi se trilha melhor a palha e debulha o pão, e fica mais limpo da pedra e torrão que sooe tomar das eiras.

50 Cfr. VARRO *rus.* 1.52

46 terra] *add. in marg. P* || baixa, calçada] *sup. l. P* ladeira e em lagea *in ras. P* || **47** assi] *sup. l. P* || é bo que] *sup. l. P* || necessario] *sup. l. P* || ervas] *ervas sup. l. P* palhas *in ras. P* || estrumar] *sup. l. P* || **48** curiosos] *curiosos sup. l. P* esprementados *in ras. P* || **50** trilha *sup. l. P* quebra *in ras. P* || pedra *sup. l. P* palha *in ras. P*

³² A exaltação das bondades do emprego de estrume animal e do uso de leguminosas (tremoço, palha, ervilhaca) como fertilizante por parte do autor romano afigura-se particularmente instrutiva à luz do menor emprego de estrumes no tempo da tradução, devido à escassez de gado e ao uso de palha para outros fins, com o consequente abuso da cinza oriunda das queimadas como meio de arroteamento, a qual trazia uma diminuição da produtividade natural dos solos. Veja-se a documentação coeva: ANTT, Coleção Especial, cx. 117, m. 1, n.º 12; cx. 117, m. 2, n.º 37. Cfr. Marques, 47, 89-91.

51 Junto da eira aja alguma casa ou ramada³³ pera se poder recolher asinha o pão do calcadouro, se supitamente vier algum chuveiro, como acostuma vir na Italia e terras da Europa, por que nestas terras o ar é humedo e inconstante, o que não faz alem mar em Africa, onde o estio é mais seco.

52 Ortas e pomares tambem são necessarios nas quintans e perto das casas, porem cercados e bem tapados e em tal parte que possa escorrer neles o humor e enxurro do patio e curraes e banhos e aogua ruça dos lagares d'azeite, por que ortaliça e arvores³⁴ folgão com os taes alimentos.

52 escorrer] escorrer *sup. l. P* correr *in ras. P*

³³ Oliveira traduz por esta expressão genérica o termo latino *nubilar*, descrito por Varro rus. 1.13.5, etimologicamente associado a *nubilare*, “estar o céu enevoado” e, portanto, virtualmente “tempo chuvoso”.

³⁴ Regista-se, já na documentação do século xv, a existência de pomares e vinhas entremeadas de trigo e outros cereais. Tal combinação de cultivo e plantação de árvores parece ter sido própria do Sul. No Norte interior predominavam os campos abertos e no Noroeste os campos-prado com policulturas. Cfr. Marques, 99.

CAPITULO SEPTIMO
DO OFICIO E CUIDADO DO SENHORIO DA FAZENDA

1 Ao senhorio pertence, depois de olhar e concertar as condições da terra e assento das casas, ter também cuidado de prover todas as cousas necessarias pera a fazenda e cultura dela, em especial os homens que a hão de cultivar e ministrar.

2 Os quaes ou são caseiros ou servidores, e os servidores ou são livres ou escravos. Com os caseiros use de humanidade e facilidade e aperte mais co' eles que curem bem as terras que na paga das pensões por que assi não os avexaraa a eles, antes aproveitaraa assi e a eles.

3 Por que quando as terras são bem curadas é certo o proveito, se o tempo terça bem e não haa roubo nem engano e mais os caseiros não ousão pedir quita. **4** Mas como jaa comecei dizer, não seja o senhorio munto amigo de seu proveito nem pegueiro em cousas pequenas que aas vezes avexão mais os lavradores do que importão.

5 Nem seja sobejo em arrecadar os fooros nos dias dos pagamentos assinados aa risca, por que ainda que com rigor os possa arrecadar, não é tudo bo quanto com rigor é licito, antes os antigos dizião que o dereito riguroso é a maior pena que se pode dar aos obrigados.

6 Nem tam pouco digo que de todo se descuide por que dizia Alfio [o] onzeneiro que os bos devedores não sendo requiridos se fazem maos pagadores.

7 Não é proveito mudar munt'os caseiros, por que eu ouvi muntas vezes dizer a Lucio Volusio homem consular antigo e mui afazendado que era grande proveito pera as herdades ser cultivadas per caseiros naturaes delas, **8** por que sendo nacidos e criados nelas lhe tem amor como a seu patrimonio e pela munta familiaridade e uso conhecem as qualidades delas e sabem como as hão de tratar.

9 E, por certo, segundo meu parecer, cousa é mui prejudicial aas fazendas arrenda-las de poucos em poucos annos e munto mais se são arrendadas a homens que não vivem nelas nem as grangeão per si mesmos, senão per seus criados, em especial se são folgações de vila, por que os taes, diz Saserna, em vez de pagar as rendas armão demandas aos senhorios.

5 Cic. ofic. 1.33

2 caseiros] caseiros *sup. l. P* foreiros *in ras. P* || e aperte mais] e aperte mais *sup. l. P* seja mais riguroso *in ras. P* || **5** possa] possa *sup. l. P* possão *in ras. P* || **6** fazem] fazem *sup. l. P* faziam *in ras. P*

10 Polo que devem os senhorios dar suas terras a caseiros lavradores aldeãos, se per si mesmos ou seus criados as não podem grangear e devem continuar sempre com uns mesmos.

11 Porem melhor é grangea-las se não são doentias ou esteriles em tanto que se não possão sofrer, por que podendo se sofrer sempre dão mais proveito grangeadas que arrendadas nem aforadas, senão ha munto descuido ou roubo, **12** os quaes pela maior parte se cometem por culpa do senhorio e ele os pode mui bem evitar, por que pode castigar as culpas e mudar os officiaes negligentes ou não fieis.

13 Mas todavia se as terras estão longe donde mora o senhor delas de maneira que ele as não pode ver pessoalmente, melhor é afora-las ou arrenda-las que entrega-las a escravos, em especial se são terras de pão, **14** as quaes os rendeiros não podem tanto danificar como vinhas e arvores, e os escravos, onde não ve seu senhor, alugão os bois e bestas e avexam-nas com trabalho demasiado, **15** e dão-lhe mal de comer e apacentão mal o gado, lavrão mal as terras, dão em conta mais semente do que semearão e essa que semeão não na estercão nem mondão nem ajudão para que funda bem.

16 Mas o fruto que deus daa e deixa chegar aa eira, eles o apouquentão no campo e na eira por preguiça e ruindade. Os que tem carrego roubão e não guardão e os outros apanhão o mal guardado e o que recolhem não no escrevem fielmente.

17 E desta maneira fica difamada a terra de pouco frutifera por que parece ao senhorio que não rende mais do que lhe dão os seus escravos. Pelas quaes rezões me parece que a fazenda que o senhorio não pode ver per sua pessoa seja antes aforada que grangeada.

CAPITULO OITAVO
DO ABEGÃO E FAMILIA RUSTICA

1 Quando o senhorio quiser grangear sua fazenda per seus servidores a principal cousa de que ha de ter cuidado é fazer um abegão ou feitor que ponha bom recado em tudo e outros capatazes particulares, cada hum em seu mester, **2** como cabos de esquadra nos exercitos, um nos lavradores, outro nos segadores, outro nos cavadores, outro nos vindimadores, e assi em todos os outros mesteres e officios do campo. **3** Os quaes capatazes o abegão deve escolher, por que ele conheceraa melhor quaes são mais aptos para ordenar as obras e fazer trabalhar e procurar o necessario em cada quadrilha, por que este é o carrego dos capatazes.

4 E por tanto assi estes como o abegão devem ser homens acostumados e criados de pequenos no exercicio da agricultura e se não, ao menos acostumados a qualquer outro trabalho. **5** Não sejam mimosos, folgazões, criados na ronçaria das vilas e cidades e casas ricas e tafularias delas, nem sejam preguiçosos, dorminhocos e descuidados.

6 Nem amancebados nem refiães nem gastadores nem avezados a banquetes e companhias d' homens viciosos, por que se levarem com sigo estes viçios nas quintãs, acarretarão tambem laa os viciosos e farão mui pouco proveito a seus senhores.

7 Todos estes resguardos se devem ter em especial nos abegões e feitores, os quaes devem ser homens de meia idade, por que nem os munto velhos cansem no grande trabalho que requiere este carrego.

8 Por tanto sejam, como dixee, homens de meia idade e de bo espirito e forças e praticos na agricultura ou ao menos tenham cuidado de a aprender cedo e fazer-se espertos nas cousas necessarias para toda ela, **9** por que não convem aa consideração que este negocio requiere, um mandar e outro ensinar, nem pode bem pedir conta do que se faz aquele que não sabe como se as cousas hão de fazer, **10** e mais se se ha de informar daqueles a que ha de pedir conta, por que o enganarão nas cousas que forem contr'eeles.

Tit. Capitulo octavo, do gado e dos pastores da familia e officiais *in ras.* *P* || **3** as obras] *sup. l. P* || **8** fazerse] *sup. l. P* fazer *in ras.* *P* || aa consideração que este negocio] *sup. l. P* ao negocio e diligencia que ela *in ras.* *P*

11 O abegão ou feitor, ainda que não saiba ler nem escrever, bem pode aministrar seu oficio, se tiver boa memoria, mas antes o tal, diz Cornelio Celso, daraa a seu senhor o dinheiro mais vezes que o livro, e não poderaa fazer livro falso, e se o fezer per outrem, não se confiaraa do escrivão.

12 Este hora seja forro hora escravo, tenha molher propria e seja casado, por que não furte para muntas, e mais sua molher ajuda-lo-a em muntas cousas, e tira-lo-a de ter munta conversação com outras pessoas, a qual conversação é odiosa para este carrego, hora seja com gente de casa hora seja com gente de fora.

13 Porem aas vezes convide aa sua mesa nos dias de festa, algum d'aqueles que antre os outros vir que são bos trabalhadores, por que com esta honra dee animo aos bos e aos outros provoque a fazerem o que devem.

14 Não faça devoções, festas nem confrarias nem esmolas sem licença de seu senhor. Não meta em casa echacorvos, nem dee credito a feiticeiras nem adivinhadores, por que com suas mentiras e superstições enganão a gente simprez, e fazem fazer gastos e cometer pecado.

15 Nunca vaa aa cidade nem vila, nem ande munto pelas outras quintas alheas, não vaa a feiras algumas, se não quando for vender ou comprar as cousas que a seu carrego pertencem.

16 Por que diz Catão, que o abegão não deve ser munto andejo nem deve sair dos limites da fazenda de que tem carrego, senão para consultar com alguns vezinhos o que deve fazer quando tiver alguma duvida na cultura d'alguma cousa, por antrevir alguma novidade ou mudança.

17 E então não vaa munto longe, por que possa logo tornar a olhar por sua fazenda e mais por que os lavradores de longe não saberão o que convem para a sua terra dele, se não estiverão jaa nela.

12 Cfr. VARRO rus. 1.17.5 || **16** CATO agr. 5.2

12 Este] *sup. l. P* o abegão *in ras. P* || **13** antre os outros] *sup. l. P* em casa *in ras. P* || **14** devoções e festas] *sup. l. P* esmolas grandes *in ras. P* || nem esmolas *sup. l. P* nem pequenas *in ras. P*

18 Não receba ou agasalhe na quinta hospede algũ, senão for munto familiar amigo de seu senhor. Assi como lhe são defesas estas cousas acima dictas, assi tambem ha de ter cuidado de prover em abastança e em dobro, se for possível, todas as ferramentas e instrumentos necessarios para o serviço da quinta. **19** E os tera todos reparados e prestes para quando os ouver mester, por que lhe não seja necessario pedir emprestado e andar buscando pelos vezinhos, por que mais se perde no tempo que se em tanto gasta que no preço que dão por eles, o qual se não perde, pois alguma ora hão de servir.

20 Tenha cuidado de prover bem a gente de vestido e calçado proveitoso e duravel mais que galante, que defenda a gente do frio e do vento e da chuiva. **21** E para isto é bo o vestido de peles e de burel, com mangas e capelos e o calçado de vaca crua, ou de pao para as espinhas e pedras. E desta maneira provida a gente poderaa trabalhar em todo tempo e lugar, por aspero que seja e descuberto.

22 Alem de saber a obra do campo, o abegão ha de ser tambem humano e discreto, não cruel nem doudo, e ha de saber favorecer os bos e dissimular com os que não são munto maos. Seja severo e não cruel. **23** Seja aprazivel e não leve, de feição que lhe tenham acatamento e não lhe queirão mal. Isto poderaa fazer se tiver cuidado de olhar pela gente que não erre, nem faça por onde mereça castigo e não esperar que por seu descuido errem eles e lhe seja a ele necessario castiga-los. **24** Nem se pode por maior guarda sobre os servidores para não fazerem mal que te-los sempre acupados e pedir-lhes conta das tarefas e ser de contino presente co' eles.

25 Desta maneira, de dia todos trabalharão e de noite cansados do trabalho dormirão e não jugarão nem farão outras rundades, que os ociosos e folgazões acostumão fazer de noite.

26 Tambem deve guardar os bos costumes antigos que jaa vão esquecendo-se, que não acupe em seu serviço particular servidor nenhum de casa, não coma em casa sobresi senão onde a gente toda come, nem coma outra comida senão da que daa aa gente, e desta maneira procuraraa que se faça bo pão e bem de comer.

18 ferramentas e instrumentos] *sup. l. P instrumentos e ferramentas in ras. P ||*

19 tera] *sup. l. P tenha in ras. P || os ouver mester] sup. l. P forem necessarios in ras. P ||*

20 Tenha] *sup. l. P a gente in ras. P || 23* nem] *sup. l. P e não in ras. P*

27 Não deixe ir ninguem fora da quintam, senão quando ele mandar, nem ele mande ninguem fora, senão com necessidade.

28 Não trate nem mercadee para si com o dinheiro de seu senhor, em especial nas alimarias ou cousas semelhantes, aquelas que na quinta ha para vender ou ha de comprar para casa, por que premeiramente a acupação da mercancia não no deixaraa ter cuidado da lavrança e cultura da fazenda, **29** e mais sempre ha de pender mais para si que para seu senhor, e se ficar algum reboutalho por vender, ainda que seja seu, diraa que é de seu senhor e dar-lho-ha em conta em lugar de dinheiro.

30 E assi tambem faraa, se tiver criação ou lavoura de mestura, por que nunca o melhor ha de ser do senhor, mas sempre ha de pender para a parte dele, abegão ou feitor. **31** Ûa cousa para tudo necessaria, ha de ter este que ha de ministrar ou governar a agricultura: que não ha de confiar em seu saber, nem cuidar que sabe o que não sabe, mas ha de querer sempre aprender, por que assi como aproveita munto fazer as cousas acertadas, tambem damna munto mais tornar a emendar o errado.

32 Digo que na agricultura val munto fazer as cousas dela ùa soo vez e não muntas vezes, por que quando se emenda o erro passado, necessariamente se perde o tempo e o trabalho, e aas vezes toda a cousa.

33 Por não acertar a sementeira d'algũ legume, se perde por aquele ano todo e se não acertão a poda das vinhas, perdesse o vinho e não presta tornar a podar, nem presta tornar a enxertar as arvores quando a enxertia foi errada, mas antes se perdem tambem as arvores de todo muntas vezes. **34** Finalmente, ainda que na segunda vez se aproveite alguma cousa, não se pode cobrar o tempo nem a semente perdida, nem o trabalho gastado em balde.

35 Quanto aos outros servidores, devesse guardar isto que agora direi, que eu jaa fiz algumas vezes, que não me pesa ter feito, por que alem de o ensinar assi a rezão, a experiencia tambem o aprova, por quanto a virtude louvada crece, como diz o proverbio.

36 O que quero dizer, é que os servidores que bem servem sejam favorecidos, mais ainda os do campo que os da cidade, quero dizer: os que servem em casa das portas adentro a pee enxuto e acompanhão pelas ruas.

37 E posto que todo bo servidor merece favor, toda via, favorecer os do campo faz mais a este proposito, que não se perde co'eles a gravidade do senhor.

35 por quanto] quanto *sup. l. P* que *in ras. P* || **36** a pee enxuto] *sup. l. P* como dizem *in ras. P* || **37** este] *sup. l. P* nosso *in ras. P* || proposito] propisito *P*

38 Digo que o senhor, para animar os trabalhadores, deve falar co' eles aas vezes mais familiarmente e ãas vezes zombar co' eles, e permitir que zombem eles tambem, por que co' isto lhes esqueça a aflição de seu trabalho. **39** E tambem muntas vezes tomo conselho com os mais esprementados, quando quero fazer algũa cousa de novo, para saber o engenho de cada hum e por que cuidando que fiz aquilo per seu conselho gloriam-se e trabalhão de melhor mente.

40 Quanto aos carceres e encarcerados, todo homem discreto deve olhar se estão bem seguros e saber se o abegão ou feitor prendeo ou soltou alguem sem sua licença, por que nem um nem outro deve fazer sem o ele saber, e se a enormidade do delicto requerer que ele prenda alguem não no soltaraa atee que o saiba seu senhor.

41 E acerca disto faça o senhor diligente exame se são estes presos com rezão ou não e não consinta agravar ninguem. Nem tambem consinta ser ninguem agravado no vestido, nem calçado nem comer nem outras cousas necessarias.

42 Nas quaes atente bem se são repartidas como ele manda, em especial aos que são menos estimados, por que a esses se faz aas vezes mais perjuizo, parecendo que o não saberaa o senhor. **43** Por tanto é necessario que atente mais por eles e saiba se são providos como ele manda. Prove o pão e a beberagem, veja o vestido e calçado dos servidores e tire enquirição sobre os officiaes se avexão os subditos de que tem carrego ou lhe defraudão o que lhe ele manda dar.

44 Castigue os revoltosos, em especial os que falsamente acusarem os officiaes que deles tem carrego e dee algum premio d'avantagem aos que bem fexerem. **45** As boas escravas tambem favoreça e se forem boas criadeiras não nas acupe em outra cousa, mas antes, depois de ter criado mais de quatro filhos merecem liberdade.

46 Esta justificação e cuidado lhe aproveitaraa munto para acrecentar sua fazenda. Mais lhe quero trazer aa memoria que todas as vezes que vier ver sua fazenda a premeira cousa que deve fazer seja visitar o oratorio ou hermidã que ha de ter na quinta com limpeza e veneração e fazer oração e encomendarse a deus.

38 seu trabalho] *sup. l. P* trabalho continuo *in ras. P* || **41** acerca] *sup. l. P* no exame *in ras. P* || **42** que o não *sup. l. P* || **43** servidores] *sup. l. P* trabalhadores *in ras. P* || **45** mais de] *sup. l. P*

47 E depois de se encomendar a deus, se ouver tempo, logo nesse dia, e senão no outro logo seguinte, corra pessoalmente e veja per seus olhos toda sua fazenda e atente se em sua ausencia se damnificou alguma cousa ou se fez alguma desordem.

48 Se cortarão parreira ou arvore, se o gado comeo sementeira alguma, se falta alguem da familia, se morrerão algumas reses. Veja os carros e arados e todos os instrumentos da lavoura, e as alfaias da casa, se falta alguma, e saiba por cuia causa falta.

49 Se se quebrou ou perdeu por culpa d'alguem castigue quem tiver culpa ou repreenda-o, e se se gastou em seu officio, mande prover o necessario. E se se poser neste costume, quando vier a ser velho descansaraa por que teraa sua familia bem habituada e mais ter-lhe-ão acatamento.

49 costume] *sup. l. P* poser neste *in ras. P*

CAPITULO NOVE
DAS CALIDADES E DISPOSIÇÃO QUE HÃO DE TER OS HOMENS QUE SE HÃO DE ESCOLHER
PARA OS OFICIOS DA RE RUSTICA

1 Finalmente havemos de dizer que disposição e habito de corpo e animo hão de ter os homens que havemos de encarregar dos officios ou mesteres da agricultura.

2 E quanto aa parte pastoril os homens que dela hão de ter carrego, devem ser mais sollicitos, diligentes e proveitosos que grandes nem de muntas forças, por que para este mester mais cumpre cuidado e arte que estatura nem força.

3 Dos pastores de gado meudo falo, como são ovelhas e cabras em especial ovelhas que são mansas e coitadas e hão mester quem cure delas. Os bois não assi, por que são grandes e forçosos e hão mester quem os espante com grande voz e corpo, por tanto os boieiros prevaleção nestas duas cousas, ainda que não tenham munto engenho nem artes.

4 Porem não sejam de todo maçorraes nem crueis, mas saibão amansa-los bois e cura-los, de maneira que lhe ajão medo que não pereção aa mingua e trabalho. **5** O que cumpre ao carrego destes e dos outros havemos de tratar mais por extenso em seus lugares, por tanto abasta agora amoestar em breve, que para boeiros cumpre mais grande estatura e voz, as quaes não são tão necessareas para aqueloutros.

6 E mais em nenhum outro officio do campo levão menos trabalho os homens grandes que no dos bois por que o lavrador ainda que seja de grande estatura pode andar dereito tralo arado e governar a rabiça aa sua vontade, o que não pode fazer o cavador, que ha d'andar baixo, e os mais dos trabalhos do campo se fazem abai-xando ou curvando o corpo. **7** Para os quaes qualquer estatura serve com tanto que tenham força para sofrer o trabalho. A vinha em especial requiere menos estatura mas todavia requiere mais força e corpo baixo, ancho e membrudo, por que a tal disposição é apta para cavar e podar e para outras culturas das vinhas.

4 amansalos] *sup. l. P* || **7** em especial] *sup.l. P* || a tal] *sup.l. P* esta *in ras. P*

8 Nenhuma parte da agricultura requiere menos modestia e fidelidade nos trabalhadores que esta das vinhas, por que trabalham muntos juntos e trazem consigo o seu capataz, que os faz trabalhar e olha o que fazem. **9** E mais o serviço das vinhas requiere homens espertos e vivos, e isto achase pela maior parte naqueles que são menos modestos.

10 E por tanto as vinhas mui bem se podem cultivar per escravos ainda que sejam dos piores. Porem os bos, se forem tambem despostos como os maos, sempre farão o que fezerem, melhor que eles.

11 Antrepus aqui esta salva, por que não cuide alguém, que é minha opinião que se faça esta obra antes per maos que per bos. Mas dixeu o que fica acima, por que sejam distintos os officios da gente e saiba cada um o que ha de fazer, **12** e não se confundão uns com outros, nem se escusem ou refertem ou atendão uns a outros, nem se esconda antre os muntos, quem erra ou trabalha mal, por que nenã cousa destas traz proveito ao lavrador, **13** hora seja por que nenhum da companhia se ha por proprio official da obra que a todos convem, ou por que o louvor do bem feito é comum, e por tanto ninguem se mata munto por trabalhar.

14 E mais por que poucas vezes se acha homẽ que saiba todos os mesteres da agricultura, por que o criador não sabe semear nem o sementeiro enxertar. Por tanto convem que os lavradores sejam distintos dos vinheiros e os vinheiros dos outros trabalhadores comũs. **15** As classes ou quadrilhas dos trabalhadores não passem de dez homens cada hũa, as quaes por isso os antigos chamavão decurias, que quer dizer dezenas. **16** E este numero ouverão por mais accomodado para isto, por que sendo maior, não poderaa um soo capataz atentar bem por todos.

17 Porem se não ouver gente que encha este numero, nem por isso deixe d'aver na quadrilha um que guie e amoeste e ensine os outros, e andem juntos, por que ele possa fazer seu officio, não se apartem longe uns dos outros. **18** Alem de se poderem melhor governar assi juntos, provocão tambem uns a outros e trabalham aa porfia a quem o melhor faraa, o que não fazem apartados cada hum per si.

10 piores] *sup. l. P presos in ras. P* || que eles] que os maos *in ras. P* || **12** erra ou] *sup. l. P errou in ras. P* || **16** sendo] *sup. l. P se for in ras. P*

19 Fica dicto, neste premeiro livro da agricultura, do que ha de prover aquele que quer ser lavrador, acerca da temperança, do ar e sitio da terra e do caminho e serventia, da vizinhença, das aoguas, do assento e mato das casas, **20** da maneira e tamanho da herdade, dos caseiros e escravos e da ordem dos officios e carregos e obras que se hão de fazer. Daqui por diante diremos como se ha de cultivar a terra.

Acabou-se o premeiro livro da agricultura de Lucio Columela,
trasladado pelo licenciado Fernando Oliveira

19 serventia] *sup. l. P* por onde *in ras. P* || **20** maneira] maneneira *in ras. P* || *Subscriptio* Columela] Culumela *P*

COMEÇA O SEGUNDO LIVRO DA AGRICULTURA DE LUCIO JUNIO
 MODERATO COLUMELA, TRASLADADO DE LATIM EM PORTUGUES, PELO
 LICENCIADO FERNANDO OLIVEIRA

CAPITULO Premeiro

EM QUE DIZ QUE A TERRA BEM ESTERCADA NÃO ENVELHECE NEM CANSÁ

1 Preguntais-me, Senhor Silvino, ãa cousa que eu não recuso ensinar, e logo sem dilação vos quero responder a ela. Esta é por que no precedente livro, logo no principio engeitei o parecer de quasi todos os antigos, que falando da agricultura dizem que pelo munto exercicio das terras per espaço de tempos envelhecem e cansão.

2 E não deixo de saber que dais munta autoridade aos bos escriptores antigos em especial a Tremelio, o qual com munta elegancia e saber escreveo muntos preceptos da re rustica, **3** nos quaes em favor dos antigos diz que a terra, mã de todos, depois de dar seus fruitos per certo espaço de tempo conforme aas suas qualidades e vigor natural cansa e cessa de frutificar, como cansão e cessão as molheres quando acabão de parir depois de velhas.

4 O que eu tambem confessaria, se visse nas terras total esterelidade como nas molheres, que depois de velhas ficão esteriles de todo e não parem mais, pouco nem munto. **5** Digo pouco nem munto por que algumas são tão fertiles que no tempo de suas forças parem de dous em dous e de tres em tres e parem cada anno, mas depois que enfraquecem parem menos, porem parem em quanto dura o tempo que lhes a natureza limitou para parirem e tanto que se o tempo limitado acaba, não parem mais pouco nem munto. **6** O que tambem devia ser assi nas terras, se podessem ser comparadas aas molheres e se assi fosse, depois que por velhice deixassem de frutificar, não poderiam mais ser restauradas, mas ficarião esteriles de todo como ficão as molheres velhas.

Tit.: portugues] *sup. l. P* linguagem *in ras. P* || **1** falando da agricultura dizem que] *sup. l. P* dizem a terra pelo exercicio *in ras. P* || envelhecem] *sup. l. P* cansão *in ras. P* || **3** quando] *sup. l. P* depois que *in ras. P*

7 Porem nos vemos não ser assi, mas vemos ao contrario, as terras que por cansadas ou por esquecimento e descuido ou por nossa vontade deixamos de lavar alguns annos e se fazem maninhas, não por isso se fazem esteriles, **8** mas antes, se as tornamos a lavar, dão mais fruito do que davão dantes, e por isso quasi geralmente as herdades trocã as sementeiras hũas de dous em dous annos, e outras de tres em tres, e outras de mais em mais.

9 A rezão disto é a que logo abaixo se tornara a dizer, que a erva e raizes que a terra cria tornão a ficar nela e apodrecem e a estercão e aqueção e ajudão e a fazem tornar a frutificar como de novo. **10** Donde consta que não envelhece a terra, por que a velhice não se restaura nem a torna a reverdecer, nem é ela causa para que a terra dee menos fruito.

11 Nem é cousa para algum homem discreto cuidar que a terra cansa como cansão os homens e animaes sensitivos, por que ela não tem sentido nem cansa como corpo animado com o munto exercicio ou carrega que lhe põem.

12 Porem direeis que responda aa rezão de Tremelio, provada por experiencia de todos sabida, que as terras novas de novo cultivadas, logo quando começã, dão munto fruito e depois que vão trabalhando pelo tempo adiante não fundem tanto como de principio. **13** A isso respondo que Tremelio vee a experiencia mas não entende o por que se assi faz. E não é por ser a terra nova, mas é por que estaa melhor estercada e grossa quasi como cevada das ervas e folhas de muntos annos que nela caião e apodrecião e a estercavão e engrossavão.

14 E depois que lhe cortão as arvores e mato donde caião as folhas e com arados grandes, encinhos e eixadas a rompem e revolvem de baixo para cima, **15** como quer que o de baixo é mais frio e de menos virtude para criar, vai-se fazendo a terra delgada e menos criadora, e desta maneira parece que envelhece e cansa como alguns cuidão. **16** Porem não é por falta da natureza mas é por nosso descuido e negligencia que a não estercamos, por que se a estercassemos bem, sempre responderia com bo fruito. **17** Do modo e cuidado que havemos de ter em a estercar e curar diremos daqui por diante como prometemos no livro precedente.

8 quasi geralmente] *sup. l. P* em algumas partes dividem *in ras. P* || **9** abaixo] *sup. l. P* aqui *in ras. P* || **11** algum] *sup. l. P* nenhum *in ras. P* || **13** terra] *sup. l. P*

CAPITULO SEGUNDO
DE QUANTOS GENEROS HA DE TERRENHO E QUANTAS ESPECIAS EM CADA GENERO E
QUAL DELAS É MILHOR

1 Os que mais souberão da Agricultura dixerão que os generos do terreno erão tres, notados segundo o sitio das terras: campos, ladeiras e montes. Dos campos dixerão que o melhor era ser algum tanto correntes, para escoar de si as aoguas da chuva sobeja, **2** e das ladeiras, as que não forem munto ingremes, e dos montes, não os mui altos nem asperos, mas os que crião arvoredos e erva, esses erão milhores para ser cultivados e dar fruto. **3** Em cada hum destes tres generos dixerão que podia haver seis especias ou maneiras de terra: grossa e delgada, solta e basta, humeda e seca. **4** As quaes qualidades misturadas hũas com outras fazem muntas diversidades de terras, segundo tem mais ou menos das dictas qualidades.

5 Estas diversidades não podem os lavradores acabar de comprender per arte, por que não é possivel comprender em precepto geral as particularidades inumeraveis. Mas fundando-se nos generos mais geraes, podem com bo entendimento considerar o que lhes mostra a esperiencia, **6** e com boa pratica declarar o que entendem, recorrendo sempre aa proporção das qualidades diversas e comparando o mais e menos que de cadaũa delas ha nas mesturas particulares.

7 é necessario atentar pelas diferenças das terras, por que hũas convem para hũas sementes e outras para outras, os campos pera hũas e as ladeiras pera outras e os montes pera outras. **8** Muntas sementes ou prantas se dão melhor nas terras grossas e outras nas delgadas e assi mesmo muntas folgão mais no secco e muntas mais no humedo que é mais criador.

2 ser cultivados e dar fruto] *sup. l. P* lavar e dar fruto *in ras. P* || **3** Em] *sup. l. P* Nestes tres *in ras. P* || **5** Estas] *sup. l. P* As quaes *in ras. P* || **6** mesturas particulares] *sup. l. P* taes mesturas *in ras. P* || **8** muntas folgão] *sup. l. P* hũas folgão *in ras. P* || secco] *sup. l. P* humedo *in ras. P*

9 Porem tudo quer terra solta e quebrada e não erva nem apertada senão podre e meuda. O que o nosso Vergilio diz falando dos louvores da boa terra: “Boa e fertil terra é aquela – diz ele – que tem a face podre³⁵, por que isso imitamos lavrando”.

10 Por que lavrar e cavar e esterocar não é outra cousa senão desfazer e apodren-tar a terra. E por isso a terra grossa e podre daa munto proveito. E alem de dar munto proveito requiere menos trabalho e despesa.

11 Por tanto a terra que tener estas qualidades, podese dizer com rezão que é a melhor de todas. E depois desta logo a terra basta ou forte, com tanto que seja grossa e azeitada, a qual ainda que ha mester mais trabalho e faz maior despesa, todavia paga mui bem tudo, com o munto fruto que daa.

12 A terceira raça de terra é a regadia, a qual faz menos despesa de todas, como vemos nos campos e veigas alagadiças, que com um soo arado se semeão e dão mun-to fruto.

13 Estas dizia Catão que erão as de mais proveito. Porem ele falava em respeito das ervagens e prados e nos falamos das lavouras e das terras, cujo fruto depende da cultura, tanto como do regar.

9 VERG. georg. 2.204 || **13** CAT. agr. 9

9 nem] *sup. l. P* e *in ras. P* || face] *sup. l. P* solo *in ras. P*

³⁵ O tradutor não interpretou perfeitamente a expressão latina *putre solum* (“terra que se esfarela”), pois equivale a *solubilis*, como tinha esclarecido acertadamente e com abundante exemplificação Beauvois, fol. h iii, que corrige a tradução imediata de Coterau, na linha da de Oliveira. Veja-se a correta tradução do mesmo termo no passo vergiliano (georg. 2.204) por Mayer 1948, 73 (“terras que se esfarelam”).

14 O pior genero de terras é o seco e duro e sem grossura, assi por que é trabalho de lavar e cavar como tambem por que depois de lavrado não daa fruto nem graça e se o deixão em pousio³⁶ não presta para prado, **15** por que ainda que o reguem não cria erva que se possa segar senão pera pacer escassamente, de maneira que de quanto nele fez o lavrador se arrependeraa e deve fogir dele como das terras doentias.

16 Por que as terras doentias geerão doenças e morte e este genero de terras geera fome e pobreza, que são tristes companheiras da morte e de mais trabalho que a morte, segundo dizem os poetas gregos³⁷.

17 Mas deixemos as ruins terras, e tratemos das boas, as quaes havemos de considerar que são ou jaa feitas ou maninhos pera as fazer. **18** E premeiro havemos de tratar dos maninhos, por que premeiro é na ordem de proceder, faze-las terras que lavra-las.

19 Por tanto havemos de considerar se o maninho que queremos cultivar é secco ou humedo, se é arvoredo se pedregal, se é relva se juncal, se feital se outro mato qualquer.

20 Se for humedo de munta humidade, é necessario seca-lo com valas e regueiras. Das quaes usamos dous generos: umas descubertas e outras cegas.

21 As descubertas servem nas terras de barro e fortes, que tem firmes as ribas, que não caião e atupão as cavas e mais tambem as valas grandes e largas não podem ser cubertas ou cegas. **22** Estas descubertas não tenham as ribas ou bordas alevantadas a plumo dereito, por que lhas não solape a corrente ou bater da aogua, e caindo atupão como fica dicto³⁸.

14 duro] *sup. l. P* basto *in ras. P* || **16** Por que as terras] *sup. l. P* mais por que *in ras. P* || tristes] *sup. l. P* nuncias *in ras. P* || **17** as quaes] *sup. l. P* has quaes *in ras. P* || ou jaa] *sup. l. P* jaa *in ras. P* || ou maninhos pera as fazer] *sup. l. P* os matos para fazer terras *in ras. P* || **18** maninhos] *sup. l. P* matos *in ras. P* || **19** arvoredo] *sup. l. P* mato *in ras. P* || **20** regueiras] *sup. l. P* abertas *in ras. P* || usamos] *sup. l. P* sabemos *in ras. P*

³⁶ O autor romano tratava aqui de um assunto axial para a agricultura contemporânea. A multiplicação de partes do cultivo em pousio regista-se em Portugal nas crises dos séculos XIV e XV por falta de mão de obra ou por empobrecimento do solo. Em 1485, uma carta régia procurava reprimir os abusos no parcelamento das herdades mantidas em pousio. Calculava o monarca em 25% a perda que com isso sofria nos seus rendimentos. Cfr. Marques, 92-95.

³⁷ Oliveira não identifica aqui a citação columeliana de Homero, em forma de alusão (Od. 12.342).

³⁸ Oliveira resolve bastante parafrasticamente uma leitura complicada do original latino (*ut in patentes ora hiantia caecarum competant*) sujeito a emenda por Sobel e aceite por Ash (Ash, 114: *ut in ora hiantium fossarum competant*).

23 Mas tenham as bordas afastadas para fora e o fundo mais estreito que a boca. Onde for a terra solta e a as regueiras estreitas e cegas, por se não atupirem, fa-las-ão altas, ao menos de tres pees e enche-las-ão de pedra ou lenha. **24** Onde não ouver pedra atee o meio e sobre a pedra rama basta e sobre a rama a terra que tirarão da regueira e na boca por onde escoa, **25** por que se não coma a terra, ponhão tres pedras grandes, a maneira de ponte, que emparem assi a terra d'ũa parte e da outra, como tambem a pedra e entulho de dentro que não corra para fora. **26** O maninho que tiver munto arvoredado ou mato esmouta-lo-ão arrancando as arvores ou mato de raiz e se as arvores forem poucas abasta cortar algumas dela e queima-las e lava-las ou cava-las.

27 O pedregoso facilmente se alimpa apanhando as pedras e ajuntando-as em montes ou em covas, se o custo não for munto. Ainda que se a pedra não é sobeja, em algumas partes dizem que refresca, em especial nas terras quentes.

28 O junco e grama gastão-se com munto cavar e lavar, gradar e encinhar, e o feito da mesma maneira, em tanto que se o arrancão bem, em dous annos se desinça de todo, **29** e se a terra é bem estercada, em menos de dous annos, e se semearem na terra tramoço ou fava, gasta-se o feito mais asinha e mais daa proveito.

30 E se torna a nacer qualquer moço o corta sem dificuldade nem trabalho, mas antes aproveita para estrume e se o cortão novo em nascendo não torna a nacer aquele anno. **31** Acabado de ensinar como se hão de fazer as terras novas é necessario que digamos como se hão de cultivar, mas diremos premeiro algumas cousas, que os curiosos folgarão de saber. **32** O premeiro seraa alguns sinais que muntos dos antigos escreverão, que as terras grossas e fertiles davão de si pera as conheceremos. Dos quaes, os principaes são: cor e sabor e fruto assi das ervas como das arvores.

23 estreitas e cegas] *sup. l. P estreitas in ras. P* || **26** o maninho] *sup. l. P a terra in ras. P* || arrancando] *sup. l. P tirando in ras. P* || **29** e se] mais asinha *sup. l. in ras. P* em especial *in ras. P*

33 A cor dizem que ha de ser negra ou cinzenta, o sabor doce e o fruto bem criado, e perfeito e copioso. Nos dous estou duvidoso: acerca da cor me espanto munto de como se enganarão, **34** em especial Cornelio Celso, homem prudente e saber, não soamente da agricultura, mas tambem em toda a filosofia natural, o qual parece que não via quantos paus e campos salgados temos ant'os olhos, negros e cinzentos.

35 Tanto que com dificuldades vemos lugar algum d'aogua encharcada que não tenha terra preta ou parda, se não se me eu nisto engano, que me parece, que nem paul de limos recozidos ou aogua salobra nem morrações salgados podem criar bem trigo nem outro pão algum.

36 Finalmente, a mim me parece que este sinal da cor da terra foi erro manifesto dos antigos, tanto que não temos necessidade de muntos argumentos para o convencer, **37** e por tanto não devemos tomar a cor da terra por certo testemunho da fertilidade dela, mas é necessrio que a julgemos per outras qualidades, e disto mostrem mais certos indicios que a cor.

38 Não soamente a cor é incerto sinal da bondade das terras mas tambem vemos que muntas terras boas não tem certa cor, mas tem muntas e desvairadas e não deixão de ser boas, assi como vemos em muntos cavalos e bois que são malhados de muntas cores e não deixão de ser fortes e bos.

39 Por tanto para conheceremos a bondade da terra que queremos escolher não olhemos aa cor dela, mas atentemos se é grossa e azeitada. Por que este é melhor sinal de fertilidade, ainda que não per si soo, por que bem pode ser o humor grosso e ruim. **40** Por tanto, para entenderemos se é bo, ha de ser tambem doce. Ambas estas cousas podemos conhecer facilmente, cadaũa per sua via.

41 A grossura da terra se conhece molhando os torrões dela pouco, e sovando-os antr'os dedos ou mãos. Se for pegadiça como pez, grude ou visco, e se não quiser desapegar, nem se espedir bem das mãos, é sinal que tem grossura natural e mais se for escorregadia a maneira de untada³⁹.

34 temos] *sup. l. P* || **39** atentemos] *sup. l. P* olhemos *in ras. P*

³⁹ Oliveira omite aqui uma citação de Vergílio (georg. 2.250): *pisis in morem "ad digitos lentescit habendo"*, indicada claramente por Columela (*ut ait Vergilius*).

42 Tambem é sinal da grossura da terra se a lama dela incha como levada, e tambem outro é se crece quando a tirais d'alguma cova, e a tornais a lançar na mesma cova.

43 Se crece, é sinal de munto grossa e se não crece porem enche a cova, é sinal de terra arrezoadá, mas se mingoa é sinal de ruim e fraca. Mas todavia nenhuma cousa destas prova tanto a bondade da terra, como se é criadora o que propriamente se vee no fruto que daa.

44 O sabor da terra se conhece desta maneira: tomai um torrão da terra que quiserdes esprementar e desfazei-o em um alguidar d'aogua doce, que não tenha sabor algum, **45** e depois que estiver tanto espaço que possa tomar o sabor da terra coai-a per um pano de feição que se possa beber, e bebendo-a achareis nela o sabor da terra que esprementais.

46 Alem desta esperiencia, ha outros muntos sinais, que significão a terra ser doce e habil para dar pão, como são junco e canas, grama, trevo, silvas e abrunheiros silvestres, **47** e outras muntas cousas pelas quaes tambem os vedores d'aogua conhecem onde se acharaa aogua doce, por que as dictas cousas nacam comummente onde ha veas d'aogua doce.

48 Neste esprementar das terras, não nos contentemos com ver a face de cima do chão, por que muntas vezes não é tão fundavel como nos é necessario. Por tanto cumpre que descubramos o que tem debaixo, **49** se é terra, se pedra ou saibro, ou se é outra especia de terra que não aproveite, ou melhor para o que queremos, e [cumpre que descubramos] quanto fundo tem a boa terra, pera veremos o que podemos semear ou prantar nela.

50 Pera semear pão ou quaesquer ervas, abasta fundo de dous pees, e pera arvores, quatro, que é o dobro. Depois de conhecida bem a terra que temos e sabido qu'he boa pera semear nela pão, convem pera dar fruto que a lavremos bem, e curiosamente, **51** quero dizer, com totalas cerimonias necessarias, conforme ao que os antigos escreverão e os bos lavradores agora usão, cuja doutrina e costume devem guardar como lei os que o querem ser e haver proveito da sua lavrança.

43 Cfr. VERG. georg. 2.226-237; PALAD. 1.5.3; PLIN. nat. 17.27 || **44** VERG. georg. 2.238-247; PALAD. 1.5.3

44 tomaj] *sup. l. P* desfareis *in ras. P* || quiserdes esprementar] *sup. l. P* vos mais descontentar *in ras. P* || **45** tanto] *sup. l. P* um *in ras. P* || **47** pelas quaes] *sup. l. P* que tambem *in ras. P* || **48** chão] *sup. l. P* terra *in ras. P*

52 O premeiro que hão de fazer pera bem lavar: hão de jungir os bois com jugo de prescoço e não de cabeça, por que mais e melhor tirão as alimarias com os hombros que coa cabeça, por que com os hombros põe a força de todo o corpo, **53** e tirando coa cabeça, quando querem por força, torcem o prescoço e atormentão-se, e não podem tanto nem lavram senão a face da terra, por que lavrão com arados pequenos e com grandes não podem, nem podem entrar munto pela terra, como cumpre pera bem das sementeiras e proveito de seus donos.

54 Por tanto o jugo dos hombros é melhor e mais usado, com o qual os bois e mulas e outras alimarias, alem de porem mais força, andão mais desafrontados e parecem melhor coas cabeças alevantadas e os pescoços descansados e representão mais, em especial se são grandes. **55** E nisto é meu parecer diferente de Cornelio Celso, o qual receando a despesa do que custão os bois grandes, diz que lavrem a terra com arados pequenos, por que possão co' eles bois e animais tambem pequenos, que custão menos, **56** e não atenta que maior é o proveito de ser a terra bem lavrada que a perda do preço dos bois grandes, principalmente na Italia, onde as terras são cheas de arvores e tem necessidade de ser lavradas com arados grandes e rijos, e regos altos, que possão quebrar as raizes, que fazem nojo ao pão e às outras sementeiras.

57 E tambem é proveitoso lavar alto, por que a humidade das chuivas e orvalhos e a grossura do esterco entrem pela terra e as raizes do pão possão penetrar, e não achem a terra crua e dura, de que se não possão aproveitar.

58 Poderaa a rezão de Cornelio Celso servir nas terras do Egipto e Numidia, e outras onde não ha arvoredos e a terra é podre e solta e podese facilmente lavar e revolver.

59 O lavrador que lavra, vaa sempre pelo rego que o arado deixa aberto antre o lavrado e por lavar, e, quando for, leve o arado chão e dereito, de feição que vaa solapando a terra, e quando tornar, leve-o encostado de ilharga, **60** de feição que vaa cortando o torrão que deixou solapado, e que o vire de costas, de tal maneira que não fique terra alguma inteira em camalhão a que por outro nome chamão banco⁴⁰.

61 Quando chegar perto d'alguma arvore, tenha pela rabiça e fale aos bois que não vão com munta força, nem na encontrem, e onde ouver raizes alevante o arado e não pegue nelas.

62 Pera se guardar das arvores, é bo o jugo curto, e é mais seguro de quebrar, e os bois andão mais sogeitos e ajudão-se mais um a outro, e não carrega tanto o riço sobre o fraco.

63 Fale o lavrador aos bois, não lhes dee nem os pique, em especial aos novos, por que os faraa revelões e couceadores. Todavia de quando em quando os açoute mais que pique e o dar ou picar seja o derradeiro remedio, quando não quiserem dar pela fala.

64 Tenha grande voz, que os atemorize, e assi os domaraa melhor que com aguilhão nem porradas, por que de seu natural hão medo da voz e com as pancadas morrem. **65** Não antepare no meio do rego, mas chegue atee o cabo sem parar e no cabo descanse um tomaleves, por que com esperança deste repouso os bois folgarão de ir por diante e chegar oo cabo.

59 o arado deixa aberto] *sup. l. P* deixa aberto *in ras. P* || **60** por outro nome] *sup. l. P* os lavradores latinos *in ras. P* || **61** rabiça] *sup. l. P* arado *in ras. P* || munta] *sup. l. P* tanta *in ras. P* || pegue] *sup. l. P* empece *in ras. P* || **62** riço] *sup. l. P* forte *in ras. P* || **65** antepare] *sup. l. P* pare *in ras. P*

⁴⁰ Com o termo “banco”, Oliveira traduz o termo latino *scamnum*. Cfr. Colum. de arbor. 12.2. Veja-se o comentário das informações columelianas relativas às maneiras de arar e aos arados romanos neste capítulo e nos seguintes de Harrison 1916. Cfr. White, 47.

66 Não faça o rego mais longo que cento e vinte pees, por que per experiencia temos entendido que atee esta quantidade tirão os bois com bo espirito e mais os avexa.

67 Quando chegar aa volta do rego, lance o jugo por diante, afastando-o dos hombros dos bois, por que tomem ar, e refresquem da quentura do trabalho, com que muntas vezes, se não olhão por isso, crião fogo, inchão e fazem chagas.

68 Traga sempre consigo o lavrador na lavoura um machado para cortar as rai- zes das arvores e podão pera decotar os ramos e alvião pera arrancar as cepas, e quebrar torrões, que o arado não pode arrancar, por que não quebre nem dee trabalho aos bois.

66 tirão] *sup. l. P* irem *in ras. P* || avexa] *sup. l. P* afadiga *in ras. P* || **67** quentura] *sup. l. P* fogo *in ras. P* || **68** quebrar torrões] *sup. l. P* do mato *in ras. P*

CAPITULO TERCEIRO
DO CUIDADO QUE O LAVRADOR HA DE TER DOS BOIS,
E COMO OS HA DE CURAR, QUANDO ACEIVAR

1 O lavrador quando soltar, esfregue os bois pela barriga e lombo e prescoço e alevante-lhe a pela, que se lhe não apegue aa carne, por que esta é ùa doença, que os munto atormenta e mata muntas vezes.

2 Se sentir que tem secura na boca e garganta, lance-lhe nelas vinho e cada hum seu quartilho. Se suarem, não nos ate aos pesebres atee que acabem de suar, e resfolegar quando vem cansados.

3 Depois que descansarem lance-lhe de comer, não tudo junto, mas a cada hum seu pouco e acabando de comer este pouco, leve-os a beber e provoque-os que bebão assoviando-lhe por que assi bebem de melhor vontade.

4 E trazendo-os para casa lance-lhe todo o mais comer que lhe avia de lançar. Atee aqui abasta agora o que fica dicto do officio do boieiro que lavra com os bois. Daqui por diante diremos dos tempos em que se as terras devem lavrar para as sementeiras.

CAPITULO QUARTO

DOS TEMPOS DO ANNO EM QUE SE DEVEM LAVRAR AS TERRAS E COMO SE DEVEM LAVRAR

1 Os campos grossos que conservão em si mais a humidade, devem haver o premeiro arado mais cedo, quando o tempo começa a aquecer e a terra tem lançadas todas as ervas, antes que amadureção nem caião as sementes delas na terra, por que não tornem a nacer antre o pão.

2 Seção os regos bastos e grandes de maneira que as raizes das ervas fiquem todas arrancadas e sequeem. E se for necessario, tornem a lavrar o barbeito tantas vezes atee que fique a terra tam meuda e desfeita que não seja necessario, se for possivel, destorroar, quando sementearem. **3** Por que dizião os romanos antigos, que não fora bem lavrado o agro que tinha necessidade ser destorroado despois de semeado.

4 Por tanto o lavrador atente bem se fica lavrada a terra como é necessario, e não se contente de ver coa vista, que muntas vezes se engana, e não vee os bancos da terra crua que ficão escondidos debaixo da terra que o arado virou, mas apalpe coa aguilhada, metendo-a pelas porcas, a ver se acha terra dura e mande-a cavar.

5 Quando os criados que lavrão virem que seu amo faz este exame muntas vezes farão por lavrar bem e não deixarão bancos na lavoura.

6 Tornando ao tempo, digo que as terras humedas devem ser lavradas de meado abril⁴¹ por diante a premeira vez e a segunda despois do solsticio estival, que é a dez ou doze de junho⁴²; a terceira, coas premeiras aoguas de setembro⁴³.

7 Por que desd'o dicto solsticio estival, atee estas aoguas, não é tempo conveniente pera lavrar, segundo dizem os homens esprementados na arte da lovoura, senão quando neste tempo ouver grandes chuivas, que molhem bem a terra, como aas vezes acertão de vir de supito tantas, que parece inverno.

8 Quando isto acontece, bem se podem abrir barbeitos ou alqueves⁴⁴ nos meses de julho e agosto.

4 vezes] *sup. l. P* || porcas] *sup. l. P* sulcos *in ras. P* || dura e mandea] *sup. l. P* rija e crua *m in ras. P* || **8** nos meses] *sup. l. P* no mes *in ras. P*

⁴¹ *Post Idus mensis Aprilis*, no original. Oliveira oferece uma tradução adequada e legível para o leitor contemporâneo.

⁴² Neste caso, Oliveira traduz de maneira inexata o original *circa solstitium, quod est nonum uel octavum Kalendas Julias*, isto é, 23 ou 24 de junho.

⁴³ No original, *circa Septembris Kalendas*.

⁴⁴ Os termos “alqueve/alqueive/(terra) alquevada” surgem na documentação coeva para designar a terra lavrada, mas não semeada, para evitar ervas más, dentro do sistema de afolhamento bienal ou trienal (o sistema romano ia de três a cinco lavras). Veja-se Marques, 92-93.

9 Porem, atentem que não lavrem quando a terra estaa em lama, nem quando estaa borrifada soamente de pouca chuiva, a que os rusticos chamão terra varia ou carunchosa⁴⁵, **10** que he, quando despois de munta seca vem alguma chuiva pouca que molha o torrão da parte de cima e de baixo fica enxuto. **11** Por que quando se a terra lavra em lama, todo aquele ano fica inabil pera se poder tratar, por que despois que se seca, fica tam dura toda debaixo e de cima que se não pode lavrar nem destorroar nem receber a semente nem criar a sementeira.

12 E a que se lavra varia ou carunchosa, todos os tres anos seguintes fica esteril. Por tanto é necessario seguir o meio de maneira que nem careça totalmente de çumo a terra nem lhe sobeje a humidade, por que, como dixe, a humidade sobeja faz lama, e com munta secura endurece o chão e não consinte arado.

13 E se o dente pega em alguma parte, não desmeunça a terra, mas alevanta torrões e muntas vezes tão grandes que estorvão o segundo arado, por que os torrões que deixou o primeiro são de tanto peso que o segundo os não pode abalar e desviando-se deles deixa bancos por revolver e os bois levão mais trabalho.

14 Tambem com serem os torrões grandes, revolvem a terra munto funda e como quer que a terra mais de baixo sempre seja menos frutifera que a de cima, faz que a tal lavoura não responde ao trabalho que nela se emprega, por que quando a terra é dura, não pode o fruto ser igual ao trabalho, posto que responda bem.

15 Pelo que o meu parecer é que os alqueves que forão abertos no principio do verão bem podem aver o segundo arado em tempo seco e co este segundo arado esperem pela chuiva pera o terceiro, por que assi seraa a sementeira milhor.

12 Cfr. PALAD. 2.3.2-3

12 e com munta] *sup. l. P* || endurece o chão] *sup. l. P* endurece *in ras. P*

⁴⁵ No original, *uariam et cariosam*. A tradução de Oliveira do termo *cariosa* (“carunchosa”) faz lembrar a comparação de Plínio (nat. 17.34-35) entre a *terra cariosa* e a podridão ou caruncho da madeira.

16 Desta maneira a ãa geira⁴⁶ de terra abastão quatro iornaes: dous pera alquevar, um pera o segundo arado e pera o terceiro pouco mais de meio pera semear e por em leiras.

17 Leiras ou porcas⁴⁷ chamão os lavradores da Italia as que em outras partes nomeão margens, as quaes são a terra alta que fica antre dous regos, porem ha de ser larga, um palmo ou mais, por que tenha assento pera o pão, seguro que não corra a terra e alto que lhe não faça dano a humidade sobeja nem o frio.

18 As ladeiras de terra grossa devem-nas alquevar logo em março acabando a sementeira dos tremeses e se o ar for quente e a terra seca alquevemnas em fevereiro.

19 E o segundo arado lhe dem de meiado abril atee o solsticio que é quasi meiado junho e o terceiro em setembro junto do equinocio, esperando todavia por chuiva, como fica dicto.

20 A geira desta terra ha mester tantos jornaes, como a dos campos humedos, de que acima dixemos. ãa cousa se deve atentar no lavrar das ladeiras, e é que as não lavrem de baixo pera cima. **21** Por que é maior trabalho pera os bois e pera os homens, e mais, quando vem o arado de cima, traz consigo munta terra e descobre o solo esteril. **22** E pera não descorrer tanto a terra de cima pera baixo é melhor atravessar a ladeira, mas não per travessa direita, senão per meia esquadria, e não sempre sobindo ou decendo pera a mesma parte, mas aas vezes pera ãa e aas vezes pera outra, **23** a maneira de aspa, ou tisoura; quero dizer, que se o premeiro arado sobir para a mão direita, o segundo suba para a ezquerda e o terceiro torne a sobir para a direita, e o quarto para a ezquerda, e desta feição nem seraa o trabalho pesado, nem a terra correrá tanto, como faraa lavrando per outra ordem.

17 nomeão] *sup. l. P* dizem *in ras. P* || a terra alta] *sup. l. P* a terra *in ras. P* || faça dano] dano *sup. l. P* chegue *in ras. P* || **18** alquevemnas] *sup. l. P* alqueve *in ras. P* || **21** e mais] *sup. l. P* || **22** sobindo ou] *sup. l. P* por ãa parte *in ras. P*

⁴⁶ No original, *iugerum*, aproximadamente três quintos de um acre. Veja-se *Nebrija Mens.* fol. b.

⁴⁷ No original, *porcas*. Varrão (rus. 1.29.3) explica o termo etimologicamente: porque nessas zonas, entre os regos, é onde o chão produz (*porricit*) o grão.

24 A terra fraca e chãa, em especial se for humeda, aja o premeiro arado de meiado agosto por diante, e o segundo logo em principio de setembro, de maneira que pelo equinocio estees prestes pera poderem semear, **25** por que a sementeira nas taes terras quanto é mais temporãa, tanto é mais segura das aoguas do inverno e das neves e frios, as quaes, se acertão de vir cedo, ou estorvão a sementeira ou escaldão e afogão o pão que achão em erva tenra.

26 O lavor nas terras desta maneira é de menos trabalho e despesa, por que abastão dous arados e a sementeira, que são tres, e abastão tres iornaes para cada geira.

27 Tambem as ladeiras de terra fraca não devem ser lavradas no estio senão antre agosto e setembro, por que, se as lavrarem antes, a força do sol secar-lhe-a o çumo e não lhe deixaraa virtude com que possão criar o que nelas semearem.

28 Por tanto o melhor tempo pera as abrir é o principio de setembro, e logo atalhar por que estem aparelhadas pera as semear coas premeiras aoguas do outono. E a tal terra não na semeem em margem, senão em rego, por que não corra e desempare a semente.

27 nelas] *sup. l. P* || **28** abrir] *sup. l. P* lavar *in ras. P* || atalhar] *sup. l. P* vexar *in ras. P*

CAPITULO QUINTO
DE COMO HÃO DE SER ESTERCADAS AS TERRAS DELGADAS

1 Antes que talhemos as terras delgadas, depois de abertas, convem que as esterquemos, por que é isto para elas como mantimento, que munto desejo. Nos campos abasta menos esterco, mas as ladeiras hão mester mais.

2 Nos campos de oito em oito pees cada monte de esterco, e nas ladeiras, de cinco em cinco, e cada monte do tamanho de cinco alqueires⁴⁸. O tempo para estercar as terras é melhor no minguate da lua, por que então gasta o esterco as ervas do chão e as faz apodrecer.

3 Cada geira de terra fraca que leva mais esterco, ha mester vintaquatro carregas de esterco e a geira de terra grossa ha mester dezoito carregas. Logo como espanharem o esterco, é necessario que o cubrão e lavrem a terra, **4** por que se nam seque e perca sua força, mas que engrosse a terra mesturada co ele. Por tanto não se deve espalhar cada dia mais, que aquilo que o arado possa cobrir.

3 Cfr. PALAD. 10.1.2

4 sua força] *sup. l. P* sua virtude *in ras. P*

⁴⁸ No original, *quinque modiorum*. Veja-se a anotação do próprio Oliveira no final do livro segundo e o nosso glossário de termos técnicos (apresentado no presente volume).

CAPITULO SEISTO
DOS GENEROS DAS SEMENTES DE TRIGO E ESCANDIA

1 Pois que ensinamos como se havião de aparelhar as terras para semear, agora diremos quantos são os generos das sementes que podem lançar nelas. O principal e mais proveitoso, é trigo e escandia.

2 De trigo ha muntos generos, porem o melhor de todos é o que chamão ruivo, o qual em peso e alvura de pão precede a todos. O segundo é o candeal, que em peso falta d'aqueloutro principal.

3 O terceiro é o tremes, que aos lavradores é mui agradável, por que quando por muntas aoguas ou causa outra alguma se perde ou impede a sementeira principal, soccorrem-se aos tremes, o qual é especia de candeal.

4 Todas as outras especias de trigo são menos utiles para semear, se não se por curiosidade ou para seu contentamento alguem quiser esprementar muntas maneiras de semente, principalmente em diversas e novas terras.

5 De escandia que tambem se chama ador ou far ha quatro especias que são far clusino⁴⁹, branco e resprandecente; outro se chama venuculo, tambem munto alvo; e o terceiro propriamente se chama far branco. Estes dous são de maior peso que o primeiro, chamado clusino.

6 O quarto se chama halicastro e é tremes. Este é principal em peso e bondade. Estas sementes de escandia devem os lavradores acostumar assi como as do trigo, por que não são as terras todas de ùa feição e qualidade, mas são hũas secas e outras humedas, e o trigo folga mais nas secas e a escandia nas humedas, por tanto é bo usar um e outro, conformando a semente coa terra.

1 ensinamos] *sup. l. P* dixemos *in ras. P* || **3** ou impede a] *sup. l. P* a outra *in ras. P* ||
5 tambem] *sup. l. P* por maneira *in ras. P* doutra *in ras. sup. l P*

⁴⁹ De Clusium, cidade da Etrúria, hoje Chiusi.

CAPITULO SEPTIMO
DOS GENEROS DOS LEGUMES E PASTOS

1 Os generos dos legumes são muntos, porem os mais agradaveis e proveitosos aos homens, e de que eles mais usão, são favas, lentilhas, ervilhas, feijões, grãos, milho, painço, gergelim, tramoço, linho alcanave, linho proprio e tambem cevada, por que dela se faz tisana.

2 Os pastos milhores são alfalfa, feno grego, ervilhaça, cicera, eros e ferrão de cevada. Mas premeiro trataremos das sementes, que se semeão pera nos e despois do pasto das bestas.

3 Em geral, nos havemos de lembrar do precepto antiquissimo, que nos amoes-ta, que semeemos os lugares frios despois de todos e os temperados mais cedo um pouco e os quentes premeiro que todos.

4 O qual precepto se ha d'entender em respeito de ãa mesma região e enclinação do ceo, por que sendo diversas as regiões, premeiro se devem semear as frias que as quentes. Nos nestes preceptos presentes falaremos conforme ao meio: como se semeassemos em regiões e lugares temperados.

2 cicera] *sup. l. P* cicerão *in ras. P* || 4 semeassemos] *sup. l. P* em regiões *in ras. P*

CAPITULO OITAVO
DO TEMPO DE SEMEAR

1 O parecer do nosso poeta he, que se não semee escandia nem trigo, atee que se esconda o sete-estrela, o qual se esconde aos trinta e dous dias depois do equinocio outonal⁵⁰.

2 O qual equinocio é aos treze ou quatorze de setembro⁵¹, e o seteestrela se esconde quasi meado outubro⁵², e a propria sementeira do trigo é desde então atee o tempo do solsticio, que os latinos chamavao bruma, o qual agora é em dez ou doze dias de dezembro⁵³.

3 Porem dizião os antigos, que doze ou quinze dias antes da bruma e outros tantos depois não lavrassem terra nem podassem vinha nem arvore. E nos não duvidamos que assi se deve fazer a sementeira nas terras temperadas.

4 Porem nas humedas ou fracas ou frias ou sombrias, muntas vezes convem fazerse em setembro⁵⁴, *ainda que seja em terra seca, em quanto a humidade anda pendurada e não acaba de cair*⁵⁵, 5 por que quando vierem as chuivas ou neves e frios do inverno⁵⁶, tenha jaa o pão raizes e força pera os sofrer sem detrimento.

3 podassem] *sup. l. P cortassem in ras. P*

⁵⁰ No original, *non ante quam occiderint Vergiliae*. O tradutor torna legível o texto para o auditório. As *Vergiliae* eram as Plêiades, as sete filhas de Atlas, na constelação do Touro, referidas por Oliveira como “seteestrela”. A imediata citação de Vergílio que consta no texto de Columela foi omitida pelo tradutor (Verg. georg. 1.219-221).

⁵¹ No original, *VIII Kal. Octobris*, isto é, 23 de setembro.

⁵² No original, *ante diem nonum Kalendas Novembris*, isto é, 24 de outubro.

⁵³ No original, *ad brumae tempora*. Em 9.14.12, Columela situa o dia mais curto (bruma) nas VIII Kal. Ian. (isto é, 25 de dezembro), mas em XI.2.94, citando Hiparco, nas XVI Kal. Ian. (isto é, em 17 de dezembro). A maneira de datar de Columela parece alternar ou ajustar-se a dois modelos. Ash, nota f, p. 141, recorda que em 9.14.12 Columela segue os calendários de Eudoxo e Méton, astrónomos antigos mais populares e discordantes dos assentamentos mais exatos de Hiparco. A expressão do tradutor “que agora é...” aponta para uma atualização dos dados do original relativamente ao calendário agrícola vigente.

⁵⁴ No original, *citra Kalendas Octobris*, isto é, antes do primeiro de outubro.

⁵⁵ Citação de Verg. georg. 1.214.

⁵⁶ Oliveira parece traduzir de maneira genérica o termo *pruinae* do original (i.e., “geadas”) por “frios”.

6 Em qualquer tempo que se fezer a sementeira, hora seja cedo, hora tarde, façã-se sempre com seus resguardos, segundo as terras onde forem necessarias margens façã margens, e onde regos, façã regos. **7** As margens seião anchas, e onde não ouver margens façã regos grandes por onde sanguem ou desaoguem as aoguas da chuiva sobeja que em todo tempo pode chover.

8 Estes regos a que chamão sangradeiros seião largos e altos e não munto ralos e seião lançados de feição que tomem as aoguas da terra e corraõ ao geito do chão e tenhão no mais baixo seus boqueirões, de maneira que lancem as aoguas fora das semeadas.

9 Não me esquece que alguns lavradores antigos deixarão dicto que não semeassemos senão depois que chovesse bem e molhasse bem a terra, o que tambem a mim não parece mal, nem duvido ser mais seguro para o lavrador.

10 Mas porem, se as chuivas tardarem, como fazem muntas vezes, não é inconveniente semear na terra seca antes que chova, como se faz em algumas provincias, quando o estado e qualidade do ar é tal, que o quer assi. **11** Por que a semente, hora seja trigo ou escandia ou qualquer outra, debaixo da terra enxuta não apodrece, se é bem destorroada e cuberta, mas estaa guardada e conservada como na tulha. **12** E mais com algum humor da terra estaa desposta pera coa premeira chuiva que vem nacer logo no premeiro dia que chove, e é melhor que esperar pera semear com munta chuiva e lama, **13** por que ainda que tarde, ordinariamente ha de chover no inverno, ou cedo ou tarde, se não é por alguma desordem da natureza, e é melhor esperar a semente na terra pela chuiva, que perder a sementeira.

14 Porem Tremelio diz que as tais semadas premeiro as comem as formigas e passaros que chova, e eu assi o achei ser verdade algumas vezes, mas se forem bem cubertas não padecerão munto detrimento. **15** Nas terras desta maneira melhor é semear escandia que trigo, por que a escandia tem a casca mais rija e sustentasse mais tempo sem corrução no humor da terra.

6-7 Cfr. PLIN. nat. 18.179 || **13** Cfr. PLIN. nat. 18.203

7 sobeja] *sup. l. P* que *in ras. P* || **9** seguro para o] *sup. l. P* proveitoso *in ras. P* || **10** se as] *sup. l. P* as *in ras. P* || **15** no] *sup. l. P* debaixo *in ras. P*

CAPITULO NOVE
ONDE DIZ QUANTOS ALMUDES DE SEMENTE HA MESTER ÛA GEIRA
DE TERRA E ENSINA FAZER BOA SEMENTE

1 Ûa geira de terra boa e grossa ha mester quatro almudes⁵⁷ de trigo e a geira de terra meãa cinco; mas de escandia a boa terra ha mester nove almudes e a meãa dez.

2 E posto que antre os autores não ha certeza da medida que se deve semear em cada geira de terra, todavia o nosso costume ensina ser esta que dixee mais conveniente pera as nossas terras da Italia.

3 E se alguem não quizer aceitar o nosso costume, tome a doutrina d'aqueles que dizem cada geira de bom campo fertil leve cinco almudes de trigo e oito de escandia, e esta mesma medida mandão lançar nas terras de meãa força e vigor.

4 Porem a mim nem esta nem a que dixee acima, conformando-me com o costume, me satisfaz para que sempre e em toda parte se aja de guardar, por que a pode variar a diversidade dos lugares e dos tempos e dos temporaes.

5 Dos lugares, se são campos ou ladeiras, e, estes, se são grossos ou meãos ou fracos; dos tempos, se é outono ou inverno, por que a premeira sementeira quer a semente mais rara e a derradeira mais basta; **6** dos temporaes, quando chove ou não chove, porque, se chove, quer a semente rara, como a sementeira temporãa, e, se não chove, que-la basta, como a serodea.

7 Todo campo descuberto e virado para o sol e abrigado cria mais e haa mester menos semente e assi faz a terra solta e podre. A ladeira e outeiro posto que faça o grão mais esforçado, todavia não daa tanto trigo.

8 A terra forte, barrenta e humeda, cria melhor o trigo candeal e a escandia. A cevada daa-se melhor em terra solta e seca. A escandia e trigo candeal querem terras fortes e revezadas, um anno e outro não.

9 A cevada, se a semearem munto molhada, morre. Se a terra for barrenta ou humeda, mais um pouco do que acima dixee, ùa geira ha mester cinco almudes de trigo, hora seja candeal, hora seja qualquer outro.

Tit. ensina] *sup. l. P* daa avisos *in ras. P* || **8** cria] *sup. l. P*

⁵⁷ O termo “almudes” traduz o original *modios*. Veja-se o glossário de termos técnicos (que apresentamos no presente volume).

10 E se for terra seca ou solta, com tanto que seja grossa ou meã, abastarão quatro, e ainda que seja fraca isso lhe abastaraa, por que se nacer basta a sementeira, criaraa a espiga pequena e vãa, e nacendo rala, se lhe fezer bo tempo, lançaraa filhos e de pouca semente daraa munto fruto.

11 Antre estas medidas é necessario que saibamos que as terras cubertas d'arvores como são olivaaes e pomaaes e azinhaes, se as semearem hão mester mais a quinta parte da semente por geira, ou por tamanho de chão, por que a sombra das arvores estorva o nacer e frutificar.

12 Ateequi ainda falamos da sementeira do outono, que é a principal, mas ha i outra, a que chamão tremesinha, que usão quando a necessidade obriga⁵⁸. **13** Desta se usa em lugares frios e nevados, onde o estio é humedo e sem vapores quentes, que fazem mangra e ferrugem. Nos outros lugares poucas vezes responde bem.

14 Esta sementeira tremesinha se deve fazer antes do equinocio do verão, que agora é a dez de março, e se o lugar e tempo o consentir, quanto mais cedo tanto melhor. **15** Por que não ha i semente alguma que de seu natural venha em tres meses, mas antes essa que chamamos tremes, se a semearemos no outono, viraa quando as outras e não viraa em tres meses, por que o tempo a não deixaraa vir, e mais estando na terra todo o tempo que as outras estão, responderaa mais que em tres meses.

16 Porem todavia algumas sementes sofrem melhor a quentura do verão, como são o trigo candeal e a cevada galathica e halicastra e a fava marsica, **17** as quaes se as semeão tarde, crecem mais asinha coa quentura do verão e vem em menos tempo, e por isso lhe chamão tremeses, não por que a sua natureza lhes limite tres meses de tempo, antes em algumas partes a quentura as faz vir em menos de dous.

18 As sementes robustas e rijas melhor é que as semeem antes do inverno, nas regiões temperadas, por que estando mais tempo na terra, tomão mais força e dão mais fruto e melhor.

10 munto] *sup. l. P* mais *in ras. P* || **11** estas medidas] *sup. l. P* as outras cousas *in ras. P* || ou por] *sup. l. P* tamanho *in ras. P* || **12** falamos] *sup. l. P* tratamos *in ras. P* || **13** poucas vezes responde bem] *sup. l. P* não vezes responde *in ras. P* || **15** mas antes] *sup. l. P* por que *in ras. P* || **16** verão] *sup. l. P* tempo *in ras. P* || **17** lhes] *sup. l. P* as faça *in ras. P*

⁵⁸ A documentação contemporânea registava a distinção romana entre *triticum vulgare hibernum* (trigo-galego, trigo-temporão, trigo-barrão) e o *triticum turgidum* (trigo-tremês, trigo-mourisco): Marques, 46-81; cfr. Barros 1944, 34-35, e Castilho 1946.

19 Por que aas vezes a terra lança recumbro salgado⁵⁹, o qual corrompe a sementeira, e faz que ou não nace ou se é nacida não crece, mas recoze-se e seca e faz melas⁶⁰ nas semeadas, tão peladas como se nunca nelas caira semente.

20 Para remedio disto, convem que assinalem os lugares das melas, ou eiras quando estaa o pão na terra, para depois a seu tempo se curar desta maneira.

21 No lugar onde mana o tal humor que mata a sementeira esterquem com esterco de pombas e se o não ouver, lancem holhas d'acipreste e lavrem ou cavem per cima de maneira que apodreção e tome a terra a virtude delas.

22 Mas o mais antigo e certo é sangrar os taes lugares com regos fundos por onde aquele ruim humor vaze fora da herdade, por que sem isto essoutros remedios não valem nada.

23 Alguns forrão o sacco da semente com pele da hiena e dizem que aproveita e que se logra a semente, que estaa algum pouco de tempo naquele sacco, por virtude da dicta pele.

24 Tambem ha debaixo da terra alguns bichos , que cortão as raizes e matão a sementeira. É remedio contr'eeles o çumo da erva que chamão saião⁶¹ misturado com aogua, e lançada nele de molho ãa noite a semente antes que a semeem.

25 Outros fazem isto com o çumo do pepino de cobra⁶² e da raiz dele pisada misturado tambem com aogua. Outros co esta mesma aogua assi misturada, ou com aogua ruça sem sal, havendo quantidade com que se possa fazer, molhão os regos onde começa o mal, e co isso afugentão os bichos que este mal fazem.

26 Tambem tenho pera dizer como logo na eira podem começar a fazer boa semente os que querem ter boa sementeira. Isto ensina Cornelio Celso e diz que quando a colheita é pouca, logo nos feixes se escolhão as milhores espigas e de melhor grão, **27** e estas sejão machocadas fora do calçadouro, e o grão delas se guarde apartado pera semear. Mas se a colheita é grande, e não se podem apartar as espigas antes da trilha ou debulha, debulhe-se todo junto.

24 bichos] *sup. l. P pragas in ras. P*

⁵⁹ A expressão “recumbro salgado” traduz o original *uliginem salsam et amaram* (“lama salgada e amarga”).

⁶⁰ A expressão “faz melas” corresponde ao latim *manante noxio umore*. A “mela da semente” (*clauipes maximensis*) é ainda hoje a denominação de um fungo que ataca as sementes e as impede de crescer.

⁶¹ Planta (saião): com este termo, Oliveira traduz o latino *sedum*. Uma variante desta planta é ainda hoje utilizada para fins terapêuticos sob a denominação comum de “unha-de-gato”. Cfr. Plin. nat. 18.159.

⁶² Com “çumo do pepino de cobra”, Oliveira traduz o original *cucumeris anguinei umorem*. *O cucumer anguineus* era um pepino selvagem de forma curvada.

28 E depois de tirado da palha corrão aa joeira, o que quiserem guardar pera semente, desta maneira: corrão ou joeirem ãa vez, e o que se for ao fundo, apartem-no por si, atee a quantidade que hão mester, **29** e depois tornem-no a correr outra vez da mesma maneira, apartando sempre o que se vai oo fundo da joeira, por que esse é o mais pelado e cheo, e esse guarde, por que parece que este deve ser melhor que o outro. **30** Por quanto não ha duvida, senão que a semente ainda que seja boa, não daa todo o fruto bo, dele sai bo e dele não tal. Isto, ou pela deferença das terras ou dos tempos ou por negligencia dos lavradores, que o não alimpão ou não estercão, nem curão as terras.

31 Em tanto, que muntas vezes levando a semente de ãa terra pera outra, em dous ou tres annos semeando-o muda a especia, em especial nas terras humedas e tambem nas secas, se não tem bo cuidado de o curar, e fazer o que fica dicto. **32** A mudança que faz sempre é de bo pera mau, e quando a semente é ruim, nunca se melhora, mas antes aas vezes se perde de todo. Donde Vergilio diz: **33** “Eu vi sementes mui escolhidas, que por espaço de munto tempo durarão, porem com trabalho, e por derradeiro se não tem munto cuidado de as escolher cad’ano sempre se danão”. **34** E assi o fazem todas as sementes. O grão de trigo ruivo de fora, se dentro é tambem ruivo quando o quebrão é sinal certo que estaa em sua perfeição e é bo pera os lavradores.

33 VERG. georg. 1.197-200

28 corrão] *sup. l. P* alimpem *in ras. P*

35 Ao contrario, o branco assi de fora como de dentro, é leve e vão. E não se enganem com o trigo candeal, por que esta especie de trigo é defeito de trigo, e não perfeição, e posto que na cor seja fermoso, no peso falta munto.

36 Porem folga com humidade, por isso responde bem em tempo humedo e em lugares humedos. é tão natural de lugares humedos o candeal que não tem os lavradores necessidade de o ir buscar longe nem tomar trabalho por isso, **37** por que qualquer especie de trigo semeando-a em lugar humedo, em tres anos se faz candeal.

Apos trigo e escandia, é logo a cevada, que os rusticos chamão de seis ordens⁶³, outros lhe chamão cavalari⁶⁴. **38** Tem esta vantagem que a comem as bestas de melhor mente que o trigo, e pera os homens é mais saadia que o ruim trigo, e mais é grande remedio pera os pobres.

39 Semea-se em terra solta e seca, hora seja forte, hora fraca, porque consta que as terras fortes, que não podem abrandar de sua fortaleza, abrandão coa sementeira da cevada, e as munto fracas, que não prestão para dar outra cousa, dão cevada.

40 Deve-se semear no segundo arado, depois do equinocio, se a terra for boa, quasi no meio da sementeira, e se não mais cedo. Cada geira deva cinco almudes. **41** Tanto que começar a amadurecer colhão-na logo, antes que se seque munto e cai o grão da espiga, porque não tem casca que o sustente, pelo que tambem se debulha facilmente.

42 A terra donde se colhe esta cevada, cumpre que folgue ao menos um anno, ou senão fartem-na de esterco, pera que gaste bem toda a peçonha que nela ficou.

43 Outro genero de cevada ha hi, a que chamão galaticum, que quer dizer branco, ou lhe chamão distico⁶⁵, que quer dizer, de duas ordês, por que cada espiga não tem mais de duas ordês de grãos.

44 Este é mais pesado e mais alvo, assi no grão como no pão e misturado com trigo faz bo pão pera a gente. Semea-se no mes de março pouco antes, se o inverno for brando pode-se semear de meado janeiro por diante e responde melhor.

45 Quere-se em terras grossas e frias. Cada geira quer seis almudes de semente. O painço e o milho ficão a cima postos antre os legumes, mas tambem se deles faz pão em muntas partes e munta gente se mantem deles.

36 é] *sup. l. P* || longe] *sup. l. P* munto *in ras. P* || **37** outros] *sup. l. P* ou cavalari *in ras. P* || **41** e cai o grão] *sup. l. P* e cai *in ras. P* || **42** fartenna] *sup. l. P* fartala *in ras. P* || **44** Semease] *sup. l. P* Quer *in ras. P* || e] *sup. l. P* porem *in ras. P*

⁶³ *Hexastichum*, no original.

⁶⁴ *Cantherinum*, no original: “cevada de cavalo”, de *cantherius*, “cavalo castrado”.

⁶⁵ *Distichum*, no original.

46 Querem terra solta e fraca tanto que na area se dão, se lhe chove ou sendo regados, e não querem terra seca, nem de barro. A sua sementeira é de meado março por diante e não antes, por que folgão com tempo quente e é de pouca despesa, por que dous terços de um almude abastão pera ãa geira de terra.

47 Porem depois de nacidos querem que os fachem, e mondem muntas vezes, por que não creça erva antr' eles, que os afoga. Colhem-se arrancados aa mão, antes que amadureção munto, porque abrem-se as cascas e cai o grão e perde-se, e penduradas as espigas ao sol, se acabão de secar para se recolherem.

48 Porem em outras partes se colhem depois de maduros, segados aa fouce e debulhados como o trigo na eira com os pees dos bois, e recolhem-se em grão.

49 E assi recolhidos em boa casa enxuta onde não apodreção, durão mais que todolos outros legumes, por que eles em si não tem humor que os corrompa, e de fora o gorgulho não lhes faz nojo como aos outros.

50 O pão de milho cozido fresco é munto gostoso e come-se sem fastio. Do painço e tambem do milho esbrugado e cozido com leite, fazem os rusticos papas antreles munto estimadas.

51 Esbrugão estes e outros legumes e morteiros grandes de pao, pisando com pisões de pao, que tenham as cabeças redondas e não chãas, por que esbruguem e não esmaagem.

51 pisões de pao] *sup. l. P* pisões de paa *in ras. P* || esmaagem] *sub. l. P* quebrem o grão *in ras. P* esmeuncem *sup. l. in ras. P*

CAPITULO DEZ
ONDE DIZ, QUE TERRA E SEMENTEIRA CONVEM PERA CADA LEGUME

1 Por quanto do pão jaa fica dicto quanto abaste, diremos agora dos legumes. Dos quaes o premeiro é o tramoço, por que daa menos trabalho e custa menos e ajuda mais as terras em que o semeão, **2** por que assi nas vinhas, como nas terras de pão, que jaa emmagrecem, semeado val por esterco e daa-se em qualquer terra por fraca ou gastada que seja.

3 E mais na tulha dura munto e no inverno, quando não ha erva, cozido e lançado de molho é mantimento pera os bois, e tembem pera os homens em tempo de esterelidade: ao menos mata aa fome.

4 Semea-se logo em saindo da eira, e não tem necessidade de o levarem oo celeiro, se o não quizerem levar. Tanto me daa que o semeem em septembro antes do equinocio, como em oitubro, **5** e tanto monta que o lancem em terra crua por lavar, como em lavrada, com tanto que o cubrão como quer, por que ainda que seja mal cuberto, sofre a negligencia do lavrador. **6** Todavia se o outono é quente, faz-lhe proveito, porque toma força antes que venha o frio, o qual lhe faz mal se o acha tenro.

7 O que fica para comer guarde-se em lugar enxuto, em sobrado, ou tavoado outro algum, e se for no fumeiro seraa melhor, por que se entra co'ele humidade, cria bicho, o qual se lhe come o olho, não presta mais pera semente.

8 Quer, como dixee, terra fraca, em especial vermelha, avorrece-lhe barro e na terra humeda não sai. Dez almudes cabem em ùa geira de terra. Depois do tramoço semee-se logo feijão, em barbeito, ou em resteva de terra grossa, e em cada geira não lancem mais de quatro almudes deles.

9 Pola mesma maneira devem semear a ervilha, em terra porem solta e facil, lugar temperado e ar humedo e chuivoso. Para semear cada geira ha mester outro tanto como de feijões ou menos um almude.

10 O tempo de semear ervilhas é no principio da sementeira, logo depois do equinocio outonal.

1 emmagrecem] *sup. l. P* cansão *in ras. P* || **3** tulha] *sup. l. P* celeiro *in ras. P* || **4** equinocio] equinocio *P* || **7** comer] *sup. l. P* guardar *in ras. P* || **8** fraca] *sup. l. P* vermelha *in ras. P* || cabem em] *sup. l. P* enchem *in ras. P*

As favas querem terra grossa e esterçada, e, se for barbeito em vale para onde corrao as aoguas dos altos, seraa melhor.

11 O modo de as semear é este: lançar a semente antes de lavar, e sobre a semente abrir a terra, e depois d'aberta faze-la em margens, e destorroar, para que fiquem bem cubertas e altas debaixo da terra, por que isto lhe releva que tenham as raizes bem dentro.

12 E se as quiserem semear na resteva, donde colherão aquele anno novidade, tirado o restolho lancem-lhe esterco, a cada geira vintaquatro carregos.

13 E assi tambem faremos, quando as semearemos na terra crua sem lavar, e em cima lavraremos, e margearemos e destorroaremos, ainda que alguns ha i que defendem o destorroar em lugares frios, **14** por que dizem que os torrões altos emparão do frio e do vento as favas em quanto são novas e tenras e as aquentão.

15 Tambem cuidão alguns, que as favas estercão a terra, o que eu entendo assi, que as favas não gastão tanto, a força da terra, como as outras sementes, e não que lha acrecentão nem que a engrossão como esterco, **16** por que tenho por certo, que melhor é e mais frutifica a terra que não foi semeada e folgou o anno passado, que a que teve favas, posto que esta não fica tão fraca, como as que teverão outras sementes.

17 Segundo Tremelio, cada geira de terra leva quatro almudes de favas, mas o meu parecer é que lhe lancem seis, se a terra é grossa, e se é meãa, mais um pouco.

18 Terra fraca não daa favas, nem terra de nevoas, terra forte responde meãamente. A sua sementeira é no meio da sementeira do pão, ou no cabo, a qual se chama septimuncial, por que então se fazião os sacrificios dos sete montes de Roma⁶⁶.

11 em margens] *sup. l. P emarges in ras. P* || **12** vintaquatro] *sup. l. P vinte carregos in ras. P* || **15** não gastão tanto] *sup. l. P hão menos esterco in ras. P* || **17** o meu] *sup. l. P a mi pa in ras. P* || meãa] *sup. l. P delgada in ras. P*

⁶⁶ *Septimontialis*, no original. Oliveira permite-se aqui uma glossa explicativa totalmente inexistente no original. Esta sementeira realizava-se no tempo do festival das sete colinas, celebrado em dezembro, antes do solstício. Cfr. Varro rus. 6.34, Palad. 13. O festival celebrava não a união das sete colinas da Roma unificada, mas a dos três picos do Palatino, os três picos do Esquilino e o território mais baixo da Subura. Cfr. Ash, nota b, p. 161.

19 A premeira muntas vezes, e a derradeira aas vezes é melhor. Depois do solstício também semeão favas, mas poucas vezes respondem, e no verão pior, posto que ha i favas a que chamão tremeses, **20** as quaes semeão em fevereiro e levão a quinta parte de semente mais que as outras, fazem a palha pequena e fruto pouco.

21 Donde vem, que ouvireis dizer aos lavradores velhos, que querem mais as palhas temporãas que o fruto tremes. E porem em qualquer tempo que as semearem, seja sempre com lua chea, desta maneira, que toda a semente que ouverem de semear, **22** espalhem na terra no proprio dia do prelunho, antes que passe, ou um dia antes, ainda que a não cubrão logo toda, por que não lhe faz mal o sol, nem orvalho, com tanto que a não comão as aves, ou ratos, ou, quaesquer outros bichos, ou gado.

23 Os antigos e também Vergilio dizem que é bo lançar de molho em aogua ruça, ou de salitre as favas um dia ou dous antes que as semeem, por que nacam mais cedo, e não as comem os bichos debaixo da terra. E mais diz Vergilio, que crião mi-lhor grão se as molhão com aogua morna⁶⁷.

24 Eu por esperiencia⁶⁸ achei que as favas assi curadas não são tocadas do gorgulho tão asinha com as outras. E o que agora quero dizer também o espermentei: **25** que se colherem as favas no antrelunho⁶⁹, de madrugada e logo na eira secas e debulhadas antes que a lua creça, as recolherem pela fria e não pela calma, e aas posserem em lugar enxuto e frio, conservar-se-ão sem gorgulho.

26 Tem esta facilidade as favas antre os legumes, que ela [a fava] mais que os outros se pode debulhar sem bestas e alimpar sem vento, desta maneira: tomem uns poucos de molhos e tragam-nos arrastando pela eira alguns homens, e outros venhão detras, machocando-os com mangoaes ou quaesquer paos.

23-24 VERG. georg. 1.195-196 || **25** Cfr. PALAD. 7.3.2

22 espalhem] *sup. l. P* no lancem *in ras. P* || **23** crião] *sup. l. P* enchem *in ras. P* || morna] *sup. l. P* quente *in ras. P*

⁶⁷ Oliveira parafraseia de maneira sintética a citação de Vergílio.

⁶⁸ No original, *expertí praecepimus*. Oliveira opta pela primeira pessoa do singular e sobretudo pelo substantivo “experiência”, sintomática escolha pela relevância do termo no tempo dos Descobrimentos.

⁶⁹ No original, *silente luna ... ante lucem*.

27 E se os não quiserem trazer arrastando, abasta machoca-los quedos, sem andar, e aa mão, sem bois nem bestas, soamente com paos. E pera as alimpar sem vento, farão assi: lancem premeiro fora da eira as palhas grandes ou colmos das faveiras, e as folhas e cascas das bainhas apartem-nas assi: **28** tomem grão e cascas tudo junto coas paas e lancem-no com força quão longe poderem pela eira, e as favas, por que são mais pesadas, irão mais longe apartando-se das cascas, que por serem leves não romperão tanto pelo ar e fic[ar]ão mais perto, e assi se apartarão hũas das outras, as cascas das favas, as quaes deste modo se alimpão sem vento.

29 As lentilhas tem duas sementeiras: ãa temporãa, quando semeão o pão no outono e outra em fevereiro. Querem ser semeadas no crecente da lua, atee os doze dias dela, em terra delgada e solta, ou grossa e seca, porque com a humidade vicejão ao tempo da frol, e corrompense.

30 Mas para sair e crecer cedo, antes que as semeem estem quatro ou cinco dias mesturadas com esterco seco, e assi co'ele as semeem. Abasta para ãa geira de terra pouco mais d'hum almude delas. **31** Tambem se comem do gorgulho e tanto que no folhelho as come, mas para se poderem conservar em casa escolhão-se as mais cheas, nesta maneira: **32** lancem-nas em um grande alguidar d'aogua e as que nadarem aa de riba d'aogua apartem-nas para comer logo, e as outras, que se forem oo fundo, guardem e sequem-nas premeiro bem oo Sol, **33** e se ouver raiz de silphio⁷⁰, pisem-na e misturem-na com vinagre e borrifem-nas co'ele e esfreguem-nas bem e tornem-nas a secar, e depois de frias em lugar enxuto e frio, se são muntas em tulha, e se não são tantas em talhas bem tapadas.

27 aa mão] *sup. l. P* aa pee *in ras. P* || **28** paas] *sup. l. P* mãos *in ras. P* || **29** tem] *sup. l. P* devenas *in ras. P* || com a] *sup. l. P* na terra *in ras. P* || **30** crecer] *sup. l. P* engraecer *in ras. P* || **33** e tornemnas] *sup. l. P* co ele *in ras. P*

⁷⁰ *Silphium*, no original, planta identificada com o *laserpitium* pelo próprio Columela (rus. 6.17.7; cfr. 12.7.4, 59.4). Plínio, que considera a planta como praticamente desaparecida no seu tempo, descreve os seus usos culinários e medicinais em nat. 19.38-46. O nome latino *laserpitium* derivaria de que desta planta se extraía o *laser*, resina aromática que a planta desprendia. O facto de Oliveira não identificar um nome vernáculo para esta planta permite presumir que não a identificava na flora autóctone portuguesa. A planta brasileira de nome tupi *guaribu* (erva perene alta, da família das Compostas, com flores amarelas e aquénios alados, largos e chatos) foi catalogada como *Silphium antidysenterica*.

34 Tambem se podem guardar misturadas com cinzas sem mais outra cousa. O linho, se não for nas terras onde se acostuma fazer nele munto proveito e isso vos provocar, não no semeis nas vossas terras, por que as damna como peçonha, e se o semeardes, seja em terra grossa e humeda ou regadia.

35 O tempo da sua sementeira é nos meses d'oitubro e novembro⁷¹, e tambem no mes de fevereiro, se a terra é grossa e criadora. Para ùa geira de terra haa mester oito almudes de semente e se a terra é fraca ou a sementeira serodea, lancem-lhe dez almudes por que o linho basto crece mais e faz mais longa fevera⁷².

36 O gergelim⁷³, nas terras regadias mais cedo e nas outras despois do equinocio outonal atee meado outubro⁷⁴, se quer semeado em terra podre⁷⁵ ou area grossa ou terra lançadiça⁷⁶. **37** Em cada geira tanto como do milho ou painço, isto é, dous terços d'almude e aas vezes mais um terço, isto é, um almude inteiro abasta. **38** Nas terras de Cilicia e Syria vi eu semear esta semente nos meses de junho e julho e vir madura e colher-se no outono. Os chicharos⁷⁷, que são quasi como ervilhas⁷⁸, devem-se semear em janeiro e fevereiro em terra boa e tempo humedo.

39 Porem em algumas partes da Italia se semeão antes de novembro. Tres almudes enchem ùa geira de terra. Não ha legume outro algum que menos damno faça nas terras do que faz este, porem ele responde mal, por que na frol não sofre bem tempo seco nem humedo, se não é munto temperado e no tempo que ele florece de grande ventura ha temperança no ar.

38 ervilhas] *sup. l. P* || **39** que na frol não] *sup. l. P* que nem *in ras. P*

⁷¹ No original, *a Kalendis Octobribus in ortum Aquilae, qui est VII Idus Decembris*. Oliveira simplifica, sem trair a indicação básica de Columela.

⁷² Forma patrimonial: febra (do latim *fibra*).

⁷³ No original, *sesama*.

⁷⁴ No original, *in Idus Octobres*, isto é, 15 de outubro.

⁷⁵ No original, *putre solum, quod Campani pulum uocant*.

⁷⁶ Com a expressão “terra lançadiça”, Oliveira traduz o original *congesticia*, terra misturada de diferentes lugares. Cfr. Palad. 10.7.

⁷⁷ No original, *cicer aut cicercula*.

⁷⁸ No original, *piso*.

40 Os que propriamente se chamão grãos e por outro nome cabeça de carneiro⁷⁹, e outros que se chamão punicos ou mouriscos⁸⁰, bem se podem semear per todo o mes de março, sendo o tempo humedo e a terra boa. Estes tambem damnão a terra e por tanto os lavradores bem entendidos não curão munto deles.

41 E porem se os ouverem de semear, lancem-nos premeiro um dia de molho para que nação asinha. Tres almudes destes abastão para ùa geira de terra.

42 O linho alcanave quer terra grossa e esterçada e regada, ou ao menos campo chão e humedo e a terra seja bem lavrada e rego alto. Para um pee de terra em quadrado abastão seis grãos desta semente e semea-se no fim de fevereiro, **43** quando nace a constelação Arctur, isto é, cinco ou seis dias por andar do dicto mes⁸¹ e atee o equinocio, que é a dez de março⁸², se pode semear, se o tempo for humedo.

44 Depos os legumes que dixemos, quer a rezão que tratemos dos nabos e rabãos, que tambem cuidão manter a gente do campo. Os nabos são mais proveitosos, por que não soamente mantem a gente, mas tambem os bois, e mais a sementeira deles responde melhor que a dos rabãos.

45 Querem uns e outros terra podre e solta e não apertada, e os nabos dão-se mi-lhor em campos e terras humedas, mas os rabãos em ladeiras de terra seca e delgada, cascalho e area. **46** Em tanto requerem estas duas sementes lugares e terras deferentes que muntas vezes a natureza da terra muda ùa semente em outra; quero dizer, **47** que semeando nabos na terra que convem aos rabãos, em dous annos se muda em semente de rabãos e ao contrairo tambem se muda a dos rabãos em nabos, se a semeão em terra de nabos.

48 Assi uns com'os outros, se os semearem em terras regadias, devem-nos semear logo despois do solsticio, *scilicet* de meado junho por diante, e nos sequeiros antre agosto e setembro. Querem terra bem desfeita, ora seja do arado, ora da eixada, e farta d'esterco.

45 uns e outros] *sup. l. P* os nabos *in ras. P* || **46** natureza] *sup. l. P* propriedade *in ras. P* || **48** sequeiros] *sup. l. P* terras *in ras. P*

⁷⁹ No original, *arietillum*. Na sua tradução, Oliveira teve talvez em conta a explicação pliniana desta denominação (nat. 18.124): o nome derivaria da semelhança com a cabeça de um carneiro (*aries*).

⁸⁰ No original apenas figura *punicum*. A tradução de Oliveira introduz a denominação mais familiar para o leitor contemporâneo.

⁸¹ No original, *ultimo mense Februario, circa sextum aut quintum Kalendas Martias*, isto é, 24 ou 25 de fevereiro.

⁸² No original, apenas *in aequinoctium uernum*.

49 E isto faz proveito, assi para estes darem boa novidade, como tambem para qualquer outra sementeira, que depois deles quiserem lançar naquelas terras. **50** Ûa geira de terra não quer mais que dous terços d’almude da semente dos nabos e dos rabãos mais ãa quarta parte. Digo menos dos nabos, por que hão de ser semeados mais ralos, **51** por que engrosão e fazem barriga e hão mester mais espaço que os rabãos, os quaes lanção para baixo a raiz mais delgada. Estas cousas que atee’qui ensinamos semear são para os homens, daqui por diante ensinaremos outras para o gado e alimarias de casa⁸³.

49 depois] *sup. l. P* quem *in ras. P* || **51** que atee] *sup. l. P* atee *in ras. P*

⁸³ Oliveira faz terminar aqui o capítulo décimo do livro segundo. O tradutor português denomina “capítulo onze” a parte final do capítulo dez nas edições modernas (Ash, 172), com a consequente discordância na numeração subsequente de capítulos do livro segundo. O mesmo se verifica na tradução francesa de Cotereau, sem que isto mereça qualquer comentário a Beauvois (Beauvois, 86). Nas edições impressas de Columela, os tradutores encontravam esta subdivisão do livro décimo. Veja-se Estienne, 62.

CAPITULO ONZE
DOS PASTOS DOS GADOS E ALIMARIAS DE CASA

1 Ha muntos generos de pastos, como são alfalfa⁸⁴, ervilhaca, ferrã⁸⁵, aveia, feno, ervos e cicera, e outros que não é necessario nomear nem semear, tirando o cythiso⁸⁶, do qual diremos nos livros que escrevemos dos generos das prantas.

2 Mas destes que aqui tratamos o principal é alfalfa, a qual, semeada ùa vez dura dez anos na terra em erva, e segam-na cad'ano quatro, cinco e seis vezes, segundo a qualidade das terras em que a semeão.

3 Tem mais: que esterca a terra, engorda o gado magro, cura o doente, e ùa geira dela mantem tres cavalos. Semea-se desta maneira: abre-se a terra em principio d'outubro, e estaa assi aberta apodrecendo todo o inverno, e no começo de fevereiro tornão a lavrar e alimpar das pedras e quebrar os torrões. **4** Depois, no cabo deste mes, terção e destorrão outra vez, e feita assi a terra, fazem-na em leiras de dez pees em largo e cincoenta em longo, de feição que se possa regar como orta **5** e fiquem antre as leiras caminhos pera os sachadores poderem entrar a sachar de qualquer parte que quiserem, e nas leiras, depois de feitas, lanção esterco velho bem podre.

1 Cfr. COLUM. 5.12

1 aveia] *sup. l. P* cevada *in ras. P* || **2** a qualidade das terras] *sup. l. P* as terras são milhores *in ras. P* || **3** o gado magro] *sup. l. P* o gado *in ras. P* || **5** sachar] *sup. l. P* segar *in ras. P*

⁸⁴ No original, *medicam*, que tem este nome por ser oriunda da região da Média, no tempo das guerras da Grécia com o rei Dario, de acordo com Plin. nat. 18.144. Da Grécia teria passado para Itália.

⁸⁵ No original, *farraginem* (mistura de cereais ceifados verdes para dar ao gado).

⁸⁶ No original, *cytiso*. Em português, a giesta, ou *cytissus striatus*, é planta abundante no norte de Portugal, onde é tradição exhibir um ramo de giesta no dia 1 de maio, alegadamente como proteção contra o carrapato (identificado com mau-olhado). Por essa razão, a planta é também conhecida como “maia”.

6 Feito tudo isto no fim d'abril, lanção a semente em espaço de dez pees de longo e cinco de largo medida de meio quartilho⁸⁷, e logo a cobrem sem tardar, antes que a queime o sol, por que lhe faz munto mal e coobrem-na com encinhos de pao, e não com estromento algum de ferro, por que lhe faz damno.

7 Depois de nacida, mondam-na e sacham-na muntas vezes, com encinhos de pao e não de ferro, como dixee, e digo muntas vezes por que a outra erva não tenha lugar de nacer, por que, em quanto é fraca, faz-lhe a monda munto nojo e afoga-a. **8** A premeira colheita não seja anticipada, por que tenha espaço para nacer toda e crescer e tomar força, mas depois as outras, quando jaa estaa firme e arreigada, podem-se fazer e segar quando quiserem, ainda que a erva seja tenra. **9** Porem tenham este aviso, que quando a derem de novo a qualquer besta, dem-lhe pouca e pouca, atee que se acostume a ela, por que lhe não faça mal, por quanto enche munto e cria munto sangue. **10** Quando a segarem reguem-na muntas vezes e quando crescer tornem-na a mondar e arranquem-lhe as outras ervas que nacerem antr'ela. E assi curada podese colher seis vezes cada anno e duraraa todos dez annos⁸⁸.

11 A ervilhaca tem duas sementeiras, ãa no outono para pasto, a qual, por que cumpre ser mais basta, cada geira leva sete almudes de semente, e outra em janeiro, ou mais tarde se quiserem, para semente, e nesta abastão seis almudes em cada geira.

12 Assi ãa comaa outra se pode fazer em terra crua sem lavar, mas melhor se faz em terra lavrada e abasta um soo arado, porem cumpre que a cubrão logo, por que não quer que lhe chova nem orvalhe antes de cuberta, nem quer que a lancem sobre o orvalho de pela menhã, **13** por que se corrompe, apodrece, por tanto é necessario semeala depois que o sol aquece e seca o orvalho, e não semeem mais que quanto se cubra logo naquele dia. **14** Têmão aviso, que a não semeem antes dos vintacinco de lua⁸⁹, por que tenho alcançado que semeada antes comea o caracol e lezme⁹⁰.

7 fraca] *sup. l. P* tenra *in ras. P* || **8** crescer] *sup. l. P* tomar *in ras. P* || outras] *sup. l. P* || **10** as outras] *sup. l. P* as *in ras. P* || **14** alcançado] *sup. l. P* esprementado *in ras. P*

⁸⁷ Com o termo “quartilho”, antiga medida de líquidos, equivalente a meio litro, Oliveira traduziu aproximadamente *cyathus*, por sua vez denominação de medida grega de líquidos ou secos. Isidoro de Sevilha (Orig. 20.5.4) definia este termo como “espécie de caneca de asa alargada”. Mas em Budé Oliveira encontrava mais especificamente *cyathus duas uncias capit*: Budé, fol. s iii v.º.

⁸⁸ Plínio (nat. 18.144) aponta mais de trinta anos de vida.

⁸⁹ No original, *ante quintam et vigesimam lunam*. Como se sabe, o calendário agrícola era, e ainda é, lunar: o mês lunar dura em média 29 dias e 12 horas, aproximadamente. Contando a partir da Lua nova, a indicação apontará para que a plantação da ervilhaca deveria realizar-se no quarto minguante.

⁹⁰ Oliveira traduz com esta bímembreção semântica, “caracol” e “lezme” (lesma), o termo original *limacem*. Com efeito, o termo *limax* abrangia espécies de moluscos gasterópodos com ou sem concha.

15 A ferrã⁹¹ se a semearem de cevada cantherina ou cavalari, em restolho⁹² que fosse bem esterçado, lavrado duas vezes, logo no começo do outono, dar-se-aa boa.

16 Quer-se semeada em tempo que lhe chova logo e naça asinha e creça antes que venha a força do inverno, quando faltão os outros pastos pera então suprir e acudir ao gado, em especial ao que trabalha, por que não pereça.

17 Lancem em cada geira dez almudes, por que naça basta. Podem-na segar ou pacer quantas vezes quiserem atee o mes de maio e daí por diante, se a quiserem guardar para grão, não bulão mais co'ela. **18** A mesma sementeira tem a aveia e da mesma maneira se colhe e guarda para semente como dixemos da cevada.

19 O feno grego, a que os rusticos chamão *siliqua*⁹³, tambem tem duas sementeiras: ãa no mes de septembro junto do equinocio, nos mesmos dias em que acima fica dicto que se deve semear a ervilhaca, isto para colher em verde ou pacer; a outra antre janeiro e fevereiro pera colher maduro para semente. **20** Para esta segunda sementeira abastão seis almudes de semente pera cada geira de terra e para a premeira ha mester septe, por que ha de ser mais basto. **21** Ambas estas sementeiras do feno se fazem em terra crua se querem, e ao cobrir hão de lavar meudo e não alto, por que se a semente fica mais alta que quatro dedos, não nace, **22** pelo que alguns lavrão premeiro a terra com arados pequenos, e despois coobrem a semente com sachos ou encinhos ou grades pequenas.

23 O ervo semee-se em terra fraca e não humeda, por que nas terras grossas e viçosas, viceja e perde-se. Pode-se semear no outono e tambem despois da bruma, no fim de janeiro e per todo fevereiro, mas não em março, **24** o qual mes dizem os lavradores que não convem semear este legume, por que semeado neste mes faz mal ao gado, em especial aos bois, os quaes embebeda e faz doudos⁹⁴. Cinco almudes desta semente abastão pera ãa geira de terra.

24 Cfr. PLIN. nat. 18.139

⁹¹ *Farrago*, no original, definido por Varrão (rus. 1.31.5) como uma mistura de vegetais que se plantam para alimentar o gado. A denominação deriva da junção dos nomes dos cereais utilizados para tal fim (*far*, *hordeum*, *avena*...).

⁹² Isto é, em terra, com as raízes remanescentes do cereal ceifado.

⁹³ Neste contexto, a lição de Plínio é *silicia*, com as variantes *silica* e *sicilia* (nat. 18.140). Para Plínio, *siliqua* é cenoura. Cfr. Ash, 177.

⁹⁴ *Cerebrosos*, no original.

25 Em lugar de eros, acostumão na Andaluzia, terra da Espanha⁹⁵, dar aos bois cicera⁹⁶ machocada, a qual machocão em qualquer moenda com a moo⁹⁷ alevantada, de feição que quebre soamente o grão e assi quebrado lentegem-no⁹⁸ com aogua, e mesturado com palha meuda se dee oo gado. **26** Mas dos eros doze livras abastão pera ãa jugada de boi, e da cicera dezasseis. A qual tambem é boa pera os homens e tem bom gosto. No sabor não é deferente da cicercula, mas na cor si, por que é um pouco mais preta. **27** Semea-se no premeiro ou segundo arado, no mes de março, e segundo a força e virtude da terra assi lhe lanção a quantidade de semente por geira: em hũas terras quatro almudes, em outras tres, em outras duas, e nas milhores meio.

27 hũas terras] *sup. l. P hũas in ras. P*

⁹⁵ Com “Andaluzia, terra da Espanha”, Oliveira traduz o original *Hispania Baetica*.

⁹⁶ *Cicera*, no original, isto é, grão-de-bico.

⁹⁷ No original, *mola*: mó ou cada uma do par de pedras com que se trituvavam os diversos grãos de cereal para os reduzir a farinhas.

⁹⁸ No original, *lentescat*, “que torne mole (o cereal)”.

CAPITULO DOZE⁹⁹

DE COMO AS SEMEADAS DO PÃO E LEGUMES DEVEM SER CURADAS, E QUANTAS VEZES

1 Por quanto jaa dissemos quando se devia semear cada semente, agora mostraremos como e quantas vezes se deve cada ãa delas curar depois de semeada.

2 Depois da sementeira, a premeira obra de que o lavrador ha de ter cuidado é o sacho, ainda que os autores da agricultura não são todos deste parecer.

3 Mas dizem alguns, que não aproveita sachar, antes é prejudicial, por que descobre as raizes do pão, e corta algumas delas, e se sobre o sacho acerta de vir frio ou calma rija, mata a semeada.

4 E por tanto dizem que é melhor mondar a seu tempo. Porem os mais são de parecer que se sachem as semadas, mas não concertão todos no modo e tempo de sachar, **5** por que uns dizem que nas terras secas e quentes, tanto que as semeadas poderem sofrer sacho, que as devem sachar e chegar-lhe a terra, para que possam fazer cana, que é necessario que fação antes do inverno.

6 E passado o inverno, torna-las outra vez a sachar, mas nos lugares frios e apaulados, sacha-las depois do inverno deixando a terra chã e igual, sem chegar montes aos pees do pão.

7 Porem nos temos alcançado, que em muntas regiões é bo sachar no inverno, convem a saber, nas terras que tem o ar seco e quente, mas nem por isso dizemos que se faça em toda parte, senão que nos conformemos com o costume dos lavradores antigos na terra, **8** por que ha terras que tem virtudes particulares, como tem o Egypto e Africa, nas quaes regiões os lavradores depois que lanção a semente aa terra, não vem mais a semeada, **9** senão quando a vão colher, por que é tal a natureza do ar e bondade da terra, que poucas vezes nace erva alguma outra, senão a da semente que lhe lanção.

Tit. *semeadas] sup. l. P sementeiras in ras. P || devem] sup. l. P hão de in ras. P || 2 Depois] sup. l. P Acabada in ras. P || são] sup. l. P concordão in ras. P || 3 antes é prejudicial] sup. l. P por fazer damnos in ras. P || 4 mas] sup. l. P mas in ras. P || 6 mas] sup. l. P || 8 regiões] sup. l. P terras in ras. P || 9 natureza] sup. l. P virtude in ras. P*

⁹⁹ Dada a subdivisão do capítulo décimo das edições modernas da obra original em dois capítulos na tradução portuguesa, assim como na francesa e nas edições impressas disponíveis, a numeração deste capítulo corresponde ao capítulo XI.

10 Isto, ou por que chove laa poucas vezes, ou por que a qualidade da terra serve assi aos lavradores, e é seu natural criar as boas sementes e não as ruins, como em muntas partes caa vemos, que se daa bem o trigo, e em outras se não daa. **11** E assi todas as sementes e prantas se dão melhor em hūas partes que noutras. Finalmente, onde é necessario sachar as semeadas, não nas devem sachar atee que a erva cubra a terra, posto que o tempo o permita. **12** O trigo e ador querem-se sachados despois que começo ter quatro raizes a cevada cinco; as favas e outros legumes, despois que tiverem quatro dedos d'alto sobre a terra.

13 Desta obrigação de sachar nos escusa o tramoço, porque não tem mais que ũa raiz, a qual se for ferida com ferro, logo se seca o tramoceiro, e mais ainda que se não secara, não era necessario sacha-lo, por as outras ervas não lhe fazem nojo algum, antes ao contrairo ele as mata se nacam antr'ele. **14** Posto que algūas semeadas se poderião sachar com tempo humedo, todavia melhor é sacha-las com tempo enxuto, por que sachadas com tempo humedo crião ferrugem, e a cevada sobre todas se quer sachada munto seca.

15 As favas muntos dizem que as não sachem, por que sem mais, soo com as mãos, facilmente se pode apartar da monda ao tempo do colher, **16** e mais dizem que as ervas que nacam antr'elas aproveitão pera feno e pasto do gado despois delas colhidas, da qual opinião é tambem Cornelio Celso, **17** e diz, que antre os bos dotes que tem as favas, é este um delas, que da terra que deu favas, despois delas colhidas, podem tambem colher feno. **18** Mas a mim parece-me cousa de muito mao lavrador, deixar criar erva nas semeadas, por que deminue no fruto, onde crece a monda. **19** Nem é de lavrador prudente, curar mais do pasto das bestas que do mantimento dos homens, principalmente podendo criar feno nos prados que pera isso são ordenados.

20 E em tanto são eu de parecer que se devem sachar as favas, que não soamente ũa vez, mas tres digo que devem ser sachadas, por que tenho alcançado que sendo assi sachadas fazem mais fruto e menos casca, **21** em tanto que quebradas e limpas das cascas, falta mui pouco da medida que tinham d'antes.

10 Cfr. PLIN. nat. 18.186

10 caa vemos] *sup. l. P* vemos *in ras. P* || se daa bem o trigo] *sup. l. P* não daa trigo *in ras. P* || não daa] *sup. l. P* daa bem *in ras. P* || **15** mais] *sup. l. P* || **18** muito mao] *sup. l. P* mao *in ras. P* || **20** em tanto] *sup. l. P* em *in ras. P* || tenho] *sup. l. P* assi *in ras. P*

22 Assi que geralmente o sacho faz proveito a toda semeada, como dixemos, em especial no inverno, em dias serenos e secos, depois da bruma no mes de janeiro, sem geada. **23** E os sachadores hão de sachar de maneira que não escalavrem as raizes da semeada, mas antes as cubrão e ajuntem par'eelas a terra em montes. **24** Isto farão no premeiro sacho, que é o do inverno, por que a terra assi amontoada agasalhe e empare as raizes, e a erva tome seu nutrimento, e creça, e o frio lhe não faça damno. **25** Mas no segundo sacho, que seraa logo passado o equinocio do verão e não passaraa de vinte dias depois, não ajuntarão a terra ao pee da erva, por que não apodreça com o viço e quentura do tempo, que jaaa então é quente e viçoso, **26** mas soamente então bolirão a terra quebrando-lhe a codea, e arrancando a erva ruim que ouver, e deixarão a terra igual. **27** Isto como digo, farão logo passado o equinocio dentro em vinte dias, antes que a semeada crie cana, por que então quebra a cana tenra e seca-se facilmente com a quentura do tempo, que jaa então é mais quente e seco.

28 Logo depois deste sacho do verão, mandem as semeadas antes que comecem enflorecer, por que estando em flor não convem bolir co elas, senão antes ou depois que alimpão. **29** E para se saber quando hão de florecer as semeadas, haveis de notar que todo pão que tem um soo grão em cada folhelho¹⁰⁰, como trigo e cevada, começa espigar do terceiro noo atee o quarto e depois que lança toda a espiga, da hi a oito dias enflorece e depois da flor crece ainda quorentea dias, nos quaes engraece e amadurece. **30** E os legumes que tem em cada folhelho ou bainha muntos grãos, como são favas, ervilhas e lentilhas, nos quorentea dias soos enflorecem e crecem juntamente.

24 a terra] *sup. l. P* || **25** tempo] *sup. l. P* verão *in ras. P* || **28** convem bolir] *sup. l. P*

¹⁰⁰ No original, *quicquid denique non duplici semine est*, “todo (o cereal) que não é de duplo grão”, isto é, na denominação moderna, que não é dicotiledóneo.

CAPITULO TREZE
DE QUANTOS SERVIÇOS HA MESTER CADA GEIRA
DE TEERRA, SEGUNDO A SEMENTE QUE LHE LANÇÃO

1 Por que se saiba a gente que hão mester as herdades que queremos grangear, é necessario que tenteemos os serviços pessoases que ha mester cada geira de terra, desd'o primeiro arado, atee por na eira o que semeamos. **2** E para isto é necessario que nos lembre que ãa geira de terra leva de trigo quatro ou cinco almudes, os quaes ha mester quatro serviços do lavrador pera lavar e semear, **3** e hão mester para destorroar um serviço, e pera o premeiro sacho dous, e para o segundo um, para moldar um e para segar um e meio, os quaes serviços assomão todos dez e meio.

4 De candeal leva cada geira tambem cinco almudes e tambem hão mester outros tantos serviços como do trigo. De escandia¹⁰¹ leva nove ou dez e ha mester o mesmo numero de serviços. **5** De cevada cinco ou seis almudes, hão mester tres serviços para lavar e semear, um para destorroar, um e meio para segar. Somão todos seis e meio. **6** De favas, cada geira leva de quatro atee seis almudes e se são semeadas em alqueve, hão mester dous serviços do lavrador, mas em resteva um abasta. **7** Para destorroar hão mester um e meio para sachar outro e meio no premeiro sacho e no segundo um soo, e no terceiro outro soo, e para colher outro soo. Somão todos oito ou sete em resteva. **8** De vicia ou ervilhaca¹⁰² leva cada geira seis ou sete almudes, os quaes, semeados em alqueve, hão mester serviços do lavrador dous, e, semeados em resteva, abasta-lhe um para lavar e semear; para destorroar hão mester um e para colher outro. **9** Somão quatro em alqueve, e tres em resteva. De ervos ou eros¹⁰³ leva cada geira cinco almudes, ha mester para lavar e semear tantos serviços como a vicia, e para destorroar, sachar, mondar e colher, cada um seu, e todos em soma fazem seis.

10 A geira da siliqua¹⁰⁴ leva seis ou sete almudes, e para semear ha mester tantos serviços como a vicia, mas para se colher um soo. A geira dos feijões leva quatro almudes e ha mester para semear tantos serviços como a vicia, mas para destorroar um soo e para colher outro.

11 De chicharos¹⁰⁵ a geira leva quatro almudes, hão mester tres serviços do lavrador, para destorroar um, para mondar outro, e para arrancar outro, são por todos seis serviços.

¹⁰¹ Escandia: no original, *seminis (semen adorem)*: trata-se do modernamente identificado como *triticum turgidum*, uma espécie de trigo muito cultivada na Antiguidade, mas hoje aparentemente reduzida a algumas regiões montanhosas da Europa e da Ásia.

¹⁰² No original, *uicia*, a sua denominação botânica.

¹⁰³ No original, *eruus*, ou ervilhaca-amarga.

¹⁰⁴ No original, *siliqua* ou *trigonela foenum-graecum*, em português “fenacho”.

¹⁰⁵ No original, *cicerae uel cicerculae*.

12 Das lentilhas em cada geira almude e meio, para semear tres serviços, para destorroar um, para sachar dous, para mondar um, para arrancar hum; fazem soma oito. **13** A geira dos tramoços¹⁰⁶ leva dez almudes, ha mester para cobrir um serviço, para destorroar outro e para colher outro. De milho quatro seisatarios¹⁰⁷, que são dous terços d'almude. **14** E de painço¹⁰⁸ outro tanto em cada geira, hão mester quatro serviços de lavrador, e para destorroar tres e para sachar tres.

15 Para colher não tem certo número de serviços, por que aas vezes é forte e basto, aas vezes ralo e tambem aas vezes o segão e outras o arrancão e segundo isto haa mester hũas vezes mais serviços e outras menos. **16** De grãos ãa geira leva tres almudes e ha mester outros tantos serviços para semear, e para destorroar dous, um para sachar e outro para mondar, e tres para arrancar; assomão todos dez serviços. **17** ãa geira de linho leva oito atee dez almudes de semente, semeasse com quatro jugadas ou serviços de bois, destorroase com tres serviços d'homens, mondase com um serviço, arramcase com tres, fazem em soma todos onze.

18 ãa geira de gergelim¹⁰⁹ leva atee seis seistarios que fazem um almude de semente, semea-se com tres jugadas desd'o premeiro arado, destorroa-se com quatro serviços, sacha-se com outros quatro no premeiro sacho, e no segundo com dous, e colhe-se com outros dous; assomão todos quinze.

19 O linho alcanave semea-se como acima ensinamos, mas não é certo que despesa ou diligencia ha mester. A alfalfa cobre-se como dixemos, não com arado de ferro, se não com encinhos de pao. **20** ãa geira dela destorroa-se com dous serviços, sacha-se com um e colhe-se com outro. Tenteada e acabada bem esta conta, pode-se colegir, que ãa herdade de dozentas geiras de terra ha mester para se lavar duas juntas de bois e outros tantos lavradores para elas.

17 todos onze] *sup. l. P onze in ras. P* || **18** atee] *sup. l. P tanto in ras. P* || **19** senão] *sup. l. P mas in ras. P* || **20** juntas] *sup. l. P jugadas in ras. P*

¹⁰⁶ No original, *lupini*.

¹⁰⁷ No latim, *sextarii*.

¹⁰⁸ No original, *panici*. Tratar-se-á do *panicum miliacum*, ou painço-comum.

¹⁰⁹ No original, *sesami*.

21 E ha mester seis trabalhadores, se a terra for limpa sem mato, e se tem mato, diz Saserma que ha mester mais outros tres homens. A qual conta nos ensina que ùa junta abasta para semear cento e vintacinco almudes de trigo e outros tantos de legumes, que por todos fazem dozentos e cincoenta, **22** na principal sementeira que é a do outono, quando os bois estão ainda fartos e a terra tem força, e depois na segunda dos tremezes, pode semear septenta e cinco almudes.

23 O que pretendemos ensinar, que é saber quantos serviços hão mester as fazendas que grangeamos, consta tambem per outra maneira, assi: as sementes que se semeão per quatro arados, **24** quero dizer, lavrando a terra quatro vezes, para vintacinco geiras de terra hão mester cento e quinze serviços d'arado, por que abrem a terra, por dura que seja, com cincoenta serviços e talhão-na com vintacinco e terção e mais semeão com quorenta.

25 Os outros legumes hão mester sesenta serviços, que são dous meses de tempo. Contão-se tambem os dias de chuiva e ferias em que não lavrão, a que dão quorenta e cinco. Item mais outros trinta de folga, acabada a sementeira. **26** E assi per todos são oito meses e dez dias. E ficão tres meses e vinte cinco dias para encher o anno, os quaes se gastão na sementeira dos tremezes ou no carroto de feno, e pastos e esterco e outras cousas.

21 for] *sup. l. P é in ras. P* || junta] *sup. l. P jugada in ras. P* || que por todos fazem] *sup. l. P em hua semente fazem in ras. P* || **22** na principal] *sup. l. P em hua in ras. P* || fartos e a terra] *sup. l. P em hua semente gordos in ras. P* || **24** com cincoenta] *sup. l. P cincoenta in ras. P* || **26** tres meses e [] cinco dias para encher o anno] *sup. l. P tres meses para cumprir o ano in ras. P*

CAPITULO QUATORZE
DOS LEGUMES QUE DAMNÃO AS TERRAS E DOS QUE AS AJUDÃO E ESTERCÃO

1 Das sementes que acima referi, hūas, diz Saserna, estercão e ajudão as terras, e outras ao contraio as queimão e lhe gastão a força. Estercão os tramoços, favas, ervilhaca, ervos, lentilhas, chicharos e ervilhas.

2 Dos tramoços não duvido nada, e tambem da ervilhaca de pasto, se a lavrarem logo acabando de a segar em verde, e aquilo que deixar a foucinha cobrir o arado antes que se seque, por que aquilo assi verde fique em lugar de esterco, e se aquelas raizes que fiquão se secarem, tirão e consumem o çumo e força da terra. **3** O que tambem por semelhante rezão acontece nas favas e nos outros legumes, com os quaes a terra parece que se alegra e engrossa, por que se não lavrarem logo a terra acabando de os tirar dela, não aproveitaraa nada para as outras sementes que ali lançarem. **4** Os legumes que se colhem arrancados fazem damno aa terra, em especial os grãos e linho, segundo diz Tremelio, por que a peçonha destes queima a terra mais que dos outros, ũa por salgada e outra por quente.

5 O que Vergilio sinifica destes e doutros dizendo:

“A semeada do linho queima a terra, e tambem a da aveia, e a das durmideiras”.

6 E não ha duvida, senão que perjudicão estas sementes aa terra, como tambem fazem o milho e painço. Mas para as terras que padecem este detrimento temos um certo e prestes remedio, que é esterca-las, por que co’ isto recuperão suas forças, como com seu proprio mantimento. **7** Não soamente para as sementes, que semeamos co arado, mas tambem para as arvores e toda pranta é proveitoso e necessario o esterco, por que tudo se daa melhor com ele que sem ele. **8** Por tanto aos agricultores convem ter munto cuidado de o fazer e curar com diligencia. E por que os autores antigos, posto que fezerão dele alguma menção, passarão todavia levemente por isso, eu agora quero tratar por extenso o que eles deixarão.

5 VERG. georg. 1.77-78 || **8** CATO agr. 26; VARRO rus. 1.38; Cfr. PLIN. nat. 17.50-57; PALAD. 1.33

1 as queimão] as *sup. l. P* has *in ras. P* || **4** mais que] as *sup. l. P* mais *in ras. P* || **7** mas] *sup. l. P* e enxada *in ras. P* || **8** passarão] *sup. l. P* levemente *in ras. P*

CAPITULO QUINZE
DOS GENEROS DE ESTERCO E DE COMO SE FARAA E QUANDO É BO

1 Tres generos ha de esterco principaes antre os outros e são: o premeiro das aves, o segundo dos homens, e o terceiro do gado. **2** Do das aves o melhor é o das pombas, e logo o das galinhas e depois o das outras aves, com tanto que não sejam aves d'aogua com patas e adens, cujo esterco é perjudicial para as terras e faz-lhe damno. **3** Aprovamos sobre todos o das pombas, por que achamos por experiencia¹¹⁰ que pouco dele espalhado apodrenta a terra mais que munto do outro. **4** O segundo dos principaes, que é o dos homens, ha de ser mesturado com cisco ou qualquer outro monturo, por que ele soo é mui quente e queima a terra. **5** A ourina da gentes, se a deixarem apodrecer per espaço de seis meses, é munto boa para enxertos. Se a lançarem ao pee das videiras ou arvores de fruto, mas tambem seraa gostoso, e o vinho cheiroso e de mais dura.

6 E se co esta ourina velha mesturarem tambem aogua ruça velha sem sal, e regarem assi co isto as arvores, em especial as oliveiras, darão mais fruto, porque não soamente assi mesturada a aogua ruça, mas tambem estreme per si, ajuda munto. **7** Assi ãa com'a outra no inverno aproveitão mais e no verão antes das calmas do estio, em quanto as arvores e vinhas estão ainda escavadas, e coas raizes quasi descubertas para que possam gozar desta regadura e nutrimento dela. **8** O terceiro lugar dos generos do esterco tem o do gado, no qual tambem ha deferenças, por que dizem que o dos asnos é melhor que todos, **9** e a rezão é por que este animal quando come marcha munto de vagar, e coze no estomago a comida mais facilmente e melhor, e por isso lança o esterco mais podre e mais idoneo para a terra. **10** Depois deste o das ovelhas é bo, e depois das ovelhas o das cabras, e depois das cabras o do gado grosso.

6-7 Cfr. PALAD. 2.1; ISID. orig. 17.5.31

2 melhor] *sup. l. P* prin *in ras. P* || **7** mais e no] *sup. l. P* || as arvores] *as sup. l. P* rasura*mais e no || **8** tem] *sup. l. P* é *in ras. P* || **9** munto] *sup. l. P* mais *in ras. P* || mais] *sup. l. P*

¹¹⁰ Novamente, Oliveira escolhe sintomaticamente o substantivo “experiência” na sua tradução ligeiramente perifrástica e habilmente inspirada no radical do verbo original *comperimus* (“encontramos, descobrimos”).

11 O pior de todos é o dos porcos. Quando falta esterco, também faz proveito aas terras cinza e Faulha do fogo. A palha do tramoço meuda tem virtude de bo esterco. **12** Também lanção nas terras frias para as aqueantar ùa especie de terra branca, que chamão giz. Bem sei que ha terras algumas em que não ha criação de gado nem aves para fazer esterco, mas bem desaazado seraa o rustico, que não souber fazer o esterco, posto que não tenha criação. **13** Por que pode ajuntar folhas e ramos, tojo e, feito sem fazer nojo a seus vezinhos, mas antes proveito, por que lhe alimpara as terras, e lançar tudo no patio da quinta e nos caminhos, por onde anda a gente que o pise e coa chuiva do inverno apodreça.

14 Também pode fazer ùa cova como dixemos no premeiro livro, e lançar nela cinza e cisco, palha e todas as immundicias de casa, e de quando em quando alguma aogua por que se não seque, mas que apodreça e faça esterco. E por que se não criem ou acolhão sapos ou bichos peçonhentos fogem dela.

15 Isto digo para as terras onde não ha gado, que para onde ha gado que pisa e faz esterco, cada dia lanção a imundicia da cozinha e da camara, e nos dias de chuiva dos curraes dos bois e ovelhas e mais vezes das estrebarias, que se devem alimpar quando for necessario.

16 De todas estas partes se faz esterqueira, ao menos para terra de pão comumente, ainda que não é tam bo o esterco destas esterqueiras, como alguns dos que acima dixemos. **17** Mas nas terras em que se não semea outra cousa senão pão, abasta qualquer esterco, e não é necessario apartar os generos dos estercos que dixemos.

18 Porem onde ha sementeira e arvores e prado devem-se apartar cada genero por si, ao menos o das aves, ovelhas e cabras, e os outros lancem-se todos juntos na cova sobredicta, onde lhe hão de lançar muntas vezes humor algum, para que apodreção as ervas e suas raizes e palhas e qualquer coisa crua e dura, que estiver mesturada.

19 E nos meses de estio revolvão o de cima para baixo, por que se não seque, mas que apodreça tudo e seja idoneo para estercar as terras. Munto carregos devem ter os lavradores de fazer esterco tanto que lhes não falte, e podem fazer cada cabeça de gado maior em um mes dez.

14 Cfr. COLUM. rus. 1.6.21-22; VARRO rus. 1.38.3; PLIN. nat. 17.57

13 coa chuiva do] *sup. l. P* no inverno *in ras. P* || **14** premeiro livro] *sup. l. P* premeiro *in ras. P* || **15** bois] *sup. l. P* gado *in ras. P* || **16** o esterco] *sup. l. P* este como *in ras. P* || **19** mas que] *sup. l. P*

20 E outras tantas faz cada homem, os quaes com o seu esterco podem ajuntar o cisco e toda a imundicia da casa e patio ou curral da quinta. Tambem quero amoestar que o esterco que dixemos que se curtisse d'hum anno para outro, não passe d'hum anno, **21** por que perde as forças, e para os prados quanto mais novo tanto melhor, por que cria erva, mas para as sementeas ao contrario, por que não cumpre para elas senão o bem podre, que as não crie. **22** E nos prados ha-se de lançar o esterco novo no mes de fevereiro no crescente da luna, por que isto ajuda munto a criação da erva, que então lança de si nestas partes, onde pola vinda do Sol naturalmente naquele tempo produz seus fruitos.

23 Quanto ao que toca ao uso do esterco, que se deve lançar a cada semente e cousas outras, então o diremos quando tratamos de cada ãa delas em particular.

22 no mes] *sup. l. P em janeiro in ras. P* || isto ajuda] *sup. l. P ajuda isto in ras. P* || então] *sup. l. P então naturalmente in ras. P* || partes] *sup. l. P terras in ras. P* || **23** tratamos] *sup. l. P trataremos in ras. P*

CAPITULO DEZASSEIS

DOS TEMPOS EM QUE AS TERRAS DEVEM SER ESTERCADAS, E COMO, COM QUE, E QUANTO

1 Mas em tanto aqui digamos que quem quiser aparelhar a terra para semear, se quer semear no outono, ha de levar o esterco na terra no mes de setembro, e se quer semear no verão, pode-o levar em qualquer tempo do inverno, no mingunte da lua. **2** Hao de por em montes pequenos como passados pela terra, de tal modo que em ãa geira de terra chã lance dezoito carregas de esterco e em ladeira vinta-quatro, e, como pouco ha dixé¹¹¹, não espalhe estes montes se não quando semear.

3 Porém se por alguma causa não poder estercar antes da sementeira, depois ao tempo do sachar o pode fazer, desta maneira: antes de sachar, espalhe pola semeada esterco das aves, ou de cabras se não tiver d'aves, feito em poo, e espalha-lo-ha coa mão como quem semea, e depois de espalhado sacha-lo-ha para que se misture coa terra, e co isto alegrar-se-ha a semeada. **4** E saibão os lavradores que assi como se esfria a terra se não é estercada assi também arde se lhe lança esterco sobejo e por tanto é melhor estercar a meude pouco e pouco que munto junto.

5 E mais saibão que as terras humedas requerem mais esterco que as secas, por que nas humedas o esterco derrete a dureza que o frio coalha e as secas, por que a secura em si tem quentura, ardem com o munto esterco, o qual também é quente, pelo que é necessario, que nem lhe falte, nem sobeje esta materia. **6** Finalmente, se per nenhum modo o lavrador poder haver esterco, faça o que me lembra muitas vezes que vi fazer o meu tio Marco Columela, homem doutissimo e bo lavrador, **7** o qual nas semeadas e nas vinhas que tinham terra forte¹¹² lançava saibro¹¹³ e nas que tinham saibro¹¹⁴ lançava terra forte¹¹⁵ e fazia proveito a hũas e outras mesturando dous contrarios e temperado o forte com o fraco.

2 Hao de por] *sup. l. P* polo ha *in ras. P* || de tal modo que em hũa] *sup. l. P* como acima fica dicto *in ras. P* || pouco ha] ha *sup. l. P* antes *in ras. P*

¹¹¹ No capítulo 5 do presente livro segundo.

¹¹² *Sabulosis locis*, no original: terras com grava, terras duras.

¹¹³ *Cretam*: argila, terra mole: saibro é ainda hoje um tipo de terra constituída por argila e areia. Apesar de o vínculo etimológico entre *sabulum* e *saibro* criar alguma confusão neste passo, o termo *saibro* aponta para a argila (isto é, para *cretam*).

¹¹⁴ *Cretosis [locis]*: terras com argila.

¹¹⁵ *Sabulum* no original: grava.

8 E tambem dizia, que não deviamos lançar esterco nas vinhas por que damna o sabor do vinho, mas que era melhor materia para as vinhas darem fruto ajuntar-lhe terra ao pee trazida de fora, ou qualquer outro achego, ainda que não fosse mais que mato e espinhas.

9 A mim tambem me parece que é bo remedio, não havendo outro, semear as terras de tramoço e, estando em erva, cortalo e lavrar sobr'ele e semear logo, por que sem duvida isto esterca bem a terra. **10** Senão que cumpre ter este aviso, que nas terras fracas cortem esta erva do tramoço, quando estaa na segunda frol, por que estaa ainda tenra e apodrece asinha e mestura-se coa terra fraca e ajuda-a, mas nas terras fortes ha-se de cortar, quando estaa na terceira frol, por que é jaa então mais rija e sustentem os torrões da terra grossa em vão, os quaes assi suspensos estão-se desfazendo.

10 Cfr. PLIN. nat. 18.133

10 segunda] *sup. l. P* premeira ha *in ras. P*

CAPITULO DEZASETE
DOS PRADOS E DO PROVEITO DELES

1 Para o lavrador poder executar o que lhe aqui ensino, é necessario manter bois e bestas, sem os quaes se não pode aparelhar e cultivar a terra e para os manter é necessario criar, não soamente os generos dos pastos que acima dixee, mas tambem feno e erva. **2** E para isto cumpre fazer prados, aos quaes os romanos antigos atribuirão a principal parte da agricultura, e mais dizião que tinha um grande bem o prado, que facilmente sem despesa nem trabalho se fazia e por isso lhe chamarão prado, por que asinha é parado¹¹⁶.

3 Marco Porcio¹¹⁷ acrecenta mais estes bens: que nenhuma tempestade lhe faz mal como faz aas outras fazendas do campo e não tendo necessidade de munta despesa daa fruito todos os annos e não soamente um fruito que é feno para guardar, mas tambem pasto verde para logo comer. **4** Ha i duas maneiras de prados: uns são regados e outros de sequeiro, por que a terra grossa e criadora não ha mester regada, mas antes é melhor a erva, que de seu natural lança a boa terra çumarenta, **5** que a outra que quasi artificiosamente se tira regando com aogua de fora, a qual aogua todavia é necessaria para as terras fracas, nas quaes hora sejam duras, hora soltas, pode-se fazer nelas prado havendo aogua que as regue.

6 O sitio do prado, nem ha de ser campo raso e baixo de feição que não possa escoar as aoguas, nem costa munto pendurada, que as espida de si correndo, sem tomar delas çumo, por que o premeiro ensopado na aogua esfria-se e não daa erva, e o segundo não goza da virtude do humor, e mais se é munta a aogua leva a nateira, e deixa-o esteril.

2 Cfr. VARRO rust. 1.7.10; PLIN. nat. 18.29 || **4** CATO agr. 8.1

Tit. dos prados e do proveito deles] *sup. l. P* como de terra de pão se faraa prado para erva *in ras. P* || **2** a] *sup. l. P* ã *in ras. P* || **3** fazendas] *sup. l. P* partes *in ras. P* || daa] *sup. l. P* dava *in ras. P* || para] *sup. l. P* mas *in ras. P* || **4** maneiras] *sup. l. P* generos *in ras. P*

¹¹⁶ “Parado” comporta o sentido de “pronto” ou “preparado” (sem grande esforço), de acordo com o original latino: “Nomen quoque indiderunt ab eo, quod protinus esset paratum nec magnum laborem desideraret”.

¹¹⁷ Marco Pórcio Catão. O passo aqui aludido não foi conservado.

7 Sem embargo disto, pode-se fazer prado em ladeira não muito íngreme, em especial, se a terra é grossa e forte, que não corre facilmente ou não tem necessidade de ser regada. 8 Ou faça-se em campo que tenha alguma queda para onde escorram as águas que não façam represa, e para isto ha de ter regos por onde escorra o humor sobejo, por que tanto perjudica o sobejo como o minguido.

8 Ou façase em] *sup. l. P* ou em *in ras. P*

CAPITULO DEZOITO
DE COMO SE HÃO DE CURAR OS PRADOS, E RENOVAR

1 A cultura dos prados requiere mais cuidado que trabalho. E o premeiro é que não deixemos nacer neles mato nem espinhas nem ervas grandes e rijas que afogão as outras e mais não nas comem as bestas. **2** Das quaes cousas hũas havemos de arrancar antes do inverno no outono, como são silvas, mato e junco.

3 As outras no verão como invidia, cardos e ervas espinhosas. Tambem cumpre ter cuidado que não entrem porcos no prado, por que alem de çujarem a erva, foção e arrancão-na. Nem gado grande, em especial bestas ferradas, por que esmagão a erva, e quebrão a terra, e cortão as raizes.

4 No mes de fevereiro, no crescente da luna, esterquem os lugares fracos dos prados, e tirem as pedras e paos, e todas as cousas que podem fazer estrovo ao segar da erva e lancem todas fora do prado, ou as enterre no mesmo prado, se são cousas que podem apodrecer e fazer-se em esterco. **5** Este alimpar se faça mais cedo, ou mais tarde, segundo a natureza das terras e lugares, em que a erva crece em uns mais temporã e em outros mais sorodea.

6 Ha i alguns prados velhos, que crião musgo coa munta humidade, e por que a terra deles não é lavrada nem cavada crião codea e não dão erva, e para curar isto, acostumão os lavradores lançar-lhes alguma semente de qualquer cousa, sem lavrar para que naça alguma erva, ou lhe lanção esterco. **7** Porem, nenhuma destas duas cousas aproveita tanto como lançar-lhe muntas vezes cinza, a qual gasta o musgo e a humidade e aqueita a terra. Mas tudo isto faz sua operação de vagar. **8** Mais eficacia tem lavrar de todo o prado e semea-lo de pão. Isto devemos fazer nos prados que achamos feitos, e nos velhos tambem que por descuido estão perdidos, feitos pousio, **9** por que as taes terras alem de se renovarem os prados, dão boas semeadas, por quanto estão folgadas de munto tempo e esterçadas das ervas e raizes que nelas envelhecerão e regadas de muntas aoguas.

1 que não deixemos] *sup. l. P* que deixem *in ras. P* || espinhas *sup. l. P* silvas *in ras. P* || **7** faz sua operação de vagar] *sup. l. P* não de vagar sua operação *in ras. P* || **8** tambem] *sup. l. P* velhos *in ras. P*

10 Assi para estes como para os que queremos fazer de novo, lavraremos bem a terra muntas vezes e no outono semea-la-emos de nabos, ou rabãos, ou tambem favas, e no anno seguinte semearmos nela pão, e no terceiro torna-la-emos a lavar mui bem e alimpa-la-emos das ervas grandes, e silvas, e mato, e arvores, senão se forem arvores necessareas e de proveito. **11** E assi limpa a terra e lavrada, semearmos nela ervilhaça, milhãe, feno, alfafa, e qualquer outra semente de pasto, todas mesturadas. **12** E depois de ser assi semeada desfaremos os torrões com um sacho, ou eixada, se o sacho não abastar, e desfeitos os torrões igualaremos a terra com grade, e se a grade fezer alguns montes, torna-los-emos a desfazer, de feição que não fique cousa em que empece a ferramenta do segador.

13 As ervas que digo que semeem no prado, não nas hão de segar a premeira vez em verdes, se não depois de maduras, por que a semente delas possa cair e inçar a terra, e então lhe metão a fouce e tirada fora a erva segada, reguem a terra, **14** se tem aogua para isso, e se a terra é forte de maneira que se não vaa coa aogua e descubra as raizes das ervas. Por que na terra solta, se a corrente da aogua levar impeto, antes que as raizes das ervas creção, e liem a terra, descubri-las-ha, e não poderão crescer, nem tomar força.

15 Por semelhante rezão, no premeiro anno, em quanto as ervas são tenras e tem as raizes fracas, não convem que metão gado nos prados, mas se a erva crescer munto, seguem-na aa fouce brandamente, **16** por que o gado, como antes dixee, estando ainda a terra mole, mete as unhas por ela, e quebrão-se as raizes, e não podem lavar por baixo do chão, nem liar.

17 Porem no segundo anno bem podem meter gado meudo nos prados novos, depois que segarem o feno, se a terra for seca e tesa. E no terceiro, se o prado for, como digo, seco e duro, poderão meter gado maior, com tanto que não sejam bestas de ferraduras.

10 para estes como para os que] *sup. l. P* estes como os que *in ras. P* || **14** levar impeto] *sup. l. P* || nem tomar] *sup. l. P* medrar com *in ras. P* || **15** Por semelhante] *sup. l. P* Pola mesma *in ras. P* || tem as] *sup. l. P* as suas *in ras. P* || **16** mete] *sup. l. P* metem *in ras. P* || podem lavar] *sup. l. P* nas deixão correr *in ras. P*

18 Geralmente, em todos os prados, se deve ter cuidado, que no mes de fevereiro, ventando os ventos do mar, a que chamão favoraveis maridos das prantas¹¹⁸, lhe lancem esterco mesturado com semente de feno, e dos pastos sobredictos, em especial nos lugares fracos e altos. **19** Por que daí correrá para os baixos quando chover, ou quando regarem, e por isso também os lavradores nas aradas lancem mais esterco nas partes altas das ladeiras e nos cabeços. **20** Por que das partes altas, coa aogua do regar corre, como dixe, para os baixos, e coas chuivas, o melhor e mais grosso das terras, e do esterco que lhe lanção, e por isso a terra dos vales pola maior parte é mais grossa, por que neles faz assento a nateira, que os enxurros trazem dos montes, e partes mais altas.

19 aradas] *sup. l. P* semeadas *in ras. P* || partes *sup. l. P* lugares *in ras. P*

¹¹⁸ A bela tradução explica o original *secundum Favonii exortum* (“com a chegada do Favónio”, o suave vento do Oeste, também chamado Zéfiro, que anunciava a chegada da primavera). A expressão “a que chamam favoraveis maridos das prantas” encerra a interpretação etimológica da denominação latina *Favonius*, vento que favorece ou fomenta o crescimento das plantas, vento portanto fecundador, explicação consagrada por Isidoro de Sevilha (orig. 13.11.8): “Favonius nuncupatus eo quod foveat fruges ac flores. Hic Graece Zephyrus, quia plerumque vere flat; unde est ilud” (Verg. georg. 1.44).

CAPITULO DEZANOVE
DE COMO SE HA DE COLHER E GUARDAR O FENO

1 O feno se deve colher antes que se seque, e perca o çumo natural, por que colhido neste estado faz mais soma em quantidade, e é mais gostoso para o gaado e bestas, **2** e depois de colhido ou cortado, deixem-no jazer no prado espalhado atee que se murche, e o prado para isso ha de estar enxuto, sem ser regado alguns dias antes que seguem. **3** Estaraa o feno estendido no prado atee ser murcho e enxuto do çumo verde, mas não no deixarão secar de todo, por que munto seco não presta mais que para estrume, e verde apodrece e arde.

4 Aas vezes, acerta de chover, quando colhemos o feno. Então deixemo-lo estar atee que se enxugue o de cima, e depois vira-lo-emos, e como for enxuto d'ambalas partes, ajunta-lo-emos em paveas, e logo o ataremos em molhos, e sem tardar o recolheremos em casa. **5** Depois de enxuto, como dixe, ponha-se em medas no campo bem apertadas e agudas, de feição que não entre a chuiva co'elas. **6** E posto que não chova, não deixem de o por em medas, para assi estar espedindo algum humor se o tiver, polo qual respeito os lavradores prudentes depois de o levarem a casa, antes que o concertem em seu lugar, o tem premeiro alguns dias espalhado pela casa, por que sue e espida de si a humidade que traz do campo. **7** Depois da sega do feno, vem logo a ceifa do pão, o qual para a poderemos bem fazer, é necessrio que aparelhemos os instrumentos com que se os fruitos colhem e alimpão.

6 espedindo] *sup. l. P* escorrendo *in ras. P* || **7** fazer] *sup. l. P* receber *in ras. P* || colhem e alimpão] *sup. l. P* concertão *in ras. P*

CAPITULO VINTE
DO CONCERTO DA EIRA

1 A eira estee em lugar alto, e descuberto aos ventos, e se for possível, em lagea de penedo natural, ou lavrado ao picão, e se não seja calçada de pedra meuda, e quebrada em lascas, e não havendo alguma cousa destas, seja em terra maciça e dura, a qual se faraa desta maneira: **2** raparão premeiro a erva e cavarão a terra, e misturem-lhe palha limpa, e molhem tudo com aogua ruça que não tenha sal, por que isto faz fogir da eira os ratos e formigas. **3** E amassada a terra com as palhas e aogua ruça que dixee, pisem-na mui bem com pisões¹¹⁹ e calquem-na com ãa moo de moinho ou com um circio de marinha¹²⁰, de maneira que fique bem igualada, e liada sem gretas nem covas. **4** Para isto em algumas partes barrão as eiras com bosta de bois delida¹²¹, arrastando por elas um grande vasculho de feitos molhado naquela bosta. Despois disto feito, deixem-na secar dous ou tres dias de bo sol. **5** Outros ha i que fazem as eiras nos favais, donde colherão aquele anno as favas, por que fica a terra calva e sem erva e a colhida das favas é temporaaa.

3 circio] cireio *B*

¹¹⁹ Com o termo “pisões”, Oliveira terá traduzido o termo latino *pauiculis* (instrumentos para aplanar a eira).

¹²⁰ “ou com um circio de marinha” parece ser amplificação do tradutor. No original consta *pauiculis uel molari lapide*, isto é, “com pisões ou com uma pedra de moinho”.

¹²¹ Diluída.

CAPITULO VINTAHUM
DA CEIFA E TRILHA E DEBULHA DO PÃO

1 Tanto que a semeada for madura, colhão-na logo com brevidade, não esperem que se torre com os vapores da constelação estiva, que pelo nacimiento da canicula¹²² são quentes sem moderação. **2** E a tardança nisto faz perda, assi por que as aves e outros animaes comem e derribão o que podem, como tambem por que a palha e pargana¹²³ munto seca quebra e cae a espiga, e o grão debulha-se e perde-se, em especial se faz vento rijo, como é o das trovoadas, que no tempo do estio vem muntas vezes, e faz munto damno. **3** Polo que é necessario não recrastinar a sega de menhã em menham, mas tanto que a seara for toda amarela, metão-lhe logo a fouce, antes que o grão endureça, nem se faça vermelho, por que na eira e no monte acaba de crecer o grão, se é colhido a seu tempo, *scilicet* maduro e antes de seco.

4 Muntos modos ha de colher pão, mas o mais acostumado é com fouce varredeira de bico e dentes¹²⁴, com a qual cortão a palha ou cana do pão do meio para baixo. Outros colhem a espiga soamente com forquilhas ou pentens¹²⁵, mas isto não serve, senão onde o pão é ralo. **5** Os que segão com fouces e colhem com palha, apanhão em paveas¹²⁶ e despois atão em feixes, os quaes levão a eira e põem em frascaes e medas¹²⁷, atee que debulhem avendo bo sol para isso. **6** E nas terras frias e chuivosas, onde ha receo de trovoadas ou de chuiva por ser perto do inverno, metem os feixes nas ramadas, que para isso ha de aver junto das eiras, como em seu lugar fica dicto, para daí debulharem, **7** quando ouver tempo e for necessario, como fazem em algumas partes que das casas que chamão granjas¹²⁸ tirão para machocar pouco e pouco, o que hão mester para moer.

1 quentes sem moderação] *sup. l. P grandes e destemperados in ras. P* || **3** metão] *sup. l. P ponhão in ras. P* || **5** apanhão *sup. l. P* ajuntam *in ras. P* || **6** ha receo] *ha sup. l. P* ouver *in ras. P* || metem] *sup. l. P* metão *in ras. P*

¹²² No original, *per exortum Caniculae*. De acordo com o próprio Columela, na mesma obra (11.2.53), o nascimento da Canícula seria a 26 de julho (Septimo Kal. Augustas). A *Canicula*, ou constelação do *Canis maior*, seria a visível nos dias mais quentes do ano, constelação na qual brilha a estrela de Sírio. Ainda que o orto heliaco de Sírio não coincida hoje exatamente com os dias mais quentes do ano, a expressão é todavia popular.

¹²³ *Pargana*: aresta ou barba da espiga de um cereal.

¹²⁴ No original, *falcibus ueruculatis atque iis uel rostratis uel denticulatis*.

¹²⁵ No original, *mergae e pectinibus*. Evidenciando o seu conhecimento dos instrumentos agrícolas do seu tempo, Oliveira oferece uma tradução plausível de termos latinos cujo significado não é nítido nem consensual (Ash, 216). Cfr. Varro rus. 1.50; Plin. nat. 18.296-297.

¹²⁶ No original, *paueas*: pilhas.

¹²⁷ No original, *nubilar*: alpendre.

¹²⁸ Oliveira parece traduzir com o termo “granja” o *horreum* do original.

8 E onde colhem as espigas não mais sem palha, podem lançar nas tulhas as mesmas espigas sem debulhar, por que estando enxutas, nelas se conserva melhor o trigo e não entra co'ele gorgulho, e quando comprir, podem com manguaes¹²⁹ malhar o que quiserem dentro em casa, se for no inverno. **9** E não tem necessidade de sol, nem vento para alimpar, mas abasta a ciranda ou joeira, por que não tem mais que a pargana sem palha.

10 Porem, onde se costuma debulhar nas eiras, que é o mais geeral, uns malhão com manguaes, em especial o centeo, por que o mangual não quebra a palha, que é necessarea inteira para colmar as casas, e encher albardas e enxergões e outras cousas. **11** Outros trilhão com trilhos ou rastras, as quaes quebrão munto a palha e a fazem meuda, a qual cousa é boa nas terras onde as bestas comem palha, como nas Espanhas. **12** Os terceiros debulham com bestas. Estes não ha duvida que debulham melhor com cavalos, eoguas ou mulas, que com bois, por que os bois, **13** por que os bois tem as unhas abertas e poem as pegadas brandas e não debulhão tanto nem tam bem como os cavalos e mulas, em especial se são ferrados.

14 As espigas onde se colhem sem palha, se as querem debulhar na eira, não tem necessidade de trilho nem bestas, senão soo mangual ou pirtego¹³⁰ soamente e para alimpar ciranda ou joeira, como acima dixee¹³¹.

15 Mas onde ha palha mesturada, é necessario vento e forquilha. E para isto é singular vento o ponente, a que chamão Favonio, por que nos meses do estio venta brando e igual. **16** Mas é ùa estorea esperar por ele, por que de ventura vem então que não é seu propio tempo, e o lavrador que por ele esperar de vagar alimparaa seu pão, e aa ventura de sobrevir ùa tempestade, que lhe lance a perder tudo.

17 Por tanto assi como o calcadouro for debulhado, ajuntem-no logo e alimpem-no co premeiro vento que ventar, posto que não seja o melhor, e se tardar munto que não venha vento algum, alimpem o pão aa ciranda, e não se ponhão aa ventura de por sua culpa perder em um dia o trabalho de todo o anno.

12 terceiros] *sup. l. P* terceiras *in ras. P* || **13** unhas] *sup. l. P* pees *in ras. P* || **16** não he] *sup. l. P* não *in ras. P* || **17** ciranda] *sup. l. P* peira *in ras. P*

¹²⁹ No original, *baculis*.

¹³⁰ No original, *fustibus* (manguais) e *uannis* (abanos). O termo “pirtego” é a denominação de um utensílio agrícola tradicional que consiste numa vara comprida para limpar o cereal.

¹³¹ “Como dixee” não se encontra no original. Mas efetivamente, neste passo, Columela reitera notícias que já tinha apontado no primeiro livro (1.6.24). O tradutor oferece uma tradução sintética deste passo reiterativo e desta maneira avisa o leitor, remetendo para informação já recolhida.

18 O pão que se ouver de guardar para mais que um anno, depois de limpo oo vento, torne-se alimpar melhor e aa joeira se for possivel, por que quanto mais limpo, menos se come do gorgulho. **19** Mas se logo se ha de gastar, não tem necessidade de o tornar alimpar na eira, por que ao tempo do moer o podem joeirar e escolher, e no premeiro anno não se corrompe tanto, se o metem no celeiro frio e enxuto. **20** Da maneira que dixee do pão se hão tambem de recolher os outros legumes, os quaes se recolhem tambem uns para guardar e outros para comer logo. E este é o fim para que o lavrador lançou suas sementes aa terra e trabalhou todo o anno pelas criar e curar, atee as trazer aqui.

CAPITULO VINTADOUS

DO QUE O LAVRADOR PODE FAZER NOS DIAS DAS FESTAS, SEGUNDO OS GENTIOS

1 Por quanto nossos antepassados acostumarão ensinar e fazer leis ao povo, por onde soubesse o que havia de fazer assi nos dias de folgar como nos de trabalho, a mim tambem me parece que é bem dizer aos lavradores o que podem, ou não podem fazer nos dias das festas. **2** Por que algumas cousas ha, segundo diz o poeta: “que a rezão e dereitos consintem, que se fação nos taes dias: regar prados e outras herdades com necessidade, se tem dias limitados, ou aperta munto a seca, não é defeso, **3** por alguns ramos ou paos derredor das sementeas que padecem detrimento, não é defeso, nem tapar portaes perjudiciaes de presente. Armar a passaros, nem por fogo a mato, nem levar gado a beber e lavar, não é defeso”.

4 E o que dizem os pontifices, que não é licito fazer sebe nem lavar lãa, não é contra o que diz Vergilio, por que ele não diz senão lavar as ovelhas para saude delas e não por amor da lãa, por que ha i doenças, em que lhes é bo lavarem-se.

5 O costume dos antigos tambem permitia nas festas fazer teas de pao para alomear e cadeas de servo, nas fazendas do campo fora de povoado, cada um para si e não para vender, trabalhar na vinha arrendada, alimpar os tanques e balsas velhas, **6** rabiscar os prados segados, espalhar esterco, recolher o feno, colher azeitona arrendada, abrir maçãs, peras e figos para passar, fazer queijo, levar arvores para despor aas costas ou em besta d’albarda e não em carro. **7** Nem se permite despo-las em dia de festa nem abrir a terra para isso, nem decotar arvores, nem semear senão sacrificando premeiro aa Canicula. Nem se permite segar feno nem ata-lo nem acarreta-lo. **8** Nem permitem as religiões dos pontifices vindimas nas festas, sem sacrificar premeiro aa canicula nem trosquiar ovelhas.

1 Cfr. CIC. pro planc. 27 || **2-3** VERG. georg. 1.268-272 || **5** Cfr. CATO agric. 2.4

Tit. pode] *sup. l. P* ha de *in ras. P* || **1** fazer] *sup. l. P* por *in ras. P* || **6** recolher o feno] *sup. l. P* meter o feno no seu palheiro *in ras. P*

9 Mas é licito fazer arrobe e cozer mosto para isso. Também é licito colher uvas e azeitonas para guardar. Mas não é licito cobrir as ovelhas com peles, como se usa fazer para guardar a laa¹³². **10** Nas hortas, tudo o que se faz por respeito da ortaliga, é licito. Nas festas publicas não é licito enterrar homem morto.

11 Marco Porcio Catão dixe que para mulas, cavalos, nem asnos, não ha festa alguma¹³³. Ele mesmo permite jungir bois para acarretar lenha e pão. Nos lemos ante os pontifices, não ser licito jungir mulas nas festas denicaes¹³⁴, que se fazião nas exequias dos mortos, mas em todas as outras festas si.

12 Aqui tenho por certo que algumas pessoas hão de querer, que pois comecei a falar nas festas diga também o costume que os antigos usarão nas lustrações, e outros sacrificios, que facião polos fruitos da terra. **13** O que eu não recuso ensinar, mas dilata-lo-ei para o escrever em um livro particular, que tenho na vontade compor, depois que acabar toda a disciplina agricolar¹³⁵.

14 E co isto darei fim a esta presente pratica da lavrança do pão e legumes para dizer no seguinte exordio o que os autores antigos deixarão escripto das vinhas e arvores e também o que eu per mim esprementando achei.

9 VARRO rus. 2.2.18; PLIN. nat. 8.47 || **11** FEST. 282; CIC. leg. 2.55; GELIUS 16.4.4

9 mosto] *sup. l. P* vinho *in ras. P*

¹³² Columela dedicou um capítulo específico (7.4) ao cuidado das ovelhas.

¹³³ Columela omite a exceção de Catão: *nisi in familia sunt* (rus. 138).

¹³⁴ No original, *feris denicalibus*. Trata-se de festividades celebradas pelas famílias em honra dos seus membros falecidos.

¹³⁵ Esta obra anunciada por Columela, se de facto chegou a ser escrita, não se conservou.

ADIÇÃO DO TRASLADADOR

1 O que fica dicto neste ultimo capitolo acerca das obras que se podem fazer nos dias das festas, escreve Columela conforme as leis dos sacerdotes gentios, polos quaes se então governava a religião dos romanos tambem gentios.

2 Mas agora não se ha de ter conta com cousa alguma daquelas, nem com as obrigações, nem com licenças, por que a religião christãa vai munto deferente d'aquillo, e essa havemos de guardar, desta maneira:

3 Nos domingos e festas que a igreja manda guardar, não podem os agricultores fazer cousa alguma de serviço corporal em lavoura de pão, nem vinho, nem azeite, nem orta, nem pomar, **4** cavando nem lavrando nem sachando nem mondando, nem acarretando aas costas, nem em bestas, nem em carro, nem podem regar a pee, nem aoguar aa mão, orta, nem prado, nem vinha, nem lavoura, **5** nem podem trosquiar ovelhas, nem lavar lãa nem cardar, nem fiar nem tecer, nem fazer cousa anexa a estas, nem serviço algum corporal, se não for dirigido para serviço e ajuda dos espirituaes que nas festas se fazem, **6** e se não escusar de fazer co eles, ou per seu repeito como são caminhar para ir ouvir missa, levar os ornamentos para isso necessarios aas costas, ou em besta, ou em carro, e para isso jungir ou albardar as bestas.

7 Tambem é licito nos domingos e dias de festa enterrar mortos e cavar covas para isso, e acarretar aogua para baptizar. Mas não é licito levar aa igreja nem a outra parte os frutos das quintas e herdades para vender nos dias de festa, nem fazer almoe-da, nem feira, sem licença, ou permissão dos prelados.

8 Nem alimpar caminhos, nem fazer pontes, podendo se fazer em outro tempo, e havendo espaço para isso. Nem é licito pescar com redes para vender, se não é pescado que se vai se o não tomão, ou cercão logo, como atum e sardinha e outros, **9** que é licito cercar, e não soamente cercar, mas tambem tirar do cerco e levar para casa, quando vem chuiva, ou tempo contrairo, que os faz margulhar e fogir.

1 sacerdotes] *sup. l. P gentios in ras. P* || tambem] *sup. l. P gentios in ras. P* || **2** nem com as] *sup. l. P nem in ras. P* || **8** tempo] *sup. l. P outro in ras. P* || **9** margulhar e fogir] *fogir in ras. P*

10 Por que assi tambem por semelhante rezão é licito nos domingos e festas recolher pão da eira, ou paveas da segada, uvas da vindima, azeitona do olival, e outras fazendas do campo para casa, estando em perigo de se perder por tempestade supita, ou fogo, ou qualquer outro caso fortuito.

11 E assi é licito continoar o caminho começado antes da festa, mas não começá-lo no dia dela, senão com munta necessidade. Tambem é licito continoar as obras que depois de começadas não podem cessar se não com munta perda do começado, **12** como são fornos de cal, ou telha, ou ladrilho, ou vidro, ou marinhas, ou lagares d'azeite, e outras como estas. E tambem é costume moerem os moinhos de vento, por que o vento não vem a tempo certo, **13** e aas vezes vem nas festas, e não vem nos dias de fazer e mais no seu moer ha pouco trabalho corporal dos homens. Os da aogua, em especial de cubos, em algumas partes usão do mesmo costume.

14 Mas não é licito fazer audiencia judicial nas festas, nem tirar enquirições, nem fazer escripturas de vendas, nem aforamentos, nem arrendamentos, nem outros contratos.

15 São obrigados os lavradores e todo christão nos domingos e festas ouvir missa na sua freguesia, ou onde poderem, não desprezando o seu sacerdote.

16 Podem depois de missa ver sua fazenda, que se não perca, e acodir aa que se perde, e defende-la ainda que seja per armas, por que defender o seu sempre é licito, e mais o exercicio das armas em si não é servil, **17** nem o da caça, e por tanto ainda que se fação com trabalho corporal, não são defesos. Nem são defesos os serviços necessarios para fazer de comer, e outras cousas, que se não escusão fazer cada dia.

10 azeitona] *sup. l. P azeina in ras. P* || **11** obras] *sup. l. P serviços in ras. P* || **13** usão do] *sup. l. P tem o in ras. P*

AVISO PARA NOTAR NESTE SEGUNDO LIVRO E NOS OUTROS
ONDE FOR NECESSARIO

1 Pareceo-me necessario avisar os leitores, em especial neste segundo livro, acerca de um vocabolo que nele usei, por que se não confundão os rusticos, nem espantem os discretos não avertidos.

2 O vocabolo é almude, o qual dou a certa medida de pão e legumes, a que Columela, e os outros latinos na sua lingua chamão modio, cuja letra parece responder ao que nos chamamos moio, **3** mas a quantidade é mui deferente, por que o modio latino era medida tam pequena, que se dava de reção para um dia a um boi ou besta e aas vezes dous por dia, **4** como consta do terceiro capitulo do sexto livro desta obra, e neste segundo livro vimos, como ãa geira de terra leva de semente muntos moios daqueles, de ãa semente mais, doutra menos.

5 De trigo cinco ou seis, de escandia nove ou dez, e assi das outras, mais ou menos, segundo o que cada ãa requiere. Polo que parece claro os modios latinos serem medidas pequenas e os moios portugueses são medidas grandes, **6** ou, para mais certo falar, são numero de medidas, tantas que abastão para manter um homem todo um anno, e mais que anno. **7** E ãa geira de terra não leva um moio destes de semente nenhuma, nem meio, nem quarto de moio, e por tanto não trasladei modio latino em moio portugues, **8** mas chamo-lhe almude, por que assi chamão em Aragão a ãa medida de cevada, que dão a um cavallo para comer um dia, **9** e assi chama Antonio de Nebrixa, bo grammatico, a duodecima parte da fanega castelhana, que é a nossa fan[e]ga pouco mais ou menos.

Tit. neste] *sup. l. P* no *in ras. P* || **1** Pareceome] *sup. l. P* é *in ras. P* || **6** mais certo falar] *sup. l. P* melhor falar *in ras. P* || tantas que abastão] *sup. l. P* e por tanto *in ras. P* || **8** cevada] *sup. l. P* pão ou legumes *in ras. P*

10 A qual duodecima parte de fanega, nem é alqueire, nem mei'alqueire, nem quarta, nem ceromil, que são as nossas medidas, por que o alqueire é quarta de fanega e o mei'alqueire é oitava, e a quarta é dezassesena, **11** e o ceromil é trintatosena parte da fanega¹³⁶, e nenhuma destas concorda com o modio latino, segundo a interpretação d'Antonio de Nebrija, homem douto na lingua latina, que diz que o modio latino é celamin, ou almud castelhano¹³⁷, o qual he, como dixee, a duodecima parte da fanega¹³⁸.

12 E pois não temos esta medida, nem o nome dela, não é inconveniente mas antes é necessario, toma-lo donde o ha, e dos mais vezinhos, cuja linguagem é quasi como a nossa e communica muntos vocabolos com a nossa. **13** E não tomei de laa o vocabolo celamin¹³⁹, que significa a mesma medida que almude, por se não confundir com o nosso ceromil, que é munto mais pequeno, e co nosso almude não se pode confundir, por que é medida de vinho e não de pão nem legumes¹⁴⁰.

12 inconveniente] *sup. l. P* munto erro *in ras. P* || **Explicit:** Fim do Segundo livro *in ras. P*

¹³⁶ Sobre estes termos portugueses, a sua génese e a sua oscilante variação de equivalências, em contraste com a explicação de Oliveira neste passo, veja-se Lopes 2003, que, no entanto, não tem em conta a tradução de Columela.

¹³⁷ Efetivamente, no dicionário castelhano-latino de Nebrija, lê-se “almud o celemín: modius” (Nebrija, *Vocab.*, fol. xi). No seu dicionário latino-castelhano, lê-se igualmente: “modius por el celemín o almud, medida” (Nebrija, *Diction.*, fol. c vii). Na sua exposição sobre as medidas de 1510, Nebrija explicou o termo *modius* (Nebrija, *Mens.*, fol. bi v.^o) como a terceira parte de uma ânfora, remetendo para Prisciano. Em seguida, considerando os usos de Celso, explicava que existiram dois tipos de módio, um menor e outro maior, e que em Columela, justamente neste mesmo livro segundo, devia-se entender o *modius maior*. Ora, o “almud”, termo de origem hispano-árabe, era medida de secos com notável oscilação: de acordo com o dicionário da Real Academia Espanõla, poderia variar de 1,75 de Aragão aos 5,68 de Canárias. A designação “almud castelhano” revela a consciência por parte de Oliveira dessa variação no seu tempo, o qual, especificando que equivalia à duodécima parte da fanega, indica que equivalia a 4,62 litros.

¹³⁸ Fanega, medida para secos de origem hispano-árabe, com bastante oscilação de equivalências em tempos e lugares diferentes, de acordo com o dicionário da Real Academia Espanõla. Em Castela, equivalia a 55,5 litros, isto é, a 12 celamins ou módios.

¹³⁹ A equivalência de *celemín* e *modio* na língua castelhana, no tempo de Nebrija e Oliveira (isto é, 4,62 litros), fica consignada nos dicionários do primeiro. *Vide* Nebrija, *Vocab.*, fol. xi; Nebrija, *Diction.* fol. c vii. Celamim é igualmente medida para secos de origem hispano-árabe e com oscilação de valores geográfica e temporalmente. A referência neste caso para Oliveira é o significado castelhano, de acordo com a sua fonte, Antonio de Nebrija.

¹⁴⁰ Almude: antiga medida de capacidade para líquidos, mas com alta variação local e temporal. No sistema de Lisboa, adotado por D. Manuel I, de acordo com Lopes 2003, equivalia a 16,8 litros.

OUTRA ADIÇÃO DO TRASLADADOR

1 Por quanto Columela neste segundo livro em que trata da sementeira do pão e legumes, não faz menção de centeo, o qual em Portugal é munto acostumado, **2** por não deixar os nossos lavradores sem a doutrina nesta parte necessarea, busquei outros autores e achei em Plinio ãa semente a que ele chama *secale*, **3** no capitulo desasseis do livro dezoito e diz que serve de matar a fome, e que é fertil, tanto que nace em qualquer terra com cem grãos cada espiga, e tem a palha delgada, **4** mas que faz o pão negro e triste, e para lhe mitigar o azedume misturam-no com outro grão e porem ainda assi faz mal ao ventre.

5 Estas qualidades que põe Plinio do *secale* parecem ser as do centeo, e em nenhuma outra semente põe outras que tanto se pareçam co ele. Mas nem ainda assi nos ensina o que nos cumpre. **6** Polo que me foi necessario enformar-me d'alguns lavradores da nossa terra, homens entendidos e de experiencia, dos quaes soube que o centeo quer terra solta e bem esterçada. **7** E a sua sementeira é sempre temporãa, no mes de setembro, antes que venhão os frios e se as terras são frias, em agosto.

8 Eu o vi jaa nacido em oito dias por andar d'agosto, na Serra do Touro, perto de Lamego. Quer tempo mais humedo que seco, e o sitio da terra quente. ãa geira de terra leva dous alqueires de sementeira, que são seis almudes ou modios latinos. **9** Por que, conforme ao que acima fica dicto, tres modios fazem um alqueire dando aa fane-ga quatro alqueires, na qual ha doze almudes¹⁴¹. Isto dixee aqui brevemente do centeo, por não deixar esquecida esta semente, que ajuda a manter boa parte desta terra.

Acabouse o segundo livro da agricultura de Lucio Columela trasladado polo licenciado Fernando Oliveira

2-4 PLIN. nat. 18.95

4 mitigar o azedume] *sup. l. P* tirar o amargor *in ras. P* || misturam no com outro grão] *sup. l. P* mitigar o amargor com trigo *in ras. P*

¹⁴¹ Para as equivalências dos respetivos termos, consulte-se o nosso glossário e as notas aos termos dos capitulos precedentes. A explicação de Oliveira encontra correspondência na exposição de Nebrija sobre estas medidas. Cfr. Sánchez Martín 2012.

COMEÇA O TERCEIRO LIVRO DA AGRICULTURA DE LUCIO IUNIO
 MODERATO COLUMELA, TRASLADADO DE LATIM EM PORTUGUES
 PELO LICENCIADO FERNANDO OLIVEIRA

CAPITOLO Premeiro

DA DIVISÃO DAS ARVORES, E QUE GENERO DE VIDONHO CONVEM PARA CADA SITIO DE
 TERRA, E ESTADO OU INCLINAÇÃO DO CEO

1 “Atee’qui a cultura das sementeas”, diz o melhor poeta. Não me deve ser estranhado, Publio Silvino, começar este livro com um verso mui celebrado, pois hei de falar das cousas de que ele fala. **2** Segue-se daqui por diante a cultura e cuidado das arvores, a qual é ãa grande parte da re rustica. E o premeiro que se deve saber é que ha muntas especies d’arvores, e cada ãa de muntas maneiras. **3** Donde vem que cada ãa delas pode ser genero, pela variedade que em si tem e, como o mesmo autor diz, humas nacam per si sem as alguem semear nem por, outras semeão ou põem os homens.

4 As que nacam per si sem ajuda humana, chamamos-lhe bravias e monteses e estas em si trazem cada ãa a semente de seu genero, a qual elas per si semeão pelo modo que lhe deu a natureza. **5** As outras que o trabalho e industria dos homens ajudão, são mais despostas para dar fruto. Por tanto destas que nos ajudão a manter, diremos premeiro. **6** E destas faremos tres generos, um de arvores, como oliveira, outro de mato, como palmito, e o terceiro, que se não pode propriamente chamar arvore nem mato, como a vide.

7 E todas estas tem ramo de pao duro, que não seca cad’anno, como as ervas. Mas, de todas, a vide julgamos ser melhor, não soamente em fruto, mas tambem na facilidade da sua prantação, por que se daa em todas as partes do mundo, e em todo sitio de terras, se não é nas terras ou munto frias ou munto quentes demasiadamente.

8 Assi se daa nos campos baixos, como nos montes altos, assi na terra apertada, como na solta, e assi na delgada como na grossa, e na seca como na humeda.

1 VERG. georg. 2.1 || **3** VERG. georg. 2.10-11; cfr. VERG. georg. 2.14

6 que se não pode propriamente chamar arvore nem mato] *sup. l. P* que nem é arvore nem mato como a vide *in ras. P*

9 Soo a vide, mais que todas as outras prantas sofre a destemperança do ar. Hora seja debaixo dos polos frios, hora na zona torrida ou lugares tempestuosos, em todos se daa. **10** Porem não se daa todo genero de vinha em toda parte, por que um sofre melhor o frio e outro a quentura, e um requere o seu adubio d'ũa maneira e outro d'outra. **11** Por tanto é necessario atentar que genero de vidonho e em que parte quereis prantar, por que, como dixee, ha deferença de vidonhos e de postos para eles, e modos de adubio¹⁴².

12 E não isto soamente, mas tambem outra cousa mais dificultosa de entender, ha na cultura das vinhas: que em um mesmo territorio, dos generos a ele appropriados, um responde melhor e outro pior, como nos ensina o uso e experiencia. **13** Mas o prudente vinhateiro tenha isto por certo, e esprementado que para campo e terra chaam, é bo vidonho, o que sofre nevoas e geadas e ar seco e ventoso.

14 Para terra grossa e fertil, é bo o vidonho fraco e menos fertil de natura; e para terra fraca, ao contrario, vidonho fertil; para terra apertada e basta, vidonho forte, e de munta rama, para terra solta e alegre, vidonho raro e de pouca rama e vara. **15** Para lugares humedos saiba que não deve por neles vinha de bago mole grande, senão de bago pequeno e bagulho grosso e munto grão. E nos secos, ao contrario, de bago grande, bagulho delgado e mole e pouco grão. **16** Alem disso, não deixe de saber que pode munto a qualidade do ar fria ou quente, seca ou humeda, tempestuosa e ventosa, ou branda e quieta, limpa ou vaporosa.

17 E para fria e vaporosa, buscara pranta temporãa, cujo fruto amadureça antes do inverno, ou pranta de bago duro e firme, que possa alimpar em tempo de frio e nevoa, e logo abrandar coas geadas, como fazem as outras coas calmas.

9 ou] *sup. l. P* || **10** o seu] *sup. l. P* || **13** vinhateiro] *sup. l. P agricultor in ras. P* || chaam] *sup. l. P terra in ras. P* || **15** humedos] *sup. l. P saiba in ras. P* || grosso] *sup. l. P duro in ras. P* || delgado] *sup. l. P mole in ras. P* || **16** limpa] *sup. l. P clara in ras. P* || **17** as outras] *sup. l. P*

¹⁴² Adubo.

18 Para onde o ar for ventoso e tempestuoso, também buscara pranta de bago duro e firme. E onde for quente, poraa pranta fértil e tenra, e onde for seco, ponha aquela cujas uvas apodrecem coa chuiva e orvalho. **19** E onde for humedo, ponha as que não sofrem a secura, e onde acostuma chover pedra, ponha as que tem folhas grandes e duras, com que possão cobrir e defender o fruto.

20 Finalmente, a região aprazível e serena recebe toda pranta e é accommodada para as uvas que se esbagoam, por que as não sacode o vento e a tempestade. **21** E quem tem faculdade para escolher lugar aa sua vontade para fazer vinha, deve-o escolher, segundo Celso ensina, que seja terra nem munto apertada, nem munto solta, porem mais solta que apertada, nem munto fraca, nem munto viçosa, **22** porem mais chegada a fértil que esteril, nem campo baixo, nem costa ingreme, mas seja terra alta e chãa quasi campo, nem seca nem humeda, mas todavia çumarenta, seja terra em que nação fontes, mas não no mais alto dela, nem no mais baixo, **23** senão em lugar donde possa correr para as raizes e não seja aogua salobra, nem salgada, por que não corrompa o sabor do vinho, e aperte os talos e folhas tenras com ferrugem aspera.

24 E disto diz Vergilio estas palavras: “a terra salgada e a que chamão amargosa, nem para sementes nem vinho é boa, nem para pomares. Nem perde a peçonha, nem que a lavrem nem curem, não melhora”. **25** O ar, como dixee, nem frio nem quente é bo para vinha, porem mais se alegra co quente, que co frio, e mais mal lhe fazem invernadas que serenidade, e é mais amiga de terra seca que de munto chuivosa. **26** Folga com bafo de vento brando, e refegas¹⁴³ rijas fazem-lhe nojo. E estas são as mais aprovadas qualidades do ar e da terra para as vinhas.

24 VERG. 2.238-240

19 não sofrem] *sup. l. P* perdem *in ras. P* || **20** esbagoam] *sup. l. P* perdem por vir cedo *in ras. P* || **22** todavia çumarenta] *sup. l. P* moderadamente *in ras. P* || **23** e não] *sup. l. P* || corrompa] *sup. l. P* seja mau *in ras. P* || **24** E disto] *sup. l. P* como *in ras. P* || para pomares] *sup. l. P* pomares *in ras. P* || nem que] *em sup. l. P* || **26** são as mais] *sup. l. P* é a mais *in ras. P*

¹⁴³ Rajadas de vento.

CAPITULO SEGUNDO
 DAS PARREIRAS E VINHAS QUE SE HÃO DE POR IUNTO DAS CIDADES
 E POVOS PARA COMER, E DOS MUNTOS GENEROS QUE HA DE UVAS

1 A vinha ou se põe para comer ou para fazer vinho. Para comer, senão ouver disso proveito, bem se pode escusar e não haveraa proveito, senão onde a vinha estiver tão perto do povo, que possão os regatões ir compra-las uvas, ou os servidores da quinta traze-las facilmente, como trazem a outra fruta.

2 E havendo esta desposição, as uvas que para isto se devem por, são as rhodias, e libycas e ceraunias¹⁴⁴. **3** E não soamente as doces e gostosas, mas tambem fermosas se devem por para vender, como são as estefanitas, que tem os cachos cercados de folhas como coroa¹⁴⁵, e as tripedaneas¹⁴⁶ e unciarias¹⁴⁷ e cydonitas¹⁴⁸.

4 Item, as que se podem guardar para o inverno, como são as venuculas¹⁴⁹, e as numisianas, que de pouco tempo a esta parte se esprementarão ser boas para isto.

5 Se a vinha se põe para fazer vinho, ha-se de escolher vidonho, que prevaleça em fruto e força de madeira, por que o fruto é necessario para render e dar proveito e a madeira para durar, e ter vigor muntos annos.

6 E aquela é melhor madeira que não abrotoa munto cedo, e espede asinha a frol, e pinta cedo, por que esta facilmente resiste ao frio e quentura, e nevoas e a uva desta não apodrece com chuivas, nem se moe com seca. **7** A madeira ou pranta desta qualidade devemos escolher para por, posto que não tome munta uva, com tanto que o lugar em que a havemos de por, faça bo vinho, por que se não é posto de bo vinho, melhor é que ponhamos nele pranta que tome munto, por que o munto recompensa o preço do bo.

6 uva] *sup. l. P* vinho *in ras. P* || **7** faça] *sup. l. P* seja *in ras. P*

¹⁴⁴ Isid. orig. 17.5.17 explica a denominação pela sua intensa cor vermelha, a partir do grego *keraunós* (“brilhante”).

¹⁴⁵ Columela escreveu apenas a denominação *stephanitae*, sendo que a tradução com glossa de Oliveira incorpora uma tradução da explicação de Plínio (nat. 14.42): “*coronario naturae lusu stephanitis, acinos foliis intersantibus*”.

¹⁴⁶ *Tripedaneae* no original (“de três pés”). De acordo com Plin. nat. 14.41, a denominação aludiria ao tamanho da vinha.

¹⁴⁷ *Unciariae*, no original, e denominadas *unciales* por Plínio; ambos os termos aludiriam ao peso dos racemos.

¹⁴⁸ *Cydonitae*, no original, termo que derivará do seu sabor a marmelo, ou então de Cydonia, em Creta. Cfr. Ash, 234, n. e.

¹⁴⁹ No original, *venuculae*. Também denominadas “sirculâneas”. Cfr. Plin. nat. 14.34.

8 Quasi geeralmente os campos dão mais vinho, mas as ladeiras dão melhor. E havendo ar temperado mais frutificação as vinhas que estão defronte do aguião¹⁵⁰, mas defronte do sul¹⁵¹ fazem melhor vinho. **9** E não ha duvida se não que ha alguns vido-nhos de tal natureza, que em uns postos fazem melhor vinho que em outros.

10 Soos as amineas tem fama, que onde quer que forem prantadas, tirando em lugares munto frios, sempre precedem todas as outras em sabor e no gosto do vinho, sem embargo que as castas delas comparadas hũas a outras tem mais ou menos vigor.

11 Destas ha muntas castas, todas debaixo deste nome amineas, assi chamadas do nome de amineo, terra da Italia, onde agora é Salerno e são todas uvas brancas¹⁵².

12 Duas castas destas conhecemos irmãs antre si, ãa maior e outra menor. A menor abre mais cedo e alimpa melhor, e é boa para vinha empada¹⁵³ e para arvore¹⁵⁴.

8 aguião] *sup. l. P* norte *in ras. P* norte *B* || **9** natureza] *sup. l. P* natuza *in ras. P* || **10** as castas delas] *sup. l. P* aas vezes *in ras. P* || hũas a outras] *sup. l. P* assi mesmas *in ras. P* || **11** onde] *sup. l. P* que *in ras. P*

¹⁵⁰ *Aquiloni*, no original: vento norte. O manuscrito permite ver a oscilação do tradutor. Numa primeira instância, optou por uma versão clarificadora do original, mas posteriormente decidiu introduzir a denominação mais precisa. O editor do século XIX resolveu registrar o termo que consta em rasura e não refletir a emenda do próprio Oliveira.

¹⁵¹ *Austro*, no original: vento do sul. Neste caso, Oliveira decidiu-se pela explicação do original.

¹⁵² Oliveira introduz uma glossa ou interpolação a partir de *amineae*, no original. A sua explicação toponimica discorda com a fornecida por Isidoro (orig. 17.5.18), o qual explicava o termo por serem “quasi sine mineo, id est sine rubore”, dando em consequência vinho branco. Sobre a excelência desta variedade, veja-se Plin. nat. 14.21-22.

¹⁵³ *Iugo*, no original, isto é, “jugo”. A explicação do sentido específico do termo *iugum* em viticultura surge em Varro rus. 1.8.1. Noutros passos, o tradutor traduz o mesmo termo por “vinhas”. Na língua latina, o termo alude genericamente a videiras conduzidas mediante estruturas. Nas suas *Enarrationes Columelae*, Giorgio Alexandrino explicou a denominação por analogia com o *iugum* militar: “Iugata uitis: a iugo, quod a similitudinem militaris iugi fiebat, nam duobus defixis hastis, tertia superligabatur”, Georgium Alex., fol. bb4. Por seu lado, nas suas *Annotationes* à mesma obra, Beroaldo explicou os tipos de *uinea iugata*: Beroaldus, fol. 7.

¹⁵⁴ *Arbores* no original, no sentido vitícola; o termo designa “os suportes vivos das vinhas de enforcado (negrilhos, choupos, etc.)” (Mayer 1948, 89, 273).

13 A maior quer terra grossa e a menor terra meãa, e esta precede munto a maior, por que sofre bem os chuiveiros e ventos, e a maior perde-se ligeiramente na frol, **14** e mais ainda nas vinhas¹⁵⁵ que nas arvores¹⁵⁶, pelo que não é boa para vinha e para arvore escassamente, se não for em terra munto grossa e humeda, por que na meãa não é boa e na delgada não presta.

15 Conhece-se na compridão e multidão da vara e na grandeza das folhas e dos cachos e bagos e os antre noos das varas são mais compridos e o gosto das uvas melhor, mas o fruto da menor é maior. **16** E ambas estas são amineas. Mas tambem ha outras duas a que chamão gemeas, por que lanção os cachos de dous em dous. O vinho destas é mais aspero no gosto, mas tambem dura mais.

17 A menor destas é munto conhecida do vulgo, por que é munto acostumada no monte Vesuvio de Campania e em Surrento¹⁵⁷. Folga no estio com vento de ponente, mas agasta-se com o do meio dia. **18** E como quer que nas dictas terras se ponha em vinha, nas outras da Italia não se põe senão em arvores. Outra casta aminea ha, que chamão lanuda¹⁵⁸, que muntos louvão.

19 E não lhe chamão lanuda por que ela soo tenha lãa ou lanugem, senão por que tem mais que outras. Esta é de bo vinho, mas é brando. Cria munta rama, e por isso não alimpa bem, mas antes ao amadurecer apodrece.

20 Alem do numero que referimos, ha ainda outra soo sem companheira, que se quer parecer coa maior das gemeas, na figura da rama, e da cepa, senão que no sabor do vinho não é tão boa, posto que todavia o faz munto bo, e mais tem outras vantagens, em que a sobrepoja, **21** que daa mais fruto e alimpa melhor, e faz os cachos mais alvadios e çarrados, e o bago mais cheo, e não resiste aa terra fraca, e por tanto é contada antre as fertilissimas vides.

13 menor] *sup. l. P meãa in ras. P* || **15** das varas] *sup. l. P tambem in ras. P* || **16** cachos] *sup. l. P chacos in ras. P* || dura mais] *sup. l. P se tem mais in ras. P* || **18** lanuda] *sup. l. P lauda in ras. P* || **19** lanuda] *sup. l. P lauda in ras. P* || lanugem] *sup. l. P penugem in ras. P* || ao] *sup. l. P no in ras. P* || **21** e çarrados] e bastos *in ras. P*

¹⁵⁵ Este termo corresponde a *vinea* latino, sendo que o termo *uitis* latino corresponde à videira.

¹⁵⁶ No original, *arbustum*, plantação de árvores como álamos ou olmos nas quais as videiras eram atadas de árvore a árvore.

¹⁵⁷ Atual Sorrento.

¹⁵⁸ *Lanatum*, no original.

22 Depois das uvas amineas, o segundo lugar tem logo as nomentanas, chamadas assi de Nomento, lugar e comarca junto de Roma¹⁵⁹. Estas são segundas na bondade do vinho, mas na fertilidade são premeiras, por que os mais dos annos carregão bem e o que tomão sempre o conservão e trazem a lume.

23 Tambem ha duas maneiras de uvas nomentanas, maior e menor, das quaes a menor é mais fertil, e tem as folhas mais redondas sem farpas, e a madeira rui-va como as amineas, donde tambem se chamão rubelianas, **24** e assi tambem lhe chamão fecinias, por que lanção mais fezes que as outras, porem recompensão este damno com a multidão dos cachos, os quaes assi em vinha como em arvore dão mais que as outras. **25** Sofrem bem ventos e chuiveiros sem damno e espedem asinha a frol e amadurecem cedo, sem sentir outra perda senão da quentura, a qual as aperta e seca munto, por que tem o bago meudo e a pele dura.

26 Folgão munto com terra grossa, por que como quer que de seu natural são secas e meudas, a grossura da terra lhes daa algum çumo. E pela mesma rezão querem terra humeda e ar humedo, ainda que seja frio.

27 São estas uvas mui singulares¹⁶⁰ no monte Albano e fora dali não se dão tam boas, como tambem fazem as que chamão alobrogicas¹⁶¹, o vinho das quaes tambem se muda mudando a região.

28 São tambem munto gabadas as tres apianas, pelos grandes dotes que tem: to-mam munto vinho, são idoneas para empada¹⁶² e para arvore, porem ãa delas é mais generosa que as outras, a qual tem as folhas nedeas¹⁶³ sem lanugem.

29 Por que as outras duas são lanugentas e posto que nas folhas e vara são semelhantes, são todavia deferentes nisto que ãa delas envelhece premeiro que a outra.

26 lhes daa] *sup. l. P* lalhes *in ras. P* || rezão] *sup. l. P* || **27** a região] *sup. l. P* o lugar *in ras. P* || **28** empada] *empa P B* || lanugem] *lungem P* || **29** nisto] *sup. l. P* na sua qualidade *in ras. P*

¹⁵⁹ O tradutor amplifica e explica a denominação *nomentanae*, incorporando aqui uma interpolação/atualização (chamadas assim de Nomento, lugar e comarca junto de Roma) também inexistente na descrição desta variedade proporcionada por Plin. nat. 14.23.

¹⁶⁰ O tradutor parece não se ter apercebido neste passo que o termo *eugeniae* não era adjetivo, mas designava uma outra espécie, particularmente acomodada ao monte Albano. Veja-se Plin. nat. 14.25. Oliveira interpretou a informação como relativa ainda às *rubelanae* ou *faecinae*.

¹⁶¹ *Alobrogicae*, no original. Esta variedade surge em Plin. nat. 14.26.

¹⁶² *Iugo*, no original.

¹⁶³ Nítidas, limpas e brilhantes (do latim *nitidus*).

30 Em terra grossa são fertilíssimas, e em terra meã arresoadamente tomão e são temporãas, e fazem o vinho doce mas não munto certo para cabeça, nem para os nervos e veas. **31** Se as não colhem cedo, são prea das chuivas e vento e abelhas, das quaes por este respeito tomão o nome de apianas, por que as abelhas em latim chamão se *apes*¹⁶⁴. Estas são as mais celebradas uvas de gosto.

32 Porem outras ha hi, que posto que não sejam tão boas, são todavia arrezoadas, e podem-se por no segundo lugar, ao menos pelo proveito, que dão munto, como são a biturica¹⁶⁵ e a basilica, das quaes a menor chamão os espanhoes¹⁶⁶ coluba¹⁶⁷.

33 Ambas estas são mui chegadas aas milhores de todas, por que o vinho delas sofre guardarem-no para velho, e per espaço d'annos vem a ser bo, e mais elas precedem a todas as que atee'gora referi em fertilidade, e em paciencia, **34** por que sofrem fortemente as trovoadas e chuiveiros, e fundem commodamente e não faltão nas terras fracas. Sofrem melhor frios que humidades e as humidades melhor que as securas, mas nem por isso se agastão com quentura.

35 Depois destas, as Visulas¹⁶⁸ e as alvarinhas menores¹⁶⁹ folgam com terra meã, por que na grossa vicejão e na delgada não vem com fruto. São mais amigas de vinha empada que das arvores, mas todavia as alvarinhas tambem se querem altas e são boas para latadas.

34 trovoadas] *sup. l. P* tempestades *in ras. P* || **35** amigas de] *sup. l. P* para *in ras. P* || das] *sup. l. P* para *in ras. P*

¹⁶⁴ *Apianae*, no original. Plínio aborda esta variedade em nat. 14.24 e incorpora também a explicação do termo proporcionada por Columela: “Apianis apes dedere cognomen...”.

¹⁶⁵ Esta variedade também está descrita em Plínio (nat. 14.27).

¹⁶⁶ *Hispani*, no original.

¹⁶⁷ No original, *cocolobin*. A informação sobre este tipo de videira surge igualmente em Plin. nat. 14.30.

¹⁶⁸ No original, *Visula*, referida por Plin. nat. 14.28.

¹⁶⁹ No original, *Argitis*. Variedade celebrada por Vergílio (georg. 2.99-100): Mayer 1948, 67 traduz o passo de Vergílio *Argitis minor* como “a videira de Argos, de uva miudinha”. A tradução de Oliveira pressupõe outra interpretação do termo, a partir do grego *argos*, com o sentido de *albus* em latim, como explicou Beroaldo nas suas anotações a Columela: “Argitis [...] Videtur argitis nuncupari a candore, argos enim albus dicitur lib. 3, cap. 2” (Beroaldus, fol. dd 4).

36 As visulas lançam vara curta e folha larga, com a qual defende o fruto da saraiua. O qual fruto se lho logo não colhem como amadurece, cai, e se não cai, apodrece com qualquer chuiva ou humidade do tempo.

37 Ha outras que chamão Helvolas, ou Varianas¹⁷⁰, por que nem são bem negras nem vermelhas e chamão-lhe helvolas, por que tem a cor roxa, que o latim chama helvola, se me eu não engano¹⁷¹.

38 A que toma mais de negro funde mais em vinho, e é mais sabrosa. A cor dos bagos em nenhuma é igual nem certa e ambas fazem mosto branco. Tomão vinho bem, um anno e outro não. **39** Dão-se bem nas arvores, e nas vinhas honestamente, e querem terra meãa, nem grossa, nem delgada, assi como as Precias¹⁷² maior e menor, as quaes crião mais rama e fazem melhor vinho e amadurecem mais cedo.

40 A uva Albuel¹⁷³, diz Celso que é mais proveitosa nos outeiros que no campo, e nas arvores que nas vinhas¹⁷⁴, e no mais alto da arvore que no baixo. Traz munta rama e daa munto vinho.

41 Os vidonhos¹⁷⁵ gregos, como são Maroto, Thasio, Sithio, Soforcio, tem bom gosto, mas nestas nossas regiões dão pouca uva e bago meudo e pouco vinho. Porem a Inertica negra, que alguns gregos chamão Amethyston¹⁷⁶, pode-se por no segundo grao, **42** por que faz bom vinho, e não damnosos, e por isso lhe chamão inerticula, por que é inerte e sem força que possa embebedar nem tolher os nervos, sem embargo que o gosto não é rebotado.

37 Varianas] *sup. l. P Varias in ras. P* || **39** delgada] *sup. l. P fraca B in ras. P* || **40** Traz munta rama e daa munto vinho] *sup. l. P é frutifera de vinho e rama e tudo in ras. P* || **41** Os vidonhos gregos *sup. l. P As vides gregas in ras. P* || Inertica *in marg. P inercula in ras. P*

¹⁷⁰ No original, *helvolae* e *varias*, respetivamente. Veja-se Plin. nat. 14.29.

¹⁷¹ Não se trata aqui de uma interpolação do tradutor, muito embora o pareça: “Ab helvo nisi falor” lê-se no original.

¹⁷² *Pretiae*, no original. Sobre este tipo de uva, veja-se Plin. nat. 14.29.

¹⁷³ *Albuelis*, no original, variedade descrita por Plin. nat. 14.31.

¹⁷⁴ *Iugo*, no original: isto é, cultivos de vide com o uso de estruturas.

¹⁷⁵ No original, *uites*, ou seja, a designação genérica da planta.

¹⁷⁶ No original, *amethyston*, termo grego que significa “não bêbedo”. Sobre esta denominação, veja-se Plin. nat. 13.31 e Isid. orig. 17.5.24.

43 Do terceiro grao destas faz Celso, as que soamente são louvadas pela fertilidade, como são as tres helvenacias¹⁷⁷, das quaes as duas maiores não são comparadas aa maior em bondade e abastança de mosto destas duas: **44** a ùa a que os lavradores das Galias chamão amaraco¹⁷⁸, faz vinho arezoado, e a outra a que chamão longa ou avara não tam bo, nem tanto como requiere a quantidade de uvas, que por muntas promete munto vinho, mas não fundem tanto como se delas espera.

45 A mais pequena e melhor de todas tres, conhece-se facilmente na folha, que tem mais redonda que todas e é de mais louvor por que sofre melhor a secura e o frio, com tanto que não venha com chuiva, e tambem em algumas partes o vinho desta é de mais dura e mais em qualquer terra por ruim que seja não deixa de ser fertil e dar fruto.

46 A uva Espionia¹⁷⁹ é de munto vinho e grandes cachos, mas não muntos, assi como a Oleginia¹⁸⁰ e como a Murgentina e Pompeana¹⁸¹ e como a Numisiana e como a Venucula, Scirpula e Esticula¹⁸², e como a Fregelana negra e como a Merica¹⁸³ e como a Retica e como a Arcelaca maior, **47** que é a mais copiosa de todas quantas conhecemos, a qual muntos cuidão que é alvarinha¹⁸⁴, mas enganão-se.

46-47 Cfr. PLIN. nat. 14.34-35

43 destas duas] *sup. l. P* das quaes *in ras. P*

¹⁷⁷ *Helvenacae*, no original: sobre esta variedade, ver Plin. nat. 13.32-33.

¹⁷⁸ *Emarcum*, no original. A partir da sua tradução, pode-se deduzir que Oliveira encontrou a variante *emarcum*, representada nos manuscritos *recentiores* e nas edições, e não *marcum*, a variante de S, aceite pelos editores modernos: Sobel rejeita o carácter gálico do termo, assumido pelos editores e lexicógrafos precedentes, e interpreta a denominação como relativa a um nome de família romano (Marcus): Ash, 246.

¹⁷⁹ No original, *Spionia*. Perante a variante *Scipionia*, representada nos manuscritos mais antigos, como S, *Spionia* é a variante representada na maioria das edições impressas. Por esta e por outras características da tradução, pode-se presumir que Oliveira partiu de uma edição impressa.

¹⁸⁰ *Holgonia*, no original. Tal variante é a que ofereciam as edições impressas, contra *holconia*, de S, ou *Horconia*, a variante defendida pelos editores modernos: Ash, 248.

¹⁸¹ *Pompeiana*, no original. O passo *Pompeiana [...] Scirpula* não foi conservado nos manuscritos mais antigos (S e A). Cfr. Ash, 248. Mais um argumento probatório de que o ponto de partida latino de Oliveira foi *recentior*, provavelmente uma edição impressa.

¹⁸² *Sticula*, no original, variante representada nos impressos, contra *Rabucula* dos manuscritos mais antigos (S e A). Cfr. Ash, 248.

¹⁸³ *Merica*, no original, variante representada nos impressos, contra *Mettica* dos manuscritos (S e A). Cfr. Ash, 248.

¹⁸⁴ *Argitis* é a variante dos editores modernos, frente a *Argilis* dos manuscritos (S e A): Ash, 248-249. Oliveira traduz constantemente esta designação por “alvarinha”, interpretando o termo a partir do grego *argós*, *albus* em latim, provavelmente seguindo Beroaldo (Beroaldus, fol. dd 4).

A pergulana¹⁸⁵ e a Irciola e a Fereola, ha pouco tempo que as conhecemos, por tanto não me determino em que grao devem ser postas.

48 Por que ainda que sei quanto são frutíferas, todavia da bondade do seu vinho não posso julgar nada, por que não tenho dele experiencia que abaste. **49** Agora também achamos ãa vide temporãa, que dantes não conhecíamos, a que os gregos chamão Draconcio, a qual em fertilidade e gosto se pode comparar aa que se chama Arcelaca, e aa Basilica, e aa Biturica, e na bondade do vinho aa que chamamos Aminea.

50 Alem dos sobredictos ha outros muntos generos de vidonhos, tantos que nem o numero nem os nomes se podem relatar, por que como diz o poeta: “he tam impossivel isto como contar as areas do mar”¹⁸⁶. **51** E a rezão he, que cada região e cada parte de região per todo o universo tem seus proprios generos de vides, os quaes nomeão cada ãa a seu modo.

52 E não soamente isto, mas também um mesmo genero de vide mudado d’hum lugar para outro muda o nome e aas vezes também a qualidade, como acima dixemos, em tanto que muntas vezes se não pode conhecer.

53 Digo que não soamente em respeito das terras espalhadas pelo universo, mas na nossa Italia, as nações vecinhas hũas a outras discrepão em nomes, e varião os vocabulos dos vidonhos e uvas deles.

54 Polo que convem a quem quiser ensinar esta arte não gastar o tempo em declarar os nomes das vides e uvas, mas em geeral deve ensinar aquilo que Celso diz, e antes dele tinha dicto Marco Catão, **55** *scilicet*, que nenhum genero de vidinho se deve prantar em parte alguma, senão for aprobado per fama da gente daquela terra onde o querem prantar.

50 VERG. georg. 2.104-106

48 abaste] abasta || **49** chamamos] *sup. l. P* se chama *B in ras. P* || **52** muntas] *sup. l. P* aas *in ras. P* || **53** terras] *sup. l. P* universo *in ras. P*

¹⁸⁵ *Pergulanam*, no original; novamente, esta é variante dos *recentiores* e impressos, frente a *nuper gulanam* de S e A. Cfr. Ash, 249.

¹⁸⁶ Oliveira parafraseia sinteticamente os versos de Vergílio citados por Columela: “numero comprehendere refert/ quem si scire uelit, Libyci uelit aequoris idem/ discere quam multae Zephyro turbentur harenae”.

56 E depois de assi prantado, se não der de si boa prova, não no devem conservar. E diz Julio Grecino, que onde o bom vidonho responder bem, que esse conservemos, e se não, que prantemos antes o que daa mais fruto. **57** Por que, posto que o preço do bo seja maior, todavia a munta quantidade do que não é tão bo, recompensa o proveito, e vence o preço do pouco. **58** E posto que disto agora pouco antes dixei, o mesmo todavia ainda daqui em seu lugar direi mais intimamente o meu parecer. Por que a minha tenção é ensinar a fazer vinhas, que dem vinho bo e munto.

57 a munta] *sup. l. P* quantidade *in ras. P*

CAPITULO TERCEIRO
 QUE DE TODAS AS FAZENDAS DO CAMPO, NENHUMA CONVEM MAIS AOS AGRICULTORES
 QUE A VINHA

1 Antes que comece dizer como se hão de prantar as vinhas, quero lançar um fundamento necessario para a pratica que sobre isso hei de fazer, o qual é ponderar e escoldrinhar se a cultura das vinhas presta para enriquecer o senhor da fazenda¹⁸⁷.

2 Por que parece doutrina vã ensinar cousa não aprovada, e muntos não approvão mas antes reprovão a cultura das vinhas e hão por melhor a dos prados e dos pastos e matas de madeira.

3 Das uveiras¹⁸⁸ ouve antre os autores deferença: por que Salerna diz que não é bo o tal genero de agricultura, mas Tremelio ao contrairo o louva munto e eu em seu lugar assi estimarei este parecer. **4** Porem em tanto os curiosos da agricultura saibão que o proveito das vinhas é mui grande, tanto que dizem Marco Catão e Marco Varrão que cada geira de vinha dava em seu tempo seiscentos cantaros¹⁸⁹ de vinho. **5** Isto afirma Marco Varrão no premeiro livro da sua ree rustica, e não soamente diz que respondem as vinhas desta maneira em ãa soo região, mas em muntas, como é na terra faventina¹⁹⁰, e na galica, que agora se chama Picena¹⁹¹.

4 VARRO rus. 1.2.7

Tit. nenhua] *sup. l. P* a vinha *in ras. P* || **3** o louva munto] *sup. l. P* diz que é munto *in ras. P* || **4** cada] *sup. l. P* ãa *in ras. P* || **5** em muntas] *sup. l. P* a tambem em *in ras. P*

¹⁸⁷ *Pater familiae*, no original. Na sua tradução, Oliveira é fiel ao sentido do termo *familia* na cultura romana.

¹⁸⁸ *Arbustum*, no original, explicado por Beroaldo, no seu sentido especificamente viticultor, como árvores maridadas às videiras (Beroaldus, dd 3): “Veteres rei rusticae scriptores arbustum peculiariter appellat arbores uitibus maritatas, unde et arbustium uinum dictum quod in arbusto progignitur [...]”.

¹⁸⁹ *Urnas*, no original, medida de líquidos, aproximadamente 3,42 litros. Cfr. Ash, 252.

¹⁹⁰ *Faventino agros*, no original, atual Faenza.

¹⁹¹ Correspondente ao original *In Galico, qui nunc Piceno*, faixa de terra italiana no litoral adriático.

6 Porem deixando a felicidade daqueles tempos, tambem agora a comarca nomentana é ilustre per fama mui celebrada, em especial aquela parte que agora possui Seneca, **7** barão de excelente engenho e doutrina, em cujas herdades muntas vezes se acha cada geira de vinha dar oito pipas¹⁹² de vinho.

8 E nas nossas ceretanas¹⁹³ vemos tanta fertilidade que parece monstro, por que nas vossas ãa parreira de um soo pee daa passante de dous mil cachos d’uvas, e nas minhas oitocentas cepas enxertadas dentro em dous annos enchem sete pipas¹⁹⁴, e as premeiras vinhas por cada geira dão cem amphoras¹⁹⁵.

9 Pois os prados e campos de pasto e matas de madeira, se por cada geira rendem cem nummos sextercios¹⁹⁶, havemos que o fazem bem com seus doonos. E as terras de pão, na maior parte da Italia mui poucas vezes as vemos responder a quatorze por hum.

10 Hora pois, por que dirão os homens mal das vinhas? As quaes, diz Grecino, se respondem mal, que não é por sua culpa delas, mas é por muntas deles.

6 comarca] *sup. l. P* região *in ras. P* || **8** pee] *sup. l. P* || **9** campos] *sup. l. P* terras *in ras. P*

¹⁹² *Culleos*, no original. Este termo designava um utensílio de transporte de líquidos, fabricado com a pele inteira de um boi, equivalente a 20 *amphorae* ou 40 *urnae*, de acordo com White, 140-141. Se admitirmos que cada ânfora equivale a 26 litros, o *culeos* conteria 520 litros. A tradução por “pipa” afigura-se uma solução aproximada, que o próprio tradutor discute na “Declaração” explicativa que se segue a este capítulo. De acordo com Lopes 2003, na região de Lisboa, no século XVI, uma pipa corresponderia a 25 almudes, isto é, 420 litros. No entanto, a capacidade tradicional da pipa de vinho era, no norte de Portugal, de 534 litros, sendo atualmente de 550 litros.

¹⁹³ Nome da sua propriedade agrícola, localizada conjeturalmente em Caere (Etrúria) e, por outros autores, na Bética. Veja-se Ash, p. xv. Recentemente, tem sido reconsiderada a última hipótese de localização, na região de origem de Columela, a Bética. Um estudo recente de engenharia agrícola sobre a proveniência romana dos olmos andaluzes, usados como suporte dos vinhedos nas zonas vitivinícolas da antiga Bética, defende a localização do *ager Cere-tanum* de Columela em Jerez de la Frontera, onde a família Columela, oriunda da Bética, tinha propriedades; nesse contexto se teria produzido a importação das espécies romanas de olmos: veja-se Gil Sánchez 2016.

¹⁹⁴ *Cullei*, no original. *Vide* nota 187.

¹⁹⁵ *Amphoras*, no original, antiga medida de líquidos equivalente a 26 litros, aproximadamente. Oliveira discute a dificuldade de tradução destes termos na “Declaração” que se segue a este capítulo.

¹⁹⁶ *Sestertios*, no original. Oliveira explica esta tradução literal, sem equivalências com o sistema de moedas quinhentista, que será constante nos passos seguintes, na citada “Declaração” a respeito da tradução deste capítulo, em que discute as equivalências das moedas romanas fornecidas por Budé, no seu tratado sobre moedas antigas, referindo também Hermolao Bárbaro e os jurisconsultos.

11 E a premeira he, que não escolhem bacelos de bos vidonhos para prantar, mas prantão quaesquer que achão, e depois de prantados não nos curão mais que quanto a natureza os ajuda, **12** e desta maneira, ou não prendem ou se prendem não crecem, nem dão fruto, por que lhes não fazem beneficio algum e se o dão é pouco, por que nem são escolhidos nem curados. **13** Nem são bem postos, por que seus donos não atentam por isso nem lhes parece que releva. Nem escolhem para isso terra conveniente, mas dizem que qualquer terra abasta, ainda que seja a pior de todas. **14** Nem tem compridos os estromentos necessarios para o adubio das vinhas, sendo isto cousa que quando não é bem provida, faz perder muntos jornaes e esgota a bolsa do senhor da fazenda.

15 No podar errão tambem muntos, que com cobiça não olhando mais que ao proveito presente, deixão munta vara nas vinhas, por que tragão munto fruto aquele anno, como se não ouvessem de durar mais que um anno, **16** e co isto lhe fazem gastar a força, de maneira que em pouco tempo envelhecem e cansão, e não podem dar tanto como dantes davão, e se lhes não acoodem, morrem de todo.

17 Cometendo os homens estas culpas, ou muntas delas, não nas querem confessar, mas antes se queixão dizendo que não rendem bem as vinhas, **18** as quaes eles ou por avareza ou por não saber ou por descuido deixão perder. E porem, quem souber e for diligente colheraa de cada geira não digo segundo o meu parecer trinta ou quorenta amphoras, **19** mas segundo Grecino que é mais moderado pelo menos vinte, e facilmente sobrepojaraa no crescimento de seu patrimonio todos aqueles que se abração co seu feno e ortalija.

20 Isto diz Grecino e não erra, por que como esperto tanteador desta fazenda acha que este genero de agricultura aproveita munto, e assi he, por que ainda que as vinhas gastem mais que as outras fazendas, rendem tanto que tiradas as despesas o ganho é mais que das outras.

11 ajuda] *sup. l. P* cria *in ras. P* || **12** que] *sup. l. P* nem *in ras. P* || **17** não nas] *sup. l. P* contra as vinhas, não nas *in ras. P* || dizendo] *sup. l. P* delas *in ras. P* || não rendem bem as vinhas] bem *sup. l. P* não rendem as vinhas bem bem *in ras. P*

21 O que gastão é isto: hão mester um vinheiro cada sete geiras de vinha, o qual custa sete ou oito mil sextercios e a terra outro tanto, e para se fazer vinha com seus achegos, que são paos e vimes ou juncos, cada geira gasta dous mil sextercios, que fazem por todos vintanove mil. **22** Acrecentão-se a estes outros tres mil e quatrocentos e oitenta sextercios, que montão as semisses¹⁹⁷ das usuras dos premeiros dous annos que as vinhas não rendem. **23** E assi desta maneira monta toda a soma da sorte principal e usuras juntamente trinta e dous mil e quatrocentos e oitenta nummos. Pois pondo esta soma por cabedal emprestado e fazendo o lavrador conta com suas vinhas como faz o creedor com seu devedor e sendo a usura das semisses perpetua, monta cada ano mil e setecentos e quorenta numos sextercios.

24 Pola qual conta excede todavia a renda de sete geiras segundo a opinião de Grecino, a usura dos tres mil e quatrocentos e oitenta numos, por que posto que as vinhas sejam do pior genero do mundo, se forem bem adubadas, cada geira daraa polo menos ãa pipa de vinho.

25 E vendendo-se quarenta urnas por trecentos numos, que é o mais baixo preço deste mantimento, fazem-se todavia de sete pipas dous mil e cem numos sextercios. E finalmente esta soma excede a usura das semisses.

26 E mais esta conta que fazemos, é segundo a estimação de Grecino. Porem eu digo que as vinhas que dão menos de tres pipas por geira, que merecem ser arrancadas, se é por sua culpa delas, sendo bem cultivadas.

27 E mais não entra na conta sobredicta o que rendem os bachelos que se vendem, que é tanto que soo isso forra a despesa da terra, sendo da Italia, e não das provincias de fora.

28 Disto não duvidaraa quem vir o modo que nisso temos, eu e Julio Attico em criar bachelos de raiz para vender. Eu em cada geira de vinha cada ano ao cavar ponho antre as cepas vinte mil bachelos e ele põe menos quatromil. **29** Dos quaes ou pela terra não ser boa ou por culpa do cavador que os pos, dado que se percão seis mil, os dez mil que ficão rendem mais do que gastão. **30** Por que qualquer vinhateiro daa por eles de boa mente tres mil numos, que são mais a terça parte do que dixemos, que cada geira fazia de despesa.

22 outros] *sup. l. P tres in ras. P* || **23** juntamente] *sup. l. P trinta in ras. P* || **26** merecem] *sup. l. P devem in ras. P* || **27** sobredicta] *sup. l. P que in ras. P* || **29** rendem] *sup. l. P qualquer in ras. P*

¹⁹⁷ No original, *semisses (usurarum)*. Trata-se de uma forma de juros de seis por cento por ano. Oliveira explica o sentido e tradução deste termo na sua pertinente explicação no fim deste capítulo.

31 Quanto mais, que eu tenho tão bo cuidado e diligencia em os criar e fazer bos, que os vinhateiros por sua vontade me dão seiscentos numos sextercios por cada milheiro. **32** Mas pode ser que não faraa toda pessoa a diligencia que eu nisso faço, nem me crerão a munta abundancia de vinho que dão aquelas poucas de vinhas que tenho, como vos, senhor Silvino, sabeis. **33** E por tanto pus o meão e corrente preço dos bacelos por me crerem e tomarem meu parecer aqueles que por ignorancia hão medo e fogem deste genero de agricultura. Por tanto assi pola renda dos bacelos, como pola esperança da vindima nos devemos provocar a fazer vinhas. As quaes despois que mostramos a rezão que ha para as fazer, agora ensinaremos como se devem fazer.

31 por sua vontade] *sup. l. P* de boa vontade *in ras. P* || **33** hão] *sup. l. P* fogem *in ras. P*

DECLARAÇÃO D'ALGUMAS PALAVRAS DESTE CAPITULO
TERCEIRO DO TERCEIRO LIVRO

1 Neste capitulo ficão certos vocabolos de moedas e medidas, os quaes deixei na forma da lingua latina, não por falta de vocabolos portugueses mas por que não respondem precisamente as nossas aas dos romanos. **2** Por tanto saibão os leitores que sestercio era ãa moeda romana a qual diz Guilhelme Budeu, que valia tanto como dez dinheiros de França, os quaes fazem quasi meo vintem de Portugal, por que cada hum dinheiro de França val quasi um real de Portugal.

3 Digo quasi, por que os reaes de Portugal são algum pouco maiores que os dinheiros de França, tanto que um real de prata não val mais que trinta e seis reaes e dous ceitis de Portugal, e dois dinheiros de França val mais de quorenta. **4** E por esta conta o sestercio que val dez dinheiros de França e um obolo, segundo Budeu, não acaba de fazer meo vintem de Portugal, porem a deferença é tam pouca, que sem munto erro podemos dizer que mil sestercios fazem dez mil reaes, pouco menos, **5** e cento fazem mil reaes pouco menos e assi em todos os numeros, contando a dez por hum. Donde vem que valendo a pipa do vinho em tempo de Columela, como ele diz que valia, trezentos sestercios, no mais baixo preço, não valia menos que agora, **6** por que trezentos sestercios naquele tempo valião tanto como agora tres mil reaes e tres mil reaes agora é o preço da pipa do vinho nesta terra e não o mais baixo, quando ha novidade.

7 E sete ou oito mil sestercios valião tanto como agora setenta ou oitenta mil reaes, que então era o preço d'hum escravo bo vinhateiro e da terra de sete geiras. E deste modo podem vir em conhecimento do que valião os sestercios romanos em respeito das nossas moedas. **8** Tambem chamavão os rusticos sestercio um estromento de cavar, ao qual per outro nome tambem chamavão bipalio, porem esse não era moeda, nem se trata dele neste capitulo.

Tit. Capitolo quarto, que cousas deve aventar, quem ordena fazer vinhas *in ras*. *P* ||
4 tam] *sup. l. P* pouca *in ras. P*

9 Outro nome de moedas se põe aqui misturado com sestercio, o qual é numo, mas este é nome *commum* de todas as moedas e não significa alguma delas em particular, e quando aqui se ajunta com sestercio, **10** é como adjectivo com sustantivo, como dizemos, moeda de dez ou dezena, moeda de vinte ou moeda vintena, assi dizião os latinos numo sestercio, e assi opõe aqui Columela não significando outro preço mais que o preço do sestercio com que se ajunta.

11 Usura aqui significa o foro que se pagava pelas terras em que fazião as vinhas e *semmissis* é também como adjectivo que declara a quantidade de usura, por que havia muitas maneiras de usura, **12** ã de meas, outra de terço, outra de quarto, e doutras maneiras como agora ha, de quinto e de seisto e outras, e esta *semmissis* dizem os legistas que era a de meas, **13** mas Hermolao Barbaro diz que era de seis por cento, e para provar seu parecer alega co este passo de Columela, no qual a quantidade da usura responde a seis por cento do preço da sorte principal¹⁹⁸.

14 O qual parecer de Hermolao approva também Guilherme Budeu, e assi o recebem alguns legistas. Finalmente, usura *semmissis* aqui é um certo foro ou tributo publico que os agricultores pagavão polas terras que lavravão para os emperadores ou para a reepublica, o qual devia ser como agora as jugadas.

15 Este foro conta Grecino antre as despesas que fazião as vinhas, para nos fazer entender quanto fica forro tirando as despesas todas. As medidas de que faz aqui menção erão culeo, amphora e urna. A maior delas é culeo.

16 Esta diz que levava vinte amphoras e a amphora levava duas urnas. E para saberemos como estas medidas respondem aas nossas que agora usamos diz Budeu que dous culeos fazem um tonel.

17 Donde consta que o culeo responde aa pipa ou bota de meação, mas amphora nem urna não respondem aos nossos almudes nem alqueires por que o culeo, como dixee, levava vinte amphoras.

¹⁹⁸ Oliveira parece seguir muito de perto a exposição de E. Betsburg sobre a usura em Roma, na qual se reúnem as opiniões de Budé, Hermolao Bárbaro e também os indiferenciados *iuris-consulti* (Aegidius, fol. iii v.º).

18 E a pipa ou bota leva vintacinco almudes, donde parece que a amphora era maior que o nosso almude, a quarta parte do almude e a urna outro tanto maior que o alqueire. **19** Per esta maneira fica declarado o dificultoso deste capitulo, se por ventura alguém o achar dificultoso, por lhe não trasladaremos em portugues os nomes das moedas e medidas sobredictas.

19 maneira] *sup. l. P* conta *in ras. P* || declarado] *sup. l. P* claro *in ras. P*

CAPITULO QUARTO
QUE COUSAS DEVE ATTENTAR QUEM ORDENA FAZER VINHAS

1 Quem tem vontade de fazer vinhas a cousa de que se mais ha de guardar é entregar o carregio disso a outrem, senão a si mesmo.

2 Nem deve comprar bacelo de raiz nem outro algum de parte donde lhe não cognece as castas, nem sabe a terra donde foi colhido, mas das vinhas perto donde quiser fazer a sua escolha as castas que naquelas partes forem havidas por milhores e de mais proveito. **3** Por que os baceles trazidos de longe e de terras deferentes sem qualidades da nossa, não se darão bem nela, em especial os que de laa vem jaa com raiz, a que chamão viva raiz.

4 Os quaes tem mais este invonveniente, que não sabemos quem os pos, se os escolheo de boa pranta ou se os pos a eito, assi como os achou, e por tanto é melhor e mais seguro escolhe-los per nossa mão de cepas conhecidas e deposita-los na nossa terra, **5** para daí fazer a vinha com viva raiz, ou fazer logo a vinha, por que não é munto esperar dous annos, em que vem com seu fruto e releva como dixe, faze-la de boa casta. **6** Apos isto escolha tambem boa terra conveniente para vinhas, a qual faça cavar com diligencia, e com semelhante cuidado faça por o bacelo e despois de posto cura-lo, **7** por que aqui estaa a chave das despesas que se fazem nas vinhas e daqui pende o proveito que se espera delas, nas quaes eu tenho por mais seguro o emprego que nos tratos ociosos. E por tanto quero tratar particularmente cada cousa destas que propus.

CAPITULO QUINTO

EM QUE TERRA E COMO SE HA DE FAZER A BACELADA DAS VIVAS RAIZES

1 A bacelada ou seminario de bacelos, onde se hão de criar as vivas raizes, não quer terra seca, nem munto humeda, porem todavia çumarenta, nem munto grossa mas meã. **2** Sem embargo, que quasi todos os autores dizem que para isto são boas as terras viçosas, mas a mim me parece, que não é proveito para o vinhateiro, que dali ha de fazer a sua vinha, **3** por que posto que as prantas prendão e saião mais asinha na terra viçosa, todavia, quando as mudão, sintem mais a mudança e murchão mais asinha, por quanto são mimosas e tenras.

4 E de bo prantador é traspor antes de maa terra para boa, que de boa para maa quaesquer prantas. Pela qual rezão o mais certo é escolher para este seminario terra meã antre boa e maa, **5** por que se ouverem de mudar os bacelos de viva raiz para terra fraca, não sentirão tanto o que falta do que tinhão e se os mudarem para melhor terra medrarão mais asinha. **6** E mais, outra rezão é que na terra fraca a maior parte dos bacelos da semente perece, e os que ficão, tarde se fazem idoneos para traspor. Por tanto a terra meã, é mais auta para o seminario dos bacelos, **7** a qual premeiramente ha de ser aberta com *bipalio*¹⁹⁹, que abre a terra altura conveniente para as covas da pranta, que são dous pees e meio, deixando antr'elas espaços de tres pees, pelos quaes se possão curar e concertar os dictos bacelos.

8 Em cada ordem se porão seiscentos bacelos, as quaes ordens hão de ter dozentos e quorenta pees de comprido, que é a compridão de ùa geira, e per esta conta levaraa cada geira vintaquatromil bacelos.

2 que não he] que *sup. l. P* e isto *in ras. P* || o vinhateiro] *sup. l. P* o lavrador *in ras. P* || **4** seminario] *sup. l. P* mester *in ras. P* || **5** o que falta] o *sup. l. P* || do que tinhão] *sup. l. P* donde os tirarão *in ras. P* || **6** meã] e de çumo temperado *in ras. P* e enxuta *sup. l. in ras. P*

¹⁹⁹ *Bipalio*, no original: pá de escavação, que permitia cavar duas vezes mais fundo do que a pá ordinária (*pala*).

9 Por que em largo tem a geira cento e vinte pees, os quaes partidos per tres que ha d'aver antre ordem e ordem, ficão sendo quorenta ordens na largura da geira, e quarenta vezes seiscentos bacelos, que hão de ser postos em cada ordem, fazem vintaquatromil em cada geira, como fica dicto. **10** Esta é a pranta que se pode por em cada geira de terra para bacelos de viva raiz. Porem o principal cuidado que se nisto deve ter he, como jaa referi muntas vezes, a escolha das boas castas de vidonhos, por que este é o fundamento de toda esta cousa.

CAPITULO SEIS
QUAL DEVE SER O BACELO E DE QUAL PARTE DA VIDEIRA

1 A escolha dos bacelos se ha de fazer em respeito de duas cousas, por que não abasta ser de boa casta, mas tambem é necessario atentar de que parte da videira são colhidos.

2 E nisto se requiere sutil conhecimento, por que em ùa mesma videira ha hũas partes mais frutiferas e outras esteriles e outras que prendem melhor que outras.

3 A casta da videira que escolhemos não na havemos de julgar por que toda junta tem munta uva, por quanto isso pode vir da grandeza e fortaleza da cepa e polas muntas varas²⁰⁰ que tem.

4 Nem tambem lhe chamemos fertil por que em todos os ramos tem cada um seu cacho. Mas diremos que é frutifera, aquela que em cada ramo traz muntos cachos, ou em cada ramo lança dous ou tres ramos com fruto, ou da cepa ou madeira velha abrota com rama e fruto, **5** ou finalmente se despois do fruto ordinario ser perfeito lança escadeas de agração verde ou lança fruto dos netos²⁰¹, e a videira que isto fezer é boa para dela colher bacelo.

6 O bacelo para bo ha de ser nacido na vara do anno passado, e não em madeira velha, de mais anos que um, e chama-se bacelo, quasi macelo, por que ha de ter cabeça como maço²⁰².

7 Pode se colher em todo tempo que se as vinhas podem poder, dos quaes tempos se diraa em seu lugar e deve se colher, como fica dicto, de videira frutifera, e deve-se por em terra çumarenta mas não munto humeda.

8 É antiquissima consideração esta: que a videira de que se ha de colher o bacelo, vingue toda ou a maior parte da frol que toma, e que crie bem o bago e que não seja munto temporãa, nem munto serodea em amadurecer.

3 tem] *sup. l. P* junta *in ras. P* || **4** ou em cada] ou sò em cada *B* || ou] *sup. l. P* se *in ras. P* || ou] *sup. l. P* se *in ras. P* || **5** ou lança fruto dos] *sup. l. P* aos quaes chamam *in ras. P*

²⁰⁰ *Palmitum*, no original, varas ou bastões, termo que, aplicado às vides, tem o sentido de “sarmentos”. Etimologicamente, explicava-se em termos metafóricos, à semelhança da palma da mão: Cfr. Isid. orig. 17.5.9.

²⁰¹ *Nepotes*, no original, literalmente “netos”; o termo designa os rebentos laterais ou secundários dos cachos.

²⁰² Oliveira adapta a explicação proporcionada por Columela do termo latino *maleolus* pela sua semelhança com um maço, ou *maleus* (*malei speciem*), traduzido por “bacelo”.

9 Por que a temporãa comem-na os passaros, e a serodea alcançam-na as chui-vas, com que apodrece e faz ruim vinho. O bo genero de vinha não se conhece em um soo anno, por que bem pode a ruim casta dar munto fruto ãa vez na vida, como dizem, ou por o anno ser fertil, ou por alguma outra causa.

10 Mas conhece-se por espaço de muntos annos, se persevera em sua fertilidade. E posto que diga muntos annos, abastão quatro continoos, por que neste espaço de tempo, se manifesta a generosidade das prantas, no qual o sol torna aas mesmas partes do zodiaco, **11** pelos mesmos numeros, por onde começou o seu principio, fazendo o circulo de seu curso per mil e quatrocentos e sesenta e um dias inteiros. O qual circulo chamão os astrologos²⁰³, *apocatastasin*²⁰⁴, que quer dizer, inteira revolução, scilicet, do curso do Sol.

²⁰³ No original, *studiosi rerum caelestium*.

²⁰⁴ *Apocastasis*, termo grego que literalmente significa “restauração de uma condição prévia”.

CAPITOLO SETE

EM QUE SE TRATA SE HA ALGUNS GENEROS DE VIDES NATURALMENTE MAIS FRUTIFEROS
QUE OUTROS

1 Por certo tenho, senhor Silvino, que ha munto que me quereis perguntar se ha genero algum de vide, que naturalmente tenha fertilidade que acima dixee, ou se falo de todas em geeral, e tambem das que vulgarmente são havidas por esteriles.

2 Por que muntas pessoas louvãõ a Biturica, outros a Espionia e alguns a Basílica, e tambem a Arcelaca. E eu não deixo de dar meu testemunho tambem por estas castas, que sem duvida são de munto vinho, mas o que propus é ensinar a prantar vinhas, que dem não menos vinho que aquelas e mais que seja bo, como o Amineo, ou pouco menos.

3 Porem bem sei que tenho contra mim a opinião de quasi todos os vinhateiros, os quaes de munto tempo a esta parte tem para si que esta casta é naturalmente de pouco fruto. **4** E por tanto me cumpre provar per muntos exemplos que a negligencia e pouca prudencia dos vinhateiros, quasi cega com ignorancia, carece da luz da verdade. Pelo que não é inconveniente preferir algumas cousas que podem emendar este erro pubrico.

Tit. se trata] *sup. l. P* declara *in ras. P* || **2** Biturica] *sup. l. P* espionia *in ras. P* || não menos] não *sup. l. P* tanto *in ras. P* || **4** pouca prudencia] *sup. l. P* ignorancia *in ras. P*

CAPITULO OITAVO
 NO QUAL DIZ QUE POSTO QUE A NATUREZA FEZESSE
 UNS VIDONHOS MAIS FRUTIFEROS QUE OUTROS, NEM POR ISSO FEZ
 OS OUTROS MANINHOS DE TODO

1 Se olharmos, senhor Silvino, a natureza das cousas com olhos de entendimento agudo, acharemos que assi como fez hũas nações de gentes e de alimareas mais fecundas que outras, assi fez tambem as arvores e prantas. **2** E mais, posto que a hũas desse o tal dote, nem por isso o negou de todo aas outras. Posto que quasi commumente as molheres do Egipto parem de dous em dous filhos, nem por isso deixão de parir na Italia de tres em tres as molheres albanas da familia curiacia. **3** E posto que Alemanha cria exercitos d'homens mui altos, nem por isso deixa d'aver nas outras nações homens de principal estatura.

4 Marco Tulio Cicerão é testemunha que Nevio Polião, cidadão romano, era mais longo um pee que o mais longo homem que se podesse achar²⁰⁵. **5** E nos pouco ha vimos na pompa dos jogos circenses um homem judeu mais alto que o mais a alto d'Alemanha.

6 Pois vindo aas alimarias, em Mevania, terra de Umbria²⁰⁶, os bois são commumente grandes, e na Liguria pequenos. Mas todavia alguns nacam em Mevania pequenos e na Liguria ao contrairo alguns grandes. **7** A India tem fama de criar mui grandes alimareas e espantosas, mas não me negarão ninguem que não nacam nesta terra algumas da mesma maneira, por que dentro dos nossos muros vemos nacer alifantes.

2 Cfr. PLIN. nat. 7.33; LIV. 1.24-26

4 romano] *sup. l. P* romano *in ras. P* || **6** em Mevania, terra de Umbria] *sup. l. P* || na terra de bevanha em umbria *in ras. P* Merania B || **7** não nacam nesta terra] *sup. l. P* nesta terra nacam *in ras. P*

²⁰⁵ Cfr. Plin. nat. 7.74. A noticia poderá ter constado na obra perdida de Cícero, *De Admirandis*, mencionada por Plin. nat. 31.12. Cfr. Ash, 275, nota a.

²⁰⁶ Atual Bevagna, na Úmbria, região célebre pelos seus enormes bois brancos.

8 Tornando aos frutos da terra, a de Misia e Lybia dizem que são mui abastadas de pão, mas nem por isso falta na Apulha, nem em Campanha²⁰⁷. **9** Também dizem que em Timolo, e em Coricio²⁰⁸, ha munto açafão, e em Judea e na Arabia cheiros de munta estima. Porem tambem a nossa cidade não carece deles, nem das prantas e materiaes de que os fazem.

10 Em muntas partes da cidade vemos casia²⁰⁹ nacida com folhas, e a pranta do encenso²¹⁰, e ortas cheas de myrrha e açafão com fro²¹¹. E isto nos faz entender que a terra da Italia é auta para criar todas as cousas que lhe de fora trouxerem, pondo os homens nisso diligencia.

11 E por tanto não duvidamos que assi tambem daraa os frutos que nela jaa são antigos e naturaes, em especial vinho, do qual tratamos. Por que não ha duvida, senão que o monte Massico e a terra surrentina e albana e cecuba²¹² dão o melhor vinho de todas as terras.

9 de munta] *sup. l. P* mui preciosos *in ras. P* || **11** o monte Massico] *sup. l. P* a terra massica *in ras. P*

²⁰⁷ No original, respetivamente, *Mysia* (Misia, região do noroeste da Ásia Menor, atual Turquia), *Lybia* (Líbia, região do Norte de África); *Apulos campanos que agros* (campos de Apúlia e Campânia, na península itálica).

²⁰⁸ *Tmolus*, promontório na Frígia. Cfr. Verg. georg. 1.56; Corycus, cidade e promontório na Cilícia. Cfr. Ash, 275, nota c.

²⁰⁹ *Casia*, no original: Trata-se da cássia ou sene, planta originária do Egito.

²¹⁰ *Tuream plantam*, no original.

²¹¹ *Myrrha et croco*, no original.

²¹² No original, “*Massici Surrentinique et Albani atque Caecubi agri*”.

CAPITULO NOVE
DE COMO SE FARÃO FRUTIFERAS AS VIDEIRAS AMINEAS

1 Pode ser que as Amineas serão havidas por de poucos frutos mas, ainda que assi seja, a industria do vinhateiro as pode ajudar. Por que se a natureza beninissima, mãi de todas as cousas, como pouco ha disse, dotou algumas gentes e terras de proprios dotes melhor que as outras, nem por isso...

Tit. frutiferas] *sup. l. P fertiles in ras. P || 1 poucos] sup. l. P menos in ras. P || a industria] a sup. l. P || melhor] sup. l. P mais in ras. P*



GLOSSÁRIO DE ALGUNS TERMOS TÉCNICOS E ANTIGOS¹

Abegão: administrador da quinta agrícola (corresponde ao termo *uillicus* no texto columeliano). O termo surge utilizado na *Lei de Almoçataria* de 1253. Na documentação medieval registam-se, para designar este ofício, as expressões “mancebo de lavoura” e “cachopo de lavoura”. Cfr. Marques 1968, 229.

Albarda: sela grosseira para bestas de carga, para cujo estofó se usava palha.

Almoeda: venda em leilão público.

Almude (castelhano): antiga medida de capacidade para líquidos, de origem arábica, que corresponde na tradução ao latim *modius* (termo que na Antiguidade parece ter equivalido a aproximadamente 8-9 litros). No “Aviso para notar neste segundo livro e nos outros onde for necessario”, Oliveira explica ao leitor a sua tradução, indicando que se trata de uma medida castelhana e não portuguesa. Com efeito, no sistema de Lisboa, estabelecido no tempo de D. Manuel I, o almude tinha a capacidade de aproximadamente 16,8 litros. Trata-se em todo o caso de uma tradução nada exata – o almude castelhano era equivalente a 4,6 litros. Esta tradução, inviável de acordo com os critérios de medição atuais, porventura terá sido mais aceitável nos sistemas de medida quinhentistas,

¹ Este breve glossário, sem pretensões de exaustividade, e numa lógica complementar às notas ao texto, oferece-se apenas como auxílio ao leitor na interpretação de alguns termos antigos e técnicos hoje potencialmente menos claros.

caracterizados pela inexatidão e pela notável oscilação regional. Cfr. Lopes 2003 e 2005.

Alqueire: medida de líquidos e secos, de origem árabe. Com D. Manuel I, o alqueire legal havia-se fixado de acordo com a medida de Lisboa (13,1 litros), mas sem evitar a oscilação regional que caracteriza o uso deste termo desde os tempos medievais. Cfr. Lopes 2003 e 2005; Marques 1968, 214-215.

Alqueive/(terra) alqueivada: terra não semeada mas lavrada para evitar ervas más, no quadro do sistema de afolhamento bienal ou trienal. Cfr. Marques 1968, 92-93.

Alquevar: pôr em descanso uma terra cultivada.

Alvadio (cacho): tipo de uvas mais alvas ou alvacentas.

Arrobe: vinho mosto, cozido e reduzido ao lume para temperar outro vinho ou para beber.

Árvore(s): tipo de cultura das vinhas utilizando árvores vivas, ou “suportes vivos das vinhas de enforcado (negrilhos, choupos, etc.)” (Mayer 1948, 273). Corresponde ao latim *arbores*.

Bagulho: grainha, semente contida na uva.

Baldios: grandes extensões de terras sem cultivar. Na altura da tradução predominavam em Trás-os-Montes, nas Beiras e no Alentejo (com poucas zonas cultivadas até às leis protecionistas do século XIX). Cfr. Marques 1968, 77-81.

Boqueirões: orifícios abertos pelo lavrador para permitir que as águas da chuva escoem “de maneira que lancem as águas fora das sementeiras” (Fernando Oliveira, *Da Agric.*, 2.8.8).

Bruma: período do solstício, situado por Oliveira no dia 10 ou 12 de dezembro.

Calcadouro: conjunto do cereal que se deita na eira para debulhar ou calcar.

Celamim: medida para secos castelhana de origem árabe. De acordo com a sua fonte, Antonio de Nebrija, Oliveira faz equivaler celamim

e módio (isto é, com a capacidade de 4,62 litros). *Vide* Nebrija, *Vocab.*, fol. xi; Nebrija, *Diction.*, fol. c vii.

Ceromil (ou selamin): medida de áridos, equivalente aproximadamente a meio litro. Segundo Oliveira, equivalia a “trintatosena parte da fanega” (“Aviso para notar neste segundo livro e nos outros onde for necessario”, 11). *Vide* a entrada “fanega”.

Chacorreiro: chocarreiro, que diz gracejos grosseiros ou truanices.

Ciranda: peneira grossa de palha para joeirar grãos.

Colmar: cobrir de colmo as “casas” ou construções rústicas.

Debulhar: tirar o grão das espigas de cereal.

Decotar (os ramos): podar.

Desmeunçar (a terra): desmieuçar ou esmieuçar, ação de dissolver a terra mediante o uso do arado ou outros instrumentos agrícolas.

Echacorvos: homem que percorria as povoações rurais para tirar o mau-olhado e abençoar os cultivos.

Empada: tipo de cultura das videiras, conduzidas mediante estruturas. O termo corresponde ao *iugum* latino (literalmente, *jugo*).

Fanega: fânega, medida para secos de origem hispano-árabe, equivalente aproximadamente a 55,5 litros.

Fascal: fascal, montes de cereais ou palha resultantes da sega: corresponde ao original *nubilar*.

Geira: jeira, medida de terra que traduz o latim *iugerum*, que correspondia à superfície de terra lavrada, durante um dia, por dois bois ou por cinquenta homens. Aproximadamente, equivale a três quintos de um acre.

Granja: construção rústica específica para guardar e tratar o cereal e os instrumentos agrícolas: no texto, corresponde ao vocábulo latino *horreum*.

Joeira: instrumento agrícola para retirar o joio do cereal.

Leira: equivale na tradução a “porca”. O seu sentido surge explicado na tradução: “leiras ou porcas chamão os lavradores da Italia as que em outras partes nomeão margens, as quaes são a terra alta que fica antre dous regos, porem ha de ser larga, um palmo ou mais, por que tenha assento pera o pão, seguro que não corra a terra e alto que lhe não faça dano a humidade sobeja nem o frio” (Fernando Oliveira, *Da Agric.*, 1.4.17).

Mangual: instrumento tradicional agrícola utilizado para a trilha de cereais, composto por duas varas unidas por duas cordas ou cadeias: a mais curta e grossa usa-se para golpear os molhos de cereais recentemente segados ou os legumes, e a mais comprida e delgada serve de asa. Corresponde ao termo latino *baculus* (“vara ou maça”).

Mela: bactéria (*clavipes maximensis*) que ataca a semente e impede o crescimento das plantas. A expressão “faz melas” de Oliveira corresponde ao latim *manante noxio umore*.

Moio: medida de cereais, muito frequente na documentação portuguesa medieval, que regista uma marcada oscilação cronológica e geográfica do seu valor. Oliveira explica que não pode servir para traduzir o termo latino *modius*, pois esta era uma medida de capacidade equivalente a 8-9 litros.

Nedeo: nédio; etimologicamente, o termo significa “limpo” e “brilhante” (corresponde ao latim *nitidus*); na tradução, usa-se para qualificar um determinado tipo de uvas, denominadas “apianas”.

Pargana: pragana, aresta ou barba da espiga de um cereal.

Paveas: paveias, pilhas de cereal; o termo corresponde ao original latino *paueas*.

Pentem: pente, instrumento agrícola usado para limpar ou aplanar terras cultivadas: corresponde a *pectinibus*, no original. Oliveira transpõe aqui o termo original, em vez de usar vocábulos portugueses mais específicos (ancinho, engaço, rastelo).

Pepino de cobra: Com a expressão “çumo do pepino de cobra”, Oliveira traduz o original *cucumeris anguinei umorem*. Trata-se de uma variedade selvagem de pepino.

Pirtego: pirtigo, instrumento agrícola consistente numa vara comprida utilizada para limpar o cereal.

Pisão: instrumento de pedra para pisar o cereal.

Porca: espaço entre os regos de uma terra cultivada. Corresponde ao original *porcas*. Varrão (rus. 1.29.3) explica o termo etimologicamente: porque nessas zonas entre os regos é onde o chão produz (*porricit*) o grão. Na tradução encontra-se uma definição (*vide supra s.u* leira).

Quartilho: antiga medida de líquidos, equivalente a cerca de meio litro. Com este termo, Oliveira traduziu aproximadamente o *cyathus* do original latino, termo de origem grega usado para a medição de líquidos ou secos.

Ramada: construção perto da eira que serve de abrigo para guardar os feixes de cereal.

Rastra: rastro, espécie de ancinho, instrumento agrícola em forma de pente usado para trilhar e debulhar os cereais na eira.

Recumbro: substância lamacenta que emana da terra e impede o nascimento das plantas. O termo “recumbro salgado” traduz o original *uliginem salsam et amaram* (lama salgada e amarga).

Tafularia: ações próprias de taful (jogador, janota).

Talhar (a terra): arar.

Testo: camada de barro. Corresponde ao termo latino *testum*.

Tremesinha: sementeira adicional, usada apenas quando a necessidade obrigava: “Desta se usa em lugares frios e nevados, onde o estio é humedo e sem vapores quentes, que fazem mangra e ferrugem. Nos outros lugares poucas vezes responde bem. Esta sementeira tremesinha se deve fazer antes do equinocio do verão, que agora é a dez

de março, e se o lugar e tempo o consentir, quanto mais cedo tanto melhor. Por que não ha i semente alguma que de seu natural venha em tres meses, mas antes essa que chamamos tremes, se a semearemos no outono, viraa quando as outras e não viraa em tres meses, por que o tempo a não deixaraa vir, e mais estando na terra todo o tempo que as outras estão, responderaa mais que em tres meses” (Fernando Oliveira, *Da Agric.*, 2.9.11-15).

Trilho: cilindro de madeira com dentes de ferro com o qual se debulham os cereais na eira.

Tulha: compartimento da casa agrícola no qual se depositam os cereais debulhados.

Uveiras: árvores nas quais se prendiam as videiras. O termo corresponde ao vocábulo latino *arbustum*.

BIBLIOGRAFIA

MANUSCRITOS E EDIÇÕES ANTIGAS

- Agricola, Georgius. *De Mensuris et Ponderibus Romanorum atque Graecorum*. Basilea: apud Hier. Forbenium et Nic. Episcopium, 1550, BNP S.C. 916 V.; BNP S.C. 4485 A.
- Azpilcueta, Martín de. *Manual de Confessores e Penitentes*. Coimbra: Ioannes Barrerius et Ioannes Alvarez Excudebat, 1552.
- Azpilcueta, Martín de. *Manual de Confessores e Penitentes*. Coimbra: por Ioam de Barreyra, 1560.
- Beroaldo. *Oratio de Felicitate Habita in Enarratione Georgicon Virgillii et Columellae*. Bononiae: per Ioannem Antonium de Benedictis, 1507.
- Betsbrugius, Aegidius. *Aegidii Betsbrugii Opusculum de Usura Centesima, Triente Semisse, Aliisque id Genus Adversus Jurisconsultos Quosdam ab Hermolao Barbaro Dissidentibus*. Luteciae: Conradus Reschus, 1524.
- Budé, Guillaume. *De Asse et Partibus Eius Libri V*. [Paris:] Chalcographia Ascensiana, 1514, BNP N. 160 A.
- Budé, Guillaume. *De Asse et Partibus Eius Libri V*. [Paris:] 1516, BNP RES. 4188 V.
- Budé, Guillaume. *De Asse et Partibus Eius Libri V, De Asse et Partibus Eius post Duas Parisienses Impressiones ab eodem Ipso Budaco*

- Castigati*. Venetiis: in Aedibus Aldi et Andreae Asulani, 1522, BNP N. 34 P.
- Budé, Guillaume. *De Asse et Partibus Eius Libri V*. Paris: Chalcographia Ascensiana, 1524, BNP N. 160 A.
- Budé, Guillaume. *De Asse et Partibus Eius Libri V*. Coloniae: Opera et Impensa Ioannis Soteris, 1528, BNP N. 72 P.
- Budé, Guillaume. *De Asse et de Partibus Eius*. Parisiis: in Typographia Ascensiana, ad Kalendas Aprilis 1532, Bibliotheca Complutense BH FLL 26779.
- Budé, Guillaume. *De Asse et Partibus Eius Libri V*. [Paris:] in Aedibus Ascensiani, 1532, BNP N. 161 A.
- Budé, Guillaume. *De Asse et Partibus Eius Libri V*. Parisiis: Imprimebat Michael Vascosanus sibi Roberto Stephano ac Johanni Roigny Affinibus Suis, 1542, BNP N. 158 A.
- Budé, Guillaume. *De Asse et Partibus Eius Libri V*. Universidade de Coimbra – Biblioteca Geral, S.P.-E-7-20; Lugduni: apud Seb. Gryphium, 1542, BNP N. 32 P.
- Budé, Guillaume. *De Asse et Partibus Eius Libri V*. Lugduni: apud Seb. Gryphium, 1550, BNP N. 33 P; Basileae: apud Nic. Episcopium Juniorem, 1556, BNP N. 159 A.
- Cardoso, Jerónimo. *De Monetis tam Graecis quam Latinis. Item de Ponderibus et Mensuris ad Praesentem Usum Redactis, Anacephalaeosis*. Conimbricae: apud Ioannem Aluarum Typographum Regium, 1561 (ed. Telmo Corujo dos Reis, *Obra Literária*, t. II: *Poesia Latina*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2009, pp. 82-105).
- Catálogo das Obras de El-Rei D. Duarte*, BNP Ms. 3.390.
- Columela, Lucius Iunius, “Georgius Alexandrinus Petro Priolo M. Filio Veneto. S.”. In *Opera Agricolationum Columellae Varronis Catonisque nec non Palladii, cum Excriptionibus D. Philippi Beroaldi et Commentariis Quae in Aliis Impressionibus non Extant*. Bolonia, 1494, BNP INC. 82.

- Columela, Lucius Iunius. *Opera Agricolationum Columellae Varronis Catonisque nec non Palladii, cum Excriptionibus D. Philippi Berroaldi et Commentariis Quae in Aliis Impressionibus non Extant*. Bolonha, 1494. BNP INC. 82.
- Columela, Lucius Iunius. *L. Iunii Moderati Columellae De Re Rustica Libri XII. Eiusdem de Arboribus liber, Separatus ab Aliis*. Parisiis: ex Officina Roberti Stephani Typographi Regii, xi cal. Septembris 1543, BNP S.A. 6507//1 P.
- Columela, Lucius Iunius. *L. Iunii Moderati Columnellae De Re Rustica Libri XII. Eiusdem de Arboribus Liber Separatus ab Aliis*. Lugduni: apud Seb. Gryphium, 1548, BNP S.A. 6509 P.
- Coterau, Claude; Beauvois, J. Thierry. *Les Douze Livres Traduits de Latin en Français par Feu Maitre Claude Cotereau Chanoine de Paris, la Traduction Duquel Ha Esté Soingneusement Revuee & en la Pluspart Corrigée & Illustrée de Doctes Annotations par Maistre Jean Thierry de Beauvoisis, Paris, Jacques Kerver (Herner) Libraire Juré, Demourant Rue Saint Iaques aus deus Cochets, avec Privilege du Roy*, 1555, BNP S.A. 2119 A.
- Dialogo da Perfeyçam & Partes Que Sam Necessarias ao Bom Medico [...]*, traduzida do latim por Afonso de Miranda e mandada imprimir por Jerónimo de Miranda. Lisboa: per Joam Alvarez, 1562, BNP Res. 281v.
- Estienne, Robert. *De Liquidorum Leguminumque Mensuris*. Parisiis: ex Oficina Roberti Stephani, 1532, BNP R. 17915//2 P.
- García Matamoros, Alfonso. *Apologia De Adserenda Hispaniorum Eruditione*. Edición, estudio, traducción y notas de José López de Toro. *Revista de Filología Española*, anejo xxviii, 1943.
- Garonus, Franciscus. *Quinque Linguarum Utilissimus Uocabulista Latine. Tusche. Galliche. Hyspane. & Alemanice. Ualde Necessarius per Mundum Uersari Cupientibus. Nouiter per Franciscum Garonus Maxima Diligentia in Lucem Elaboratus*. Veneza, 1526.

- Henriques, Jorge. *Retrato do Perfeito Médico*. Salamanca: en Casa de Juan y Andrés Renaut, 1595.
- Junius, Hadrianus. *Nomenclator Omnium Rerum Propria Nomina Uariis Linguis Explicata Indicans*. Amberes: ex Officina Christophori Plantini, 1567.
- Lauro, Pietro. *De l'Agricoltura Libri XII. Trattato de gli Alberi Tradotto nuouamente di Latino in Lingua Italiana per Pietro Lauro*. Venetia: Appresso Nicolo Beuilacqua, 1564.
- Meigret, Louis. *Le Tiers et Quatriesme Livres de Lucius Moderatus Columella, Touchant le Labour, Traduictz de Langue Latine en Francoyse par Loys Megret*. Paris: Denis Ianot, 1542.
- Mersennus, Marinus. *Cogitata Physico-Mathematica: in Quibus tam Naturae quam Artis Effectus Admirandi Certissimis Demonstrationibus Explicantur. De Mensuris, Ponderibus et Nummis Hebraicis, Graecis et Romanis, ad Gallica Redactis. De Hydraulico-Pneumaticis Phaenomenis. De Arte Nautica, seu Histiodromia, et Hydrotatica* (155-), BNP S.A 1152 A.
- Merula, Georgius, *Enarrationes Vocum Priscarum in Libris De Re Rustica per Georgium Alexandrinum*. Lugduni: apud Seb. Gryphium, 1549.
- Monceau, Duhamel. *Elemens de l'Architecture Navale, ou Traité Pratique de la Construction des Vaisseaux*. Paris: Ch.-A. Jombert, 1752, in-4.º.
- Monceau, Duhamel. *Elemens de l'Architecture Navale, ou Traité Pratique de la Construction des Vaisseaux. Seconde Edition Revue, Corrigée & Augmentée par l'Auteur*. Paris: Chez Charles-Antoine Jombert, Imprimeur-Libraire du Roi pour l'Artillerie & le Génie, à l'Image Notre-Dame. 1758, in-4.º.
- Munster, Sebastião. *Geographia Universalis Uetus et Nona Complectens Caludii Ptolomaei Alexandrini Enarrationis Libros VIII*. Basileia: H. Petrus, 1540.

- Nebrija, Antonio de. *Vocabulario de Romance en Latin*. Salamanca, 1495.
- Nebrija, Antonio de. *Repetitio Sexta de Mensuris*. Salamanca: Juan de Porras, 1510.
- Nebrija, Antonio de. *Repetitio Septima de Ponderibus*. Salamanca: Juan de Porras, 1511. In <http://interclassica.um.es>.
- Nebrija, Antonio de. “Tabula“. In Dioscórides. *Pedacii Dioscoridis Anazarbei de Medicinali Materia Libri Quinque, De Uirulentis Animalibus et Uenenis Cane Rabioso et Eorum Notis ac Remediis Libri Quattuor. Ioanne Ruellio Suessionensi Interprete*. Compluti Carpetaniae [Alcalá de Henares]: ex Officina Arnaldi Guillelmi, 1518, BNP Res. 1849 P., fols. a-d iii v.º.
- Nebrija, Antonio de. *Introductiones in Linguam Latinam*. Alcalá de Henares, 1519, BNP Res. 3938.
- Nebrija, Antonio de. *Dictionarium Aelii Ant. Nebri. Cum Aliis Eius Auctoris Commentariis [...]*. Apud inclytam Granatam, 1536.
- Nebrija, Antonio de. “Praefatio ad magnificentissum ac perinde illustrem uirum dominum D. Ioannem Stunicam magistrum militiae Dalcantar Ordinis Cisterciensis aelii Antonii Nebrissensis Grammatici”. In Antonius de Nebrissa. *Hispanum Hispaniensemque Dictionarium Ael. Antonii Nebrissensis cum ex Aliis Eiusdem Autoris Commentariis [...]*. Granada: Imperiali cum Privilegio, 1550, BL CUP. 410. aa. 31.
- Osório, Jerónimo. *Dictionarium Latino Lusitanicum et vice versa Lusitanico Latinum [...]*. Lisboa: Antonius Alvares Typographus, 1601, BNP Res. 5599 P.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Acinheiro 1926: Acinheiro, Cristovam Rodrigues. *Coronyqua dos Reis de Portugal*, vol. v. Lisboa: Academia Real das Sciencias de Lisboa, 1926.
- Aguilar Piñal 1987: Aguilar Piñal, Francisco. *Un Escritor Ilustrado: Cándido María Trigueros*. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1987.
- Albuquerque 1968: Albuquerque, Martim de. *O Poder Político no Renascimento Português*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Política Ultramarina, 1968 (Separata de *Estudos Políticos e Sociais*, vols. 4 e 5).
- Albuquerque 1972a: Albuquerque, Martim de. *Acerca de Fr. José Teixeira e da Teoria da Origem Popular do Poder*. Paris: Fundação Calouste Gulbenkian, 1972 (Separata de *Arquivos do Centro Cultural Português*, vol. 5).
- Albuquerque 1972b: Albuquerque, Martim de. *D. Jerónimo Osório Criticou Maquiavel sem o Ler?*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Política Ultramarina, 1972 (Separata de *Estudos Políticos e Sociais*, vol. 7).
- Albuquerque 1974a: Albuquerque, Martim de. *A Consciência Nacional Portuguesa: Ensaio de História das Ideias Políticas*. Lisboa: s.l., 1974.
- Albuquerque 1974b: Albuquerque, Martim de. *A Sombra de Maquiavel e a Ética Tradicional Portuguesa*. Lisboa: Instituto Histórico, 1974.
- Albuquerque 1978: Albuquerque, Martim de. *Jean Bodin na Península Ibérica: Ensaio de História das Ideias Políticas e de Direito Público*. Paris: Fundação Calouste Gulbenkian – Centro Cultural Português, 1978.
- Albuquerque/Metzeltin 1970: Albuquerque, Luís de; Metzeltin, M. “Contribuição para o estudo dos tecnicismos portugueses no século XVI”. *Zeitschrift für Romanische Philologie*, 86, 1970, pp. 108-127.

- Almeida 1994: Almeida, A. A. Marques de. *A Aritmética como Descrição do Real (1519-1679). Contributos para a Formação da Mentalidade Moderna em Portugal*, 2 vols. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1994.
- Almeida 1995: Almeida, A. A. Marques de. *A Formação do Discurso Científico no Portugal das Descobertas (de Fins do Século XV a Meados de Quinhentos)*. Habilitação ao Título de Professor Agregado. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1995.
- Almeida 2008: Almeida, A. A. Marques de. “Italianos em Portugal no século xv. Mercadores e letrados. Homens e ideias”. In C. Radulet (ed.). *Italia Portogallo. Viaggio nella Storia e nella Cultura*. Viterbo: Sette Città, 2008, pp. 33-47.
- Almeida 1965: Almeida, Justino Mendes de. “Introdução”. In Jerónimo Cardoso. *Oração de Sapiência Proferida em Louvor de Todas as Disciplinas*. Reprodução fac-similada da ed. de 1550. Trad. Miguel Pinto de Meneses. Introd. Justino Mendes de Almeida. Lisboa: Instituto de Alta Cultura – Centro de Estudos de Psicologia e de História da Filosofia da Faculdade de Letras de Lisboa, 1965.
- Almeida 1987: Almeida, Justino Mendes. “Projecção em Portugal dos *De Asse et Partibus Eius Libri Quinque* de Guillaume Budé”. *Arquivos do Centro Cultural Português*, vol. xxiii, 1987, pp. 351-358.
- Alonso de Herrera 1970: Alonso de Herrera, Gabriel. *Obra de Agricultura*. Ed. José Urbano Martínez Carreras. Madrid: Ediciones Atlas, 1970.
- Alves et al. 2000: Alves, J. S. Francisco et al. “Aproximação arqueológica às fontes escritas da arquitectura naval portuguesa”. In Inácio Guerreiro e Francisco Contento Domingues (orgs.). *Fernando Oliveira e o Seu Tempo. Humanismo e Arte de Navegar no Renascimento Europeu (1450-1650)*. Actas da IX Reunião Internacional de História da Náutica e da Hidrografia. Cascais: Patrimonia, 2000, pp. 227-256.

- Amzalak 1953: Amzalak, Moses Bensabat. *Columela e a Economia Agrícola*. Lisboa: Editorial Império, 1953.
- Andrada 1976: Andrada, Francisco de. *Crónica de D. João III*. Ed. M. Lopes de Almeida. Coimbra: Lello, 1976.
- Andrade 2013: Andrade, António Manuel Lopes. “Fernando Oliveira e Louis Meigret: humanistas, gramáticos e tradutores de Columela”. In Maria Cristina Pimentel e Paulo Alberto (eds.). *Vir Bonus Peritissimus Aequae. Estudos de Homenagem a Arnaldo Espírito Santo*. Lisboa: Centro de Estudos Clássicos da Universidade de Lisboa, 2013, pp. 611-618.
- Andrade/Morais 2009: Andrade, António Manuel Lopes; Morais, Carlos. “O tratado *De Re Rustica* de Columela na versão portuguesa de Fernando Oliveira”. In Carlos Morais (ed.). *Fernando Oliveira: Um Humanista Genial – V Centenário do Seu Nascimento*. Aveiro: Universidade de Aveiro – Centro de Línguas e Culturas, 2009, pp. 315-328.
- Andrews 1984: Andrews, Kenneth R. *Trade, Plunder and Settlement*. Cambridge: Cambridge University Press, 1984.
- Ash 1960: Ash, Harrison Boyd (ed. e trad.). *L. I. M. Columella on Agriculture*, vol. I. Cambridge: Harvard University Press, 1960.
- Aubin 1984: Aubin, Jean. “Le Portugal dans l’Europe des années 1500”. In *L’Humanisme Portugais et l’Europe. Actes du XXI Colloque International d’Études Humanistes*. Paris: Fondation Calouste Gulbenkian, 1984, pp. 219-227.
- Barbosa 2011: Barbosa, Aires. *Comentário de Aires Barbosa ao Segundo Livro da Historia Apostolica de Arátor*. Ed. José Henrique Rodrigues Manso. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2011.
- Barbosa 1992: Barbosa, Pedro Gomes. “O domínio e o senhorio no couto de Alcobaça”. In *Estudos em Homenagem a Jorge Borges de Macedo*. Lisboa: INIC, 1992, pp. 99-115.
- Barker 1992: Barker, Richard. *Fernando Oliveira. The English Episode: 1545-47*. Lisboa: Academia de Marinha, 1992.

- Barreto 1989: Barreto, Luís Filipe. *Portugal, Mensageiro do Mundo Renascentista. Problemas da Cultura dos Descobrimentos Portugueses*. Lisboa: Quetzal, 1989.
- Barros 1919: Barros, Dr. João de. *Geographia de Entre Douro e Minho*. Porto: Biblioteca Municipal, 1919.
- Barros 1944: Barros, Henrique de. *O Problema do Trigo*. Lisboa: Cosmos, 1944.
- Barros 1959: Barros, João de. *Diálogo em Louvor da Nossa Linguagem*. Ed. L. Stegagno Picchio. Modena: Società Tipografica Modenese, 1959.
- Baudon 1892: Baudon, M. Ch. "Introduction". In M. Alfred Morel-Fatio. *Catalogue des Manuscrits Espagnols et des Manuscrits Portugais*. Paris: Imprimerie Nationale, 1892, pp. III-XXVII.
- Bayle 2015: Bayle, Pierre. *Dictionnaire Historique et Critique*. Paris: Les Belles Lettres, 2015.
- Beard 1998: Beard, Mary. "Imaginary horti: or up the garden path". In Maddalena Cima e Eugenio La Rocca (orgs.). *Horti Romani. Atti del Convegno Internazionale. Bullettino della Commissione Archeologica Comunale di Roma*. Supplementi 6. Roma: "L'erma" di Bretschneider, 1998, pp. 23-32.
- Bernardes 1946: Bernardes, Diogo. *Obras Completas*. Prefácio e notas de Marques Braga. Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1946.
- Boléo 1974: Boléo, Manuel de Paiva. *O Problema das Terminologias Científicas e Técnicas (a propósito do Congresso do "Fonds International pour les Terminologies Romanes", Florença 2 e 4 de Março de 1972*. Coimbra: Instituto de Estudos Românicos, 1974 (Separata da *Revista Portuguesa de Filologia*, 16, ts. I e II, 1972-1974).
- Boueuf 1998: Boueuf, Estelle. *Une Bibliothèque d'Érudit au XVII^e Siècle: Les Livres de Gabriel Naudé Conservés a la Mazarine*. Villeurbanne: École Supérieure des Sciences de l'Information et des Bibliothèques, 1998.

- Bourdon 1951: Bourdon, Leon. "Épisodes inconnus de la vie de Fernando Oliveira". *Revista Portuguesa de História*, V, 1951, pp. 444-453.
- Bracciolini 1964: Bracciolini, Poggio. *Opera Omnia*. Ed. Riccardo Fubini. Torino: Bottega d'Erasmus, 1964.
- Branca 1968: Branca, Vittore. "Il Poliziano nello Studio Fiorentino. Nuove notizie e nuovi dati". In *Humanisme Actif. Mélanges d'Art et de Littérature Offerts à Julien Cain*. Paris: Hermann, 1968, pp. 181-186.
- Brito 1819-1821: Brito, Francisco José Maria de. "Columella, traduzido por Fernam d'Oliveira". *Annaes das Sciencias, das Artes e das Letras*, ts. iv-xii, 1819-1821.
- Brito 1976: Brito, Francisco José Maria de. *Humanismo e Diplomacia: Correspondência Literária (1789-1804) de Francisco José Maria de Brito com Dom Frei Manuel do Cenáculo*. Prefácio e introd. de Nuno Daupias d'Alcochete. Paris: Fundação Calouste Gulbenkian – Centro Cultural Português, 1976.
- Brown 1976: Brown, Virginia. "Columella". In *Catalogus Translationum et Commentariorum: Mediaeval and Renaissance Latin Translations and Commentaries*. Washington: The Catholic University of America Press, 1976.
- Buescu 1996: Buescu, Ana Isabel. *Imagens do Príncipe. Discurso Normativo e Representação (1525-1549)*. Lisboa: Cosmos, 1996.
- Buescu 2009: Buescu, Ana Isabel. "Corte, poder e utopia: o Relox de Príncipes (1529) de Fr. Antonio de Guevara e a sua fortuna na Europa do século xvi". *Estudios Humanísticos. Historia*, n.º 8, 2009, pp. 69-101.
- Buescu 2016: Buescu, Ana Isabel. *A Livraria Renascentista de D. Teodósio I, Duque de Bragança*. Lisboa: Biblioteca Nacional de Portugal, 2016.
- Buescu 1975: Buescu, Maria Leonor Carvalhão. "Introdução". In Fernão de Oliveira. *Gramática da Linguagem Portuguesa*. Introd., leitura

- actualizada e notas de Maria Leonor Carvalhão Buescu. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1975.
- Buescu 1982: Buescu, Maria Leonor Carvalhão. *Duarte de Resende, Tratados da Amizade, Paradoxos e Sonho de Cipião*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1982.
- Buisseret 2004: Buisseret, D. “La influencia de la Grecia y la Roma antiguas”. In *La Revolución Cartográfica en Europa: 1400-1800. La Representación de los Nuevos Mundos en la Europa del Renacimiento*. Barcelona: Paidós Orígenes, 2004, pp. 29-47.
- Calafate 2001: Calafate, Pedro (dir.). *História do Pensamento Filosófico Português*, vol. II. Lisboa: Caminho, 2001.
- Caldas 1998: Caldas, Eugénio de Castro. *A Agricultura na História de Portugal*. Lisboa: Empresa de Publicações Nacionais, 1998.
- Cardeira 2005: Cardeira, Esperança. *Entre o Português Antigo e o Português Clássico*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2005.
- Cardoso 1990-1991: Cardoso, José Luís (coord.). *Memórias Económicas da Academia Real das Ciências de Lisboa para o Adiantamento da Agricultura, das Artes e da Indústria em Portugal e as Suas Conquistas (1789-1815)*. Prefácio M. Jacinto Nunes, 5 vols. Lisboa: Banco de Portugal, 1990-1991.
- Carrera de la Red 2000: Carrera de la Red, Abelina. “Presentación”. In Antonio de Nebrija. *Dictionarium Medicum*. Ed. Abelina Carrera de la Red. Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca, 2000.
- Carvalho 2015: Carvalho, Teresa N. *Os Desafios de Garcia de Horta. Colóquios dos Simples e Drogas da Índia*. Lisboa: Esfera do Caos Editora, 2015.
- Castilho 1916: Castilho, Artur. *Manual de Instrução Agrícola na Escola Primária*. Porto: Edição da Renascença Portuguesa, 1916.
- Castilho 1946: Castilho, Artur. *A Aveia*. Porto: Tipografia Mendonça, 1946 (Separata do *Manual Enciclopédico do Agricultor Português*).

- Castilho 1947: Castilho, Artur. *A Cevada*. Porto: Tipografia Mendonça, 1947 (Separata do *Manual Enciclopédico do Agricultor Portugêês*).
- Castro 1998: Castro, Maria Helena Lopes. “Introdução”. In D. Duarte. *Leal Conselheiro*. Ed. crítica, introd. e notas de Maria Helena Lopes Castro. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1998.
- Cerejeira 1947: Cerejeira, Manuel Gonçalves. *Clenardo e a Sociedade Portuguesa do Seu Tempo*. Coimbra: Coimbra Editora, 1947.
- Chastel 1991: Chastel, André. “O artista”. In Eugenio Garin (dir.). *O Homem Renascentista*. Lisboa: Presença, 1991, pp. 171-190.
- Coimbra Martins 1983: Coimbra Martins, António. “Sobre o Fundo Português da Biblioteca Nacional de Paris”. In *Actes du Colloque Les Rapports Culturels et Littéraires entre Portugal et la France*. Paris: Fondation Calouste Gulbenkian, 1983, pp. 215-218.
- Columela 1897-1940: *L. I. M. Columellae Libri I-II, VI-VII, X-XI, De Arboribus*. Ed. V. Lundström. Upsala-Göteborg, 1897-1940.
- Coseriu 2000: Coseriu, Eugenio. “Língua e funcionalidade em Fernando Oliveira”. In Fernando Oliveira. *Gramática da Linguagem Portuguesa*. Ed. crítica, semidiplomática e anastática por Amadeu Torres e Carlos Assunção. Estudo introdutório de Eugenio Coseriu. Lisboa: Academia das Ciências, 2000, pp. 29-60.
- Cosme 2012: Cosme, João Santos Ramalho. “Memória e população (sécs. XVI-XVIII)”. In *Nação e Memória*. Lisboa: Centro de História da Universidade de Lisboa, 2012, pp. 9-30.
- Costa 2006: Costa, Ricardo. “Las definiciones de las siete artes liberales y mecánicas en la obra de Ramón Llull”. *Revista Anales del Seminario de Historia de la Filosofía*, 23, 2006, pp. 131-164.
- Cotton 1937: Cotton, J. M. S. “Ex libris Politiani, II”. *The Modern Language Review*, 32, 3, 1937, pp. 394-399.
- Coupe 1971: Coupe, W. A. “The beginnigs of european nationalism”. In A. J. Krailsheimer (ed.). *The Continental Renaissance: 1500-1600*. London: Penguin Books, 1971, pp. 99-104.

- Cunha 1997: Cunha, António Geraldo. *Dicionário Etimológico Nova Fronteira da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.
- Delatour 2007: Delatour, Jérôme. “Estelle Boeuf. La bibliothèque parisienne de Gabriel Naudé en 1630: les lectures d’un ‘libertin érudit’”. *Bibliothèque de l’École des Chartes*, t. 165, 2007, livraison 1, pp. 214-218.
- Delle Donne 2015: Delle Donne, F. *Alfonso il Magnanimo e l’Invenzione dell’Umanesimo Monarchico. Ideologia e Strategie di Legittimazione alla Corte Aragonese di Napoli*. Roma: Istituto Storico Italiano per il Medio Evo, 2015.
- Deswarte 1988: Deswarte, Sylvie. “La Rome de D. Miguel da Silva (1515-1525)”. In *O Humanismo Português: 1500-1600*. Lisboa: Publicações do II Centenário da Academia das Ciências de Lisboa, 1988.
- Deswarte 1989: Deswarte, Sylvie. *Il “Perfetto Cortegiano” D. Miguel da Silva*. Roma: Bulzoni ed., 1989.
- Devèze 1961: Devèze, Michel. *La Vie de la Forêt Française au XVIIe Siècle*, 2 vols. Paris: SEVPEN, 1961.
- Dillon/Garland 2005: Dillon, Matthiew; Garland, Lynda. *Ancient Rome. From the Early Republic to the Assassination of Julius Caesar*. London/New York: Routledge, 2005.
- Dionísio 2000: Dionísio, João. *D. Duarte, Leitor de Cassiano*. Dissertação de Doutoramento. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2000.
- Domingues 1985: Domingues, Francisco Contente. *Experiência e Conhecimento na Construção Naval Portuguesa do Século XVI: Os Tratados de Fernando Oliveira*. Lisboa: IICT/CEHCA, 1985 (Série Separatas, n.º 172).
- Domingues 2003: Domingues, Francisco Contente. “A expedição de auxílio ao rei de Velez em 1552: o relato oficial versus o testemunho de um participante”. In Francisco Contente Domingues e Jorge

- Semedo de Matos (coords.). *A Guerra Naval no Norte de África (Séculos XV-XIX)*. Lisboa: Edições Culturais de Marinha, 2003, pp. 157-172.
- Domingues 2004: Domingues, Francisco Contente. *Os Navios do Mar Oceano. Teoria e Empiria na Arquitectura Naval Portuguesa (Séculos XVI e XVII)*. Lisboa: Centro de História da Universidade de Lisboa, 2004.
- Domingues 2007: Domingues, Francisco Contente. “As árvores de Plínio: a lição dos clássicos na óptica da arqueologia naval”. In *Os Clássicos no Tempo: Plínio o Velho, e o Humanismo Português. Actas do Colóquio Internacional*. Lisboa: Centro de Estudos Clássicos da Universidade de Lisboa/FCT, 2007, pp. 173-180.
- Domingues 2009: Domingues, Francisco Contente. “A enciclopédia do mar: o manuscrito da *Ars Nautica* e a sua história”. In Carlos Moraes (ed.). *Fernando Oliveira: Um Humanista Genial – V Centenário do Seu Nascimento*. Aveiro: Universidade de Aveiro – Centro de Línguas e Culturas, 2009, pp. 405-429.
- Domingues/Barker 1991: Domingues, Francisco Contente; Barker, R. A. “O autor e a sua obra”. In Fernando Oliveira. *Livro da Fábrica das Naus*. Lisboa: Academia da Marinha, 1991.
- Domínguez Malvadí 2010: Domínguez Malvadí, Arantxa. *Disponiendo Anaqueles para Libros: Nuevos Datos sobre la Biblioteca de Jerónimo Zurita*. Zaragoza: Institución Fernando El Católico, 2010.
- Duby 1977: Duby, Georges. *Économie Rurale et la Vie des Campagnes dans l'Occident Médiéval*. Paris: Flammarion, 1977.
- Duby 1979: Duby, Georges. *Saint Bernard et l'Art Cistercien*. Paris: Flammarion, 1979.
- Duby 1988: Duby, Georges. *Seigneurs et Paysans*. Paris: Flammarion, 1988.
- Dumas 2007: Dumas, Robert. *Tratado da Árvore. Ensaio de Uma Filosofia Ocidental*. Trad. Maria Jorge Vilar de Figueiredo. Lisboa: Assírio & Alvim, 2007.

- Earle 1980: Earle, Thomas F. *Tema e Imagem na Poesia de Sá de Miranda*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1980.
- Farinelli 1942: Farinelli, Arturo. *Viajes por España y Portugal desde la Edad Media hasta el Siglo XX: Divagaciones Bibliográficas*. Roma: Reale Accademia d'Italia, 1942.
- Feio 1991: Feio, Mariano. *Clima e Agricultura: Exigências Climáticas das Principais Culturas e Potencialidades Agrícolas do Nosso Clima*. Lisboa: Ministério de Agricultura, Pesca e Alimentação, 1991.
- Fera 2015: Fera, Vincenzo. “Studenti portoghesi alle lezioni del Poliziano nel 1489-90: L’Inc. 462 della BNP”. In Ana María S. Tarrío. *Leitores dos Clássicos: Portugal e Itália, Séculos XV e XVI. Uma Geografia do Primeiro Humanismo em Portugal*. Lisboa: Biblioteca Nacional de Portugal/Centro de Estudos Clássicos da Universidade de Lisboa, 2015, pp. 13-18.
- Fernandes 1995: Fernandes, Maria de Lurdes C. “Do manual de confesores ao guia de penitentes. Orientações e caminhos da confissão no Portugal pós-Trento”. *Via Spiritus*, 2, 1995, pp. 47-65.
- Fernandes 2006a: Fernandes, Raul Miguel Rosado. “Um político ao serviço do império, Damião de Góis”. In *Em busca das Raízes do Ocidente*, vol. I. Lisboa: Almedina, 2006, pp. 259-294.
- Fernandes 2006b: Fernandes, Raul Miguel Rosado. “Ulisses em Lisboa”. In *Em busca das Raízes do Ocidente*, vol. I. Lisboa: Almedina, 2006, pp. 421-443.
- Fernandes 2006c: Fernandes, Raul Miguel Rosado. “La rupture entre le Portugal et l’Europe”. In *Em busca das Raízes do Ocidente*, vol. I. Lisboa: Almedina, 2006, pp. 317-334.
- Fernandes 2006d: Fernandes, Raul Miguel Rosado. “Raízes do nacionalismo português em André de Resende”. In *Em busca das Raízes do Ocidente*, vol. I. Lisboa: Almedina, 2006, pp. 295-315.
- Fernandes 1926: Fernandes, Rui. *Descripçam do Terreno em roda da Cidade de Lamego Duas Legoas*. Lisboa: Academia Real das Ciências de Lisboa, 1926.

- Fernández Camacho 2016: Fernández Camacho, Pamina. “La ciudad bipolar. La construcción de la imagen de Cádiz en la historiografía del siglo XVI a través de las fuentes clásicas”. *Ágora. Estudos Clásicos em Debate*, 18, 2016, pp. 193-215.
- Foncin 1969: Foncin, Myriem. “Some manuscript maps recently acquired by the Département des Cartes et Plans of the Bibliothèque Nationale, Paris”. *Imago Mundi*, 15, 1960, pp. 40-45.
- Fonseca 1969: Fonseca, Quirino da. “Comentário preliminar”. In Fernando Oliveira. *Arte da Guerra do Mar*. Lisboa: Ministério da Marinha, 1969, pp. XI-XXXVII.
- Franco 2000: Franco, José Eduardo. *O Mito de Portugal: A Primeira História de Portugal e a Sua Função Política*. Lisboa: Roma Editora, 2000.
- Franco 2005: Franco, José Eduardo. “A filologia ao serviço da história: a ideia de Portugal e de Europa na obra historiográfica de Fernando Oliveira”. In Miguel Gonçalves *et al.* (eds.). *Gramática e Humanismo: Actas do Colóquio de Homenagem a Amadeu Torres*, vol. II. Braga: Universidade Católica Portuguesa, 2005, pp. 379-393.
- Franco 2009: Franco, José Eduardo. “Fernando Oliveira, ideógrafo da proto-nacionalidade portuguesa”. In Carlos Morais (ed.). *Fernando Oliveira. Um Humanista Genial – V Centenário do Seu Nascimento*. Aveiro: Universidade de Aveiro – Centro de Línguas e Culturas, 2009, pp. 547-580.
- García-Badell 1963: García-Badell, Gabriel. *Introducción a la Historia de la Agricultura Española*. Madrid: Graf. Andrés Martín, 1963.
- García Aranda 2000: García Aranda, M.^a Ángeles. “La clasificación conceptual en repertorios de los siglos XVI y XVII. Origen y evolución”. In I. Ahumada (coord.). *Cinco Siglos de Lexicografía Española. Actas del IV Seminario de Lexicografía Hispánica*. Jaén: Universidad de Jaén, 2000, pp. 74-75.
- García Aranda 2002: García Aranda, M.^a Ángeles. “La lexicografía española en el siglo XVI. Un repertorio temático latino-castellano”.

- In *Actas del III Congreso Internacional de la Sociedad Española de Historiografía Lingüística*. Hamburgo: Helmut Buske Verlag, 2002, pp. 851-860.
- García Armendáriz 1995: García Armendáriz, José Ignacio. *Agronomía y Tradición Clásica. Columela en España*. Sevilla: Servicio de Publicaciones de la Universidad de Sevilla, 1995.
- Garcia de Resende 1994: Resende, Garcia de. *Livro das Obras de Garcia de Resende*. Ed. de Evelina Verdelho. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1994.
- Gaspar 2009: Gaspar, João Gonçalves. “Fernão de Oliveira: humanista insubmisso e precursor”. In Carlos Morais (ed.). *Fernando Oliveira: Um Humanista Genial – V Centenário do Seu Nascimento*. Aveiro: Universidade de Aveiro – Centro de Línguas e Culturas, 2009, pp. 31-82.
- Godinho 1947: Godinho, Vitorino Magalhães. *História Económica e Social da Expansão Portuguesa*. Lisboa: Terra-Editora, 1947.
- Godinho 1959: Godinho, Vitorino Magalhães. “Le problème du pain dans l’économie portugaise. XV-XVI siècles. Blé d’Europe et Blé des Iles”. *Revista de Economia*, 12, set. 1959, fasc. III, n.º 47, pp. 87-113.
- Godinho 1963: Godinho, Vitorino Magalhães. “O milho maiz. Origem e difusão”. *Revista de Economia*, 15, fasc. I, mar. 1963, pp. 33-38.
- Góis 1945: Góis, Damião de. *Opúsculos Históricas*. Trad. Dias de Carvalho. Porto: Livraria Civilização, 1945.
- Góis 2002: Góis, Damião de. *Elogio da Cidade de Lisboa*. Trad. de Aires A. Nascimento. Lisboa: Guimarães Editora, 2002.
- Góis 2003: *Livro de Marco Túlio Cícero Chamado Catão Maior ou da Velhice, Dedicado a Tito Pomponio Ático*. Ed. João José Alves Dias. Lisboa: Biblioteca Nacional, 2003 [com fac-símile da ed. de Veneza: Estevão de Sabbio, 1538].

- Gombrich 1985: Gombrich, Ernst M. *Symbolic Images: Studies in the Art of the Renaissance*. Oxford: Phaidon, 1985.
- Grimal 1969: Grimal, Pierre. *Les Jardins Romains*. Paris: PUF, 1969.
- Hacquard *et al.* 1978: Hacquard, G. *et al. Guide Romain Antique*. Paris: Classiques Hachette, 1978.
- Hamesse/Jacquart 2001: Hamesse, J.; Jacquart, D. (eds.). *Lexiques Bilingues dans les Domaines Philosophique et Scientifique (Moyen Âge-Renaissance)*. Turnout: Brepols, 2001.
- Harrison 1916: Harrison, Fairfax. "The crooked plow". *Classical Journal*, xi, 1916, pp. 323-332.
- Hassler 1998: Hassler, Gerda. "La búsqueda de una lengua para la comunicación científica en las academias europeas". In *Actes del Col·loqui "La Història dels Llenguatges Iberoromànics d'Especialitat (Segles XVII-XIX)": Solucions per al Present*. Barcelona: Institut Universitari de Lingüística Aplicada, 1998, pp. 367-390.
- Hausmann 1980: Hausmann, Franz Josef. *Louis Meigret: Humaniste et Linguiste*. Tübingen: Narr, 1980.
- Heffner 1960: Heffner, Edward H. "Introduction". In *Lucius Junius Moderatus Columella. Res Rustica I-IV*. Ed. Harrison Boyd Ash. London: Loeb, 1960, pp. ix-xxv.
- Herbert 2007: Herbert, Zbigniew. *The Collected Poems (1956-1998)*. New York: Harper Collins Publishers, 2007.
- Herráez Cubino 2000: Herráez Cubino, Guillermo. "Lexicografía menor en los tratados de arquitectura y construcción del siglo XVI: el vocabulario de los nombres oscuros y dificultosos que en Vitruvio se contienen de Miguel de Urrea (1582)". In I. Ahumada (coord.). *Cinco Siglos de Lexicografía Española. Actas del IV Seminario de Lexicografía Hispánica*. Jaén: Universidad de Jaén, 2000, pp. 95-102.
- Hinojo 1991: Hinojo, Gregorio. "Reminiscencias de Columela en Nebrija". *Excerpta Philologica*, 1, 1991, pp. 333-342.

- Hirsch 1967: Hirsch, Elisabeth Feist. *Damião de Góis: The Life and Thought of a Portuguese Humanist (1502-1574)*. Haia: Martinus Nijhoff, 1967.
- Knecht 2008: Knecht, Robert J. *The French Renaissance Court 1486-1589*. New Haven/London: Yale University Press, 2008.
- Leal 1999: Leal, Ernesto Castro. *Nação e Nacionalismos. A Cruzada Nacional de D. Nuno Álvares Pereira e as Origens do Estado Novo*. Lisboa: Edições Cosmos, 1999.
- Leão 2002: Leão, Duarte Nunes de. *Descrição do Reino de Portugal*. Lisboa: Centro de História da Universidade de Lisboa, 2002.
- Leitão 2006: Leitão, Henrique. "Ars e ratio: A náutica e a constituição da ciência moderna". In María Isabel Vicente Maroto e Mariano Esteban Piñeiro (coords.). *La Ciencia y el Mar*. Valladolid: Sever-Cuesta, 2006, pp. 183-207.
- Lindsay 1996: Lindsay, W. M. *Studies in Early Medieval Latin Glossaries*. Aldershot: Variorum, 1996.
- Llinarès 1987: Llinarès, A. "Le travail manuel et les arts mécaniques chez Raymond Lulle". *Raymond Lulle et le Pays d'Oc. Cahiers de Fanjeaux*, 22, 1987, pp. 169-189.
- Lopes 2003: Lopes, L. Seabra. "Sistemas legais de medidas de peso e capacidade, do Condado Portucalense ao século xvi". *Portugalia*, nova série, vol. xxiv, 2003, pp. 113-164.
- Lopes 2005: Lopes, L. Seabra. "O moio-medida e o moio dos preços em Portugal nos séculos xi a xiii". *Anuario de Estudios Medievales*, 35, 1, 2005, pp. 25-46.
- López 2003: López, Javier S. "Traductores, gramáticos y escritores en el siglo xvi en Francia: el mismo combate por la lengua francesa". In José Antonio Sabio Pinilla e Maria Dolores Valencia (eds.). *Seis Estudios sobre la Traducción en los Siglos XVI y XVII*. Granada: Comares, 2003, pp. 51-85.

- Lundström 1897: Lundström, V. “Magostudien”. *Eranos*, 2, 1897, pp. 60-67.
- Lundström 1915: Lundström, V. “Litteraturhistoriska Bidrag till de Antika Landtbruksforfat-Tarne”. *Eranos*, 15, 1915, pp. 161-176.
- Maestre Maestre 1997: Maestre Maestre, José María. “Columela y los humanistas”. In José María Maestre Maestre *et al.* (eds.). *Estudios sobre Columela*. Cádiz: Servicio de Publicaciones de la Universidad de Cádiz, 1997, pp. 263-309.
- Magalhães 1993: Magalhães, Joaquim Romero. “As estruturas de produção agrícola e pastoril”. In José Mattoso (dir.). *História de Portugal*, vol. 3. Lisboa: Círculo de Leitores, 1993, pp. 243-281.
- Mancho Duque 2001: Mancho Duque, M.^a Jesús. “La lengua española, vehículo de divulgación científica en el Renacimiento”. In M.^a Jesús Mancho Duque (ed.); Cristina Blas Nistal (coord.). *Pórtico a la Ciencia y la Técnica del Renacimiento*. Salamanca: Junta de Castilla y León/Universidad de Salamanca, 2001, pp. 45-84.
- Mancho Duque 2004: Mancho Duque, M.^a Jesús. “La divulgación técnica en la España del Quinientos: características lingüísticas”. In Manuel Silva Suárez (ed.). *Técnica e Ingeniería en España*, vol. 1: *El Renacimiento*. Zaragoza: Institución Fernando el Católico, 2004, pp. 307-340.
- Marques 1959: Marques, A. H. Oliveira. *Hansa e Portugal na Idade Média*. Lisboa: Editorial Presença, 1959.
- Marques 1968: Marques, A. H. Oliveira. *Introdução à História da Agricultura em Portugal. A Questão Cerealífera durante a Idade Média*. Lisboa: Cosmos, 1968.
- Marques 1985: Marques, A. H. Oliveira. *Uma Descrição de Portugal em 1578-1580*. Lisboa: Estampa, 1985 (Separata *Nova História – Século XVI*, n.º 1, pp. 83-143).
- Martín Mingorance 2000: Martín Mingorance, Leocadio. “Repertorios lexicográficos españoles menores en el siglo xvi”. In I. Ahumada

- (dir.). *Cinco Siglos de Lexicografía Española. Actas del IV Seminario de Lexicografía Hispánica*. Jaén: Universidad de Jaén, 2000, pp. 203-222.
- Martins 1996: Martins, Adolfo Silveira. *Fontes para o Estudo da Arqueologia Naval em Portugal do Século XII a Meados do Século XVI*. Lisboa: Academia da História, 1996.
- Martins 1983: Martins, Mário. *Estudos de Cultura Medieval*, vol. III. Lisboa: ed. Brotéria, 1983.
- Matos 1960: Matos, Luís de. “A *Ars Nautica* de Fernando Oliveira”. *Boletim de Bibliografia Luso-Brasileira*, t. I, 1960, pp. 239-251.
- Matos 1976: Matos, Luís de. “Ehora humanística”. *A Cidade de Évora*, 59, 1976, pp. 5-21.
- Matos 1991: Matos, Luís de. “L’Utopia de Thomas More et l’Expansion portugaise”. In *L’Expansion Portugaise dans la Littérature Latine de la Renaissance*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1991, pp. 383-422.
- Mattoso 1993: Mattoso, José (dir.). *História de Portugal*, vol. 3. Lisboa: Estampa, 1993.
- Mauro 1984: Mauro, Frédéric. “L’économie portugaise au temps de l’humanisme: 1500-1580”. In *L’Humanisme Portugais et l’Europe*. Paris: Fondation Calouste Gulbenkian, 1984, pp. 377-395.
- Mayer 1948: Mayer, Ruy. *As Georgicas de Vergilio. Versão em Prosa dos Tres Primeiros Livros e Comentarios de Um Agrónomo*. Lisboa: Sá da Costa, 1948.
- Memórias de Agricultura Premiadas pela Academia Real das Sciencias*, 2 vols. Lisboa: Academia Real das Sciencias, 1788.
- Menchi 1987: Menchi, Susana Seidel. *Erasmus in Italia: 1520-1580*. Torino: Bollati Boringhieri, 1987.
- Mendes 1997: Mendes, Margarida Vieira. *O Cuidar e Sospirar*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1997.

- Mendonça 1898: Mendonça, Henrique Lopes de. *O Padre Fernando Oliveira e a Sua Obra Nautica*. Lisboa: Typographia da Academia Real das Sciencias, 1898.
- Montero de Espinosa 1973: Montero de Espinosa, Antonio de Vargas-Zúñiga y. *Don Luis de Salazar y Su Colección. Discurso Leído el Día 21 de Enero de 1973 en el Acto de Su Recepción Pública*. Madrid: Real Academia de Historia, 1973.
- Morán Cabanas 2003: Morán Cabanas, Maria Isabel. *Festa, Teatralidade e Escrita. Esboços Teatrais no Cancioneiro Geral de Garcia de Resende*. A Coruña: Laiovento, 2003.
- Morel-Fatio 1892: Morel-Fatio, M. Alfred. *Catalogue des Manuscrits Espagnols et des Manuscrits Portugais*. Paris: Imprimerie Nationale, 1892.
- Mota 2006: Mota, Salvador Magalhães. *Cistercienses, Camponeses e Economia Rural no Minho na Época do Antigo Regime: O Mosteiro de Santa Maria de Bouro e o Seu Domínio*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2006.
- Nascentes 1966: Nascentes, Antenor. *Dicionário Etimológico Resumido*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1966.
- Nascimento 1997: Nascimento, Aires A. “Traduzir, verbo medieval: as lições de Bruni Aretino e Alonso de Cartagena”. In *Actas del II Congreso Hispánico de Latín Medieval*, vol. I. León: Universidad de León, 1997, pp. 133-156.
- Nascimento 2006a: Nascimento, Aires A. “Cícero em Portugal: momentos de humanismo cívico”. In *Ciceroniana – Atti del XII Colloquium Tullianum*. Roma: Centro di Studi Ciceroniani, 2006, pp. 99-128.
- Nascimento 2006b: Nascimento, Aires A. “Ulisses em Lisboa: mito e memória”. Lisboa: Academia das Ciências, 2006.
- Naudé 1999: Naudé, Gabriel. *Considérations Politiques sur les Coups d’État*. Paris: Fayard, 1999.

- Nebrija 1981: Nebrija, Antonio de. *Repetitio Sexta de Mensuris*. Introducción, traducción y notas de Jenaro Costas Rodríguez. Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca, 1981.
- Nieto Jiménez 2001: Nieto Jiménez, Lidio. “Vocabularios y glosarios del español de los siglos xiv al xvi”. *Revista de Filología Española*, 80, 2001, pp. 155-180.
- Nieto Jiménez/Alvar Ezquerria 2003: Nieto Jiménez, Lidio; Alvar Ezquerria, Manuel. “Léxico castelano en el Dioscórides de Nebrija”. In *Homenaje a Günther Haensch en Su 80 Aniversario*. Madrid: Gredos, 2003, pp. 77-97.
- Nunes 1987: Nunes, Fátima. “Notas para o estudo do periodismo científico em Portugal: ‘Annaes das Sciencias das Artes e das Letras’ (1818-1822)”. *Cultura, História e Filosofia*, 6, 1987, pp. 661-682.
- Nunes 1985: Nunes, Luís. “Carta a Diogo de Murça”. In A. Costa Raimalho (ed. e trad.). *Latim Renascentista em Portugal*. Coimbra: J.N.I.C.T, 1985, pp. 162-163.
- Oliveira 2006: Oliveira, Aurélio de. “Clima e colheitas em Portugal (1500-1850)”. In *Rumos e Escrita da História: Estudos em Homenagem de A. A. Marques de Almeida*. Lisboa: Colibri, 2006, pp. 107-140.
- Oliveira 1882: Oliveira, Eduardo Freire de. *Elementos para a História do Município de Lisboa*, vol. I. Lisboa: Typografia Universal, 1882.
- Oliveira 1937: Oliveira, Fernando. *Arte da Guerra do Mar*. “Comentário preliminar” de Quirino da Fonseca, “Comentário à *Arte da Guerra do Mar* do padre Fernando Oliveira” de Alfredo Botelho de Sousa. Lisboa: Arquivo Histórico da Marinha, 1937.
- Oliveira 1969: Oliveira, Fernando. *Arte da Guerra do Mar*. Reed. da ed. de 1937. Lisboa: Ministério da Marinha, 1969.
- Oliveira 1983: Oliveira, Fernando. *Arte da Guerra do Mar*. Com um fac-símile da ed. original de 1555. Lisboa: Edições Culturais da Marinha, 1983.

- Oliveira 1991: Oliveira, Fernando. *O Livro da Fábrica das Naus*. Lisboa: Academia da Marinha, 1991.
- Oliveira 2000: Oliveira, Fernando. *Gramática da Linguagem Portuguesa*. Ed. crítica, semidiplomática e anastática por Amadeu Torres e Carlos Assunção, com um estudo introdutório de Eugenio Coseriu. Lisboa: Academia das Ciências, 2000.
- Oliveira 2008: Oliveira, Fernando. *Arte da Guerra do Mar: Estratégia e Guerra Naval no Tempo dos Descobrimentos*. Ed., introd. e estudo de António Silva Ribeiro, com fac-símile da ed. original de 1555. Lisboa: Edições 70, 2008.
- Oliveira 2012: Oliveira, Fernando. *Gramática da Linguagem Portuguesa*. Fac-símile, introd. e ed. atualizada e anotada por José Eduardo Franco e João Paulo Silvestre. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2012.
- Omont 1908: Omont, H. *Anciens Inventaires et Catalogues de la Bibliothèque Nationale*, vol. 1. Paris: Ernest Leroux, 1908.
- Osório 1985-1986: Osório, Jorge Alves. “Cícero traduzido para português no século XVI: Damião de Góis e o *Livro da Velhice*”. *Humanitas*, 37-38, 1985-1986, pp. 191-266 e 248-265.
- Osório 1986: Osório, Jorge Alves. “O texto da tradução do Cato Maior por Damião de Góis: alguns problemas de crítica textual”. In *Critique Textuelle Portugaise. Actes du Colloque*. Paris: Fondation Calouste Gulbenkian - Centre Culturel Portugais, 1986, pp. 185-198.
- Paiva 1985: Paiva, Maria Helena. “Vernaculidade versus relatinização: o testemunho dos gramáticos portugueses quinhentistas”. In *Actas da Associação Portuguesa de Linguística*. Lisboa: Colibri, 1985, pp. 375-397.
- Peixoto 1963: Peixoto, Jorge. “Manuscritos portugueses da Biblioteca Nacional de Paris”. *Boletim Internacional de Bibliografia Luso-Brasileira*, 4, 1963, pp. 269-276.

- Pereira 2003: Pereira, António dos Santos. *Portugal, o Império Urgente (1475-1525). Os Espaços, os Homens e os Produtos*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2003.
- Pinilla Martínez 2000: Pinilla Martínez, Julia. “El glosario de agricultura contenido en el *Tratado del Cuidado y Aprovechamiento de los Montes y Bosques* (1774) de Casimiro Gómez Ortega”. In I. Ahumada (dir.). *Cinco Siglos de Lexicografía Española. Actas del IV Seminario de Lexicografía Hispánica*. Jaén: Universidad de Jaén, 2000, pp. 131-139.
- Pontano 1948: Pontanus, Ioannis Ioviani. *Pontani Carmina: Ecloghe, Elegie, Liriche*. A cura di Johannes Oeschger. Bari: G. Laterza, 1948.
- Porksen 1998: Porksen, Uwe. “La historia de la lengua alemana y la evolución de las ciencias. Aspectos de la historia del lenguaje científico y su relación con la lengua general”. In *Actes del Colloqui “La Història dels Llenguatges Iberoromànics d’Especialitat (Segles XVII-XIX)”*: *Solucions per al Present*. Barcelona: Institut Universitari de Lingüística Aplicada, 1998, pp. 49-66.
- Ramalho 1985: Ramalho, Américo da Costa. *Latim Renascentista em Portugal*. Coimbra: J.N.I.C.T, 1985.
- Reeve 1986: Reeve, Michel. “Columella”. In L. D. Reynolds. *Texts and Transmission. A Survey of the Latin Classics*. Oxford: Oxford University Press, 1986, pp. 146-147.
- Reis 1934: Reis, Fr. Baltasar dos. *Livro da Fundação do Mosteiro de Salzedas*. In *Memórias de Mondim da Beira de J. Leite de Vasconcelos*. Lisboa: Biblioteca Nacional, 1934.
- Ribeiro 2008: Ribeiro, António Silva. “O padre Fernando Oliveira: breve apontamento biográfico”. In Fernando Oliveira. *Arte da Guerra do Mar*. Lisboa: Edições 70, 2008, pp. IX-XIII.
- Ribeiro 1941: Ribeiro, Orlando. “Cultura do milho, economia agrária e povoamento”. *Biblos*, 17, 1941, pp. 645-663.
- Riemen 2007: Riemen, Bob. “Prefácio”. In George Steiner. *A Ideia da Europa*. Lisboa: Gradiva, 2007.

- Roselaar 2009: Roselaar, Saskia. “Ager publicus in the Roman Republic and the evolutionary theory of the land rights”. In Arthur Keveanay e Louise Earnshaw-Brown (eds.). *The Italians on the Land. Changing Perspectives on Republic Italy then and now*. Cambridge: Cambridge Scholars, 2009, pp. 11-30.
- Ruiz Casanova 2000: Ruiz Casanova, J. F. *Aproximación a Una Historia de la Traducción en España*. Madrid: Cátedra, 2000.
- Sá 1960: Sá, Artur Moreira de. “A próxima edição de três traduções portuguesas inéditas do século xv”. *Boletim Internacional de Bibliografia Luso-Brasileira*, vol. 1, 1960, pp. 563-585.
- Sá 1983: Sá, Artur Moreira de. *Humanistas Portugueses em Itália. Subsídios para o Estudo de Frei Gomes de Lisboa, dos Dois Luíses Teixeiras, de João de Barros e de Henrique Caiado*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1983.
- Sá de Miranda 1994: Sá de Miranda, Francisco. *As Obras do Celebrado Lusitano, o Doutor Francisco de Sá de Miranda Collegidas por Manoel de Lyra. Dirigidas ão muito Illustre Senhor Dom Ieronymo de Castro*. Ed. fac-similada da ed. de 1595. Estudo introdutório de V. Aguiar e Silva. Braga: Universidade do Minho, 1994.
- Salas Quesada 2007: Salas Quesada, Pilar. “Amato Lusitano y su Dioscórides: Léxico español y portugués”. In *Historia de la Lexicografía Española*. A Coruña: Universidade da Coruña, 2007, pp. 163-171 (Anexos de *Revista de Lexicografía*, 7).
- Santamaría Pérez 2000: Santamaría Pérez, Isabel. “El léxico de la Marina en el *Diccionario Castellano de las Voces de Ciencias y Artes de Terreros y Pando*”. In I. Ahumada (dir.). *Cinco Siglos de Lexicografía Española. Actas del IV Seminario de Lexicografía Hispánica*. Jaén: Universidad de Jaén, 2000, pp. 173-185.
- Santarém 1863: Santarém, Visconde de. *Notícia dos Manuscritos Pertencentes ao Direito Público Externo Diplomático de Portugal e à História e Literatura do Mesmo País Que Existem na Bibliotheca*

- Real de Paris e Outras da Mesma Capital e nos Archivos de França*. Lisboa: Typographia da Academia Real das Sciencias, 1863.
- Sérgio 1916: Sérgio, António. “Advertência”. In Artur Castilho. *Manual de Instrução Agrícola na Escola Primária*. Porto: Edição da Renascença Portuguesa, 1916.
- Sérgio 1941: Sérgio, António. *Em tôrno da Designação de Monarquia Agrária Dada à Primeira Época da Nossa História*. Lisboa: Portugalia, 1941.
- Sérgio 1974a: Sérgio, António. “A conquista de Ceuta. Ensaio de interpretação não romântica do texto de Azurara”. In *Ensaio*, vol. I: Lisboa: Sá da Costa, 1974, pp. 253-273.
- Sérgio 1974b: Sérgio, António. “Repercussões de uma hipótese: Ceuta, as navegações e a génese de Portugal”. In *Ensaio*, vol. IV. Lisboa: Sá da Costa, 1974, pp. 203-241.
- Sérgio 1974c: Sérgio, António. *Antologia dos Economistas Portugueses (Século XVII)*. Lisboa: Sá da Costa, 1974.
- Serrão 1971: Serrão, Joel (dir.). *Dicionário de História de Portugal*. Porto: Figueirinhas, 1971.
- Serrão 1991: Serrão, José Veríssimo. *Figuras e Caminhos do Renascimento em Portugal*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1991.
- Silva 1975: Silva, A. Pereira da. “A primeira suma portuguesa de teologia moral e a sua relação com o ‘Manual’ de Navarro”. *Didaskalia*, 5, 1975, pp. 355-403.
- Silva 1820: Silva, Cândido Xavier Dias da. “Resenha analytica – Georgicas Portuguezas por Luiz da Silva Mouzinho de Albuquerque”. *Annaes das Sciencias, das Artes, e das Letras*, t. IX, pt. I, 1820, pp. 3-25.
- Silva 1858-1923: Silva, Inocência Francisco da. *Diccionario Bibliografico Portuguez*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1858-1923.

- Silva 1815: Silva, José Veríssimo Álvares da. “Memória Historica sobre a Agricultura Portugueza Considerada desde o Tempo dos Romanos até ao Presente”. In *Memórias Económicas da Academia Real das Sciencias de Lisboa para o Adiantamento da Agricultura, das Artes e da Industria em Portugal e as Suas Conquistas*, t. 5. Lisboa: Academia das Sciencias, 1815.
- Silva 1868: Silva, Luís Augusto Rebelo da. *Memória sobre a População e Agricultura em Portugal*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1868.
- Smith 2004: Smith, Anthony D. *The Antiquity of Nations*. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.
- Sousa 1949: Sousa, António Caetano de. *Provas da Historia Genealogica da Casa Real Portugueza*, t. I, liv. III. Coimbra: Atlântida, 1949.
- Sousa 1951-1954: Sousa, Frei Luís de. *Anais de D. João III*. Lisboa: ed. Clássicos Sá da Costa, 1951-1954.
- Tarrío 2001: Tarrío, Ana María S. “Tradução e nobilitação literária do romance: uma estratégia não re- latinizadora no português quinhentista”. *Euphrosyne*, 29, 2001, pp. 157-170.
- Tarrío 2002: Tarrío, Ana María S. “O obscuro fidalgo João Rodrigues de Lucena”. *Euphrosyne*, 30, 2002, pp. 371-384.
- Tarrío 2005: Tarrío, Ana María S. “Notas sobre a biblioteca do fidalgo quinhentista João Rodrigues de Sá de Meneses”. *Euphrosyne*, 33, 2005, pp. 167-186.
- Tarrío 2007: Tarrío, Ana María S. “O *Commentum* de Martinho de Figueiredo (1529) e as lições plinianas de Poliziano (*Naturalis Historia*, Bodleian Library Auct. Q. 1.2)”. In *Os Clássicos no Tempo: Plínio o Velho, e o Humanismo Português. Actas do Colóquio Internacional*. Lisboa: Centro de Estudos Clássicos da Universidade de Lisboa/FCT, 2007, pp. 95-110.
- Tarrío 2008a: Tarrío, Ana María S. “Construcción naval y ‘materia rústica’. La traducción de Columela de Fernando Oliveira (BNF, Fond

- Portugais, n.º 12, fols. 147-272)”. *Cuadernos de Estudios Borjanos*, L-LI, 2008, pp. 171-195.
- Tarrío 2008b: Tarrío, Ana María S. “La sombra protectora del cardenal Mazarino. Sobre la fortuna manuscrita de la traducción de Columela de Fernando Oliveira”. In Maria das Graças Moreira de Sá *et al.* (coords.). *Magnum Miraculum Est Homo. José Vitorino de Pina Martins e o Humanismo*. Lisboa: Centro de Estudos Comparatistas da Universidade de Lisboa, 2008, pp. 83-93.
- Tarrío 2009a: Tarrío, Ana María S. *Paisagem e Erudição no Humanismo Português*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2009.
- Tarrío 2009b: Tarrío, Ana María S. “Fernando Oliveira, Columela e a crise da agricultura no século XVI”. In Carlos Morais (ed.). *Fernando Oliveira. Um Humanista Genial – V Centenário do Seu Nascimento*. Aveiro: Universidade de Aveiro – Centro de Línguas e Culturas, 2009, pp. 329-348.
- Tarrío 2010a: Tarrío, Ana María S. “A construção de uma linguagem técnica em romance: a tradução de Columela de Fernando Oliveira”. In Inês de Ornellas e Castro e Vanda Anastácio (coord.). *Revisitar os Saberes. Referências Clássicas na Cultura Portuguesa: Do Renascimento à Época Moderna*. Lisboa: Centro de Estudos Clássicos da Universidade de Lisboa, 2010, pp. 181-193.
- Tarrío 2010b: Tarrío, Ana María S. “Duarte de Resende, trovador y traductor de Cicerón”. In *Convivio. Cancioneros Peninsulares*. Granada: Universidad de Granada, 2010, pp. 197-213.
- Tarrío 2011: Tarrío, Ana María S. “*Sicut oliva ferax*. Fernando Oliveira y el *studium* humanístico de Columela”. *Euphrosyne*, 39, 2011, pp. 321-334.
- Tarrío 2015: Tarrío, Ana María S. *Leitores dos Clássicos: Portugal e Itália, Séculos XV e XVI. Uma Geografia do Primeiro Humanismo em Portugal*. Lisboa: Biblioteca Nacional/Centro de Estudos Clássicos da Universidade de Lisboa, 2015.

- Tavener 1918: Tavenner, Eugene. "The roman farmer and the Moon". *Transactions of the American Philological Association*, 49, 1918, pp. 66-82.
- Tessier 1877: Tessier, Jules. *Le Chevalier de Jant. Relations de la France avec le Portugal au Temps de Mazarin*. Paris: Librairie Sandoz et Fischbacher, 1877.
- Teyssier 1959: Teyssier, Paul. "L'*Historia de Portugal* de Fernando Oliveira d'après le manuscrit de la Bibliothèque Nationale de Paris". In *Actas do III Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros*, vol. 1. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1959, pp. 359-379.
- Teyssier 1984: Teyssier, Paul. "O vocabulário das profissões no primeiro dicionário de Jerónimo Cardoso". In *Forum Litterarium. Miscelânea de Estudos Literários, Linguísticos e Históricos Oferecida a J. J. Van Den Besselaar*. Amsterdam: Holland University Press, 1984.
- Torres 1982: Torres, Amadeu. *Noese e Crise na Epistolografia Latina Goisiana*, 2 vols. Paris: Fondation Calouste Gulbenkian, 1982.
- Torres 2000: Torres, Amadeu. "Introdução". In Fernando Oliveira. *Gramática da Linguagem Portuguesa*. Ed. crítica, semidiplomática e anastática por Amadeu Torres e Carlos Assunção, com um estudo introdutório de Eugenio Coseriu. Lisboa: Academia das Ciências, 2000, pp. 62-77.
- Trigoso 1815a: Trigoso, Sebastião Francisco de Mendo. "Memoria sobre os Pesos e Medidas Portuguezas e sobre a Introdução do Systema Metro-Decimal". In *Memorias Economicas [...]*, t. 5. Lisboa: Academia Real das Sciencias de Lisboa, 1815.
- Trigoso 1815b: Trigoso, Sebastião Francisco Mendo. "Projecto de Estabelecimento de Escolas de Agricultura Prática". In *História e Memórias da Academia R. das Sciencias de Lisboa*, t. IV, pt. I. Lisboa: Academia das Sciencias, 1815.

- Troje 1993: Troje, Hans Erich. *Humanistische Jurisprudenz: Studien zur Europäischen Rechtswissenschaft unter dem Einfluss des Humanismus*. Goldbach: Keip Verlag, 1993.
- Ullmann 1980: Ullmann, Walter. *Radici del Rinascimento*. Bari: Laterza, 1980.
- Verdelho 1998: Verdelho, Telmo. “Terminologias na língua portuguesa. Perspectiva diacrónica”. In *Actes del Colloqui “La Història dels Llenguatges Iberoromànics d’Especialitat (Segles XVII-XIX)”*: Solucions per al Present. Barcelona: Institut Universitari de Lingüística Aplicada, 1998, pp. 89-131.
- Vicente 2002: Vicente, Gil. *Obras de Gil Vicente*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2002.
- Wagner 1992: Wagner, Klaus. “Le commerce du livre en France au début du XVI^e siècle d’après les notes manuscrites de Fernando Colombo”. *Bulletin du Bibliophile*, 2, 1992, pp. 305-319.
- Wallace-Hadrill 1998: Wallace-Hadrill, Andrew. “Horti and hellenization”. In Maddalena Cima e Eugenio La Rocca (orgs.). *Horti Romani. Atti del Convegno Internazionale. Bullettino della Commissione Archeologica Comunale di Roma*. Supplementi 6. Roma: “L’erma” di Bretschneider, 1998, pp. 1-12.
- Weiss 1957: Weiss, Robert. “Un allievo inglese del Poliziano: Thomas Linacre”. In *Il Poliziano e il Suo Tempo. Atti del IV Convegno Internazionale di Studi sul Rinascimento*. Firenze: G. C. Sansoni, 1957, pp. 231-245.
- White 1967: White, R. D. *Agricultural Implements of the Roman World*. Cambridge: Cambridge University Press, 1967.
- White 1975: White, R. D. *Farm Equipment of the Roman World*. Cambridge: Cambridge University Press, 1975.
- Williams 1994: Williams, Edwin B. *Do Latim ao Português*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1994 (6.^a ed.).

Williams 1990: Williams, Raymond. *O Campo e a Cidade na História e na Literatura*. Trad. Paulo Henrique Britto. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

Zurara 1915: Zurara, Gomes Eanes de. *Crónica da Tomada de Ceuta por El-rei D. João I*. Ed. Francisco Maria Esteves Pereira. Lisboa: Academia Real das Sciencias, 1915.

SIGLAS E ABREVIATURAS

CODICES MANUSCRIPTI

- S Cod. Sangermanensis Petropolitanus 207, agora Cl. L. F. V. N. 1 (séc. ix, Corbie).
- A Cod. Ambrosianus L 85 sup. (sécs. ix-x, Fulda)
- R *consensus* dos mss. do séc. xv
- P BNF, Fond Portugais, n.º 12, fols. 147-272

ÉDITIONES, TRANSLATIONES ET COMMENTATIONES

- Aegidius *Aegidii Betsbrugii Opusculum de Usura Centesima, Triente Semisse, Aliisque id Genus Adversus Jurisconsultos Quosdam ab Hermolao Barbaro Dissentientes*. Lutecie: Conradus Reschus, 1524.
- Ash, Harrison Boyd. *L. I. M. Columella on Agriculture*, vol. i. Cambridge: Harvard University Press, 1960.
- B Brito, Francisco. *Columella, Traduzido por Fernam d'Oliveira*. In *Annaes das Sciencias, das Artes e das Letras*. Paris, 1819-1821 (ts. iv a xii).

- Beauvois *Les Douze Livres de Lucius Iunius Moderatus Columella Des Choses Rustiques, Traduits de Latin en François, par Seu Maistre Claude Coterau Chanoine de Paris. La Traduction Duquel Ha Esté Soingneusement Revevue et en la Pluspart Corrigée et Illustrée de Doctes Annotations par Maistre Ien Thierry de Beauvoisis.* Paris: par Jaques Kerver, 1555.
- Beroaldus *Opera Agricolationum Columellae Varronis Catonisque nec non Palladii, cum Excriptionibus D. Philippi Beroaldi et Commentariis Quae in Aliis Impressionibus non Extant.* Bolonha, 1494. BNP INC. 82.
- Budé *De Asse et de Partibus Eius.* Parisiis: in Typographia Ascensiana, ad Kalendas Aprilis 1532. Bibliotheca Complutense, BH FLL 26779.
- Estienne *L. Iunii Moderati Columellae De Re Rustica Libri XII. Eiusdem de Arboribus Liber, Separatus ab Aliis.* Parisiis: ex Officina Roberti Stephani Typographi Regii, xi Cal. Septembris 1543. BNP S.A. 6507//1 P.
- Georgium Alex. *Enarrationes Vocum Priscarum in Libris De Re Rustica per Georgium Alexandrinum.* Lugduni: apud Seb. Gryphium, 1549.
- Hacquard *Hacquard, G. et al. Guide Romain Antique.* Paris: Classiques Hachette, 1978.
- Lundström *Lundström, V. et al. L. I. M. Columellae Libri I-II, VI-VII, X-XI, De Arboribus.* Upsala-Göteborg, 1897-1940.
- Lyon *L. Iunii Moderati Columnellae De Re Rustica Libri XII. Eiusdem de Arboribus Liber Separatus ab Aliis.* Lugduni: apud Seb. Gryphium, 1548, BNP S.A. 6509 P.

- Marques Marques, A. H. Oliveira. *Introdução à História da Agricultura em Portugal. A Questão Cerealífera durante a Idade Média*. Lisboa: Cosmos, 1968.
- Mayer Mayer, Ruy. *As Georgicas de Vergílio. Versão em Prosa dos Tres Primeiros Livros e Comentarios de Um Agrónomo*. Lisboa: Sá da Costa, 1948.
- Merula “Georgius Alexandrinus Petro Priolo M. Filio Veneto. S.”. In *Opera Agricolationum Columellae Varronis Catonisque nec non Palladii, cum Excriptionibus D. Philippi Beroaldi et Commentariis Quae in Aliis Impressionibus non Extant*. Bolonia, 1494, BNP INC. 82.
- Nebrija *Diction.* *Dictionarium Aelii Ant. Nebri. cum Aliis Eius Auctoris Commentariis [...]*. Apud inclytam Granatam, 1536.
- Nebrija *Introd.* Nebrissa, Antonius de. *Introductiones in Linguam Latinam*. Alcalá de Henares, 1519, BNP Res. 3938.
- Nebrija *Mens.* *Repetitio Sexta de Mensuris*. Salamanca: Juan de Porras, 1510.
- Nebrija *Ponder.* *Repetitio Septima de Ponderibus*. Salamanca: Juan de Porras, 1511. In [http:// interclassica.um.es](http://interclassica.um.es).
- Nebrija *Praefatio* *Praefatio ad Magnificentissum ac perinde Illustrem Virum Dominum D. Ioannem Stunicam Magistrum Militiae Dalcantar Ordinis Cisterciensis Aelii Antonii Nebrissensis Grammatici*. In Antonius de Nebrissa. *Hispanum Hispaniensemque Dictionarium Ael. Antonii Nebrissensis cum ex Aliis Eiusdem Autoris Commentariis [...]*. Granada: Imperiali cum Privilegio, 1550, BL CUP. 410. aa. 31.

- Nebrija Tabula Nebrissa, Antonius de. "Tabula". In Dioscórides. *Pedacii Dioscoridis Anazarbei de Medicinali Materia Libri Quinque, De Uirulentis Animalibus et Uenis Cane Rabioso et Eorum Notis ac Remediis Libri Quattuor. Ioanne Ruellio Suessionensi Interprete*. Compluti Carpetaniae (Alcalá de Henares): ex Officina Arnaldi Guillelmi, 1518, BNP Res. 1849 P., fols. a-d iii v.º.
- Nebrija Vocab. *Vocabulario de Romance en Latin*. Salamanca, 1495.
- Sobel Sobel, Ragnar. "En Columella konjektur". In V. Lundström. *Apophoreta Gotoburgensia Vilelmo Lundström Oblata*. Gothenburg: Elanders Boktryckeri Aktiebolag, 1936, pp. 169-170.
- White White, R. D. *Agricultural Implements of the Roman World*. Cambridge: Cambridge University Press, 1967.
- White White, R. D. *Farm Equipment of the Roman World*. Cambridge: Cambridge University Press, 1975. A Cod. Ambrosianus L 85 sup. (séculos IX-X, Fulda)

FERNANDO OLIVEIRA

OBRA COMPLETA

PLANO GERAL

- I. *Gramática da Linguagem Portuguesa***
Coord.: João Paulo Silvestre (Universidade de Aveiro)
José Eduardo Franco (Universidade Aberta)
- II. *Arte da Guerra do Mar***
Coord.: António Costa Canas (Escola Naval)
- III. *Ars Nautica (Arte Náutica)***
Coord.: Henrique Leitão (Universidade de Lisboa)
José Carlos Lopes de Miranda (Universidade Católica Portuguesa)
- IV. *Livro da Fábrica das Naus***
Coord.: António José Ferraz do Carmo (Câmara Municipal de Vila do Conde)
Francisco Contente Domingues (Universidade de Lisboa)
Filipe Castro (Texas A&M University)
- V. *Da Agricultura, de Columela (De Re Rustica, de Columela)***
Coord.: Ana María Tarrío (Universidade de Lisboa)
- VI. *Viagem do Magalhães***
Coord.: Rui Manuel Loureiro (Instituto Superior Manuel Teixeira Gomes)

VII. *História de Portugal e Livro da Antiguidade*

Coord.: José Eduardo Franco (Universidade Aberta)
Teresa Jorge (Universidade de Lisboa)

**VIII. *Autos da Inquisição, Poesia e Cartas
Cronologia, Bibliografia Geral e Índices Gerais***

Coord.: Ernesto Rodrigues (Universidade de Lisboa)
Joana Balsa de Pinho (Universidade de Lisboa)

FERNANDO OLIVEIRA
OBRA COMPLETA

ORGANIGRAMA GERAL

Direção

José Eduardo Franco

Coordenadores Científicos

Ana María Tarrío

António Costa Canas

António José Ferraz do Carmo

Ernesto Rodrigues

Filipe Castro

Francisco Contente Domingues

Henrique Leitão

Joana Balsa de Pinho

João Paulo Silvestre

José Carlos Lopes de Miranda

José Eduardo Franco

Rui Manuel Loureiro

Coordenação Executiva

Joana Balsa de Pinho

Supervisão Linguística

Aida Sampaio Lemos

Versões dos textos latinos

António Moniz

José Carlos Lopes de Miranda

Virgínia Pereira

Comissão Científica

Ana Lúcia Curado

Annabela Rita

Belmiro Fernandes Pereira

Bernard Vincent

Carlos Morais

Gerardo Ramírez Vidal

Giulia Rossi Vairo

João Gonçalves Gaspar

João Santos Ramalho Cosme

José Ignacio Ruiz Rodríguez

José Manuel Malhão Pereira

Josiah Blackmore

Juan Luís Conde

Luís Machado de Abreu

Mariagrazia Russo

Nuno Gonçalo Vieira Matias

Teresa Nobre Carvalho

Revisão

Carlos Serra

João Pedro Cambado

INSTITUIÇÕES CIENTÍFICAS COORDENADORAS

Cátedra CIPSH de Estudos Globais

IECCPMA – Instituto Europeu de Ciências da Cultura Padre Manuel Antunes



CIPSH
INTERNATIONAL COUNCIL FOR PHILOSOPHY AND HUMAN SCIENCES
CONSEIL INTERNATIONAL DE LA PHILOSOPHIE ET DES SCIENCES HUMAINES

UNIVERSIDADE
AbERTA
www.uab.pt

**Cátedra CIPSH
de Estudos Globais**
2020-2025

**iecc
pma**
Instituto Europeu de
Ciências da Cultura
P. Manuel Antunes

INSTITUIÇÕES ASSOCIADAS

Academia de Marinha

Biblioteca Nacional de Portugal

Câmara Municipal de Vila do Conde

Centro de História, Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa

Centro de Línguas e Culturas, Universidade de Aveiro

Centro de Literaturas e Culturas Lusófonas e Europeias, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa

CHAM – Centro de Humanidades, FCSH, Universidade Nova de Lisboa

Fundação para a Ciência e a Tecnologia

Instituto Superior Manuel Teixeira Gomes

Texas A&M University



BNP
BIBLIOTECA
NACIONAL
DE PORTUGAL



CH
CENTRO DE HISTÓRIA

FLUL
LETRAS
LISBOA


Centro de Línguas e Culturas


universidade
de aveiro

CENTRO DE
LITERATURAS
E CULTURAS
LUSÓFONAS
E EUROPEIAS
CLEPUL
Faculdade de Letras da
Universidade de Lisboa


CHAM
CENTRO DE
HUMANIDADES


NOVAFCSH
FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA



FCT
Fundação
para a Ciência
e a Tecnologia


ismat
INSTITUTO SUPERIOR
MANUEL TEIXEIRA GOMES


TEXAS A&M
UNIVERSITY


ShipLAB



Este volume de *Fernando Oliveira. Obra Completa* foi impresso e
brochado para a Fundação Calouste Gulbenkian
na Tipografia Lousanense, Lda., Lousã
A tiragem é de 350 exemplares
Fevereiro de 2021
Depósito legal N.º ???????
ISBN 978-972-31-1636-6

